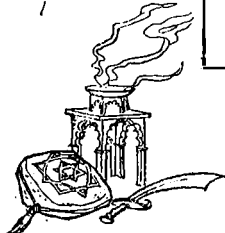
HISTÓRIA
DAS
CRUZADAS
POR
J. F. MICHAUD
EDITORA DAS AMÉRICAS

MATÉRIA CONTIDA NESTE VOLUME:

Livro XV, Livro XVI, Livro XVII, Livro XVIII e Livro XIX

JOSEPH-FRANÇOIS MICHAUD

HISTÓRIA DAS CRUZADAS

TRADUÇÃO BRASILEIRA DO

Pe. VICENTE PEDROSO

ILUSTRAÇÕES DE GUSTAVO DORÉ

VOLUME QUINTO

EDITÔRA DAS AMÉRICAS

Rua General Osório, 62/90 — Tels. 34-6701 e 37-6342

Caixa Postal, 4468

SÃO PAULO

LIVRO DÉCIMO QUINTO

DESDE A MORTE DE AMAURY ATÉ A RESTITUIÇÃO DE DAMIETTA, PELOS CRUZADOS.

1249 — 1250

Morte de Raimundo II, conde de Tolosa; o conde de Poitiers chega ao Egito; marcha para o Cairo; Almoadam proclamado sultão do Egito pela sultana Chegger-Eddour; o exército passa a Aschmoun; imprudência de Roberto, conde de Artois; entra em Mansourah; é morto; batalha sangrenta; chegada do sultão; doenças contagiosas, carestia; caridade de Luís IX; retirada de Damietta; o rei, feito prisioneiro com seus dois irmãos e os principais barões, é levado a Mansourah; heroísmo da Rainha Margarida; proceder covarde dos pisanos e dos genoveses; magnanimidade de Luís IX; tratado com Almoadam; êsse príncipe é assassinado em Farescour, em seguida a uma entrevista com o rei; falsa opinião refutada; Chegger-Eddour e Ezz-Eddin-Aybek; nobre firmeza do monarca francês; os emires contentam-se com a sua palavra: evacuação de Damietta; Luís IX volta a Tolemaida com restos de seu exército.

Enquanto o exército cristão esquecia na permanência em Damietta as leis da disciplina e o objeto da guerra santa, Afonso, conde de Poitiers, preparava-se para partir para o Oriente. Tôdas as igrejas da França ressoavam ainda com as exortações patéticas dirigidas aos guerreiros cristãos. Os bispos em nome do soberano pontífice rogavam aos fiéis que ajudassem com os socorros da caridade, a emprêsa contra os muçulmanos; um breve apostólico concedia ao irmão de São Luís, não sòmente o tributo impôsto aos cruzados que resgatavam seu voto, mas também tôdas as somas destinadas por testamento a obras de piedade e cujo objeto não era determinado de maneira precisa. Essas somas deviam ser consideráveis, mas muito mal podiam bastar para as despesas de uma expedição que se anunciava como uma outra Cruzada. Os cavaleiros e os barões que se não haviam impressionado com o exemplo e as palavras de Luís IX, mostravam pouco entusiasmo, ou não tinham dinheiro para tão longa viagem. A piedade ou o amor da glória não eram mais suficientes para levá-los aos estandartes da guerra santa. A história nos conservou um tratado pelo qual Hugo Le Brun, conde de Angoulême, só consentiu em partir para a

Cruzada com doze cavaleiros, com a condição expressa de que o conde de Poitiers, os alimentaria à sua mesa durante tôda a expedição, que êles adiantariam ao senhor Hugo Le Brun uma soma de quatro mil libras e lhe pagariam perpètuamente uma pensão de seiscentas libras tornezas. Êsse tratado e vários outros semelhantes eram uma inovação nos costumes militares da feudalidade e mesmo nos usos consagrados pelas guerras santas.

No entretanto, a nobreza da Inglaterra mostrava-se impaciente por imitar a nobreza francesa, que tinha acompanhado São Luís. Lemos em Mateus Paris, que os senhores e os cavaleiros inglêses já tinham vendido ou alugado suas terras e estavam à mercê dos judeus; o que parecia ser a preliminar de uma partida para a Cruzada. Não é inútil acrescentarmos que essa impaciência de partir para o Oriente tinha menos entusiasmo religioso do que espírito de oposição, que animava os barões contra seu monarca. Henrique III, que era acusado de querer se aproveitar da ausência de Luís IX, fêz todos os esforços para reter os barões e os senhores do seu reino; e, como êstes resistiram com desprêzo às solicitações, êle resolveu empregar a influência da Igreja. Do mesmo modo, diz Mateus Paris, que uma criança que se tratou mal, vai queixar-se à mamãe, assim, o rei da Inglaterra levou suas queixas ao soberano pontífice, acrescentando que êle se dispunha a partir e a levar mais tarde seus barões para a Terra Santa. O

papa, na sua resposta, proibiu a Henrique III empreender algo contra o reino da França, mas ao mesmo tempo, ameaçou com os castigos da Igreja os cavaleiros e os senhores inglêses que saíssem do reino, contra a vontade do rei Henrique, apoiado com a autoridade pontifícia, ordenando aos comandantes de Douvres e dos outros portos que tomassem as medidas para que nenhum cruzado pudesse embarcar. Assim, a côrte de Roma, por um lado, pregava a Cruzada, e por outro, retardava a partida dos soldados da cruz; o que devia acabar de dissipar tôdas as ilusões e aniquilar o espírito da guerra santa.

Raimundo, conde de Tolosa, tinha também feito o juramento de combater os infiéis; mas a inconstância de seu caráter e a política do papa levaram-no bem depressa a outras emprêsas. Seu século vira-o ora cheio de zêlo pela Igreja, ora ardente perseguidor da mesma, ora apóstolo da heresia e o mais cruel inimigo da Santa Sé, procurando depois o favor dos pontífices; perseguido por guerras injustas, declarando êle mesmo a guerra sem motivo. Na época de que falamos, o conde de Tolosa não pensava mais em combater os infiéis, mas preparava-se para servir à política invejosa da côrte de Roma, voltando suas armas contra Tomás de Savóia que acabava, apesar da vontade do papa, de desposar uma filha de Frederico. Êle já tinha recebido do soberano pontífice o dinheiro necessário para seus preparativos; êle tinha se despedido de sua filha, a condêssa de Poitiers,

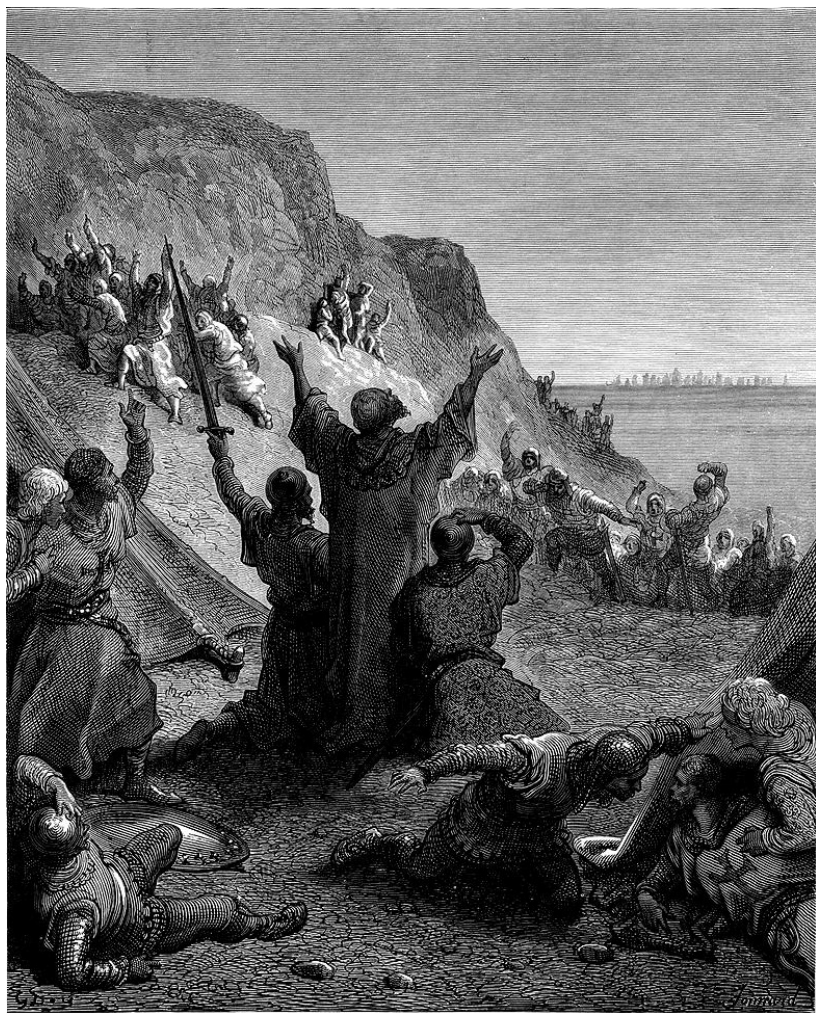
prestes a embarcar para o Oriente, quando caiu doente em Milhau. Seus projetos de ambição desvaneceram-se, e, para nos servirmos das expressões de um historiador moderno, êle foi a outro mundo, saber do *desfecho das incompreensíveis variedades de sua vida.*

Com êle extinguia-se a família dos condes de Tolosa, da qual vários príncipes foram os heróis nas guerras santas; outros, deploráveis vítimas do espírito das cruzadas. O condado de Tolosa entrou assim para a família dos reis da França e, enquanto Luís IX ia dissipar seus exércitos e seus tesouros nas conquistas no Oriente, conquistas menos brilhantes, mas também menos dispendiosas, mais úteis e mais duradouras, aumentavam o poder da monarquia e dilatavam os limites do reino.

A Alemanha, a Holanda, a Itália, cheias de perturbações ocupavam então tôda a atenção de Frederico II, e não lhe permitiam dirigir seu pensamento ao Oriente. Êle mandou ao conde de Poitiers cinqüenta cavalos e víveres, satisfeito, dizia, de poder cumprir suas obrigações que tinha para com a França; êle fazia votos pelo feliz resultado das Cruzadas e lamentava sempre não poder nela tomar parte. Frederico tinha vivido como o conde de Tolosa, e, como êle, devia logo ver, em um outro caminho, o têrmo de sua ambição, da inconstância de seus desígnios e das vicissitudes da fortuna.

Embora o conde de Poitiers fôsse pouco favorecido pelas circunstâncias, êle tinha acabado os pre-

parativos e reunido um exército. Os novos cruzados embarcaram em Aigues-Mortes, no momento mesmo em que a notícia da tomada de Damietta chegava ao Ocidente. O exército cristão os esperava no Egito, com tanto mais inquietação, quanto, durante mais de um mês, o mar de Damietta foi contìnuamente agitado por uma furiosa tempestade. Três semanas antes de sua chegada, todos os peregrinos se tinham pôsto em oração; no sábado de cada semana êles iam em procissão até à costa do mar, para implorar a proteção do céu em favor dos guerreiros que se deviam reunir ao exército cristão. Por fim, depois de uma viagem de dois meses, o conde de Poitiers desembarcou em Damietta. Sua chegada causou alegria, reanimou a esperança entre os cruzados e permitiu-lhes sair de um funesto descanso.

Luís IX reuniu o conselho dos príncipes e dos barões para consultá-los sôbre a marcha que se devia fazer e sôbre as medidas a serem tomadas para a conquista do Egito. Vários chefes propuseram ir sitiar Alexandria; êles diziam que aquela cidade tinha um ótimo pôrto, que a frota cristã ali estaria bem defendida e de ali se poderia fàcilmente obter provisões e víveres. Era esta a opinião de todos os que tinham experiência da guerra. Uma juventude ardorosa, persuadida de que se havia feito muito para a prudência, ficando vários meses na inatividade, sustentava que se devia marchar para o Cairo: não pensava nos perigos, que o exército poderia correr no

Os socorros.

meio de um país desconhecido onde só encontrariam inimigos irritados pelo fanatismo e pelo desespêro. O conde de Artois fazia-se notar entre os que queriam que se atacasse a capital do Egito: "Quando se quer matar uma serpente, exclamava êle, deve-se por primeiro esmagar-lhe a cabeça". Essa opinião expressa com calor, sobrepujou as outras no conselho. S. Luís mesmo compartilhava do ardor e das esperanças da juventude imprevidente e a ordem foi dada, de se marchar para o Cairo.

O exército dos cruzados era composto de sessenta mil combatentes, entre os quais contavam-se mais de vinte mil cavaleiros. Uma frota numerosa subiu o Nilo levando provisões, bagagens e as máquinas de guerra. "Nas proximidades da festa de Santa Cecília, diz a relação manuscrita, o rei mandou preparar os navios. Havia barcas, galeras, grandes e pequenos navios, carregados de alimentos, armas, máquinas de guerra, arnêses e tôdas as espécies de coisas de que necessitavam, homens e cavalos, o que era coisa grandiosa de se ver. Havia navios pequenos e grandes, e todo o rio estava como recoberto por êles". A Rainha Margarida, as condêssas de Artois, de Anjou e de Poitiers, ficaram em Damietta, onde o rei tinha deixado uma guarnição sob as ordens de Olivério de Thermes.

Os cruzados foram acampar a 7 de dezembro em Farescour, situada a cinco ou seis léguas de Damietta: o arrabalde de Farescour, construído num

terreno alto, ainda se pode ver. O terror precedia a marcha triunfal dos cavaleiros; tudo parecia favorecer à emprêsa. Uma circunstância, que se ignorava então, teria podido aumentar a segurança e a alegria dos guerreiros cristãos. Negmeddin, depois de ter lutado por muito tempo contra uma cruel enfermidade, acabava de falecer: essa morte podia lançar a perturbação no meio do povo e no exército egípcio, se não se tivesse tido o cuidado de ocultá-la por alguns dias. Quando o sultão exalou o último suspiro, os mamelucos guardavam a porta de seu palácio, como se êle ainda vivesse; faziam-se orações, davam-se ordens, em seu nome; nada interrompeu entre os muçulmanos os preparativos de defesa e os cuidados da guerra contra os cristãos. Tôdas as precauções eram obra de uma mulher, comprada a princípio como escrava e que se tornara em seguida a espôsa favorita de Negmeddin. Os historiadores árabes louvam a coragem, a habilidade, de Chegger-Eddour, e estão de acôrdo em dizer que nenhuma mulher a sobrepujava em beleza, e nenhum homem, em gênio.

Depois da morte de Negmeddin, a sultana reunira os principais emires; nessa assembléia deu-se o govêrno do Egito ao emir Fakreddin e reconheceram como sultão a Almoadam Touranschah, que seu pai tinha relegado para a Mesopotâmia; alguns autores afirmam que nesse conselho resolveu-se mandar embaixadores ao rei dos francos, para propor-lhe a paz em nome do príncipe cuja morte ainda era ignorada.

Os embaixadores, para obter uma trégua, deviam oferecer aos cristãos Damietta com seu território, Jerusalém e várias outras cidades da Palestina. Essas negociações não tiveram resultado; os cruzados estavam muito adiantados, êles tinham demasiada confiança em suas armas, para escutar qualquer proposta.

O exército cristão continuava a marcha pelas margens do Nilo e depois entrou na aldeia de Sarensah, hoje chamada Serinka, sem ter encontrado outros inimigos, que quinhentos cavaleiros muçulmanos. Êsses cavaleiros, a princípio mostraram intenções pacíficas; seu pequeno número não podia inspirar nenhum temor. Luís IX, cuja proteção pareciam implorar, proibiu aos cruzados que os atacassem; mas os mamelucos, abusando da confiança que nêles se depositava, aproveitando-se de uma ocasião favorável, atiraram-se de repente sôbre os templários e mataram um cavaleiro da ordem. Imediatamente deu-se o alarma no exército cristão; o esquadrão dos muçulmanos foi atacado de todos os lados; os que não morreram sob as armas dos cruzados, afogaram-se no Nilo. À medida que os cristãos se aproximavam de Mansourah, os muçulmanos duplicavam seu temor e inquietação. O emir Fakreddin falou dos perigos do islamismo numa carta, que foi lida na hora da oração, na grande mesquita da capital. Depois da fórmula, *em nome de Deus e de Maomé, seu profeta,* a carta de Fakreddin começava com estas palavras do Alcorão: *Correi, grandes e pequenos! A causa de*

Deus tem necessidade de vossas armas e de vossas riquezas. Os francos, dizia ainda o emir, os francos, (*que o céu amaldiçoe!*) chegaram ao nosso país com seus estandartes e suas espadas; êles querem se apoderar de nossas cidades e devastar nossas províncias; que muçulmano pode se recusar a marchar contra êles e vingar a glória do islamismo?

À leitura dessa carta, todo o povo chorou. A maior agitação reinava na cidade do Cairo; a morte do sultão, cuja notícia começava a se espalhar, aumentava a consternação geral. Mandaram ordens para se recrutarem tropas em tôdas as províncias egípcias; pregava-se a guerra em tôdas as mesquitas e os imans procuravam despertar o fanatismo, para opô-lo ao abatimento do desespêro.

O exército cristão chegou ao canal de Aschmoun, a 19 de dezembro; tinha diante de si do outro lado do canal, o exército muçulmano e a cidade de Mansourah. Tudo parecia anunciar que naquele lugar se devia decidir a sorte da guerra. Os cruzados ergueram suas tendas no mesmo lugar onde o exército de João de Brienne tinha acampado trinta anos antes; a lembrança de um grande desastre teria devido servir-lhes de lição. O canal de Aschmoun tinha mais ou menos a largura do Marne, seu leito era profundo e suas margens, elevadas. Estava-se na estação em que as águas são baixas; mas a passagem não apresentava grandes dificuldades. Visitamos o canal na mesma estação em que os cruzados se

haviam detido em suas margens e ninguém podia passá-lo. Foi preciso construir uma ponte; puseram-se todos ao trabalho, mas os engenheiros saíram-se mal; todos os dias êles deviam começar de novo, pois a correnteza levava tudo o que se lhes opunha. Os cruzados eram, além disso, noite e dia perturbados em seus trabalhos e sem cessar expostos aos dardos lançados pelos muçulmanos e pelo seu terrível fogo grego.

Embora o chefe do exército muçulmano tivesse fugido sem combater diante dos cruzados, que haviam desembarcado na costa de Damietta, as crônicas árabes louvam sua bravura e seu talento militar; elas acrescentam que êle tinha sido feito cavaleiro por Frederico II e que sôbre seu escudo êle tinha as armas dos imperadores da Alemanha, com as do sultão do Cairo e de Damasco. Fakreddin tinha reanimado com suas palavras e seu exemplo a coragem e a confiança de um exército vencido.

Mal os cruzados tinham estabelecido seu acampamento e começado os trabalhos necessários para a passagem de Aschmoun, Fakreddin mandou uma parte de suas tropas além do canal para atacar a retaguarda do exército cristão. Os muçulmanos, com aquêle ataque imprevisto, espalharam a desordem e o terror no acampamento de seus inimigos. Esta última vantagem redobrou-lhes a coragem e a ousadia e logo um novo assalto foi dado ao acampamento dos cristãos em tôda a linha que se estendia desde o canal

até o Nilo. Os muçulmanos penetraram várias vêzes nas defesas dos cruzados; o duque de Anjou, Guy, o conde de Forez, o senhor de Joinville, vários outros chefes, tiveram necessidade de empregar tôda sua bravura para repelir para fora do acampamento um inimigo que a cada novo assalto sabia que os francos não eram invencíveis e que se poderia, pelo menos, deter a sua marcha.

Todos os dias combatia-se na planície e no rio. Vários navios dos cristãos haviam caído nas mãos dos muçulmanos; os árabes, rodando sem cessar em tôrno do acampamento agarravam a todos os que se afastavam das bandeiras. Como o emir Fakreddin só podia conhecer sòmente por relações dos prisioneiros o estado e as disposições do exército cristão, êle prometeu uma recompensa para cada prisioneiro que fôsse trazido à sua tenda. Todos os meios que a coragem e a astúcia podem sugerir foram empregados para apanhar os cruzados. Conta-se que um soldado muçulmano tendo colocado sua cabeça num melão vazio, lançou-se assim a nado, no Nilo. O melão parecia flutuar em cima da água e atraiu os olhares de um guerreiro cristão; êle lançou-se ao rio e quando estendia a mão para agarrar o melão, foi êle mesmo agarrado e levado ao acampamento dos muçulmanos. Êsse particular, mais bizarro que instrutivo, é narrado por vários historiadores árabes, que mal falam dos combates precedentes. Tal o espírito e o caráter da maior

parte das histórias orientais, em que os detalhes mais frívolos muitas vêzes tomam o lugar das verdades mais úteis e dos fatos mais importantes.

1250. Estando os exércitos assim frente um ao outro, os cruzados continuaram o trabalho que tinham começado sôbre o Aschmoun. Haviam construído tôrres de madeira e erguido máquinas, para proteger os operários que construíam a ponte pela qual o exército cristão devia atravessar o canal. Por seu lado, os muçulmanos duplicavam os esforços para impedir que os cristãos terminassem seu trabalho. A ponte avançava lentamente e as tôrres de madeira que haviam sido construídas diante da estrada, não podiam nem defender os operários nem os soldados, contra as flechas, as pedras e os dardos incandescentes que eram lançados do acampamento dos inimigos. Nada pode igualar ao susto e ao terror que sòmente a vista do fogo grego causava ao exército cristão. Segundo o testemunho de pessoas que os presenciaram, êsse fogo temível, lançado ora por um tubo de bronze, ora por um instrumento que se chamava de pedreira, tinha, segundo a expressão de Joinville, o tamanho de um *tonel de uva verde*. A cauda flutuante que arrastava empós de si tinha vários pés de comprimento. Os cruzados viam-no, no ar como um dragão voador; o barulho da explosão parecia-se com um raio que cai depois do relâmpago. Quando era atirado durante a noite irradiava um clarão sinistro que iluminava todo o acampamento.

À vista dêsse terrível fogo os cavaleiros prepostos à guarda das tôrres, corriam para todos os lados, como desorientados. Uns chamavam os companheiros em seu auxílio, outros, precipitavam-se por terra, e punham-se de joelhos, invocando as potências celestes. O senescal da Champanha não podia dissimular seu espanto e agradecia a Deus de todo o coração quando o fogo grego caía longe dêle. Luís IX não estava menos desolado que os barões e os cavaleiros, e quando êle ouvia a detonação do fogo, exclamava, — *chorando grandes lágrimas: Senhor Jesus Cristo, defendei-me e a tôda a minha gente!*

— *As preces e orações do rei* —, diz seu historiador, — *nos serviram muito.* No entretanto, não puderam salvar as tôrres e as obras de madeira construídas pelos cruzados; tudo foi devorado pelas chamas, à vista do exército cristão, que não pôde impedi-lo. Os cristãos deveriam, por fim, compreender que haviam empreendido uma tarefa impossível, e que deveriam procurar um outro meio mais fácil e mais seguro de passar o canal. Infelizmente os chefes obstinaram-se em fazer outras construções que tiveram a mesma sorte que as primeiras. Perderam assim muito tempo e a inutilidade de suas tentativas acabou por alimentar o orgulho dos muçulmanos.

Os mamelucos souberam então que seu novo sultão acabava de chegar a Damasco, e que êle era esperado na sua capital. Essa chegada deu-lhes novas esperanças; êles mostravam-se por sua vez cheios

de confiança na vitória. Para duplicar o ardor dos seus soldados, Fakreddin repetia muitas vêzes com um tom de certeza que êle iria logo dormir na tenda do Rei da França.

Os cristãos estavam há um mês em Aschmoun, esgotando-se em esforços inúteis. Seus chefes não se inquietavam em saber se era possível atravessar o canal a pé, ou a nado, como tinha feito a cavalaria egípcia. Êles começavam a se desesperar, quando o acaso lhes ofereceu um meio de sair do embaraço, meio que êles teriam conhecido muito antes, se tivessem tido menos obstinação e mais previdência. Um árabe beduíno veio propor a Imbert de Beuajeu, condestável da França, para lhe mostrar a quatro milhas do acampamento, um lugar bastante raso, pelo qual os cruzados poderiam atravessar sem perigo e sem obstáculos para a outra margem do Aschmoun. Depois de se ter certificado de que o árabe lhe dizia a verdade, deram-lhe como recompensa uma soma de quinhentos bizantinos de ouro que êle tinha pedido e o exército cristão tomou novas disposições para se aproveitar daquela feliz, embora tardia, descoberta.

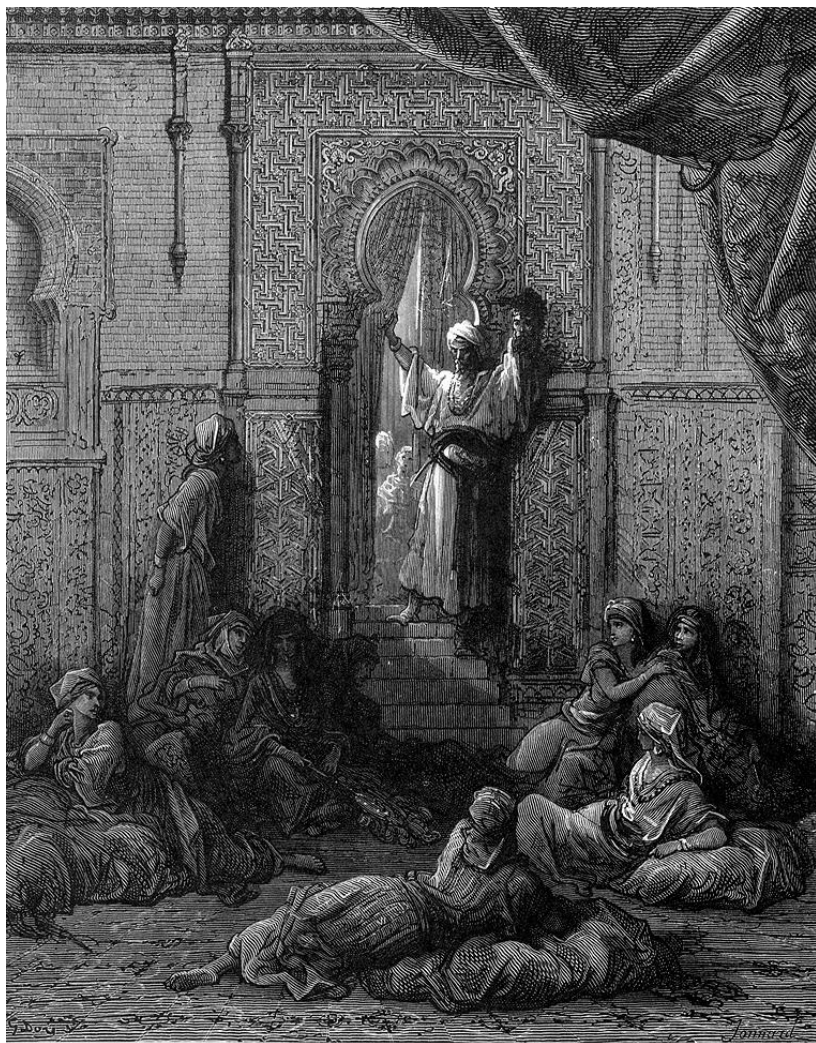
O rei e os príncipes, seus irmãos, com tôda a cavalaria, puseram-se em marcha no coração da noite; o Duque da Borgonha ficou no acampamento com a infantaria para observar o inimigo e guardar as máquinas e as bagagens. Ao despontar do dia, todos os esquadrões que deviam passar o Aschmoum, esperavam o sinal na margem.

Em nossa viagem ao Egito, nas pegadas dos cruzados, reconhecemos o lugar onde os *cavaleiros entraram no rio, e encontraram o fundo e terra firme:* êsse lugar do canal é chamado Makrisi, *Sedam*. As pessoas do país por ali passam mesmo quando as águas do Nilo estão baixas. Há vários outros lugares rasos na vizinhança; o fundo do canal é arenoso e sua margem muito escarpada, o que deveria tornar a passagem do exército longa e difícil.

O Conde de Artois apresentou-se por primeiro para passar o Aschmoun. O rei, que conhecia a impetuosidade e o ardor de seu irmão, quis, a princípio, detê-lo; Roberto insistiu vivamente, e jurou sôbre o Evangelho que, em chegando à outra margem, êle esperaria que o exército cristão tivesse também passado. Luís acreditou imprudentemente na promessa que fazia um príncipe ardoroso e altivo, um jovem cavaleiro francês, de dominar seus transportes belicosos e de resistir no campo de batalha a tôdas as tentações da glória. O Conde de Artois pôs-se à frente da vanguarda, na qual se encontravam os hospitalários, os templários e os cruzados inglêses. Essa vanguarda atravessou o Aschmoun e pôs em fuga trezentos cavaleiros inimigos. À vista dos muçulmanos que fugiam o jovem Roberto sentiu o desejo de persegui-los. Em vão os dois grão-mestres disseram-lhe que a fuga do inimigo podia ser um ardil de guerra, que era preciso esperar o resto do exército e seguir as ordens do rei; Roberto temendo perder a ocasião

de triunfar sôbre os infiéis, só escuta seu ardor, de vencer; lança-se à planície de espada na mão, leva consigo a todos e persegue os muçulmanos até seu acampamento onde penetra com êles.

Fakreddin, chefe do exército muçulmano, estava então no banho, e, segundo o costume dos orientais, fazia tingir a barba. Montou a cavalo, quase nu, reuniu suas tropas e resistiu por algum tempo; mas, ficando sòzinho no campo de batalha, foi envolvido e caiu morto atravessado por dezenas de golpes.

Todo o exército muçulmano fugiu em desordem, para Mansourah. Como resistir ao desejo de correr em seu seguimento? Que se tinha a temer de um inimigo que abandonava seu acampamento? Não se podia julgar que os muçulmanos fugiam como em Damietta e que o terror impediria que êles se reunissem de novo? Todos êstes pensamentos apresentaram-se ao espírito do Conde de Artois e não lhe permitiram esperar que o resto do exército viesse, para terminar a vitória. Em vão o grão-mestre do templo renovou suas observações e advertências: o jovem príncipe respondia com transportes aos conselhos da experiência. Em sua cólera êle acusou os templários e os hospitalários de estar de entendimentos com os infiéis e de querer perpetuar uma guerra da qual êles aproveitavam para sua ambição. "Assim, então, replicaram os dois grão-mestres, nós e nossos cavaleiros, teríamos abandonado nossas famílias e nossa pátria, passaríamos nossos dias numa terra es-

A cabeça do sultão vencido é mostrada ao serralho.

trangeira, no meio das fadigas e dos perigos da guerra, para trair a causa da Igreja cristã!" Dizendo estas palavras, o grão-mestre do templo ordenou aos seus cavaleiros que preparassem as armas e desfraldassem a bandeira do combate. O Conde de Salisbury, que comandava os inglêses, quis falar do perigo ao qual se iria expor o exército cristão, separado de sua vanguarda. O Conde de Artois interrompeu-o rudemente: — *Os tímidos conselhos,* — disse-lhe êle, — *não são feitos para nós.* Renovaram-se então as queixas que muitas vêzes tinham surgido e o calor da discussão não permitiu mais que se escutasse a voz da prudência. Enquanto assim se exaltavam, o antigo governante do Conde de Artois, Foucault de Nesle, que era surdo e que julgava que se preparavam para o combate não deixava de exclamar: *Vamos a êles! Vamos a êles!* Estas palavras tornaram-se um funesto sinal para guerreiros impelidos ora pela cólera ora pela impaciência da vitória. Os templários, os inglêses, os franceses todos partiram juntos, todos voaram contra Mansourah e penetraram na cidade, abandonada pelo inimigo; uns deram-se ao saque, outros perseguiram os fugitivos até o caminho do Cairo.

Se tôdas as tropas cristãs se tivessem encontrado além do canal, no momento em que o Conde de Artois entrava em Mansourah, a derrota dos inimigos teria sido completa. Mas a passagem fazia-se com muitas dificuldades e confusão; quando o exército

francês atravessou o Aschmoun, um espaço de duas léguas separava-o da sua vanguarda.

Os muçulmanos, expulsos de seu acampamento, julgavam a princípio ter que combater tôdas as fôrças dos cruzados, comandados pelo Rei da França; mas logo reconheceram que era pequeno o número de seus inimigos e se admiraram de ter fugido. Do meio do perigo e da desordem, havia aparecido entre êles um chefe hábil, cuja presença de espírito reanimou-lhes a coragem. Bibars-Bendocdar, que os mamelucos acabavam de colocar à frente de todos, tendo percebido a imprudência dos cristãos, reuniu os muçulmanos, dirigiu uma parte do exército contra o canal de Aschmoun e Mansourah, apoderou-se das portas da cidade e atirou-se com a elite de seus soldados contra os cruzados que saqueavam o palácio do sultão. "Os mamelucos, leões dos combates (é assim que se exprime um historiador árabe) precipitaram-se contra os francos como uma furiosa tempestade. Suas armas terríveis espalhavam por tôda a parte a morte e o terror." Os cristãos, dispersados pela cidade, mal tiveram tempo de se reunir; cercados em ruas estreitas não podiam combater a cavalo nem usar das espadas; do alto dos tetos e das janelas atiravam-lhes pedras, faziam chover torrentes de fogo grego; as portas da cidade estavam fechadas; a multidão dos muçulmanos ocupava tôdas as estradas; não restava mais nenhuma esperança de salvação para aquela va-

lorosa tropa que pouco antes tinha pôsto em fuga um exército todo.

Logo o exército cristão, que acabava de passar o canal encontrou-se em grande perigo; à medida que os cruzados atravessavam o Aschmoun, sabiam, uns, que o Conde de Artois perseguia o inimigo, outros, que êle estava cercado em Mansourah; a maior parte dos cavaleiros estava ansiosa por partilhar da sua glória ou de seus perigos, e, sem esperar os que os seguiam, correu ao acampamento dos muçulmanos e depois, para a cidade.

O Conde da Bretanha foi um dos primeiros que se pôs em marcha; foi seguido por Guy de Malvoisin, pelo senhor de Joinville e pelos mais valentes cavaleiros do exército. Êles avançavam ràpidamente e sem precaução no meio de um campo cheio de inimigos; não tardaram em ficar separados uns dos outros; alguns voltaram atrás, a maior parte foi envolvida pelos muçulmanos; mil combates se travaram ao mesmo tempo na planície; aqui os cristãos eram vencedores, mais adiante, vencidos; por tôda a parte viam-nos ora atacados, ora atacando, ora defendendo-se, ora pondo o inimigo em fuga, ora fugindo êles também.

De repente viram do lado do Aschmoun uma nuvem de poeira. Ouviram-se os sons de trombetas e de clarins: era o exército cristão que avançava; São Luís marchava à frente de sua cavalaria; deteve-se depois num lugar elevado onde todos os olhares se

cravaram nêle. Os cavaleiros dispersos perto de ali, na planície, e que não podiam mais resistir aos muçulmanos, julgaram ver o anjo dos combates que vinha em seu auxílio; Joinville, principalmente, que atacava com fôrça os inimigos, não pôde deixar de admirar o porte majestoso do monarca. Luís trazia sôbre a cabeça um elmo dourado e tinha na mão uma espada da Alemanha; suas armas eram resplandecentes; sua atitude altiva animava os guerreiros e por fim diz o ingênuo senescal, em quem o sentimento do perigo redobrava o da admiração, — *eu vos afirmo que nunca vi um homem mais belo, armado assim.* Vários cavaleiros que acompanhavam Luís, vendo de todos os lados guerreiros franceses lutando com muçulmanos, saíram das fileiras e se dirigiram para a luta; então a confusão aumentou. Todos correm sem saber onde está o inimigo: bem depressa as bandeiras dos cruzados deixaram de esvoaçar, no exército cristão; não se sabe mais de que lado está o rei; ninguém dá ordens; a maça e o machado fazem voar em pedaços os capacetes e os escudos. Uns caem cobertos de feridas, outros são pisados pelos cavalos; o grito dos franceses — *Montjoie, Saint Denis* —, o dos muçulmanos, — *Islam, Islam* — ressoam juntos. Ouvem-se de todos os lados os gritos e gemidos dos moribundos, o choque das espadas, o rufar dos tambores ou *nacaires*. Desde o canal até Mansourah, e desde o Nilo até a margem onde os cruzados acabavam de desembarcar, os campos apresentam um

aspecto horrível de morte e de desolação, onde todos combatem cada qual por sua vida. Torrentes de sangue correm de todos os lados sem que a vitória se decida, nem pelos muçulmanos, nem pelos franceses.

Os cruzados tinham tido algumas vantagens em todos êstes combates; mas seu exército se encontrava em grande parte disperso. Nesse momento, Bibars tinha deixado Mansourah, com suas tropas para triunfar e vencer a resistência do Conde de Artois e de seus cavaleiros; êle se punha em marcha com tôdas as suas fôrças e se dirigia para o lado do canal, quer para animar os muçulmanos que começavam a fugir, quer para travar uma batalha decisiva. Luís e os chefes que o acompanhavam perceberam os movimentos e os projetos do inimigo. Resolveram logo, que o exército cristão, aproximar-se-ia do canal, para não ser envolvido e para conservar alguma comunicação com o Duque da Borgonha, que havia ficado do outro lado do canal. Já a auriflama, levada à frente dos batalhões marcava-lhes o caminho que deviam seguir, quando os condes de Poitiers e de Flandres, que haviam avançado na planície, mandaram dizer ao rei que morreriam se não se lhes mandasse imediatamente auxílio. Por outro lado, Imbert de Beuajeu viera dizer que Roberto ia morrer em Mansourah. Luís deteve-se um momento; uma multidão de cavaleiros, sem esperar suas ordens correm, uns em auxílio dos poitevinos e dos flamengos, outros, em auxílio

do Conde de Artois. Os muçulmanos cobriam os campos; os guerreiros franceses que estavam separados do rei não podem resistir ao número dos inimigos e voltam para o exército onde causam desordem. Na confusão geral, espalha-se o boato de que os muçulmanos são vencedores em tôda parte e que o rei acaba de ordenar a retirada. Vários esquadrões debandam e precipitam-se para o canal; no mesmo instante as águas aparecem cobertas de cavalos e de cavaleiros que se afogavam. Em vão, nesse extremo perigo, Luís procurou reunir seus soldados: sua voz, mal se ouve e êle dá ordens, que não são executadas; então êle precipita-se para o meio do perigo e seu ardor o leva tão longe, que seus escudeiros mal podem segui-lo; por fim, ficando sòzinho na luta êle é rodeado por seis cavaleiros muçulmanos que o levam prisioneiro. Luís resiste-lhes, consegue escapar de suas mãos e os põe em fuga. Êsse ato de bravura reanima os cruzados que fugiam; os guerreiros franceses correm de todos os lados para junto do rei; recomeçam o combate e dispersam por sua vez os batalhões muçulmanos. Enquanto o exército cristão combatia assim para reparar o êrro e salvar a vida do Conde de Artois, êsse infeliz príncipe defendia-se com bravura heróica em Mansourah e só pensava em morrer com os cavaleiros que o tinham seguido. O combate durou desde as dez horas da manhã até às três da tarde; os mais bravos, cobertos de ferimentos, esgotados de cansaço, rodeados pelos companheiros

mortos, ainda ameaçavam os inimigos. Por fim caíram todos, cheios de sangue, varados por inúmeros golpes. Salisbury foi morto à frente dos guerreiros que comandava; Roberto de Vair, antes de cair, envolveu-se na bandeira inglêsa que trazia; Raoul de Coucy expirou no meio dos seus, estendido por terra; o Conde de Artois, fechado numa casa defendeu-se por muito tempo e caiu por fim no meio da matança e das ruínas. Os guerreiros cristãos tinham entrado em Mansourah em número de mil e quinhentos; quase todos morreram. O grão-mestre dos hospitalários ficou sòzinho no campo de batalha e foi feito prisioneiro; o do templo escapou por milagre e voltou, à tarde, ao exército cristão, ferido no rosto, com as vestes rasgadas e a couraça varada de golpes. Êle tinha visto cair ao seu lado duzentos e oitenta dos seus cavaleiros.

A maior parte dos que tinham avançado para Mansourah, para socorrer o Conde de Artois, pereceu vítima de seu intrépido zêlo. O bravo Guy de Malvoisin chegou até às muralhas e não pôde penetrar na praça. O Duque da Bretanha fêz incríveis esforços para chegar até o lugar do combate; êle ouviu as ameaças, os gritos do tumulto que ressoavam pela cidade, sem lhe poder forçar as portas, nem escalar as muralhas. Voltaram sòmente ao cair da noite. Êle vomitava sangue aos borbotões; seu cavalo, eriçado de flechas tinha perdido as rédeas e os arreios, todos os guerreiros que o seguiam estavam

feridos. Nesse estado êle se mostrava ainda mais terrível aos inimigos, ora desbaratando a golpes fortes de lança, os que ousavam persegui-lo, — *dizendo-lhes palavras em sinal de zombaria.*

Depois que a noite separou os combatentes, o prior do Hospital de Rosnay veio beijar a mão do rei e pedir-lhe notícias do Conde de Artois. "Tudo o que eu sei, respondeu o santo monarca, é que êle agora está no paraíso." O bom cavaleiro, para tirar-lhe um pensamento tão triste, ia falar das vantagens que acabavam de obter. Luís então ergueu os olhos molhados de lágrimas para o céu: "Que Deus seja honrado por tudo o que nos dá", interrompeu êle; mas quando dizia estas palavras. "viam-se, acrescenta Joinville, muitas lágrimas em seu rosto." O prior de Rosnay calou-se; os barões e os senhores, reunidos perante o rei, conservaram-se em triste silêncio, e — *todos ficaram oprimidos pela angústia, pela compaixão e pela piedade de vê-lo chorar assim.*

O exército, embora tivesse que censurar ao Conde de Artois as desgraças daquele dia, partilhava das tristezas de Luís. Tal era entre os guerreiros franceses o ascendente da bravura, que as maiores faltas pareciam-lhes expiadas por uma morte gloriosa. Sabe-se além disso, que em tôdas as Cruzadas, os que morriam com as armas na mão eram colocados entre os mártires. Os guerreiros cristãos agora, só viam no Conde de Artois, um soldado de Jesus Cristo, que Deus tinha chamado ao seu seio; era

assim que a piedade se unia à glória e que se honravam como santos os que eram admirados como heróis. Mateus Paris refere na sua história que a mãe de Salisbury viu seu filho subir ao céu no mesmo dia da batalha de Mansourah. A mesma opinião era comum entre os muçulmanos. Os que morriam no campo de batalha nas guerras contra os cristãos passavam por mártires do islamismo. "Os francos, diz o historiador Gemal-Eddin, mandaram Fakreddin para as margens do rio celeste e seu fim foi um belo fim."

A história não conservou os nomes de todos os guerreiros que se distinguiram por seu valor na batalha de Mansourah; o senescal da Champanha não foi um dos que correram menos perigos e mostraram menos bravura: êle, com outros seis, defendeu uma ponte contra uma multidão de inimigos; foi duas vêzes derrubado do cavalo. Em tão grave dificuldade, o piedoso cavaleiro lembrou-se do *senhor São Tiago,* e disse-lhe: *Senhor São Tiago, eu te suplico, ajuda-me, e socorre-me nesta necessidade.* Joinville combateu durante todo o dia e viu alguns homens de alta classe, que fugiam na confusão geral; êle não cita ninguém, porque no momento em que êle escrevia os homens de quem êle falava tinham morrido e não lhe parecia conveniente — *falar mal dos mortos.* A reserva com a qual se exprime, aqui êste historiador diz qual o espírito do exército francês, onde se considerava como uma vergonha inaudita e como a maior

de tôdas as desgraças, o ter conhecido, por um momento, o temor.

A maior parte dos guerreiros franceses, na presença dos perigos, jamais perdeu o sentimento da honra que formava o caráter da cavalaria. Errard de Severey, combatendo valentemente com um pequeno número de cavaleiros, recebeu um golpe de sabre no rosto; êle perdia muito sangue e parecia não poder sobreviver ao ferimento, quando, dirigindo-se aos cavaleiros que combatiam perto dêle: "Se me garantirdes, disse êle, que eu e meus filhos estaremos livres de qualquer vergonha, eu irei pedir por vós o socorro do Duque de Anjou que estou vendo lá abaixo da planície." Todos fizeram grandes elogios à sua resolução; imediatamente êle montou a cavalo, atravessou os esquadrões inimigos, chegou até o Duque de Anjou e voltou com êle para libertar seus companheiros que iam perecer. Errard de Severey morreu pouco tempo depois dêsse feito heróico; morreu levando consigo, não o sentimento de uma glória vã, mas a certeza consoladora de que nenhuma censura, como êle tinha desejado, atingiria seu nome e o de seus filhos.

O que nos causa admiração e nos encanta ao mesmo tempo nas narrações das antigas crônicas que falaram desta batalha de Mansourah, é encontrarmos no meio das cenas de matança, traços da jucundidade francesa, dessa jucundidade que despreza a morte e zomba do perigo. Nós falamos de seis cavaleiros

que defenderam a passagem de uma ponte contra um grande número de muçulmanos: enquanto êstes valentes cavaleiros, rodeados de inimigos, defendiam o pôsto tão perigoso, o Conde de Soissons, dirigindo-se a Joinville, exclamava: "Senescal, deixemos gritar e ladrar êsses canalhas; por meio do arquivo, falaremos vós e eu, dêste dia num salão, diante das damas."

Os muçulmanos retiraram-se, e o exército cristão veio ocupar seu acampamento, do qual a vanguarda se tinha apoderado, pela manhã e que os árabes beduínos tinham saqueado durante o combate. O acampamento dos inimigos e as máquinas de guerra, que êles tinham deixado lá foram o único fruto dos feitos daquela jornada. Os cruzados haviam mostrado tudo o que o valor pode; seu triunfo teria sido mais completo se êles tivessem podido reunir-se e combater juntos. Seus chefes não tiveram habilidade ou bastante ascendente para reparar o êrro do Conde de Artois; os chefes dos muçulmanos que se haviam mostrado mais hábeis tinham sido também mais bem secundados pela disciplina e pela obediência dos mamelucos.

Reconhecendo as perdas que tinham sofrido, os cristãos só pensaram em celebrar a vitória. Para apreciarmos o resultado de tantos combates sangrentos, basta ver o contraste dos sentimentos que animavam os dois exércitos. Uma sombria tristeza reinava entre os vencedores; os muçulmanos, ao contrário,

embora repelidos de seu acampamento, e impelidos para Mansourah, consideravam como um triunfo ter detido a marcha do inimigo, e, tranqüilizados, no fim da guerra, êles se entregavam tanto mais à alegria quanto antes da batalha seus temores tinham sido mais vivos.

Com efeito, nada pode descrever a consternação que o primeiro ataque do Conde de Artois tinha espalhado entre os infiéis. No começo do dia, um pombo mandado ao Cairo levou uma mensagem nestes têrmos: "No momento em que a ave é sôlta, o inimigo ataca Mansourah; uma batalha terrível está travada entre os cristãos e os muçulmanos." A esta notícia o povo do Cairo ficou tomado de terror. Logo boatos sinistros vieram aumentar-lhe as apreensões. As portas da cidade estiveram abertas durante tôda a noite, para receber os que tinham fugido; todos exageravam o perigo para desculpar a deserção. Julgava-se que o islamismo chegava ao seu têrmo; muitos já abandonavam a capital para ir procurar um asilo no alto Egito. No dia seguinte, tudo mudou de aspecto. Outra pomba chegou trazendo notícias que acalmaram e tranqüilizaram os muçulmanos. A nova mensagem anunciava que o Deus de Maomé se havia declarado contra os cristãos. Dissiparam-se então todos os temores e o fim do combate de Mansourah, diz um autor árabe, — *foi a chave da alegria para todos os verdadeiros crentes.*

Na mesma noite que se seguiu à batalha, o exército muçulmano fêz várias tentativas para retomar seu acampamento e máquinas de guerra que haviam ficado em poder dos franceses. Os guerreiros cristãos, oprimidos pelo cansaço, ouviam sem cessar gritar: às armas! Os ataques contínuos do inimigo não lhes permitiam reparar as fôrças com o sono; vários estavam ainda esgotados pelos ferimentos, e mal podiam revestir-se da couraça: no entretanto, defendiam-se com a costumeira bravura.

No dia seguinte, era a quarta-feira de cinzas, os padres celebraram as cerimônias determinadas pela religião, para a abertura da quaresma. O exército cristão passou uma parte do dia em oração, o resto, em preparativos para a defesa. Enquanto os soldados da cruz prostravam-se aos pés do altar e preparavam-se para repelir os infiéis, imagens de dor misturavam-se nos corações aos sentimentos de bravura e de piedade. Lembrando-se em seguida de suas vitórias passadas, êles não podiam deixar de temer o futuro, e o símbolo das fragilidades humanas que a Igreja oferece a cada um de seus filhos, nesse dia solene, devia manter ainda seus tristes pressentimentos.

No mesmo dia procuraram lançar uma ponte sôbre o Aschmoun a fim de se comunicar com o acampamento do Duque de Borgonha. Os chefes e os soldados puseram-se ao trabalho; no espaço de algumas horas, tudo estava terminado. A infantaria

que se havia deixado do outro lado do canal, veio reforçar o exército que logo devia se empenhar em novos combates.

Bibars, que tinha tomado o comando dos mamelucos, só pensava em se aproveitar de suas primeiras vantagens. Depois que se encontrou o corpo do Conde de Artois, os mamelucos mostraram sua couraça, semeada de flôres-de-lis, dizendo que eram os despojos do Rei da França. Êsse espetáculo acabou por inflamar o ardor dos muçulmanos. Os chefes e os soldados pediam com grandes gritos que os levassem de novo ao combate. O exército muçulmano, teve ordem de se conservar pronto para o dia seguinte, primeira sexta-feira da quaresma.

Luís IX foi avisado do projeto dos inimigos. Êle ordenou aos principais chefes que fortificassem o acampamento e dispusessem as tropas para o combate. Na sexta-feira, ao despontar o dia, os cristãos estavam todos prontos para a luta; ao mesmo tempo o chefe dos muçulmanos apareceu na planície, dispondo seus soldados. Êle colocou a cavalaria na linha da frente, a infantaria, atrás, mais longe, um corpo de reserva. Êle reforçava o canal, até o rio. Ao Sul, êle mandou desfraldar as bandeiras e tocar o ataque.

O Duque de Anjou estava à frente do exército do acampamento do lado do Nilo; foi o primeiro atacado. A infantaria dos muçulmanos apresentou-se por primeiro, atirando fogo grego. O fogo

pegava-se às vestes dos soldados, aos arnêses dos cavalos: os soldados atingidos pelas chamas, que se não podiam apagar, corriam para cá e para lá, soltando gritos espantosos; os cavalos saltavam e punham a confusão nas fileiras. Para aumentar a desordem, a cavalaria inimiga abriu uma passagem e dispersava os que ainda combatiam, penetrando assim até dentro de suas defesas. O Duque de Anjou não pôde resistir a tantos ataques dos inimigos; seu cavalo foi morto e êle combatia a pé e estando para ser vencido, pediu auxílio a Luís IX.

O rei, porém, estava em luta com os muçulmanos, mas redobrou seu ardor e seus esforços, repeliu o inimigo na planície e correu para onde o perigo o chamava. Os cavaleiros que o seguiam, precipitaram-se contra os batalhões muçulmanos que atacavam o quarteirão do Duque de Anjou; Luís não se detém nem com os dardos lançados contra êle de todos os lados, nem com o fogo grego, que cobria suas armas e os arreios de seu cavalo. Na descrição do combate, Joinville se admira de que o Rei da França tenha escapado à morte, e não pode explicar essa espécie de milagre, senão atribuindo-o ao poder de Deus.

À esquerda do Duque de Anjou, acampavam os cruzados na Ilha de Chipre e da Palestina, comandados por Guy de Ibelin e por Balduíno, seu irmão. Êsses cruzados não haviam tomado parte na última batalha e não tinham perdido nem cavalos nem armas.

Junto dêles combatia o valente Gaucher de Chatillon, à frente de uma tropa de elite. Êsses intrépidos guerreiros resistiram a todos os assaltos, e, ficando imóveis no pôsto que lhes fôra confiado, e ao seu valor, contribuíram muito para salvar o acampamento e o exército.

Os templários haviam perdido uma grande parte de seus cavaleiros em Mansourah, e tinham erguido diante dêles uma defesa de madeira, com máquinas de guerra, tiradas dos muçulmanos. Essa frágil defesa, não pôde resistir à ação do fogo grego: o inimigo precipita-se ao seu acampamento através das chamas; os templários formam com seus corpos uma muralha impenetrável e sustentam durante várias horas o choque dos atacantes; o combate foi tão vivo nesse ponto, que, por trás do lugar ocupado pela milícia do Templo, mal se via a terra, tôda coberta ela estava de flechas e de dardos. O grão-mestre dos templários perdeu a vida na luta; um grande número de cavaleiros morreu para defendê-lo, ou para vingá-lo. Os prodígios de seu valor detiveram os esforços do inimigo e os últimos que pereceram no combate, tiveram, ao morrer, a consolação de ver os muçulmanos fugir.

Guy de Malvoisin estava colocado perto do pôsto que os cavaleiros do Templo defendiam; o batalhão que êle comandava era quase todo composto de seus parentes e apresentava nos combates uma família de guerreiros sempre unidos e sempre inven-

cíveis. Guy correu os maiores perigos; êle foi ferido várias vêzes sem que pensasse em se afastar da luta. "Os turcos, diz Joinville, cobriram Guy de Malvoisin de fogo grego, tanto que com grande dificuldade seus homens puderam apagá-lo." Seu exemplo e a vista de seus ferimentos, redobraram a coragem de seus companheiros, que repeliram, por fim, os muçulmanos. Não longe de Guy de Malvoisin, descendo para o canal, estavam os cruzados flamengos: o Conde Guilherme estava à sua frente; êle deteve sem cessar os impetuosos ataques dos mamelucos; à sua esquerda combatia Joinville, com alguns cavaleiros. O senescal deveu em certa ocasião a sua salvação aos guerreiros da Flandres; também faz-lhe êle grandes elogios. Os flamengos reunidos aos champanhenses, puseram em fuga a infantaria e a cavalaria dos muçulmanos, perseguiram-nos até fora do acampamento e voltaram carregados de escudos e de couraças que tinham arrebatado aos inimigos.

O Conde Poitiers ocupava a ala esquerda do exército; como êsse príncipe só tinha infantaria, êle não podia resistir à cavalaria dos muçulmanos. Tais eram os guerreiros daqueles tempos remotos, que, quando não estavam a cavalo, pareciam estar desarmados e não sabiam mais combater, nem mesmo para defender suas muralhas e seu acampamento. O quarteirão confiado à guarda dos Poitevins não tardou em ser invadido pelas tropas muçulmanas: os mame-

lucos saquearam as tendas dos cristãos; o irmão do rei foi arrastado para fora do acampamento pelos cavaleiros muçulmanos que o levaram prisioneiro. Nesse extremo perigo, o Conde de Poitiers, não podia esperar auxílio algum de Luís IX que tinha corrido em defesa do Conde de Anjou, nem dos outros chefes do exército cristão, também atacados pelo inimigo. Êsse príncipe tão querido do povo, por sua bondade, recebeu nessa ocasião o prêmio de suas virtudes e deveu sua libertação ao amor que êle inspirava a todos os cruzados. Quando o viram prisioneiro, os operários, os serventes, as mulheres que seguiam o exército, reuniram-se em tumulto, armaram-se de machados, de cacetes, de tudo o que o acaso lhes punha nas mãos e correram em perseguição dos muçulmanos. O Conde de Poitiers foi assim salvo e reconduzido em triunfo.

Na extremidade do acampamento e perto do quarteirão dos Poitevins, combatia Josserant de Brançon, com seu filho e seus cavaleiros. Os companheiros de armas de Josserant tinham vindo da Europa, todos bem equipados, magnìficamente providos de tudo; combatiam então a pé e só tinham a espada e a lança. Sòmente o chefe estava a cavalo, percorrendo as fileiras, incitando os soldados, correndo a todo lugar onde o perigo o chamava. Essa frágil tropa teria perecido tôda se Henrique de Brienne, que ficara no acampamento do Duque de Borgonha, não tivesse feito seus arbalesteiros atirar

através do braço do rio, tôdas as vêzes que o inimigo renovava os ataques. De vinte cavaleiros que acompanhavam Josserant, doze ficaram no campo da luta. O velho guerreiro havia tomado parte em trinta e seis combates, dos quais tinha recebido o prêmio de armas. Joinville narrando os feitos dessa jornada lembra-se de ter outrora visto Josserant de Brançon sair de um combate contra os alemães, que saqueavam a Igreja de Mâcon; tinha-o visto aos pés do altar pedindo com ardor a graça de morrer combatendo contra os inimigos de Jesus Cristo. Dirigindo-se a Deus, diante de Joinville. Josserant dissera: "Senhor, eu vos rogo que tenhais piedade de mim, e me leveis da guerra entre os cristãos e me concedais que eu possa morrer em vosso serviço, para que eu possa ter o vosso reino no Paraíso." Josserant obteve nessa circunstância a graça que tinha pedido a Deus, pois, poucos dias depois do combate, êle morreu, vítima dos ferimentos.

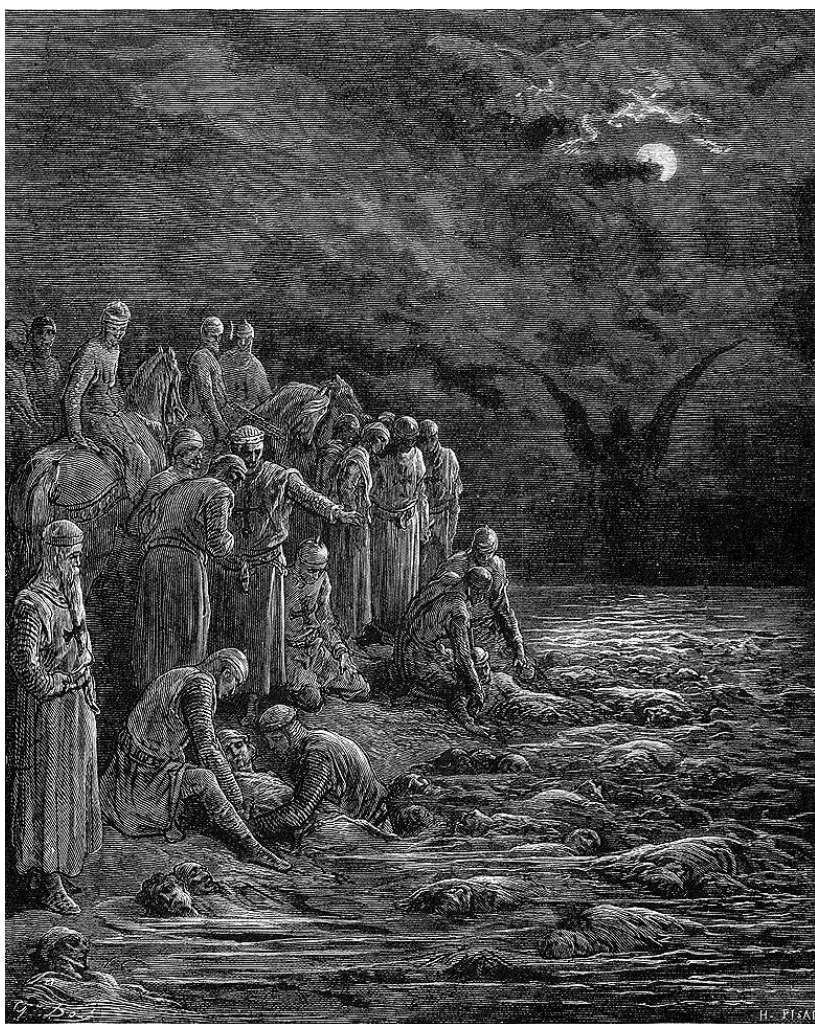
Tal foi a batalha de que Luís na relação que mandou à França fala com simplicidade admirável: "Na primeira sexta-feira da quaresma, o acampamento foi atacado por tôdas as fôrças dos sarracenos; Deus se declarou pelos franceses e os infiéis foram repelidos com muitas perdas."

Naquele dia, como no precedente, os cristãos haviam tido tôda a glória, os muçulmanos tôda a vantagem. O exército cristão acabava de perder um grande número de seus guerreiros, quase todos

seus cavalos. Os inimigos recebiam reforços quase todos os dias. Não se podia mais pensar em marchar contra o Cairo e a prudência parecia exigir que se retomasse o caminho de Damietta. A retirada, ainda fácil, oferecia um meio de salvar o exército para um tempo mais favorável; mas êsse partido só podia ser aconselhado pelo desespêro e o desespêro entra difìcilmente nos corações dos bravos. Nada parecia mais vergonhoso aos franceses, do que fugir ou parecer fugir diante de um inimigo vencido; resolveram ficar.

Pelo fim de fevereiro, Almoadam, que Chegger-Eddour e os principais chefes dos mamelucos tinham chamado ao trono de seu pai, chegou ao Egito. Foi recebido no meio de aclamações do povo sempre ávido de mudanças e sempre alegre com um novo reino. Os emires e os grandes deram também demonstrações de alegria. Mas suas demonstrações eram menos sinceras. Êles esperavam o sucessor de Negmeddin com mais inquietação do que impaciência; dando um altíssimo valor ao que êles tinham feito por êle, de antemão temiam sua ingratidão. Por outro lado, o jovem príncipe era cioso de sua autoridade e o poder dos emires, a natureza mesma de seus serviços, davam-lhe apreensões que êle teve a prudência de dissimular. Almoadam e os chefes do exército muçulmano não tardaram em inspirar certa desconfiança, entre si mesmos e um afastamento recíproco; êstes arrependendo-se de ter elevado ao trono um príncipe que queria reinar sòzinho, aquêle,

resolvido a defender seu poder, contra aquêles mesmos que lho haviam dado. Êsse estado de coisas, essa disposição dos espíritos, parecia anunciar ao Egito revoluções futuras; infelizmente essas revoluções rebentaram mais tarde para que os cristãos delas se pudessem aproveitar.

Os cruzados além disso iam ser alvo de flagelos mais temíveis para êles do que o poder e as armas dos muçulmanos: uma doença contagiosa apareceu no exército cristão. Depois dos dois últimos combates não se havia tido o cuidado de enterrar os mortos. Os cadáveres lançados à revelia ao Aschmoun flutuando nas águas, tinham parado diante da ponte de barcos construída pelos cruzados e cobriam a superfície do canal, de uma margem à outra. Nesse amontoado de cadáveres emanavam exalações pestíferas. Luís IX ordenou que se enterrassem os corpos dos cristãos nas fossas cavadas nas margens; aquêles despojos da morte, removidos e transportados sem precauções, fizeram crescer os males da epidemia. O espetáculo que se oferecia então aos olhos dos cruzados enchia o acampamento de profunda tristeza e renovava o doloroso sentimento de suas perdas. Entre êsses corpos, que os ferimentos, a palidez da morte, a ação do sol e da água tinham desfigurado, viam-se soldados cristãos procurar os deploráveis restos de seus amigos ou parentes. Vários daqueles, aos quais a amizade inpunha êsse piedoso dever, caíram doentes e morreram

Encontro dos corpos dos condes D'Artois e de Salisbury.

quase de repente. Notaram-se principalmente a dedicação e a dor de um dos cavaleiros de Roberto, Conde de Artois. Êsse cavaleiro, inconsolável passava os dias e as noites nas margens do canal, olhos fitos sem cessar, sôbre os cadáveres que eram tirados da água, enfrentando o contágio e a morte, na esperança de rever, encontrar e sepultar o corpo do jovem príncipe do qual o exército francês lamentava a perda.

As fadigas da guerra não impediam os mais piedosos guerreiros de seguir as abstinências da quaresma; as privações e as austeridades da penitência acabavam de lhes esgotar as fôrças. O contágio atingiu tanto os mais robustos, como os mais fracos. Sua carne secava, sua pele se tornava lívida e se cobria de manchas negras; suas gengivas inchavam e fechavam a passagem dos alimentos; o corrimento de sangue pelo nariz era o sinal da morte próxima. A maior parte dos doentes via a morte sem temor e a considerava como o têrmo desejado de seus sofrimentos.

A essa doença acrescentavam-se a disenteria e as febres mais perigosas. Só se ouviam preces e orações no acampamento dos cristãos, preces e orações pelos mortos e pelos moribundos; só se viam rostos pálidos e tristes, infelizes que acompanhavam ao túmulo seus companheiros e que a morte devia bem depressa ceifar por sua vez. Os soldados que podiam ficar de pé não eram suficientes para defender as

estradas do acampamento. Coisa inaudita no exército francês! Viram-se criados dos cavaleiros revestirem-se das armas de seus senhores e substituí-los nos lugares de perigo. O clero que assistia aos enfermos e enterrava os mortos sofria muito com a epidemia: já quase não havia mais eclesiásticos para servir ao altar e celebrar as cerimônias cristãs. Um dia, o senhor de Joinville também enfêrmo, ouvindo a missa de seu leito, foi obrigado a se levantar e amparar o celebrante, prestes a desmaiar nos degraus do altar. *Assim sustentado,* — diz o singelo historiador, — *êle terminou o sacrifício, cantando tôda a missa, mas depois, nunca mais a cantou.*

Nós vimos nas primeiras guerras santas a multidão dos cruzados vítima dos mais cruéis flagelos; muitas vêzes, então, os mais valentes guerreiros perdiam a esperança na causa dos peregrinos e desertavam das bandeiras da Cruzada; várias vêzes mesmo, o excesso de sua miséria arrancava-lhes imprecações e blasfêmias. Devemos notar aqui, que os soldados e os companheiros de Luís IX suportavam os males com mais paciência e resignação. Nenhum dos cavaleiros pensou em abandonar a Cruzada; não se ouvia no exército nenhuma queixa sediciosa ou sacrílega; o exemplo do santo rei fortalecia sem dúvida a coragem dos cruzados e os preservava dos excessos do desespêro. Luís IX vivamente aflito pelos males que desolavam seu exército, fazia todos os esforços possíveis para amenizá-los e mesmo para

extingui-los. Se alguma coisa os podia consolar no estado deplorável em que os cruzados se encontravam, era ver-se um Rei da França, cuidando êle mesmo dos doentes, prodigalizando-lhes socorros, preparando-os para a morte. Em vão rogavam-no que não se expusesse a perigos tão grandes, maiores que os do campo de batalha; nada podia abalar sua coragem, nem deter o ardor de sua caridade. Êle considerava como um dever (é assim que êle mesmo se exprime) expor sua vida por aquêles, que contìnuamente expunham a própria por êle. Um de seus servidores, Gaugelme, homem de bem, exortado à morte, por um padre, disse-lhe: *Não morrerei enquanto não tiver visto o rei.* O rei consentiu em ir vê-lo e o enfêrmo expirou contente por ter visto o santo monarca. Por fim, o que consolava a todos os outros, caiu também doente; o rei não saía mais de sua tenda. A desolação tornou-se mais viva e mais geral; os que sofriam perderam a esperança; parecia-lhes que a providência os tinha abandonado e que o céu não protegia mais os soldados da cruz.

Os muçulmanos ficaram imóveis em seu acampamento e deixaram as doenças fazer o seu curso, como seus temíveis auxiliares. No entretanto Almoadam para acrescentar a carestia a todos os outros males que seus inimigos já sofreram, resolveu cortar tôdas as comunicações dos cristãos com Damietta, de onde êles recebiam os víveres por meio do Nilo. Reuniram navios de tôdas as partes, os quais foram

transportados por camelos ou avançaram pelos canais do Delta até o Nilo. Tôda essa frota entrou no rio, entre Baramoun e Sarensah, a quatro ou cinco léguas abaixo do acampamento dos cruzados. Uma flotilha francesa subia o Nilo, sem suspeitar; levava víveres para o exército cristão. De repente foi atacada pelos navios da frota muçulmana, colocados em emboscada. Mil soldados morrem sob os ferros do inimigo, que se apodera de cinqüenta navios carregados de provisões. Poucos dias depois, outros navios que se dirigiam a Mansourah têm a mesma sorte. Não chegava mais ninguém ao acampamento. Não se recebiam mais notícias de Damietta, o exército da cruz entregava-se aos mais sombrios pressentimentos quando um navio do Conde de Flandres, escapando como por milagre à perseguição do inimigo, anunciou que todos os navios dos cruzados estavam prisioneiros e que as bandeiras dos muçulmanos dominavam todo o curso do rio.

Mui depressa a carestia fêz devastações espantosas no exército, onde aquêles que a doença tinha poupado, morriam de miséria e de fome. O desânimo apoderou-se dos chefes e dos soldados. O rei então pensou em fazer tréguas com os muçulmanos. Filipe de Montfort foi mandado ao sultão do Egito; nomearam-se de ambos os lados comissões encarregadas de organizar as cláusulas do tratado. Os do Rei da França propuseram, primeiro, entregar ao sultão a cidade de Damietta, com a condição que se

restituiriam aos cristãos, Jerusalém e tôdas as praças da Palestina que haviam caído em poder dos muçulmanos nas últimas guerras. O sultão, que temia a bravura e o desespêro dos cruzados, que além disso, podia temer a chegada de reforços para os latinos e uma longa resistência da parte dos cristãos de Damietta, aceitou as condições propostas. Quando se tratou de entregar os reféns, o rei ofereceu seus dois irmãos; mas o sultão, quer porque não acreditava na boa-fé dos inimigos, quer porque não estava êle mesmo de boa-fé, exigiu que o mesmo Rei da França se entregasse a êle, para garantia do tratado. Sargines, um dos comissários, não pôde ouvir esta proposta sem cólera: "Vós deveis já conhecer bastante os franceses, exclamou êle, para saber que êles jamais permitirão que seu rei seja prisioneiro dos muçulmanos." Reuniu-se o conselho no exército cristão: o rei consentiu em tudo, mas os senhores e os barões ergueram-se com veemência contra essa resignação do soberano. Via-se, de um lado, o monarca que queria resgatar a vida dos seus com o próprio perigo; de outro, uma multidão de guerreiros que repetiam ao mesmo tempo que não poderiam tolerar tanta vergonha e que se deixariam matar, todos, — *jamais, porém, entregariam seu rei como refém*. Mais Luís era amado por seus guerreiros, menos êle era senhor dessa circunstância e, todos, considerando uma glória e quase um dever desobedecer-lhe, renunciaram a tôdas as tentativas.

Para compreendermos a espantosa carestia que desolava o acampamento dos cristãos, as crônicas contemporâneas narram, como coisa extraordinária, que um carneiro era vendido até por dez escudos, um boi, oitenta libras, um ôvo, doze dinheiros. Preço tão excessivo, sobrepujava as posses da maior parte dos peregrinos, que só tinha para sustentar a vida, ervas e raízes apanhadas nos campos e o peixe *glout*, também chamado *barbotte* que era comido com repugnância, porque êle se nutria, diziam, dos cadáveres atirados ao Nilo.

Luís IX conservando sua coragem e tranqüilidade, no meio da dor e do luto, do abatimento geral, procurou salvar os restos deploráveis de seu exército e resolveu passar à margem oposta do Aschmoun. Enquanto o exército cristão atravessava a ponte de madeira lançada sôbre o canal, foi vivamente atacado pelos muçulmanos. Gaucher de Chatillon, que comandava a retaguarda, primeiro, repeliu todos os ataques, mas, como os inimigos voltavam cada vez mais numerosos, e tinham vantagem na posição, a vitória estava a ponto de se declarar contra os cristãos. O valor brilhante do Conde de Anjou conteve a impetuosidade muçulmana. Erard e João de Valery fizeram prodígios de bravura; Jeofroi de Hussemburgo distinguiu-se por ações heróicas e mereceu a palma, naquele dia. Assim, sempre alguma glória misturava-se às desgraças dos cruzados franceses; mas a vitória não lhes dava nenhuma vantagem e dei-

xava sempre os mesmos perigos e expostos às mesmas calamidades. Não foram menos infelizes tanto ao lado de cá, como do de lá do Aschmoun e depois de êles terem estado alguns dias no antigo acampamento, foi-lhes preciso tomar a triste resolução de regressar a Damietta.

Almoadam, depois de informado das últimas resoluções dos cristãos, falou às tropas, mandou distribuir-lhes víveres e dinheiro, reforçou-as com um grande número de árabes atraídos pela esperança dos despojos. Por sua ordem, barcos carregados de soldados desceram o Nilo e reuniram-se à frota muçulmana, que tinha interceptado o comboio dos cristãos. Corpos de cavalaria ligeira foram mandados a todos os caminhos que devia o exército francês percorrer na retirada.

No dia 5 de abril, têrça-feira depois da oitava de Páscoa, Luís IX mandou preparar tudo para a partida do exército. Embarcaram no Nilo as mulheres, as crianças e os enfermos; esperara-se a entrada da noite, para ocultar aos inimigos aquêles tristes preparativos. A margem do Nilo oferecia um espetáculo desolador; viam-se os cruzados tristes e apreensivos, oprimidos pelos sofrimentos, separando-se, com lágrimas nos olhos, dos amigos, que não deveriam mais rever. No meio destas cenas dolorosas, os árabes, aproveitando-se das trevas da noite, penetraram no acampamento, saquearam as bagagens, mataram a todos os que encontraram. Uma multidão

dispersada, fugiu para todos os lados e gritos de alarma ressoaram na margem do canal e na do rio. Os marinheiros perceberam aquela espantosa desordem à luz das fogueiras que estavam acesas; vendo que se massacravam os cristãos e temendo por si mesmos, prepararam-se para se afastar. O rei, que, apesar de sua extrema fraqueza, estava presente em tôda parte e velava por todos, fêz repelir os infiéis para fora do acampamento, tranqüilizou a multidão dos cruzados e ordenou aos navios, que se afastavam da margem, que voltassem para apanhar o resto dos enfermos.

O legado do papa e vários senhores franceses embarcaram num grande navio. Insistiram com o rei que fizesse o mesmo, mas êle não se podia resolver a abandonar seu exército. Em vão fizeram-lhe ver que seu estado de fraqueza e de doença não lhe permitia combater e o expunha a cair nas mãos do inimigo; em vão acrescentavam que, expondo sua vida, êle comprometia a salvação do exército: essas razões e várias outras ditadas por um sincero devotamento à sua pessoa não conseguiram fazê-lo mudar de resolução. Êle respondia que nenhum perigo poderia separá-lo dos seus fiéis guerreiros; que êle os tinha levado consigo e que queria regressar com êles e morrer, se fôsse preciso, no meio dêles. Essa heróica determinação, da qual se previam as conseqüências inevitáveis, deixava todos os cavaleiros tomados da mais profunda consternação e dor. Os

soldados compartilhavam dos sentimentos dos cavaleiros, corriam às margens do Nilo e dirigindo-se a todos os que desciam o rio clamavam com tôdas as suas fôrças: *Esperem o rei! Esperem o rei!* As flechas e os dardos voavam contra os barcos que continuavam a descer. Vários pararam. Mas Luís ordenou-lhes que continuassem a sua rota.

A maior parte dos guerreiros franceses estava consumida pela doença, extenuada pela fadiga, pela fome. As intempéries, os novos perigos, que iriam suportar, não lhes esmoreciam a coragem. Mas êles não podiam suportar o pensamento de abandonar os lugares ainda repletos das recordações de suas vitórias. O Duque da Borgonha pôs-se em marcha, à tarde; pouco tempo depois, o resto das tropas deixou o acampamento levando as tendas e as bagagens. Luís, que partiu com a retaguarda, só tinha junto de si seus homens de armas, o bravo Sargines, e alguns outros cavaleiros e barões que ainda tinham seus cavalos. O rei, mal se sustendo, estava no meio dêles, montado num cavalo árabe; não tinha nem capacete nem couraça e só usava a espada. Os guerreiros que estavam junto dêle, seguiam-no em silêncio, e, no estado deplorável a que estavam reduzidos, mostravam ainda alguma alegria, por terem sido escolhidos para defender seu rei e morrer ao seu lado.

Os muçulmanos souberam da retirada do exército cristão. O rei tinha ordenado que se derrubasse a ponte do Aschmoun, mas não haviam executado

suas ordens, o que facilitou aos muçulmanos a travessia do canal. Num momento tôda a planície, que se estendia do lado de Damietta, ficou cheia de inimigos. A retaguarda dos cristãos era detida a cada instante na sua retirada, ora pela passagem de um regato, ora pela carga da cavalaria muçulmana. No meio das trevas da noite, os cruzados não sabiam para onde dirigir seus golpes, e, quando chegavam a repelir os inimigos, não ousavam persegui-lo. Temendo desgarrar-se, os que estavam longe uns dos outros, chamavam-se pelo nome. Os que estavam nas fileiras, não tinham mais bandeiras, nem obedeciam mais a chefe algum. Nas planícies só se ouviam o nitrir dos cavalos, o barulho das armas, gritos de raiva e de desespêro; mas, o que havia de mais deplorável nessa retirada, era ver os feridos, atirados pelo caminho, estendendo os braços aos companheiros, rogando-lhes com lágrimas, que não os deixassem expostos ao furor dos inimigos. Esperava-se o raiar da aurora com impaciência, mas o dia duplicou a confiança dos muçulmanos, mostrando-lhes o pequeno número dos cruzados. Encheu a êstes, ao invés, de um novo terror, fazendo-lhes ver a multidão dos inimigos.

Ameaçados e perseguidos de todos os lados, os cavaleiros que haviam seguido por terra, tiveram inveja dos que haviam embarcado no Nilo; mas êstes não corriam menos perigo que seus infelizes companheiros. Pouco tempo depois da partida, sobreveio

um vento forte que os impeliu para Mansourah. Alguns dos navios encalharam nas margens, outros atirados violentamente uns contra os outros, estavam prestes a ir a pique. Ao raiar da aurora, sua flotilha chegou perto de Mehalleh, lugar funesto para os cristãos: a frota muçulmana ali os esperava. Os archeiros, encarregados de os escoltar, seguindo o rio, tinham fugido. Em seu lugar apareceu uma multidão de cavaleiros muçulmanos, lançando uma tão grande quantidade de flechas armadas com fogo grego, que se poderia julgar, diz Joinville, que — *tôdas as estrêlas do céu estavam caindo.*

O vento se opunha a tôdas as manobras dos marinheiros. Os cruzados, amontoados em desordem no navio, mal podiam ficar de pé. A maior parte estava sem armas. Olhando, ora para a margem, onde se viam, ao longe, nuvens de poeira, ora para o céu de quem imploravam o auxílio, êles julgavam ainda que um acontecimento inesperado poderia livrá-los ou então, que o exército, que avançava para Damietta, viesse em seu socorro, pondo assim sua última esperança nos milagres da Providência, e nos da bravura. Enganadora ilusão! Uma parte das tropas cristãs tinha sido dispersada. A retaguarda, animada pela presença do rei, fazia esforços incríveis e inúteis para repelir a multidão dos muçulmanos, que aumentava de momento a momento. O desespêro dos guerreiros franceses gerou mil ações gloriosas; mas, tanto heroísmo só lhes podia obter a palma do

martírio. Guy de Chatel, Bispo de Soissons, não esperando mais alcançar Damietta, e rever a França resolveu procurar a morte e precipitou-se, seguido por alguns cavaleiros, contra as fileiras muçulmanas, que, segundo a expressão de Joinville, — *mataram-no e o mandaram para junto de Deus.* Gauthier de Chatillon e Sargines combatiam ainda para salvar a vida do rei da França. Sargines estava ao lado do rei e afastava os inimigos a golpes violentos de espada: o perigo parecia redobrar-lhe as fôrças; a história contemporânea que no-lo apresenta dispersando em tôrno de Luís a multidão inumerável dos muçulmanos, compara-o ao — *vigilante servidor que afasta com cuidado as môscas da taça de seu senhor.* — No entretanto, a esperança da vitória inflamava o entusiasmo e o fanatismo dos muçulmanos; seus derviches e seus imanes seguiam-nos ao campo de batalha, percorriam as fileiras do exército e excitavam-nos à matança. Um historiador árabe que inclui o maravilhoso na sua narração, refere que o xeque Ezzeddin, vendo que as nuvens de poeira levantadas pela tempestade cobriam o exército muçulmano e impediam-no de combater, dirigiu a palavra ao vento e disse-lhe: — *Ó vento! volta teu sôpro contra os inimigos!* — A tempestade, acrescenta o mesmo historiador, obedeceu à voz do santo personagem e a vitória decidiu-se pelos soldados do Islamismo. No estado a que os cristãos estavam reduzidos, os muçulmanos não tinham mais necessidade de um milagre para vencer. A

retaguarda dos cristãos, sempre perseguida, sem cessar atacada, chegou com grande dificuldade à aldeia de *Minieh.* — O rei, escoltado por alguns cavaleiros, entrou em Minieh onde o desceram, — diz Joinville, — *ao regaço de uma burguesa de Paris; a* fadiga, a doença, a dor que lhe causava tão grande desastre, tinham-no de tal modo abatido, — *que todos julgaram* — (citamos sempre o bom senescal) — *que êle ia dar o passo da morte.*

O intrépido Gauthier de Chatillon combatia ainda para salvá-lo: sòzinho defendeu a entrada de uma rua estreita que levava à casa onde os fiéis servidores procuravam reanimar o monarca para a vida. Viam-no, ora cair como um raio sôbre os infiéis, dispersá-los, abatê-los; ora retirar-se para arrancar de sua couraça e mesmo de seu corpo, flechas e dardos, de que êle estava como eriçado. Voltava depois ao combate, e, erguendo-se de vez em quando nos estribos, exclamava com tôdas as suas fôrças: — *A Chatillon, cavaleiros, a Chatillon! — Onde estão os meus valentes?* — O resto da retaguarda estava ainda a alguma distância; ninguém aparecia; os muçulmanos, ao contrário, acorriam em massa: por fim, oprimido pelo número, todo coberto de dardos, atravessado por golpes, êle caiu: nenhum dos cruzados pôde socorrê-lo, nem ser testemunha de seu fim heróico; seu cavalo, todo sanguinolento, ficou com os infiéis, e seus últimos feitos foram narrados por um

guerreiro muçulmano que mostrava sua espada e se vangloriava de ter matado o mais bravo dos cristãos.

A retaguarda, retirando-se a uma colina, defendia-se ainda com vantagem. Filipe de Montfort, que o comandava, veio dizer ao rei que êle acabava de ver o emir, com o qual se tinha tratado de uma suspensão de armas no acampamento de Mansourah, e *que se era de seu gôsto, de novo iriam falar-lhe disso*. O monarca acedeu, prometendo submeter-se às condições que o sultão tinha por primeiro ditado. No infeliz estado em que se encontravam os cruzados êles inspiravam ainda algum temor aos inimigos. Quinhentos cavaleiros estavam ainda em armas; muitos daqueles que tinham passado Minieh voltavam atrás para disputar a vitória aos muçulmanos. O emir aceitou a proposta de uma trégua. Montfort, como penhor de sua palavra, deu-lhe um anel que êle tinha no dedo. Já êles se apertavam as mãos quando *um traidor, de mau agouro*, chamado Marcelo, começou a gritar: — *Senhores cavaleiros franceses, entregai-vos todos! O rei vo-lo manda, por mim. Não permitais que o matem*. A estas palavras, a consternação foi geral, julgava-se que o monarca corria grave perigo de vida, se se resistisse aos muçulmanos. Os chefes, os oficiais, os soldados, todos abaixaram as armas.

O emir, que tinha começado a tratar da paz, percebeu essa mudança e rompeu imediatamente as negociações, dizendo: — *Não se fazem tréguas com*

vencidos. Logo depois, um dos principais emires, Gemal-Eddin, entrou em Minieh. Encontrando o rei rodeado por seus servidores desolados, apoderou-se de sua pessoa e sem consideração pela majestade real, sem respeito pelo maior dos infortúnios, mandou acorrentá-lo de pés e mãos. Desde então, não houve mais salvação para os cruzados. Os dois irmãos do rei caíram nas mãos dos infiéis. Os que tinham chegado até Farescour foram feridos e perderam a vida ou a liberdade. Vários dentre êles teriam podido chegar até Damietta, mas sabendo do cativeiro do rei, não sentiram mais a fôrça, nem de continuar o caminho, nem de se defender. Êsses cavaleiros, há pouco tão intrépidos, ficaram imóveis no caminho e deixavam-se matar e acorrentar, sem proferir a menor queixa, sem opor a menor resistência. A auriflama, as bandeiras, as bagagens, tudo caiu nas mãos do inimigo. No meio das cenas de matança, os guerreiros muçulmanos faziam ainda ouvir horríveis imprecações contra Jesus Cristo e seus defensores; êles calcavam aos pés, profanavam com seus ultrajes, a cruz, as imagens sagradas. Horrível espetáculo e último motivo de escândalo e de desespêro para os cruzados que, acabando de ver o rei prêso a cadeias, viam seu Deus mesmo entregue aos insultos do vencedor.

Os cruzados que haviam embarcado no Nilo não tiveram melhor sorte: todos os navios dos cristãos, exceto o do legado, foram afundados pela tempestade, queimados pelo fogo grego, ou aprisionados

São Luís aprisionado.

pelos muçulmanos. A multidão dos inimigos, reunida na margem ou em barcos, matava a todos os que se ofereciam aos seus golpes. Não poupou nem às mulheres nem às crianças, nem aos doentes. A ambição, na falta da humanidade, salvou aquêles dos quais se esperava um resgate. O senhor de Joinville, sofrendo sempre, por seus ferimentos e pela enfermidade que tinha apanhado no acampamento de Mansourah, tinha embarcado com dois cavaleiros que lhe restavam e alguns dos seus servidores. Quatro galeras muçulmanas aproximaram-se de seu navio, que acabava de lançar âncora no meio do rio. Ameaçavam de morte, se êle não se entregasse imediatamente. O senescal deliberou com as pessoas de sua companhia sôbre o que tinham que fazer, em tão grave perigo: todos estavam de acôrdo em que era necessário entregar-se, — *exceto um seu servo que êle fizesse morrer para ir direito para o paraíso; o que êles não quiseram crer*. Joinville tomou um pequeno cofre, dêle tirou suas jóias e suas relíquias, que atirou à água e entregou-se à sua discreção. Apesar das leis da guerra, o senescal ia ser morto, se um abnegado que o conhecia, não o tivesse coberto com seu corpo dizendo: — *Êle é primo do rei!* — Joinville, mal se podendo suster foi arrastado numa galera muçulmana e dali transportado a uma casa perto do rio. Como lhe haviam tirado a cota de malhas e êle estava quase despido, os muçulmanos que o tinham aprisionado deram-lhe um *capuz* que êle colocou na cabeça e

atiraram-lhe às costas, — *um manto escarlate forrado de verde, que sua mãe lhe havia dado;* êle estava trêmulo — *por causa da doença e pelo grande mêdo que sentia.* Como êle não podia beber um copo de água que lhe davam, julgou que ia morrer e mandou chamar seus servidores, que se puseram todos a chorar. Entre êstes, estava um menino, filho natural do senhor de Montfaucon: êsse menino tinha visto morrer as pessoas encarregadas de o guiar e se tinha atirado, como perdido, nos braços de Joinville pondo-se sob sua proteção. O espetáculo da infância abandonada, o desespêro do bom senescal, excitaram a compaixão dos emires que estavam presentes; um dêles que Joinville às vêzes chama de — *o bom Sarraceno* —, ora — *o pobre Sarraceno,* cuidava do menino, e quando êle se separou do senescal, disse-lhe: — *Conservai sempre êste menino pela mão, do contrário tenho certeza de que os outros sarracenos matá-lo-ão.*

A matança prolongou-se por muito tempo, depois do combate. Fizeram baixar à terra os prisioneiros que haviam escapado ao primeiro furor dos soldados muçulmanos: ai! dos que a doença tinha debilitado e que eram ainda encontrados com sinais de pobreza! Mais as vítimas eram dignas de piedade, mais aumentava a barbárie do vencedor. Soldados armados de espadas e de maças, encarregados de executar as terríveis sentenças da vitória, esperavam os prisioneiros na margem. O padre João de Vaissy e alguns dos servidores de Joinville, sairam quase

mortos, do navio. Mataram-nos aos olhos do seu senhor, dizendo que êsses infelizes não serviam mais para nada e que êles não podiam pagar nem o resgate, nem a vida.

Nesses dias de desastre e de calamidades mais de trinta mil cristãos perderam a vida, mortos no campo de batalha, afogados no Nilo ou massacrados depois do combate. A notícia da vitória dos muçulmanos espalhou-se logo por todo o Egito. O sultão do Cairo escreveu ao governador de Damasco, para anunciar-lhe os triunfos recentes do Islamismo. "Graças sejam dadas, dizia êle na carta, ao Todo-Poderoso, que mudou a tristeza em alegria; é a Êle sòmente que devemos a glória de nossas armas; os favores com que se dignou distinguir-nos são inúmeros e o último é o mais precioso de todos. Anunciareis ao povo de Damasco ou melhor a todos os muçulmanos, que Deus nos fêz obter uma vitória completa sôbre os cristãos, no momento em que êles tinham conjurado a nossa perda."

No dia seguinte em que o exército cristão tinha entregue as armas, o rei da França foi levado a Mansourah, num navio de guerra; êle era escoltado por um grande número de barcos egípcios. Os tambores e os tímbalos faziam-se ouvir, ao longe. O exército egípcio estava em ordem de batalha, na margem ocidental do Nilo e marchava à medida que a frota avançava. Todos os prisioneiros que a espada do inimigo tinha poupado, seguiam as tropas muçulma-

Chegada ao Cairo dos prisioneiros de Minieh.

nas, de mãos amarradas, às costas. Os árabes estavam armados na margem oposta e de tôdas as partes a multidão acorria para presenciar êsse estranho espetáculo. Luís IX, chegando a Mansourah, foi encerrado na casa de Fakreddin-ben-Lokmanm, secretário do sultão, e foi confiado à guarda do eunuco Sabyh. Um vasto recinto rodeado de muralhas de pedra e guardado pelos mais ferozes guerreiros muçulmanos recebeu os outros prisioneiros de guerra.

A notícia dêsses desastres tinha levado a consternação e o desespêro à cidade de Damietta, onde ainda esvoaçava o estandarte dos franceses. Primeiro vieram notícias confusas; depois, alguns cruzados que haviam escapado da matança disseram que todo o exército cristão tinha perecido. A Rainha Margarida estava para dar à luz. Sua imaginação assustada, apresentava-lhe, ora seu espôso imolado pelos vencedores, ora o inimigo às portas da cidade. Sua agitação tornara-se tão violenta que se pensou que ela ia morrer. Um cavaleiro de mais de oitenta anos servia-lhe de escudeiro e não a deixava nem de dia, nem de noite. Essa infeliz princesa, quando dominada pela dor, adormecia, despertava sempre em sobressalto, imaginando que — *todo o quarto estava cheio de sarracenos para matá-la.* — O velho cavaleiro, que lhe segurava na mão enquanto ela dormia, dizia-lhe então: *Senhora, eu estou aqui, convosco. Não tenhais receio!* — Logo depois, apenas havia fechado os olhos, despertava ainda e soltava

gritos espantosos; o grave escudeiro tranqüilizava-a de novo. Por fim, para se livrar de tão cruéis apreensões, a Rainha mandou saírem todos, de seu quarto, exceto o cavaleiro; pondo-se então de joelhos, ela disse-lhe: "Cavaleiro, promete-me, que me fará o favor que lhe vou pedir?" Êle prometeu-lhe, com juramento. E Margarida assim continuou: "Eu vos peço, pela fé que me jurou, que, se os sarracenos tomarem esta cidade, vós me cortareis a cabeça, antes que êles me possam apanhar." — *Fá-lo-ei de boa vontade,* — respondeu êle, — *eu mesmo já havia pensado nisso, se tal acontecer.*

No dia seguinte, a Rainha deu à luz um menino que se chamou João Tristão, por causa das circunstâncias dolorosas no meio das quais havia nascido. No mesmo dia vieram avisar que os genovêses, os pisanos e vários outros cruzados das cidades marítimas da Europa, queriam abandonar Damietta e tomar o caminho da Europa. Margarida mandou chamá-los e disse-lhes: "Senhores, por amor de Deus, não deixeis esta cidade. Sua perda acarretaria a do rei e a de todo o exército cristão. Comovei-vos com minhas lágrimas e tende piedade desta criança que vêdes aqui, ao meu lado."

Os negociantes de Gênova e de Pisa a princípio comoveram-se com suas palavras. Joinville censurou-lhes com severidade, sua indiferença pela desgraça do rei e pela causa de Jesus Cristo. Como êles respondessem à Rainha que não tinham mais

víveres, a princesa deu ordens para que se comprassem imediatamente tôdas as provisões que encontrassem na cidade e mandou dizer aos genovêses e aos pisanos que de então para o futuro êles seriam sustentados às custas do rei. Com êsse estratagema, a cidade de Damietta conservou uma guarnição e defensores, cuja presença mais ainda que o valor, conteve os inimigos. Afirma-se mesmo, que os muçulmanos, depois da vitória de Minieh, tinham tomado a deliberação de atacar a praça e se haviam apresentado diante das muralhas, com os estandartes e as armas dos vencidos; mas foram reconhecidos por sua linguagem estranha e suas longas barbas, bem como por seus rostos morenos. Como os cristãos se apresentaram em grande número nas muralhas, os inimigos afastaram-se ràpidamente da cidade, que êles julgavam disposta a resistir, mas na qual reinava o temor e o desânimo.

Durante todo êsse tempo Luís IX estava mais calmo em Mansourah do que quando estava em Damietta. O que a miséria e o infortúnio tem de mais amargo para os grandes da terra, só servia para fazer nêle brilhar a virtude de um herói cristão e o caráter de um grande rei. Êle tinha para se cobrir durante a noite um casaco grosseiro que obtinha da caridade de um outro prisioneiro. Sòmente um dos seus domésticos o servia e cuidava dêle na sua doença. Nesse estado, êle jamais fêz um pedido aos seus inimigos, e sua altivez não se abaixou à linguagem de submissão e do temor. Um de seus capelães afirma, com juramento,

que Luís jamais deixou escapar nem uma palavra de desespêro, nem um movimento de impaciência. Os muçulmanos estavam atônitos com sua resignação e diziam entre si, que se um dia seu profeta os deixasse entregues a grandes desgraças, êles abandonariam o seu culto e sua fé. De tôdas suas riquezas, Luís só tinha salvo o livro dos Salmos, prêsa inútil para os muçulmanos; depois que todos o haviam abandonado, sòmente aquêle livro consolou-o em seu infortúnio. Todos os dias êle rezava aquêles hinos, onde o mesmo Deus fala de sua justiça e de sua misericórdia, tranqüiliza a virtude que sofre em seu nome, ameaça com sua cólera os que se embriagam na prosperidade e que abusam do triunfo.

Assim, os sentimentos e as recordações religiosas sustentavam no cativeiro a coragem de Luís. O piedoso monarca, rodeado todos os dias por novos perigos, no meio de um exército muçulmano que êle tinha irritado com suas vitórias podia ainda exclamar como o profeta-rei: — *Apoiado no Deus vivo, que é o meu escudo e minha glória, eu não temerei a multidão dos inimigos acampados em redor de mim.*

No entretanto, o sultão do Cairo, parecia mitigar os rigores de sua política e mandou a Luís IX cinqüenta vestes magníficas para êle e para os senhores do seu séquito. Luís recusou vesti-las, dizendo que êle era soberano de um reino maior, que o Egito e que jamais usaria as vestes de um príncipe estrangeiro. Almoadam mandou preparar um grande banquete,

para o qual o rei foi convidado. Luís não aceitou o convite persuadido de que queriam dar um espetáculo apenas para o exército muçulmano. Por fim, o sultão mandou-lhe seus melhores médicos e tudo fêz para conservar um príncipe que êle destinava para adornar seu triunfo e do qual esperava obter as vantagens inerentes à sua última vitória. Não tardaram em propor ao rei quebrar suas cadeias com a condição de que êle entregasse Damietta e as cidades da Palestina, que ainda estavam em poder dos francos. Luís respondeu que as cidades cristãs da Palestina não lhe pertenciam, que Deus tinha recentemente entregue a praça de Damietta nas mãos dos cristãos e que nenhum poder humano podia dispor dela. O sultão irritado com essa recusa, resolveu empregar a violência. Ora ameaçava Luís IX de mandá-lo ao califa de Bagdá, que o faria morrer na prisão; ora manifestava-lhe o projeto de levar seu ilustre cativo pelo Oriente e mostrar a tôda a Ásia um rei dos cristãos reduzido à escravidão; por fim, chegou a ameaçá-lo, de fazer supliciá-lo com o tormento reservado aos piores criminosos. Luís manteve-se inalterável e contentava-se de responder a tôdas as ameaças: — *Eu sou prisioneiro do sultão, êle pode fazer de mim o que quiser.*

O rei da França sofria sempre, sem se queixar, nada temia por si mesmo; mas quando êle pensava em seu fiel exército, na sorte dos outros escravos, sua alma partia-se com profunda dor. Os

prisioneiros cristãos estavam encerrados em um pátio, apertado, uns doentes, outros feridos, a maior parte quase nua, todos expostos à fome, às intempéries, aos ultrajes mais impiedosos dos guardas. Um muçulmano foi encarregado de escrever os nomes de todos êsses infelizes escravos, e seu número chegou a mais de dez mil. Levaram a um vasto pavilhão os que podiam resgatar a sua liberdade; os outros ficaram no lugar onde haviam sido atirados como um vil rebanho, destinados a morrer miseràvelmente. Todos os dias um encarregado das ordens do sultão entrava nesse asilo do desespêro e mandava arrastar para fora do recinto duzentos ou trezentos prisioneiros. Perguntavam se êles queriam abjurar à sua religião, à religião de Jesus Cristo. Aquêle que o temor da morte fazia renegar à fé, recebia a liberdade; os outros morriam sob a espada e seus corpos eram atirados no Nilo. Degolavam-nos durante a noite; o silêncio e as trevas aumentavam o horror da execução. Durante vários dias, o ferro dos carrascos dizimou assim os infelizes prisioneiros. Jamais se viam voltar aquêles que saiam do pátio. Seus tristes companheiros, recebendo dêles a despedida, choravam antecipadamente seu fim trágico e viviam na expectativa de uma sorte semelhante. Por fim, cansaram-se de tanto matar e assim foram poupados os que ainda viviam. A multidão dos escravos foi levada ao Cairo e a capital do Egito, na qual êles imaginavam entrar em triunfo, viu-os chegar cobertos de correias e de cadeias.

Lançaram-nos nas prisões, onde vários morreram de fome e de dor; os outros condenados a ser escravos numa terra estrangeira, privados de todo socorro, de tôda comunicação com seus chefes, sem saber o que acontecia ao seu rei, não esperavam mais nem reconquistar a liberdade, nem rever o Ocidente.

Os historiadores orientais contam com indiferença as cenas que nós acabamos de descrever! Vários mesmo parecem ver uma segunda vitória, no massacre dos prisioneiros de guerra, e, como se a desgraça e o morticínio de um inimigo desarmado pudesse realçar a glória do vencedor, êles exageram em suas narrações as misérias dos vencidos e principalmente o número das vítimas imoladas ao Islamismo.

Os barões e os cavaleiros que haviam sido encerrados num pavilhão, não desconheciam a sorte dos companheiros de armas; êles passavam os dias e as noites em terror contínuo. O sultão quis obter dêles o que não tinha podido obter de Luís IX. Êle lhes mandou um emir para lhes anunciar que êles seriam postos em liberdade, se Damietta e as cidades cristãs da Palestina fôssem restituídas aos muçulmanos. O conde de Bretanha respondeu, em nome dos outros prisioneiros, que aquilo que se lhes pedia não estava em seu poder e que os guerreiros franceses não tinham outra vontade que a de seu rei. "Vê-se bem, disse o enviado de Almoadam, que vós não tendes nem a liberdade nem a vida. — *Ireis ver homens acostumados a manejar a espada.*" — O emir retirou-se,

deixando os prisioneiros, na expectativa de uma morte próxima. Apresentaram diante dêles os instrumentos do suplício; a espada ficou vários dias suspensa sôbre suas cabeças; mas Almoadam não lhes pôde dobrar a firmeza. Assim o cativeiro de um exército todo, os suplícios, a morte de um grande número de guerreiros não tinham podido arrancar aos cristãos uma só de suas conquistas e um dos caminhos do Egito estava ainda em seu poder.

No entretanto, alguns senhores franceses ofereceram-se para pagar seu resgate. Luís soube-o; e, como êle temia que outros não tendo com que pagar a si mesmos, continuassem na escravidão, proibiu todo tratado particular. Os condes e os barões há pouco tão indóceis não sabiam mais resistir à vontade de um rei infeliz. Renunciaram imediatamente a tôda e qualquer negociação em separado. O rei disse que êle queria pagar por todos e que só se ocuparia da própria liberdade, depois de ter garantido a de todos os outros.

Enquanto o sultão do Cairo assim fazia inúteis tentativas para dobrar a altivez ou amolecer a coragem de Luís IX e de seus cavaleiros, os favoritos que êle tinha trazido da Mesopotâmia insistiam com seu senhor, que concluísse logo a paz. "Vós tendes, diziam-lhe êles, inimigos mais perigosos que os cristãos: são os emires que querem reinar em vosso lugar e que deixam de ganhar suas vitórias, como se vós não tivésseis vencido os francos, como se o Deus de Mao-

mé não tivesse mandado a peste e a carestia para vos ajudar a triunfar dos defensores do Cristo. Apressai-vos em terminar a guerra, para reforçar internamente vosso poder e começar vosso reinado." Estas palavras, que aliciavam o orgulho de Almoadam, dicidiram-no a fazer a seus inimigos propostas mais razoáveis. O sultão limitou-se a pedir ao rei da França um milhão de bizantinos de ouro e a restituição de Damietta. São Luís avisado de que a cidade de Damietta não podia resistir, aceitou as propostas que lhe eram feitas — *se a Rainha as aprovasse.* — Como os muçulmanos mostrassem alguma surprêsa o rei disse: — *A rainha é minha espôsa, nada posso fazer sem o seu consentimento.* Os ministros do sultão voltaram segunda vez e disseram ao monarca francês que, se a rainha quisesse pagar a soma exigida êle estaria livre. "Um rei da França, respondeu êle, não se resgata com dinheiro: entregarão a cidade de Damietta, por meu resgate e o milhão de bizantinos, pelo de meu exército." O sultão aceitou tudo; e, quer porque estivesse satisfeito por ter terminado as negociações, quer porque tivesse ficado impressionado pelo grande caráter que o monarca cativo tinha demonstrado, êle reduziu de um quinto, a soma que tinha determinado para o resgate dos soldados cristãos.

Os cavaleiros e os barões desconheciam ainda a conclusão do tratado e tinham em mente os mais tristes pensamentos, quando viram entrar um velho muçulmano em seu pavilhão. Sua figura venerável, a gra-

Cavaleiros cristãos cativos no Cairo.

vidade de sua atividade, inspiravam respeito. Seu cortejo, composto de homens armados, inspirava temor. O velho, sem outras palavras por meio de um intérprete, perguntou aos prisioneiros se era verdade que êles criam em um só Deus, nascido de uma mulher, crucificado pela salvação do gênero humano e ressuscitado ao terceiro dia. Todos responderam que aquela era a sua fé: "Nesse caso felicitai-vos a vós mesmos por sofrer pelo vosso Deus; estais muito longe ainda de sofrer por êle o que êle sofreu por vós. Ponde vossa esperança nêle, e, se êle pôde por si mesmo ressuscitar, não lhe faltará poder para pôr um têrmo aos males que vos oprimem agora."

Dizendo estas palavras, o velho muçulmano retirou-se, deixando os cruzados surpresos, suspensos entre a esperança e o temor. No dia seguinte vieram anunciar-lhes que o rei tinha feito tréguas e que êle queria reunir seus barões para um conselho. João de Valery, Filipe de Montfort, Guy e Balduino de Ibelin foram intimados a se dirigir para onde Luís estava. Os cruzados não tardaram a saber que seu cativeiro estava para terminar e que o rei tinha pago o resgate dos pobres e dos ricos. Êsses valentes cavaleiros, quando pensavam nas vitórias, não podiam compreender como tinham caído nas mãos dos infiéis, e, quando pensavam em seus últimos infortúnios, a libertação lhes parecia milagrosa. Todos ergueram a voz para louvar a Deus e bendizer ao rei da França. No tratado estavam compreendidas tôdas as cidades

da Palestina que pertenciam aos cristãos à chegada dos cruzados ao Oriente. De ambos os lados, deviam ser restituídos os prisioneiros de guerra, feitos depois de concluída a trégua entre o imperador Frederico e o sultão Malek-Kamel. Foi combinado também que as munições e as máquinas de guerra do exército cristão ficariam provisòriamente em Damietta, sob a guarda do sultão do Egito.

Então só se pensou em cumprir as condições do tratado de paz. Quatro grandes galeras foram preparadas para transportar os principais prisioneiros até a embocadura do Nilo. O sultão partiu de Mansourah e dirigiu-se por terra a Forescour.

Depois da batalha de Minieh, havia-se erguido naquela cidade um vasto palácio construído de madeira de pinheiro do qual as crônicas do tempo nos deixaram uma descrição pomposa. Foi nesse palácio que Almoadam recebeu as felicitações dos muçulmanos pelo glorioso têrmo de uma guerra contra os inimigos do Islamismo. Tôdas as cidades, todos os principados da Síria, mandaram seus embaixadores para saudar o vencedor dos cristãos. O governador de Damasco, ao qual êle tinha mandado o manto do rei da França encontrado no campo de batalha, disse-lhe: "Deus, sem dúvida, vos destina à conquista do universo e vós ides marchar de vitória em vitória. Quem poderia disso duvidar, pois vossos escravos se cobrem com os despojos que conquistastes aos reis?" Assim o jovem sultão embriagava-se com louvores.

Passava seu tempo nas festas e nos prazeres da paz, esquecendo-se dos cuidados do império, não prevendo os perigos que o ameaçavam, no meio de seus triunfos.

Almoadam tinha rebaixado e despojado do cargo a vários ministros e servidores de seu pai; a maior parte dos emires temia semelhante desgraça e êsse temor mesmo os levava a tudo enfrentar, para conservar a fortuna e à vida. Entre os descontentes notavam-se sobretudo os mamelucos e seu chefe, milícia cuja origem remontava a Saladino e que tinha obtido os maiores privilégios sob o reinado precedente. Êles censuravam o sultão por preferir jovens favoritos a velhos guerreiros, sustentáculos do trono e salvadores do Egito. Censuravam-no por ter feito a paz, sem consultar àqueles que tinham suportado o pêso da guerra e por ter distribuído os despojos dos vencidos a cortesãos que não haviam tido outro trabalho, que o de vir das margens do Eufrates para as do Nilo. Para justificar de antemão tudo o que se podia tentar contra o príncipe, supunha-se já contra êle projetos os mais sinistros e a rebelião nascente inflamava-se com a narração das perseguições futuras. Citavam-se os emires que deviam morrer; os instrumentos do suplício, o dia da execução, tudo estava marcado, tudo estava pronto. Haviam visto o sultão, no meio de uma orgia noturna, cortar os archotes de seu aposento, com o sabre, e exclamar que êle assim, faria voar a cabeça de todos os mamelucos. Uma

mulher animava o espírito dos guerreiros com suas palavras: era a sultana Chegger-Eddour, que tinha, ainda que por momentos, dirigido os destinos do império e não podia suportar o desprêzo do novo sultão. Das queixas, passaram em seguida à revolta abertamente; pois, era menos perigoso atacar o príncipe de espada na mão, do que falar por muito tempo contra êle. Uma rebelião formou-se, na qual tomavam parte os mamelucos e todos os emires que tinham ofensas a vingar ou a temer. Os conjurados estavam impacientes por executar o seu projeto e, temendo que o sultão, chegando a Damietta pudesse escapar-lhes, resolveram fazer rebentar a revolução em Farescour.

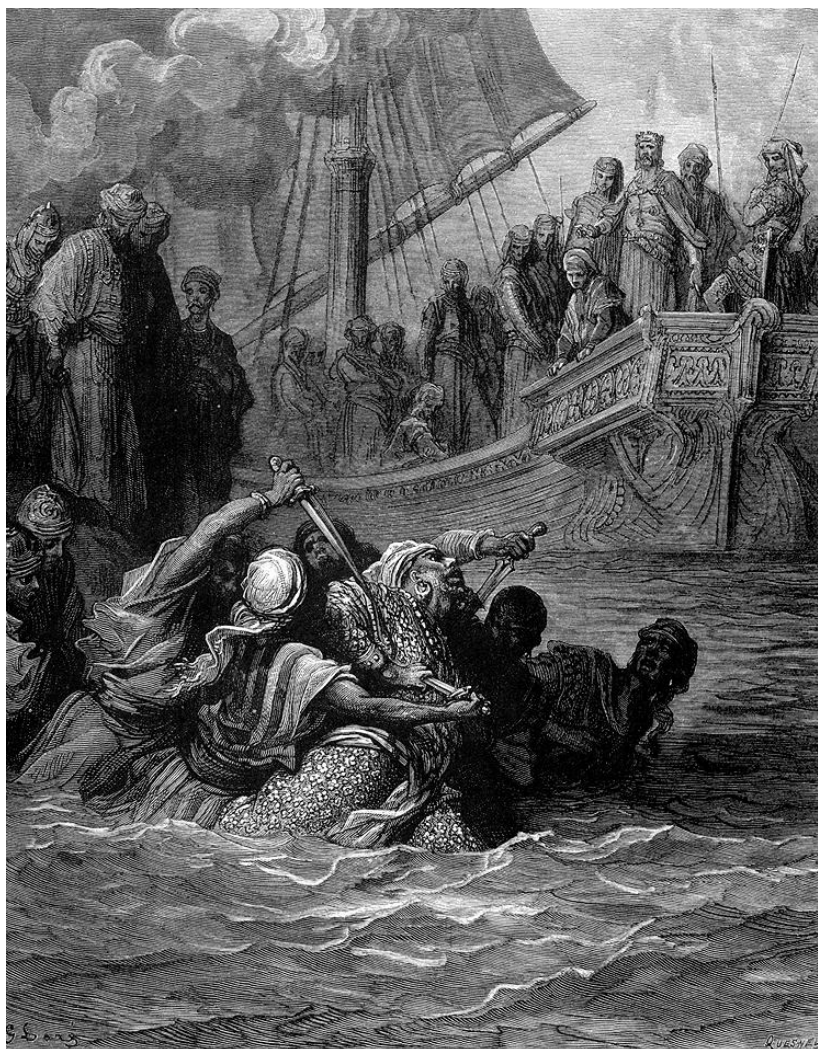
As galeras que transportavam os prisioneiros cristãos, chegaram a essa cidade. O rei desceu à terra com os príncipes, seus irmãos, e foi recebido num pavilhão onde teve uma entrevista com o sultão. A história nada diz dessa conferência, entre dois príncipes que fixavam igualmente a atenção e cuja posição era tão diferente: um, embriagado por suas vitórias, cego pela prosperidade; o outro, vencedor da má sorte, saía maior da provação e da adversidade.

Os dois soberanos tinham designado o sábado que precede à Ascensão para a entrega de Damietta. Segundo êsse acôrdo, os cruzados, retidos há mais de um mês nas prisões, só tinham três dias de sofrimento nas angústias do cativeiro; mas novas desgraças os aguardavam e deviam êles ainda experimen-

tar sua coragem e sua resignação. No dia seguinte à sua chegada a Farescour, o sultão do Cairo, como regozijo pela paz, quis dar um banquete aos principais oficiais do exército muçulmano. Os conjurados aproveitaram-se dessa oportunidade; pelo fim do banquete, caíram sôbre êle de espada na mão, e Bondocdar desferiu o primeiro golpe. Almoadam fôra ferido sòmente numa das mãos, ergueu-se atônito, escapou por entre os guardas imóveis, refugiou-se numa tôrre, fechou a porta e apareceu logo à janela, ora implorando socorros, ora perguntando aos conjurados o que queriam dêle. O enviado do califa de Bagdá estava então em Farescour. Montava a cavalo, quando os mamelucos o ameaçaram de morte se êle não voltasse à sua tenda. Ao mesmo tempo, ouviram-se toques de tambor, que davam o sinal para se reunirem as tropas, mas os chefes da conjuração disseram aos soldados que Damietta tinha sido tomada e todo exército se precipita para a cidade. O sultão fica sòzinho em luta com os que queriam matá-lo. Os mamelucos acusam-no e o ameaçam; êle quer se justificar, mas suas palavras perdem-se no tumulto. Mil vozes clamam que êle desça; êle hesita, êle geme, êle chora; as flechas voam contra a tôrre, o fogo grego atirado de tôdas as partes faz lavrar um terrível incêndio. Almoadam, já quase prêso pelas chamas, precipita-se da janela e cai por terra. Os sabres, as espadas nuas, erguem-se contra êle; êle se lança aos pés de Octai, um dos principais oficiais de

sua guarda, que o repele com cólera. O infeliz príncipe ergue-se, estendendo a mão a todos, dizendo que abandonaria o trono do Egito e que queria voltar à Mesopotâmia. Estas súplicas, indignas de um príncipe, inspiravam mais desprêzo do que piedade. No entretanto, a multidão dos conjurados hesitava, mas os chefes sabiam muito bem que não havia para êles salvação a não ser terminando o crime começado. Bondocdar, que tinha dado o primeiro golpe no sultão, fere-o uma segunda vez com seu sabre. Almoadam foge sangrando, atira-se ao Nilo e procura alcançar alguns navios que pareciam aproximar-se da margem, para recebê-lo. Nove mamelucos seguem-no à água e o ferem com mil golpes à vista da galera onde Joinville se encontrava.

Êste foi o fim de Almoadam, que não soube nem reinar nem morrer. Os autores árabes notam como uma coisa singular, que êle morreu por meio do ferro, da água e do fogo, ao mesmo tempo. Os mesmos autores estão de acôrdo em dizer que êle mesmo provocou sua ruína por sua imprudência e injustiça. De resto, a história oriental, acostumada a louvar o sucesso e a censurar todos os que sucumbem, refere as queixas dos mamelucos sem examiná-las, e, passando levemente por esta revolução, contenta-se de dizer: — *Quando Deus quer um fato, êle prepara-lhe de antemão as causas.*

O Nilo e suas margens ofereciam então dois espetáculos bem diferentes: de um lado via-se um

Morte de Almoadam.

príncipe, no meio das pompas da grandeza, com todo o aparato da vitória, massacrado por seus próprios guardas; do outro, um príncipe infeliz, rodeado de cavaleiros infelizes como êle, inspirar-lhes mais respeito na adversidade do que quando êle estava rodeado do brilho e da prosperidade em pleno poder. Os cavaleiros e os barões franceses embora tivessem sido vítimas da barbárie do sultão, experimentaram à vista de sua morte o atentado dos mamelucos, e, estas revoluções do despotismo militar, contra si mesmo, os enchia de espanto.

Depois dessa cena tão sangrenta, trinta oficiais muçulmanos, de espada na mão, trazendo ao pescoço achas de armas, entraram na galera onde estavam os condes da Bretanha, de Montfort, Balduino e Guy de Ibelin, e o senhor de Joinville. Furiosos, vomitando imprecações e ameaçando com a voz e com os gestos, fizeram os prisioneiros pensar que sua última hora tinha chegado. Já os guerreiros cristãos se preparavam para a morte, e se lançavam de joelhos aos pés de um religioso da SS. Trindade, pedindo a absolvição de seus pecados. Como o sacerdote, não pudesse ouvi-los todos de uma vez, êles se confessaram uns com os outros,: Guy de Ibelin, condestável de Chipre, confessou-se com Joinville, que lhe deu *tal absolvição, como Deus, disso, lhe havia dado o poder.* — Foi assim que a história nos apresentou o cavaleiro Bayard, ferido de morte e prestes a expirar, confessando-se aos pés de

um carvalho, a um de seus fiéis companheiros de armas.

De resto, estas ameaças, estas violências dos emires, podiam ter um objetivo político. Depois de uma conjuração que devia dividir os espíritos, despertar paixões novas, importava aos chefes excitar o fanatismo da multidão e dirigir todos seus furores contra os cristãos; importava-lhes fazer crer, êles podiam crer êles mesmos, que Almoadam, assassinado diante das galeras cristãs, tinha procurado um asilo entre os inimigos do Islamismo.

Os senhores e os barões não tiveram a sorte que esperavam. No entretanto, como se se temessem suas emprêsas, foram atirados ao fundo do porão onde passaram a noite, tendo sempre diante dos olhos a imagem terrível da morte.

Luís, prêso na sua tenda, com seus irmãos, tinha escutado todo o barulho do tumulto. Nada sabendo, julgou que massacravam os prisioneiros franceses, ou que os muçulmanos tinham tomado Damieta. Êle estava aflito por muitos pensamentos e sentia vivo terror, quando viu entrar na sua tenda Octai, chefe dos mamelucos. Êsse emir mandou retirar os guardas do rei, e mostrando uma espada ensangüentada, disse: "Almoadam não existe mais. Que me darás por te ter libertado de um inimigo que premeditava a tua ruína e a nossa?" Luís nada respondeu. Então, apontando-lhe a espada, êle acrescentou furioso: "Não sabes que eu sou senhor de

tua pessoa? Faz-me cavaleiro ou estás morto! — Faze-te cristão, antes, replicou o monarca e eu te farei cavaleiro." Sem insistir mais, Octai retirou-se e algum tempo depois a tenda do rei ficou cheia de guerreiros muçulmanos armados de espadas e de sabres. Sua atitude, seus gritos, o furor que se lia em seus rostos, diziam que êles vinham para cometer um grande crime e que estavam prontos a cometer ainda outros. Mas, por uma espécie de prodígio, mudando de repente, de fisionomia e de linguagem, à vista do monarca, aproximaram-se dêle com respeito. Depois como se tivessem experimentado na presença de Luís a necessidade de se justificar, disseram que tinham sido forçados a matar um tirano que os queria perder, que queria perder os cristãos. Era preciso, diziam êles, esquecer o passado. Tudo o que êles pediam para o futuro, era a fiel execução do tratado concluído com Almoadam. Depois, levando a mão ao turbante e inclinando-se até o chão, retiraram-se em silêncio e deixaram o monarca, atônito, por vê-los passar de repente, das maneiras, violentas e licenciosas a sentimentos de respeito.

Esta cena singular fêz alguns historiadores dizer que os mamelucos tinham proposto o trono do Egito a São Luís. Essa opinião é aceita nos nossos dias, tanto nos é fácil crer tudo o que parece favorável à glória do nome francês. Joinville, que foi citado para apoiar esta asserção, contenta-se de referir uma conversa que teve com São Luís. O rei o

interrogou sôbre o que teria sido preciso fazer, no caso em que os emires lhe viessem oferecer a suprema autoridade. Como o bom senescal não imaginava que se pudesse receber uma coroa da mão — *daqueles emires sediciosos que tinham matado o seu senhor,* — Luís não era da mesma opinião, e disse, que — *verdadeiramente* — se lhe tivessem proposto substituir o sultão — *êle não o teria recusado.* — Sòmente estas palavras provam assaz que nada se havia proposto ao monarca cativo. Joinville, é verdade, acrescenta à sua narração, segundo os boatos que então corriam no exército cristão, que os emires tinham feito soar os tambores e tocar as trombetas diante da tenda do rei da França e que ao mesmo tempo deliberavam entre si, para saber se quebrariam as cadeias de seu prisioneiro, para fazer dêle seu soberano. Joinville narra êste fato sem afirmá-lo, e, como a história oriental conserva em silêncio êsse mesmo fato, um historiador não pode adotá-lo hoje sem lhe comprometer a veracidade. E' possível, sem dúvida, que os emires tivessem manifestado o desejo de encontrar entre êles um príncipe que tivesse a firmeza, a bravura e as virtudes de Luís IX; mas, como crer que os muçulmanos, animados pelo duplo fanatismo da religião e da guerra, tenham podido deter-se um momento no pensamento de escolher um senhor absoluto, entre os cristãos, que êles acabavam de tratar com uma barbárie sem precedentes e de entregar assim seus bens, sua liberdade,

sua vida, nas mãos dos mais implacáveis inimigos do seu país, de suas leis e de sua crença?

De resto, o poder supremo de que os emires se haviam mostrado desejosos e que êles tinham arrancado com tanta violência das mãos de Almoadam, pareceu a princípio espantar sua ambição, quando se tornaram senhores de dispor dêle. Num conselho reunido para se nomear um sultão, os mais sensatos recusaram a perigosa honra de reinar num país cheio de perturbações e de comandar um exército entregue ao espírito de sedição. Ante sua recusa, deram a coroa a Chegger-Eddour, que tinha tanta parte na elevação e depois na queda de Almoadam. Para governar com a sultana na qualidade de atabek, escolheram *Ezz-Addin-Aybek*, que tinha sido levado como escravo ao Egito, e cuja origem bárbara fazia cognominar de *Turcomano*.

A nova sultana chegou logo a Tarescour e foi proclamada com o nome de — *Mostassenieh Salehieh, Rainha dos Muçulmanos, Mãe de Malek-Almansor-Khalil* —. Almansor Khalil, jovem príncipe filho de Negmeddin, tinha precedido seu pai no túmulo. Os filhos de Almoadam tinham ficado na Mesopotâmia, e não deviam esperar suceder ao pai. Assim terminou a poderosa dinastia dos Ayoubitas, dinastia fundada pela vitória e derrubada por um exército ao qual o orgulho da vitória tinha levado à revolta. Enquanto se formava um novo govêrno, o corpo do sultão ficara abandonado às margens do

Nilo, onde permaneceu dois dias, sem sepultura. Por fim, o enviado do califa de Bagdad, obteve a permissão para sepultá-lo e depositou num lugar afastado os tristes restos do último dos sucessores de Saladino.

A elevação de Chegger-Eddour espantou os muçulmanos; não se havia ainda tido o exemplo do nome de uma mulher gravado nas moedas nem pronunciado nas orações públicas. O califa de Bagdad ergueu-se contra o escândalo dessa inovação e, quando êle, em seguida, escreveu aos emires, lhes perguntou se não tinham encontrado em todo o Egito um homem para os governar. A autoridade suprema posta nas mãos de uma mulher, não podia conter as paixões que perturbavam o império, nem fazer respeitarem-se os tratados, o que se tornou muito funesto para os cristãos, condenados a sofrer por sua vez a revolta e a submissão, a união e a discórdia de seus inimigos.

Entre os emires, uns queriam que se executasse a trégua concluída com o sultão; outros, que se fizesse um novo tratado. Alguns se indignavam mesmo de que se fizessem negociações com os infiéis. Depois de longos debates, voltou-se ao que já havia sido decidido, acrescentando-se a condição de que o rei da França entregaria Damietta antes de ser pôsto em liberdade e que antes de deixar as margens do Nilo êle pagaria a metade da soma fixada como resgate seu e do exército. Estas últimas condições

mostravam a desconfiança dos emires e podiam fazer temer que o dia da libertação ainda não tinha chegado para os prisioneiros cristãos.

Quando se jurou a observância do tratado, propuseram de parte a parte várias fórmulas de juramento. Os emires juraram que se êles faltassem à promessa, "consentiriam em ser escarnecidos como o peregrino que faz uma viagem à Meca, de cabeça descoberta, ou então também em serem desprezados como aquêle que retoma as mulheres depois de as ter abandonado." Os muçulmanos, segundo seus usos e costumes, não tinham expressões mais solenes para garantir a palavra dada. Propuseram a Luís IX a fórmula seguinte: "Se eu faltar ao meu juramento, serei semelhante àquele que renega ao seu Deus, que cospe na cruz e que a pisa aos pés." Essa fórmula de juramento que se impunha ao rei, parecia-lhe uma injúria a Deus e a êle mesmo; êle recusou-se pronunciá-la. Em vão os emires explodiram em cólera violenta; êle enfrentou-lhes as ameaças. Essa resistência de S. Luís, celebrada pelos contemporâneos não obteria talvez os mesmos elogios no século em que vivemos. No entretanto, devemos considerar que o rei não era sòmente retido nessa circunstância pelos escrúpulos de sua devoção, mas também pelo sentimento da dignidade real. Lembremo-nos de que na terceira cruzada, Ricardo e Saladino tinham julgado indigno da majestade dos reis, prender sua palavra às formulas de um jura-

mento: êles se contentaram, para firmar a paz, de tocar a mão dos embaixadores. Alguns emires sediciosos e manchados ainda com o sangue de seu senhor deviam desconhecer a dignidade da suprema autoridade. Mas Luís não se esqueceu nunca nas ocasiões importantes, de que êle era um grande monarca e a suposição de um perjúrio, sòmente o pensamento de uma blasfêmia não podiam aliar-se, em seu espírito, com o caráter de um príncipe cristão e de um rei da França.

Os muçulmanos, irritados por verem um rei carregado de cadeias resistir a tôdas as suas propostas e impor-lhes condições, já falavam em mandar matar a Luís IX, nos mais cruéis suplícios: "Vós sois senhores do meu corpo, lhes disse êle, mas nada podeis sôbre a minha vontade." Os príncipes seus irmãos rogaram-lhe que pronunciasse a fórmula exigida: êle resistiu às súplicas da amizade, como tinha resistido às ameaças dos inimigos. As exortações dos prelados não tiveram melhor êxito. Por fim os mamelucos atribuindo a culpa de resistência tão obstinada, ao patriarca de Jerusalém, apoderaram-se do prelado, idoso, de mais de oitenta anos, amarraram-no a um poste, ataram-lhe as mãos tão fortemente que o sangue correu. O patriarca, levado pela dor, exclamou: *Majestade, Majestade, eu tomo o pecado sôbre mim!* Luís, sempre persuadido de que se fazia ultraje à sua boa fé, que se lhe pedia uma coisa injusta e desonrosa, continuou inabalável.

Finalmente, os emires, vencidos por tal firmeza, contentaram-se com a palavra do rei, e retiraram-se dizendo que — *aquêle príncipe franco era o mais altivo cristão que êles jamais haviam visto no Oriente.*

Ocuparam-se então sòmente da execução do tratado. As galeras que levavam os prisioneiros levantaram a âncora e desceram para a embocadura do Nilo, enquanto o exército muçulmano avançava por terra. Os cristãos deviam entregar Damietta no dia seguinte, ao despontar da aurora. Não se pode descrever a perturbação, a consternação, o desespêro que reinaram na cidade, durante tôda a noite. Os infelizes habitantes percorriam as ruas, interrogavam-se com inquietação; as notícias mais sinistras corriam de bôca em bôca. Dizia-se que todo o exército cristão tinha sido massacrado pelos muçulmanos, que o Rei da França tinha sido envenenado. Quando se recebeu ordem de evacuar a praça, a maior parte dos guerreiros declarou abertamente que êles não obedeceriam e que preferiam morrer nas muralhas, defendendo-se, do que serem degolados como prisioneiros de guerra.

Ao mesmo tempo os espíritos se inflamavam no exército muçulmano. Repetia-se que o Rei da França recusava-se a executar o tratado e que êle tinha ordenado à guarnição de Damietta que se defendesse. Os soldados e seus chefes arrependiam-se de ter feito tréguas com os francos e pareciam deci-

didos a se aproveitar do menor pretexto para rompê-la.

No entretanto, os comissários de Luís IX persuadiram aos cristãos encerrados em Damietta a evacuar a cidade. A Rainha Margarida, apenas terminada a dieta do parto, embarcou num navio genovês. Estava acompanhada pela Duquesa de Anjou, pela Condêssa de Poitiers e pela viúva infeliz do Conde de Artois, que, no meio das calamidades presentes, chorava ainda a primeira desgraça dessa guerra. Alta noite, Olivério de Thermes, que comandava a guarnição e o Duque da Borgonha, o legado do papa e todos os francos, exceto os doentes que haviam ficado na cidade, embarcaram no Nilo.

Godofredo de Sargines, tendo entrado na praça, entregou as chaves aos emires e desde o despontar do dia, viu-se hasteado o estandarte dos muçulmanos nas tôrres e nas muralhas. A êsse espetáculo todo o exército egípcio precipitou-se em tumulto na cidade. As notícias espalhadas durante a noite, tinham excitado o furor dos soldados; êles entraram em Damietta como se um combate sangüinolento lhes tivesse aberto as portas; massacraram os doentes, que encontraram, saquearam as casas, incendiaram as máquinas de guerra, as armas, e tôdas as munições que pertenciam aos cristãos.

Essa primeira violação dos tratados, a embriaguez da matança, a impunidade da licença inflama-

ram ainda mais o espírito dos muçulmanos e os levaram aos maiores excessos. Os emires, percebendo o furor dos soldados, pensaram em matar todos os prisioneiros cristãos. Já as galeras em que se encontravam amontoados os barões e os cavaleiros franceses tinham recebido ordem de voltar a Farescour, — *pelo que houve entre nós grande tristeza,* — diz Joinville, — *e muitas lágrimas se derramaram, porque todos julgávamos que nos iriam matar.*

Enquanto as galeras subiam o Nilo, os chefes do exército muçulmano deliberaram em conselho sôbre a sorte do Rei da França e de todos os prisioneiros franceses. "Eis-nos senhores de Damietta, dizia um dos emires, um poderoso monarca dos francos e seus mais bravos guerreiros podem receber a morte de nossas mãos ou a liberdade. A fortuna nos oferece uma ocasião de garantir para sempre a paz do Egito e o triunfo do islamismo; nós derramamos sem escrúpulo o sangue dos príncipes muçulmanos, respeitaremos o dos príncipes cristãos, vindos ao Oriente para incendiar nossas cidades e reduzir nossas províncias à escravidão?" Essa era a opinião do povo e do exército e a maior parte dos emires, levados por êsse espírito geral, falava do mesmo modo. Um emir da Mauritânia do qual Joinville nos conservou o nome, levantou-se quase sòzinho contra essa violação das leis da guerra e da paz. "Vós fizestes morrer, disse êle, vosso príncipe, que o Alcorão vos

ordenava de *conservar como a pupila dos vossos olhos.* Essa morte era sem dúvida necessária para vossa própria segurança. Mas, que podeis esperar da ação que vos propõem, senão a cólera de Deus e a maldição dos homens?" Estas palavras foram interrompidas por murmúrios. A linguagem da razão só aumentava o ódio e o fanatismo. Como as paixões violentas têm sempre motivos para justificar a si mesmas seus próprios excessos, acusaram os cruzados de perfídia, de traição e de todos os crimes que se premeditavam contra êles. Não havia acusação que não parecesse verdadeira, nem violência que não parecesse justa. Se o Alcorão, dizia-se, ordenava aos muçulmanos que velassem pela vida de seus príncipes, ordenava também que se velasse pela conservação da fé muçulmana; a morte devia ser o prêmio daqueles que tinham trazido a morte e seus ossos deviam alvejar as mesmas planícies que êles tinham devastado. Assim o exigiam a salvação do Egito e as leis do profeta.

Depois de uma deliberação assaz ultrajosa, a terrível sentença dos cativos ia ser pronunciada; mas a ambição veio em socorro da humanidade e da justiça: o emir que falava em favor dos prisioneiros cristãos, tinha dito várias vêzes que *os mortos não pagavam resgate.* Reconheceram por fim que a espada, imolando cruzados, despojava apenas a vitória e privaria os vencedores do fruto de seus trabalhos.

Essa observação acalmou os espíritos e mudou as idéias. O temor de perder oitocentos mil bizantinos de ouro fê-los respeitar os tratados e salvou a vida do Rei da França e dos seus companheiros de infortúnio.

Os emires deram ordem de reconduzir as galeras para Damietta. Os mamelucos tomaram sentimentos mais pacíficos e, como é natural à multidão, passar de um extremo a outro, trataram com tôdas as considerações da hospitalidade àqueles mesmos aos quais pouco antes queriam matar. À sua chegada à cidade, distribuíram aos prisioneiros filhós, cozidos ao sol e ovos também cozidos, que *por deferência às nossas pessoas,* — diz Joinville, — *haviam sido pintados de várias côres.*

Os cavaleiros e os barões tiveram por fim permissão de sair dos navios que lhes serviam de prisão, para ir ter com o rei, que muitos dêles não viam desde o desastre de Minieh. Enquanto saíam dos navios, Luís caminhava para a embocadura do Nilo, escoltado por guerreiros muçulmanos: seguia-o uma multidão enorme e contemplava em silêncio as armas, os dardos, a marcha do monarca cristão. Uma galera genovesa o esperava; depois que êle embarcou, oitenta archeiros, com as bestas estendidas, apareceram de repente no convés; logo dissipou-se a multidão de egípcios e a galera afastou-se da margem. Luís tinha consigo o Conde de Anjou, o Conde de

Soissons, Godofredo de Sargines, Filipe de Nemours, o senescal de Joinville. O Conde de Poitiers tinha ficado como refém em Damietta até o pagamento completo dos quatrocentos mil bizantinos de ouro que o rei ficara de pagar aos emires, antes de se pôr ao mar. Faltavam a Luís IX trinta mil libras: pediram-nas aos templários; êstes, com grande escândalo dos cavaleiros e dos barões, recusaram-nas, a princípio. Ameaçaram-nos de empregar a fôrça. Êles então, obedeceram. A soma exigida pelo tratado foi paga aos muçulmanos. O Conde de Poitiers deixou Damietta e tudo estava pronto para a partida, quando Filipe de Montfort, encarregado de fazer o pagamento, veio dar contas de sua missão e disse ao rei que haviam enganado aos emires numa soma de dez mil libras. Luís mostrou logo seu descontentamento e mandou novamente Filipe de Montfort a Damietta para restituir aquela soma, lição de justiça, que êle quis dar ao mesmo tempo aos seus inimigos e aos seus servidores. Essa última missão está narrada em um autor árabe que lhe supõe um motivo singular e bizarro. Êle diz que Filipe de Montfort foi mandado aos emires para lhes dizer que êles não tinham nem religião, nem bom senso: religião, porque tinham massacrado seu soberano, e bom senso, porque tinham quebrado, por uma soma módica, as cadeias de um monarca poderoso, que teria dado a metade de seu reino para resgatar a sua liberdade.

Esta explicação, pouco verossímil, serve pelo menos para nos dar a conhecer a opinião, então espalhada entre os povos do Oriente, que censuravam os emires egípcios por ter degolado seu sultão e deixado escapar seu inimigo.

Logo, Luís IX com os tristes restos de seu exército, deixou a embocadura do Nilo e poucos dias depois de sua partida, chegou a Tolemaida, onde o povo e o clero ainda faziam preces por sua libertação. Todos os habitantes da cidade foram em procissão até o mar para recebê-lo.

No entretanto, os infiéis regozijavam-se com seus triunfos. Os chefes e os soldados do exército egípcio que tinham vencido os francos, receberam, uns, vasos de ouro e de prata, outros, sabres, cavalos, todos, recompensas proporcionadas à sua classe e à sua bravura. A entrega de Damietta e as vitórias do islamismo foram celebradas ao mesmo tempo, com discursos pronunciados nas mesquitas e com cantos dos poetas que eram repetidos em tôdas as cidades muçulmanas. Um dos poetas árabes dirigindo-se ao Rei da França, dizia-lhe assim: *"Ó monarca dos francos, tu querias invadir o Egito e te apoderares de nossas riquezas: tu julgavas, em teu orgulho, que as fôrças que o defendiam se dissipariam como a fumaça ou como uma sombra vã: que é feito de teus guerreiros? Onde os levou a imprudência? Cinqüenta mil homens feitos prisioneiros, mortos ou feri-*

dos, eis o fruto do teu empreendimento. Ó Rei dos francos, acrescentava o poeta dos mamelucos, — *se conservas a esperança de vingar tua derrota, se algum desígnio temerário te trouxer ao nosso país, não te esqueças de que a casa do filho de Lokman, que te servia de prisão, ainda está pronta para te receber. Lembra-te de que as cadeias que trouxeste e o eunuco Sabyh que te guardava, ainda estão lá, à tua espera!"*

LIVRO DÉCIMO SEXTO

CONTINUAÇÃO E FIM DA PRIMEIRA CRUZADA DE S. LUÍS.

1250-1254.

Reina uma doença epidêmica em Tolemaida; Luís IX manda embaixadores ao Egito para pagar o resgate dos prisioneiros; perturbações que agitam essa província; o rei finge querer voltar à França; Joinville opõe-se; partida dos duques de Anjou e de Poitiers; o sultão de Damasco convida o rei a se unir a êle para castigar os mamelucos; condições ditadas por Luís IX; o Imperador Frederico II desce ao túmulo; o papa estende sôbre o filho o ódio que tinha ao pai; e faz pregar uma Cruzada contra Conrado IV; origem dos Pastoureaux; sua dispersão; Henrique III da Inglaterra toma a cruz; a Rainha Branca manda socorros ao filho; embaixadores do Velho da Montanha, recebidos em Tolemaida; tratado concluído com os emires do Egito; o sultão de Damasco paralisa-lhe o efeito; o sultão de Bagdad restaura a união entre os muçulmanos; a guerra reacende-se; os turcomanos atacam Sidon; o exército franco entra em Panéias e a abandona quase em seguida; o rei recebe a notícia da morte de sua mãe; embarca para a França. — Causas múltiplas do insucesso desta Cruzada.

Enquanto Luís IX desembarcava nas costas da Palestina, a consternação era geral no Ocidente. Como acontece em guerras longínquas, as notícias então, por primeiro recebidas, eram as mais extraordinárias sôbre a expedição dos cruzados; já se julgava ver esvoaçarem os estandartes dos cristãos nos muros do Cairo e de Alexandria. A estas notícias sucederam bem depressa outras, anunciando grandes desastres. As narrações mais extraordinárias só haviam encontrado na França espíritos crédulos: recusaram-se a crer nos reveses e os primeiros que dêles falaram, foram entregues à justiça, como inimigos da religião e do reino.

"Por fim, diz o cronista Mateus Paris, quando o número daqueles que traziam notícias tristes foi tão grande, quando as cartas foram tão autênticas, que não se podia mais duvidar dos desastres, tôda a França precipitou-se num mar de angústia e de dores. Os eclesiásticos e os soldados mostravam igual tristeza e não queriam receber consolação alguma. Por tôda a parte, pais e mães deploravam a perda de seus filhos; amigos, a de seus amigos. As mulheres descuidaram-se de seus adornos, rejeitaram as coroas de flôres, renunciaram ao canto, aos instru-

A mensagem.

mentos de música, que ficaram abandonados e esquecidos. Tôda espécie de alegria converteu-se em lamentações. O que foi pior, porém, foi que acusaram o Senhor de injustiça, e o excesso da dor manifestou-se com blasfêmias. A fé de muitos desapareceu, Veneza e várias cidades da Itália onde habitavam semi-cristãos, teriam caído na apostasia se não tivessem sido fortalecidas pelas consolações dos bispos e dos homens religiosos. Êstes afirmavam que os cruzados mortos no Oriente, no céu, eram como mártires, e que êles não queriam por todo o ouro do mundo ficar mais tempo neste vale de lágrimas. Estas palavras consolaram a muitos, mas não a todos."

Para os franceses, o mais cruel dos infortúnios, o que tornava tantas desgraças irreparáveis e pelas quais ninguém se podia consolar, era o cativeiro do rei. "Não se vê nos anais da história, diz Mateus Paris, que um rei da França tenha sido aprisionado ou vencido, principalmente pelos infiéis, exceto êste, (Luís IX), que se êle tivesse pelo menos podido escapar sòzinho à derrota geral, teria fornecido aos cristãos um motivo de consolação e lhes teria poupado uma causa de vergonha. É por isso que Davi, nos seus Salmos, roga a Deus que salve a pessoa do rei (*David, salvum fac regem*), pois a salvação do povo depende da salvação do príncipe." O cronista inglês que nos fala do cativeiro do rei como de um opróbrio para o nome francês e uma vergonha para tôda a Igreja cristã, jamais compreendeu como um rei sôbre

o trono, um soberano no meio dos troféus da vitória, mostrou-se tão grande, como o nosso santo rei, nas cadeias que o prenderam; os anais da França não oferecem página mais bela do que a de S. Luís IX, prisioneiro em Mansourah.

Mas o que se tornou para a posteridade um magnífico motivo de admiração, foi causa de aflição profunda, para os contemporâneos. O pai dos fiéis dirigiu cartas cheias de dor a todos os príncipes, a todos os prelados do Ocidente. Êle ordenava ao clero que fizesse preces públicas, exortava aos fiéis a tomar as armas. Inocêncio escreveu a Branca, para consolá-la, a Luís IX para animá-lo a suportar a adversidade. Dirigindo-se ao Rei da França êle se admirava de ver num só homem, tanta desgraça e tanta virtude, e perguntava a Deus o que sua justiça tinha podido encontrar no mais cristão dos reis, que merecesse ser expiado com tantos reveses. "Pai de misericórdia, exclamava o Sumo Pontífice, mostrai-nos êsse mistério, para não deixar os fiéis no perigo de escândalo em que os lançaria o rigor dos vossos juízos..." "Ó região enganadora do Oriente! dizia o papa em outra carta: ó Egito, terra de trevas! Não tinhas prometido desde o princípio um dia tão luminoso, para nos atirar na escuridão e para te precipitares a ti mesmo, na noite profunda em que estás sepultado?"

Vimos há pouco numa descrição do cronista Mateus Paris, as cidades de além dos montes, tôdas

perturbadas com os desastres da Cruzada francesa no Egito. Como a maior parte das cidades da Itália estavam incompatibilizadas umas com as outras, pelos interêsses e mesmo pelos sentimentos, alguns ficaram indiferentes ou mesmo entregaram-se à alegria, enquanto as cidades rivais estavam imersas na desolação. Se acreditarmos em Villani, a cidade de Florença, onde dominavam os Gibelinos celebrou com festas os reveses dos cruzados franceses. A história mal pode explicar a alegria de uma cidade cristã, no meio da dor universal da Igreja e os fiéis deveram ter ficado mais revoltados com aquela alegria cruel, do que com as blasfêmias proferidas no momento de desespêro.

A Inglaterra não ficou insensível aos reveses dos cruzados: ela verteu lágrimas à morte heróica de Salisbury e de seus companheiros, em Mansourah. Os cavaleiros e os barões inglêses não podiam perdoar a Henrique III o tê-los retido em seus lares, enquanto seus irmãos, seus amigos, os defensores da cruz, sofriam no Oriente tôda sorte de calamidades.

Quando as notícias chegaram, além dos Pireneus, dos desastres da Cruzada, todo o povo espanhol entregou-se à dor; o Rei de Castela, em guerra com os sarracenos, via sòmente as desgraças dos cristãos no Oriente e jurou ir vingar a causa de Cristo nas margens do Jordão ou do Nilo. Os cristãos do Norte, armados contra os povos pagãos das regiões vizinhas, a Alemanha, perturbada pela guerra civil,

a que chamavam de guerra santa, mal tinham dirigido suas vistas para a expedição de Luís IX. No entretanto, o Imperador Frederico deplorou com sentimento, os desastres dos franceses e nas suas cartas dirigidas a vários príncipes da Europa, êle falava do cativeiro do Rei da França, nos têrmos mais comoventes; todavia, êle não se descuidava, dessa ocasião, para acusar Inocêncio, ao qual êle censurava a ruína dos cristãos. Frederico dirigiu-se à Sicília para armar uma frota que pudesse levar pronto auxílio aos cruzados. Esperando que os navios estivessem prestes a partir, êle mandou ao Oriente uma embaixada encarregada de pedir ao sultão do Egito, a libertação do monarca francês e de seu exército. Devia-se, sem dúvida, aplaudir essas generosas determinações do imperador; mas Deus não permitiu que êsse príncipe vivesse por muito tempo para que o Rei da França e os cruzados aos quais êle prometia seu auxílio, pudessem crer na sinceridade de seu zêlo e de suas promessas.

Luís IX chegou a Tolemaida e só tinha em sua companhia um pequeno número de fiéis cavaleiros; vários dos senhores franceses companheiros de cativeiro, em vez de seguir para a Palestina, tinham voltado ao Ocidente. Entre os que tinham deixado as bandeiras da Cruzada, devemos citar o Duque da Borgonha e o bravo Conde da Bretanha. Êste último, oprimido pelas doenças e coberto de ferimentos, morreu durante a travessia; seus restos mortais reco-

lhidos por seus cavaleiros foram transportados para a abadia de Villeneuve perto de Nantes, onde vários séculos depois, ainda se via o seu túmulo.

Os tristes restos do exército cristão, moveram a caridade dos habitantes de Tolemaida. Os cavaleiros e os soldados estavam quase nus: o senescal da Champanha, para comparecer à mesa do rei foi obrigado a mandar fazer uma veste, com os retalhos de uma coberta. "Quando o rei, diz Joinville, mandou convidar-me para almoçar com êle, eu fui com o colete, que me tinham feito na prisão, com restos de uma coberta. O rei, ao contrário, estava muito bem vestido; usava vestes que o sultão lhe havia feito preparar, e que eram de um tecido entremeado de ouro e prata, prêto, forrado de veiro e de cinzento, e tinha em grande abundância, enfeites de ouro." Uma doença epidêmica, fruto de longa miséria e de todo gênero de privações, apareceu entre os cruzados e devastou a cidade. Joinville, que estava hospedado na casa de um dos padres de Tolemaida, nos diz que êle via todos os dias vinte enterros passar pela sua porta. Tôdas as vêzes que êle ouvia estas palavras fúnebres, *Libera, me, Domine,* êle se punha a chorar e dirigia-se a Deus, dizendo — *Obrigado!*

No entretanto, o Rei da França ocupava-se em libertar os prisioneiros, que tinham ficado no Egito. Êsses escravos eram mais ou menos uns doze mil; a maior parte dêles podia retomar as armas e servir sob as bandeiras da Cruzada. Luís mandou embai-

xadores para pagar os quatrocentos mil bizantinos que ainda devia aos muçulmanos e para apressar a execução das cláusulas do tratado. Êsses embaixadores acharam o Egito prêsa de graves perturbações; os emires, divididos entre si, em vários partidos, disputavam o poder; o fanatismo animava-lhes a dissidência. Êles acusavam-se recìprocamente de ter favorecido ou poupado os cristãos. No meio de todos êsses debates, vários cativos tinham sido massacrados ou queimados vivos; alguns, nos tormentos, tinham renegado à fé. Os enviados de Luís IX não foram ouvidos; responderam-lhes que o Rei da França se devia considerar feliz por ter recuperado a liberdade e que os mamelucos iriam cercá-lo em Tolemaida. Por fim, os embaixadores cristãos foram obrigados a deixar o Egito sem ter obtido coisa alguma, e só levaram à Palestina quatrocentos prisioneiros, na maior parte velhos e doentes, muitos dos quais tinham êles mesmos pago seu resgate.

À sua volta, Luís IX, foi tomado de profunda tristeza: êle acabava de receber uma carta da Rainha Branca que o exortava a deixar o Oriente. Pensou então em voltar à França, mas como se resolver a deixar doze mil cristãos, na escravidão, em abandonar a Terra Santa, ameaçada de invasão? As três ordens militares, os barões e os senhores da Palestina, rogavam a Luís que não os abandonasse, repetindo com acento de desespêro que, se êles ficassem priva-

dos do seu auxílio, os cristãos da Síria, não teriam outro recurso que seguir com êle para o Ocidente.

Luís ficou comovido com suas preces e rogos; mas, antes de tomar uma resolução, quis consultar seus dois irmãos e os principais senhores que estavam com êle. Expôs-lhes as razões que êle tinha de regressar para a França e as que o podiam reter na Palestina. Por um lado, seu reino, ameaçado pelo Rei da Inglaterra, a impossibilidade em que estava então, de empreender algo contra os infiéis, deviam determiná-lo a deixar o Oriente; por outro lado, a infidelidade dos emires, que faltavam às primeiras condições dos tratados, os perigos em que se encontraria a Terra Santa, com sua partida, a esperança enfim de receber algum refôrço e de se aproveitar disso, para quebrar as cadeias dos prisioneiros cristãos, para libertar Jerusalém, impunham-lhe uma espécie de obrigação de adiar seu regresso.

Depois de ter assim exposto o estado das coisas, sem nada dizer, que pudesse dar a conhecer a sua opinião, êle convidou os cavaleiros e os barões a refletir sôbre o partido a se tomar. No domingo seguinte, êle os convocou novamente, e perguntou-lhes a opinião. O primeiro que falou foi Guy de Malvoisin, cuja bravura os cruzados admiravam nos combates, bem como a sabedoria nos conselhos. "Majestade, disse êle, dirigindo-se a Luís IX, quando considero a honra de vossa pessoa e a glória do vosso reino, não acredito que possais permanecer neste

país. Lembrai-vos daquele exército florescente que partiu dos portos da ilha de Chipre e vêde o que resta dos guerreiros! Havia então no exército cristão, dois mil e oitocentos cavaleiros, com suas bandeiras. Hoje, cem cavaleiros são todo o vosso exército. A maior parte está doente. Não tem nem armas, nem cavalos e nem os meios para obtê-los. Não podem mais servir com vantagem nem com honra. Não possuía mais nem uma cidade de guerra no Oriente; aquela em que estais pertence a várias nações diferentes; ficando aqui, não inspirareis nenhum temor aos infiéis e fareis aumentar a ousadia dos vossos inimigos na Europa. Vós vos expondes a perder ao mesmo tempo o reino da França, onde vossa ausência pode encorajar os vizinhos ambiciosos, e o reino de Cristo, onde vossa presença atrairá os golpes e os ataques dos muçulmanos. Estamos todos persuadidos de que é preciso castigar o orgulho dos sarracenos. Mas não é numa terra longínqua que poderemos terminar os preparativos de uma guerra decisiva e gloriosa. Assim então, vos aconselhamos a voltar ao Ocidente, onde vós velareis pela segurança dos vossos Estados, onde obtereis na paz, que será obra vossa, os socorros necessários para vingar um dia nossas derrotas e reparar os reveses que acabamos de sofrer."

O Duque de Anjou, o Duque de Poitiers e a maior parte dos senhores franceses, que falaram depois de Guy de Malvoisin, foram da mesma opinião. Quando chegou a vez do Conde de Joppé, êle não

quis falar, dizendo que possuía vários castelos na Palestina e que poderiam acusá-lo de defender seus interêsses pessoais. O rei convidou-o, porém, a dar a sua opinião, como todos os outros; êle se contentou de dizer que a glória das armas cristãs e a salvação da terra de Jesus Cristo exigiam que os cruzados não voltassem à Europa. Quando Joinville falou, o bom senescal, lembrou-se do conselho que lhe havia dado o senhor de Bollaincourt, seu primo, à sua partida para a Cruzada: "Ides para além-mar, (assim falava o senhor de Bollaincourt), mas tomai cuidado, ao voltar; nenhum cavaleiro, nem pobre, nem rico, pode voltar sem desonra, se deixar nas mãos dos sarracenos o povo, em cuja companhia partiu." Joinville, lembrando-se destas palavras, disse, "não se poderia abandonar sem desonra a multidão dos prisioneiros cristãos."

Êsses infelizes escravos, dizia ainda êle, estão a serviço do rei como a serviço de Deus, e, — *jamais êles se iriam se o rei não fôsse.* Não havia nenhum cavaleiro nem barão que não tivesse parentes ou amigos entre os prisioneiros. Também muitos não puderam conter as lágrimas, ouvindo Joinville falar; mas essa viva impressão não era suficiente para sufocar em seus corações o extremo desejo de rever a pátria. Em vão o senescal disse que o rei tinha ainda uma parte de seu tesouro; que êle podia recrutar tropas na Moréia e nos outros países, que com os auxílios que viriam da Europa bem depressa estariam em

condições de recomeçar a guerra: estas razões e várias outras não convenceram a maior parte dos senhores, que considerava apenas a Cruzada como um longo exílio. O senhor de Chastenai e Guilherme de Beaumont, Marechal da França, foram os únicos da opinião de Joinville. "Que responderemos, diziam êles, ao nosso regresso, aos que nos perguntarem o que fizemos da herança e dos soldados de Jesus Cristo? Escutai os infelizes habitantes da Palestina: êles nos acusam de lhes ter trazido a guerra, e já nos censuram de preparar-lhes a ruína, com nossa partida. Se não recebermos socorros, estaremos sempre em tempo de partir, mas por que apressar os dias de desespêro? Os cruzados, é verdade, não são em grande número; esquecemo-nos, porém, de que seu chefe mesmo prêso com ferros, se fêz respeitar pelos sarracenos? Vem-nos ainda notícia de que a discórdia reina entre nossos inimigos e que o sultão de Damasco declarou guerra aos mamelucos do Egito . . ." Os dois cavaleiros falavam entre murmúrios. Mais as razões que alegavam pareciam ter valor, mais êles eram ouvidos com impaciência. O senhor de Beaumont ia continuar, mas foi vivamente interrompido por Guilherme de Beaumont, seu tio, que lhe dirigiu pesadas censuras; em vão o rei queria que cada qual tivesse a liberdade de manifestar sua opinião; a autoridade da família venceu a autoridade do príncipe; o severo ancião continuou a erguer a voz e obrigou seu sobrinho a se calar.

Depois de ter escutado as opiniões de tôda a assembléia, o rei despediu os barões e os convocou de novo para o domingo seguinte. Ao sair do conselho, Joinville foi alvo das zombarias e dos ultrajes dos cavaleiros, por ter iniciado uma opinião contrária à opinião geral. Para cúmulo de desgraça, êle temeu ter incorrido no desagrado do rei; em seu desespêro, êle fizera o propósito de se dirigir para junto do príncipe de Antioquia, seu parente. Enquanto êle repassava na mente, tão tristes pensamentos, o monarca tomou-o à parte e abrindo-lhe o coração, declarou-lhe que seu intento era ficar ainda por algum tempo na Palestina: então Joinville esqueceu as injúrias dos cavaleiros e dos barões; estava tão contente pelo que o rei lhe havia dito que *nenhum outro mal o afligia.* Chegando o domingo, os barões reuniram-se pela terceira vez. O Rei da França invocou as luzes do Espírito Santo, com um sinal da cruz, e disse estas palavras: "Senhores, eu agradeço igualmente aos que me aconselharam a ficar na Ásia e aquêles que me aconselharam a voltar ao Ocidente. Uns e outros, eu não duvido, têm em vista apenas o interêsse de meu reino e a glória de Jesus Cristo. Depois de ter refletido por muito tempo, pensei que eu posso, sem prejuízo e sem perigo para meu território, prolongar ainda minha permanência neste país. A rainha, minha mãe, defendeu a honra de minha coroa em dias de infelicidade; ela mostrará hoje a mesma firmeza e encontrará menos obstáculo. Não!

Meu reino não sofrerá na minha ausência. Mas, se eu deixar esta terra pela qual a Europa fêz tantos sacrifícios, quem a defenderá contra seus inimigos? Quem ousará ficar aqui, depois de mim? Não quero que, tendo vindo aqui para defender o reino de Jerusalém, eu tenha de ouvir censuras pela sua ruína. Eu fico, portanto, para salvar o que nos resta, para libertar nossos prisioneiros e me aproveitar, se possível, da discórdia dos sarracenos. Eu não quero, além disso, obrigar a ninguém; os que querem deixar o Oriente, estão livres de partir; quanto aos que ficarem sob as bandeiras da Cruzada, eu declaro que nada lhes faltará e que eu dividirei sempre com êles a boa e a má sorte."

Depois destas palavras, diz Joinville, — *muitos se comoveram e começaram a derramar muitas lágrimas*. Os duques de Anjou e de Poitiers, então, com um grande número de senhores, fizeram os preparativos para a partida. O rei os encarregou de mandar uma carta ao clero, à nobreza e ao povo de seu reino. Nessa carta, Luís contava, com nobre simplicidade, as vitórias dos cavaleiros cristãos, suas derrotas e seu cativeiro e rogava aos seus súditos de tôdas as classes, a tomar as armas para socorrer a Terra Santa.

Quando os dois irmãos do rei partiram, êles se ocuparam então de recrutar soldados e defender a Palestina, pondo-a em condições de resistir. O que favorecia principalmente os cruzados e dava alguma segurança às colônias cristãs, era a dissidência que en-

tão reinava entre os muçulmanos. Depois do assassínio de Almoadam, os muçulmanos da Síria tinham-se recusado reconhecer a autoridade dos mamelucos. O principado e a cidade de Damasco acabavam de ser entregues a Nasser, sultão de Alepo, que se dispunha a marchar contra o Cairo, à frente de um exército; a mais viva agitação reinava entre os mamelucos do Egito, em quem os remorsos pareciam ter chegado, com o temor. A sultana Chegger-Eddour tinha sido obrigada a deixar o trono e a ceder a autoridade suprema ao turcomano Ezz-Eddin, de quem se tornara espôsa. Essa mudança acalmou um pouco os espíritos; mas, naquele estado de coisas, uma revolução chamava logo outra. A milícia turbulenta e inquieta que tinha derrubado o império dos ayoubitas, não podia suportar, nem o que era antigo, nem o que era novo. Para prevenir às sedições, os chefes mostraram à multidão, um menino daquela família, que êles tinham proscrito e o chamaram com o título vão de sultão; êles declararam em seguida, que o Egito pertencia ao califa de Bagdad e que êles o governavam em seu nome.

Foi então que o sultão de Alepo e de Damasco mandou a Luís IX, embaixadores, a fim de convidá-lo a se unir a êle para castigar o orgulho e a revolta da milícia do Cairo. Êle prometia aos cristãos dividir com êles os despojos dos vencidos e restituir-lhes o reino de Jerusalém.

Essas brilhantes promessas deviam alegrar o Rei da França e mereciam pelo menos tôda a sua atenção. Os emires do Egito solicitavam igualmente a aliança dos cristãos e propunham condições vantajosas. Luís IX podia escolher, e poderosos motivos deviam fazê-lo inclinar-se para o lado do sultão de Damasco: tratava-se, de um lado, com emires, cuja vontade era incerta, cuja sorte era transitória, cuja autoridade, sempre ameaçada e hesitante; de outro, com um príncipe onipotente, cujo poder, mais firme, oferecia maior garantia aos aliados. Um outro motivo, que não podia ser indiferente aos olhos de um monarca virtuoso, é que tôda a política dos mamelucos tinha por objetivo garantir-lhes a impunidade de um grande crime e que o soberano de Damasco armara-se para vingar a causa dos príncipes. Tôdas estas considerações foram sem dúvida apresentadas no conselho de Luís IX e deixaram o monarca indeciso sôbre o partido que deveria tomar. No entretanto, êle não se esquecia de que tinha assinado um tratado com os emires e que nada podia demovê-lo de seu juramento. Êle principalmente não se esquecia de que os mamelucos tinham ainda em suas mãos a sorte de doze mil prisioneiros cristãos e que rompendo com êles, renunciava à esperança de libertar os infelizes companheiros de seu cativeiro. Luís respondeu aos embaixadores sírios que uniria de boa vontade suas armas às do sultão de Damasco, se os mamelucos não cumprissem o tratado. Ao mesmo tempo, man-

dou ao Cairo, João de Valenciennes, encarregado de oferecer aos emires a paz ou a guerra. Êstes prometeram por fim, cumprir tôdas as condições do tratado se Luís consentisse em se tornar seu aliado e seu auxiliar; mais de duzentos cavaleiros foram então postos em liberdade.

Essas infelizes vítimas da Cruzada chegaram a Tolemaida pelo mês de outubro (1251). O povo acorreu em massa para vê-los desembarcar; todos traziam ainda os sinais do cativeiro; a lembrança dos males passados, sua miséria presente, arrancavam a todos lágrimas de compaixão. No meio dêsses prisioneiros cujas cadeias Luís acabava de quebrar, vinham em triunfo, em um ataúde, os ossos de Gauthier de Brienne, que caíra nas mãos dos infiéis na batalha de Gaza e fôra massacrado no Cairo por uma multidão furiosa. O povo acompanhou à Igreja dos hospitalários os restos do herói cristão. Os companheiros de armas de Gauthier lembravam seus feitos e a morte gloriosa que êle tivera pela causa de Jesus Cristo. A religião revestiu-se de tôda a pompa e celebrou em seus cânticos a glória de um mártir e o devotamento que ela sòmente parecia ter inspirado. A caridade dos fiéis acolheu e consolou a miséria dos cativos e Luís, tomou a seu serviço todos os que a idade ou as doenças não permitiam mais pegar em armas.

O rei soube com pesar que muitos prisioneiros cristãos ainda tinham ficado no Egito. Quando os

embaixadores egípcios chegaram a Tolemaida, Luís IX declarou-lhes que êles não deviam contar com a aliança que solicitavam, se os emires não se apressassem em dar liberdade a todos os escravos, a todos os filhos dos cristãos, instruídos na fé dos muçulmanos, os ossos do Conde de Brienne e mesmo as cabeças dos cruzados que tinham sido expostas nas muralhas do Cairo.

Assim a posição dos cristãos melhorava dia a dia, no meio das dissensões dos inimigos. O Rei da França ditava as condições aos emires e se êle tivesse tido um exército por pequeno que fôsse, teria podido reparar aos reveses que acabava de sofrer no Egito; mas o Oriente fornecia-lhe apenas um pequeno número de soldados e o Ocidente não se dispunha a lhe mandar socorros.

O Rei de Castela, que tinha tomado a cruz, morreu no momento em que se dispunha a partir, e seu sucessor, dirigiu tôdas as suas fôrças contra os sarracenos da África. Frederico II que vimos há pouco ocupado em socorrer Luís IX, morrera então no reino de Nápoles. Êle ordenara por testamento que se restituísse à Igreja tudo o que pertencia à Igreja e legou cem mil onças de ouro para auxiliar a Terra Santa. A morte e as últimas vontades do imperador pareciam dar a esperança de que os reinos cristãos não seriam mais afastados da Cruzada de além-mar pela formidável guerra surgida entre o sacerdócio e o império. Mas o soberano pontífice estava

persuadido de que o céu favorecia seus empreendimentos e que os juízos de Deus não deviam poupar a descendência de Frederico. Êle celebrou a morte do imperador como um triunfo da religião e da humanidade: "Que os céus se rejubilem, escrevia êle aos povos da Apulha e da Sicília, que a terra se alegre, pois o Senhor na sua inefável misericórdia tirou de vosso meio aquêle que durante tanto tempo vos manteve na aflição. Sua morte é como um vento que nos traz um orvalho refrigerante; também, meus caros filhos em Jesus Cristo, entoai alegres cânticos e preparai-vos para a prosperidade de todo gênero que se irá reunir sôbre vós." O pontífice exortava o povo a expulsar de seu seio e de seu território uma família reprovada por Deus e representava a dominação da Santa Sé como o único refúgio contra a tirania dos maus príncipes.

Todos os castigos, há tanto tempo suspensos sôbre a cabeça de Frederico, rebentaram contra seu filho Henrique, herdeiro do reino de Nápoles e sôbre o outro filho Manfredo, Príncipe de Tarento. Os povos da Sicília e da Apulha eram, ora perseguidos pelas maldições do papa, que se estendiam a tôdas as cidades rebeldes à Igreja, ora desolados pelos exércitos dos príncipes da Suábia, que devastavam os países submetidos ao papa. Ao mesmo tempo pregava-se na Alemanha uma Cruzada contra Conrado, que Frederico tinha designado como seu sucessor no império; como se a côrte de Roma tivesse querido

interessar tôdas as famílias nessa funesta guerra, as indulgências da cruz eram prometidas ao pai e à mãe de cada cruzado. O papa tinha escrito aos povos da Suábia para afastá-los da obediência a uma família amaldiçoada; êle tinha ao mesmo tempo encarregado a Tiago Pantaleão, arcediago de Liège, e Thierry, Grão-Mestre dos cavaleiros da Prússia, de se irem encontrar com os príncipes, os duques, os condes, para reconduzi-los à autoridade da Igreja. Além da indulgência concedida ao pai e à mãe de cada cruzado, concedia-se outra de quarenta dias a todos os que assistissem aos sermões dos pregadores da Cruzada. Em tôdas as províncias do império germânico, os barões, os príncipes, os magistrados, o povo, armavam-se, uns, por Conrado, outros, pelo Conde de Holanda, que o papa tinha feito eleger Rei dos romanos. Os ministros de Jesus Cristo não tinham mais a missão de pregar a concórdia, e tal era o furor dos partidos, que então um Arcebispo de Mogúncia, Cristiano, foi deposto de sua sede, por ter dado ao seu rebanho o exemplo da doçura e da paz evangélica. Haviam acusado êsse prelado perante o papa, de ser inteiramente inútil à Igreja e de ir de má vontade às expedições militares, quando o príncipe o chamava para isso. O arcebispo desculpava sua repugnância, por causa dos incêndios e das devastações que acompanhavam essas expedições; tais violências haviam-lhe parecido pouco conformes ao caráter de pastor da Igreja: Quando o exortaram a seguir o exemplo de

seus predecessores, Cristiano respondeu: *Está escrito no Evangelho: Põe tua espada na bainha.* Mas estas máximas pacíficas não eram mais compreendidas.

A França não era menos agitada, mas por outros motivos. Ao regresso dos duques de Anjou e de Poitiers, leu-se a carta que Luís tinha escrito para seus súditos. Essa carta renovou tôdas as dores que tinham oprimido o povo, quando soube do seu cativeiro e da derrota de seu exército; as exortações que Luís dirigia aos franceses, para obter socorros e as notícias que chegavam todos os dias do Oriente, comoveram vivamente todos os corações. Como o povo não se sabe moderar nem na dor nem na alegria, um espírito de sedição misturado com o entusiasmo da Cruzada, agitou as cidades, percorreu as províncias, e, por um momento pôs o reino em perigo.

Os príncipes e os senhores haviam fracassado em sua emprêsa, e a multidão foi levada a crer que Jesus Cristo rejeitava de seu serviço os grandes da terra e que êle só queria como defensores, homens simples, camponeses, pastôres, lavradores. O Senhor tinha sido ofendido, (dizia-se), com o luxo dos prelados, com o orgulho dos cavaleiros, e Deus tinha escolhido o que há de mais frágil sôbre a terra para confundir o que há de mais forte. Houve um homem, que conseguiu, com o auxílio da opinião popular, inflamar os espíritos e arrastá-los a um movimento geral. Êsse homem, chamado Jacó, nascido na Hungria, e muito idoso, era tido. como o pregador

daquela Cruzada de crianças, de que falamos no livro décimo segundo desta história. Uma longa barba que lhe descia até à cintura, um rosto pálido, sua linguagem misteriosa, davam-lhe o ar de um profeta. Êle ia de aldeia em aldeia e dizia-se enviado do céu para libertar a cidade de Deus e vingar o Rei da França. Os pastôres abandonavam os rebanhos, os lavradores, a charrua, para unirem-se a êle. Jacó, que era chamado o *Senhor da Hungria,* levava diante de si um estandarte sôbre o qual estava pintado um cordeiro, símbolo do Salvador do mundo. De todos os lados traziam-lhe víveres e seus discípulos diziam que êle tinha, como Jesus Cristo, o dom da multiplicação dos pães.

Deram o nome de *Pastoureaux* a êsses cruzados aldeões. Seus primeiros grupos, aos quais a princípio se dava pouca atenção, formaram-se nas províncias da Flandres e da Picardia. Êles dirigiram-se para Amiens, depois para a capital, e aumentavam à medida que caminhavam, com uma multidão de vagabundos, de aventureiros, e de mulheres prostitutas. Embora êles tivessem cometido algumas desordens, a Rainha Branca tolerou-os, esperando que daí poderia tirar algum auxílio para o rei. A proteção da regente inchou-lhes o orgulho, a impunidade aumentou entre êles a licença e duplicou-lhes a ousadia. O impostor Jacó e os outros chefes que o acaso ou a corrupção lhes haviam associado, clamavam com violência contra as riquezas e a supremacia do clero, o

que agradava à multidão que os seguia. Em seus discursos, diz Mateus Paris, êles acusavam as duas ordens dos Frades Menores e dos Pregadores de serem vagabundos e hipócritas; os monges de Cister, que só queriam invadir terras; os monges negros, de serem glutões e soberbos; os cônegos, de serem semi-seculares e de se nutrirem de alimentos delicados; os bispos e seus oficiais, de correrem atrás do dinheiro e de se entregarem aos prazeres; a côrte romana, enfim, de reunir todos os gêneros de opróbrios. Para grande escândalo dos homens piedosos, os *Pastoureaux,* desempenhavam, êles mesmos o ofício de sacerdotes e substituiam nos púlpitos das igrejas, os oradores sagrados, empregando a violência contra os ministros do altar, procurando agitar tôdas as paixões entre o povo. Reunidos por fim em número de mais de cem mil, êsses temíveis peregrinos saíram de Paris e dividiram-se em vários grupos para se dirigirem às costas do mar, onde deviam embarcar para o Oriente. A cidade de Orléans, que ficava à sua passagem, foi teatro das mais violentas desordens. Os progressos da licença deram, por fim ao govêrno e aos magistrados sérias apreensões. Ordenaram, então, a tôdas as províncias que perseguissem e dispersassem êsses bandos turbulentos e sediciosos. O grupo mais numeroso dos *Pastoureaux* dirigiu-se a Bourges, onde o *Senhor da Hungria,* devia fazer milagres e manifestar a vontade do céu. Sua chegada à cidade foi marcada por assassínios, incêndios e saque. O povo

irritado, tomou as armas e marchou contra os perturbadores. Encontraram-nos entre Mortemer e Villeneuve-sur-le-Cher, onde, apesar de seu número foram dispersados e receberam o castigo de suas roubalheiras. Jacó teve a cabeça fendida por uma machadada; vários dos discípulos e companheiros morreram no campo da luta ou foram supliciados; o resto, fugiu.

Assim, essa tempestade sùbitamente formada, dissipou-se do mesmo modo. Um outro bando que se havia dirigido para Bordéus, foi dispersado. Alguns dêles chegaram à Inglaterra e tiveram a mesma sorte. A notícia espalhou-se de que se havia constatado correspondência dos chefes com os muçulmanos; foram acusados de ter tido o propósito de entregar o povo cristão aos infiéis; essa acusação, embora inverossímil, acabou por torná-los odiosos. O govêrno que não tinha a princípio fôrças para lhes opor, armou-se contra êles com o furor das multidões e a tranqüilidade foi por fim, restabelecida no reino.

No entretanto, pregava-se a Cruzada de além-mar, na maior parte das regiões da Europa. Novas indulgências foram acrescentadas às que já tinham sido até então concedidas aos soldados da cruz; o Bispo de Avinhão, recebeu o poder de absolver os que tinham batido nos clérigos e queimado igrejas; o mesmo bispo teve a faculdade de converter em voto para a Cruzada, todos os outros votos, exceto o da religião; semelhantes poderes foram dados ao prior dos Dominicanos de Paris. A impunidade e os

privilégios da Cruzada, concedidos assim aos grandes culpados, não eram próprios para reanimar o zêlo e a emulação dos barões e dos cavaleiros.

O papa escreveu ao mesmo tempo ao Rei da Inglaterra, para exortá-lo a partir para o Oriente. Henrique III mandou convocar os habitantes de Londres na abadia de Westminster, onde vários prelados pregaram a Cruzada. As crônicas referem que poucas pessoas se persuadiram pelas pregações dos bispos, *por causa das extorsões e mentiras da côrte romana*. Henrique III, descontente com essa indiferença dos burgueses de Londres, chamou-os de *mercenários*.

O rei tomou a cruz e, quando pronunciou o juramento, levou a mão ao peito à maneira dos padres, o que não persuadiu muito, diz Mateus Paris, aos que se lembravam do passado. Como o papa lhe havia dado um décimo sôbre o clero e sôbre o povo, durante três anos, julgava-se que o monarca inglês tinha tomado a cruz, sòmente para ter um pretexto de levantar êsse impôsto, que alcançaria a cifra de quinhentas ou seiscentas libras tornezas. Segundo o testemunho da história contemporânea, podia-se dar à sua determinação um motivo mais honroso: a esperança de reconquistar a Normandia, e algumas outras províncias que a Inglaterra tinha perdido no continente. Mateus Paris nos diz que Luís IX saindo do seu cativeiro, se havia dirigido ao Rei da Inglaterra para obter dêle socorros e como prêmio dos serviços prestados à causa de Jesus Cristo, êle prometia entre-

gar nas mãos de Henrique III os países que haviam voltado à dominação francesa. A Rainha Branca ela mesma parecia ter consentido nessa proposta; mas os grandes do reino, tendo sido convocados, se admiraram de que um Rei da França tivesse concebido semelhante projeto, sem ter consultado seus barões; na presença da rainha, que, sòmente, era da sua opinião, todos declararam que nem os grandes e nem o povo consentiriam jamais em concessões desonrosas para a coroa e que o Rei da Inglaterra jamais voltaria à Normandia, a não ser passando por mil espadas e mil lanças ensangüentadas. Depois dessa declaração ameaçadora, Henrique III julgou que não devia levar as coisas mais além, e nada mais fêz para reconquistar as províncias que reclamava, nem para libertar a herança de Jesus Cristo. Mateus Paris, que por muito tempo nos falou dessa violenta oposição dos barões, deu-lhes uma linguagem cuja rudeza é deveras exagerada. Podemos crer que a permanência de Luís IX no Oriente, depois da derrota, tenha descontentado os grandes do reino e que, por um momento, êles se esqueceram do respeito devido à infelicidade; mas certamente a altivez patriótica, o espírito de independência da nobreza francesa não se misturaram nessa ocasião com os sentimentos do desprêzo e do ódio.

Na mesma assembléia os barões e os senhores franceses tiveram uma nova ocasião de manifestar seu patriotismo, suspeitoso e ardente. Essa nobre

reunião se indignou de que se pregasse no reino, uma Cruzada contra os filhos de Frederico e que se recrutassem tropas e se recolhesse dinheiro nas províncias, os quais, sòmente deveriam ser empregados, em socorrer o Rei da França. A Rainha Branca participou da indignação dos grandes e dos senhores: medidas prontas e severas foram tomadas; impuseram silêncio aos pregadores; exilaram e despojaram de seus bens todos os que se haviam alistado sob as bandeiras de uma guerra pregada contra cristãos.

A história deve aplaudir os sentimentos generosos que fazia a nobreza francesa brilhar assim; no entretanto, admiramo-nos de ver nessa circunstância deplorarem-se com pesar as desgraças do reino e ocuparem-se apenas com os meios de socorrer o monarca que implorava o seu auxílio. Não faltavam então, homens maus e presunçosos, como sempre encontramos na adversidade, que julgam ter feito bastante por uma causa infeliz, lembrando as advertências que deram e que não foram seguidas, menos animados assim em mostrar seu zêlo do que sua previdência. Nós acrescentaremos que a maior parte dos senhores censuraram abertamente a resolução, que Luís IX tinha tomado de ficar na Palestina: os que demonstravam mesmo mais dedicação ao rei deviam temer, mandando-lhe socorros, prolongar-lhe a ausência. Como quer que seja, não se tomou então nenhuma medida eficaz para se mandar ao monarca distante, afastado de seu território, o dinheiro e os soldados

que êle pedia. Apesar dos reiterados pedidos do rei, a França, que tinha derramado tantas lágrimas durante seu cativeiro no Egito, não se pôde decidir a tomar as armas para secundar seus novos esforços na Terra Santa e se contentou de fazer votos ardentes pela sua volta.

No entretanto, a Rainha Branca, não podia ficar insensível aos rogos do filho. Para fazer chegar socorros a Luís IX, foram prometidas recompensas a todos os que partissem para o Oriente; retiraram-se então os ornamentos das igrejas: uma crônica do tempo refere que se fundiu uma caixa de prata onde estava encerrado o coração do Rei Ricardo Coração-de-Leão e que estava depositada na Catedral de Ruão. Mas todos os cuidados da ternura materna não puderam servir eficazmente ao rei em suas necessidades. Um navio carregado de prata que partira para a Palestina, naufragou nas costas da Síria; um pequeno número dos que tinham tomado a cruz no Ocidente decidiram-se atravessar o mar; o jovem Conde d'Eu e Raimundo, Visconde de Turenne, que a regente tinha condenado a partir para a Palestina, foram quase os únicos franceses que então partiram para o Oriente. A maior parte dos cavaleiros e dos barões que tinha ficado na Palestina com o rei, despojados de tudo, arruinados completamente, punham seus serviços a um preço muito alto, e, segundo a expressão dos comissários de Luís IX, *faziam-se tão caros*, que o tesouro do monarca não teria sido

suficiente para alistá-los. Fizeram recrutamento na Grécia, em Chipre, e nas cidades cristãs da Síria, mas êsses recrutamentos só trouxeram para as bandeiras da Cruzada aventureiros, pouco próprios para partilhar dos perigos e dos trabalhos de uma grande emprêsa.

Entre os guerreiros que o amor dos perigos e aventuras distantes levou então à Terra Santa, a história cita Alemar de Selingan. Êsse cavaleiro tinha partido de um país do Ocidente onde o verão, dizia êle, quase não tinha noites. Selingan e seus companheiros procuravam por tôda a parte a ocasião de se distinguir por sua habilidade e coragem romanescas. Esperando o feliz momento de combater os muçulmanos, êles faziam guerras aos leões, que perseguiam a cavalo, nos desertos, matavam a flechadas, o que era grande motivo de surprêsa e de admiração para os guerreiros franceses.

Viram também chegar, diz Joinville, um outro *cavaleiro muito nobre, que entre êles era chamado de Toucy*. O cavaleiro de Toucy tinha sido regente do império latino de Constantinopla na ausência de Balduino e se vangloriava de pertencer à família dos reis da França. Êle abandonava, com nove outros cavaleiros, um império que estava em ruínas, para defender os tristes restos do reino de Jerusalém. Toucy narrava as desgraças de Balduino e as circunstâncias deploráveis que tinham forçado um imperador cristão a se aliar com o chefe dos comanos. Segundo o

costume dos bárbaros, o Príncipe dos comanos e o Imperador de Constantinopla haviam feito tirar sangue e misturando-o numa taça, tinham bebido um o do outro, em sinal de aliança e de fraternidade. Os cavaleiros que acompanhavam o senhor de Toucy tinham tirado êsse uso dos bárbaros; os guerreiros franceses, a princípio, ficaram revoltados, mas logo, levados pela novidade, misturaram êles também seu sangue com o de seus novos companheiros e, regando-o com vinho, uns e outros, embebedaram-se, dizendo que eram irmãos.

Os costumes e os usos dos povos do Oriente conquistavam vivamente a atenção dos cruzados. Quando os missionários, que Luís IX tinha mandado à Tartária, voltaram a Tolemaida, os guerreiros franceses não deixaram de interrogá-los e de os ouvir. André de Longjumeau, à frente da missão, tinha partido de Antioquia, e, fazendo dez léguas por dia, tinha caminhado durante um ano antes de chegar ao lugar onde habitava o grão-cã dos tártaros. Os missionários, atravessaram desertos onde êles viram enormes montes de ossadas humanas, tristes monumentos das vitórias de um povo bárbaro; êles contavam coisas maravilhosas a respeito da côrte do monarca dos mongóis, dos costumes e dos usos dos países que tinham percorrido, das conquistas e da legislação de Gengis-Cã, dos prodígios que tinham preparado o poder e a grandeza do conquistador da Ásia. Entre essas narrações extraordinárias e cheias

de circunstâncias fabulosas, os cruzados notavam com alegria que a religião de Cristo estendia seu império entre os povos mais afastados: os missionários atestavam ter visto numa única horda de tártaros, mais de oitocentas capelas onde se celebravam os louvores do verdadeiro Deus. Luís IX esperava que os mongóis se tornassem um dia auxiliares dos cristãos contra os infiéis: essa esperança determinou-o a mandar novos missionários à Tartária.

De resto, se os cruzados assim admiravam-se de tudo o que sabiam das regiões mais longínquas da Ásia, êles tinham perto de si mesmos uma povoação bárbara, que lhes devia muito mais ainda despertar a atenção e a surprêsa. Alguns meses depois de sua chegada, Luís IX recebeu uma embaixada do Velho da Montanha, que, como dissemos, reinava sôbre umas trinta aldeias ou vilas, construídas do lado ocidental do Líbano. Os enviados do Príncipe dos *Assassinos,* admitidos à presença do Rei da França, perguntaram-lhe se êle conhecia o seu senhor. "Ouvi falar dêle, respondeu o monarca. Por que então, disse um dos embaixadores, não procurou a sua amizade e não lhe mandou presentes, como fizeram o Imperador da Alemanha, o Rei da Hungria, o sultão do Cairo e tantos outros grandes príncipes?" O rei escutou sem cólera essa estranha linguagem e despediu os embaixadores, marcando uma segunda audiência, à qual assistiram os grão-mestres do templo e do hospital. Só o nome das duas ordens mili-

tares, que o punhal dos Assassinos não podia alcançar, inspirava algum temor ao Velho da Montanha, que tinha sido obrigado a lhes pagar um tributo. Nessa segunda audiência, os dois grão-mestres censuraram vivamente os embaixadores e lhes disseram que, se o senhor da Montanha não mandasse presentes ao Rei da França, sua insolência custar-lhe-ia bem depressa um justo castigo. Os enviados levaram essas palavras ameaçadoras a seu senhor, que sentiu então êle mesmo o temor que queria inspirar e os mandou a Luís IX para lhe manifestar disposições e sentimentos mais pacíficos. Entre os presentes que êles estavam encarregados de oferecer ao Rei da França, havia vários vasos, um jogo de xadrez, um elefante em cristal de rocha; o senhor da Montanha tinha juntado aos presentes uma camisa e um anel, símbolos de aliança, que vos lembrarão, disseram êles, ao monarca francês, "que vós e nosso amo deveis continuar unidos como os dedos da mão e como a camisa ao corpo."

Luís IX recebeu a embaixada com muita distinção e encarregou os enviados do príncipe dos Assassinos de levar ao seu senhor vasos de ouro e de prata, panos escarlates de sêda; êle os fêz acompanhar pelo irmão Yves, que conhecia a língua árabe. Êste, que permaneceu por algum tempo na côrte do Velho da Montanha, contou, ao seu regresso, várias curiosidades interessantes que a história não esqueceu. O príncipe dos Assassinos pertencia à seita de Ali e sentia alguma admiração pelo Evangelho. Tinha

sobretudo grande veneração pelo *Senhor São Pedro,* que segundo êle, vivia ainda, e cuja alma, dizia êle, tinha sido sucessivamente a de Abel, de Noé, e de Abraão. O irmão Yves falava principalmente do terror que o velho da montanha inspirava aos seus súditos. Um silêncio espantoso reinava em tôrno de seu palácio e quando êle se apresentava em público era precedido por um arauto de armas que dizia em voz alta: "Quem quer que sejais, tende receio de comparecer à presença daquele que tem a vida e a morte dos reis em sua mão."

Enquanto estas narrações maravilhosas ocupavam a ociosidade dos cruzados, a guerra tinha sido declarada entre o sultão de Damasco e o do Cairo. Os guerreiros cristãos, desejosos de combater, lamentavam-se de estar assim condenados a ficar num triste repouso. Havia apenas setecentos cavaleiros sob as bandeiras da cruz e seu pequeno número não permitia a Luís IX tentar uma expedição importante.

1252. Esperando os perigos e as vicissitudes da guerra, o santo monarca ocupava-se continuamente em amenizar a sorte dos cativos, em quebrar as cadeias, daqueles que ainda estavam em poder dos muçulmanos. Mas o cativeiro dos guerreiros cristãos não era o único infortúnio que afligia seu coração; aumentava-lhe o pesar, saber que vários de seu companheiros de armas tinham abraçado o islamismo. Uma observação que parecerá singular,

é que as Cruzadas, cujo objetivo é sempre fazer triunfar a causa do cristianismo, nos oferece freqüentes exemplos de apostasia e a história não teme afirmar que durante as guerras santas houve mais cristãos que se fizeram muçulmanos, do que muçulmanos que se fizeram cristãos.

Joinville nos diz nas suas memórias que a maior parte dos marinheiros que guarneciam a frota cristã, na retirada de Mansourah, renunciou à fé, para salvar a vida; nesses dias desastrosos muitos guerreiros não puderam resistir às ameaças dos muçulmanos, e o temor da morte fê-los esquecer uma religião pela qual tinham tomado as armas. Vimos que males os cruzados tiveram que sofrer nas expedições do Oriente; na multidão dos peregrinos, havia sempre quem não tinha virtude bastante para resistir à prova das grandes desgraças. À chegada de Luís IX ao Egito, êsse país tinha já um bom número de cristãos, perjuros e infiéis, que nos perigos e nas calamidades das guerras precedentes, tinham renegado ao Deus de seus pais. Todos êsses renegados eram desprezados pelos muçulmanos. Os autores orientais citam a êsse respeito uma palavra de Saladino que exprime uma opinião geralmente tida e que se conservou até os últimos tempos das Cruzadas: êle dizia que *jamais se fêz um bom cristão de um mau muçulmano, nem um bom muçulmano, de um mau cristão.* A história nos dá poucos particulares sôbre a vida que levavam êsses francos degenerados, que tinham renegado à

sua religião e ao seu país; vários entregaram-se à agricultura, às artes mecânicas, um grande número se alistara no exército muçulmano, outros tinham empregos e conseguiam ajuntar grandes riquezas. Devemos, no entretanto crer que o remorso envenenava todos os momentos de sua vida e não lhes permitia gozar dos bens que êles tinham obtido entre os infiéis. A religião que êles haviam abandonado inspirava-lhes ainda respeito, a presença e a linguagem dos francos que outrora tinham sido seus irmãos, lembravam-lhes um passado doloroso. Mas retidos por não sei qual falsa vergonha e como se Deus os tivesse castigado com uma reprovação eterna, êles continuavam presos ao êrro por um liame invencível, e, embora sentissem a desgraça de viver numa terra estrangeira não ousavam retratar-se, ao pensamento de rever sua pátria.

Um dêsses renegados, nascido em Provins, que tinha combatido sob as bandeiras de João de Brienne, veio saudar Luís IX e trazer-lhe presentes, quando o monarca embarcava no Nilo para ir à Palestina; como Joinville lhe dissesse que se êle permanecesse na religião de Maomé *êle iria direitinho para o inferno,* depois da morte, êle respondeu que achava a religião de Jesus Cristo melhor que a da Mecca, mas, acrescentava, que se êle voltasse à fé dos cristãos, voltaria a ser pobre e que *lhe fariam durante todo o resto de sua vida infames censuras, chamando-o de renegado, renegado.* Assim o temor da miséria, o temor do

juízo do mundo, conservavam os desertores da fé cristã no êrro e não permitiam que êles voltassem à crença que haviam abandonado. Luís IX tudo fêz para trazê-los de novo à verdade. Sua generosidade estendia-se mesmo aos que voltavam ao cristianismo, e, para lhes poupar o desprêzo dos homens, proibiu, por um decreto, que se lhes lembrasse a vergonha de sua apostasia.

O rei da França empregou somas consideráveis para colocar várias cidades cristãs em condições de se defender: Cesaréia, como Tolemaida viu erguerem-se tôrres e muralhas; Luís mandou também restaurar as fortificações de Joppé e de Caifa, que caíam em ruínas. Nesses trabalhos feitos durante a paz, os guerreiros ficaram ociosos e muitos começaram a se esquecer da severidade da disciplina militar e dos preceitos da moral evangélica. A precaução que Joinville havia tomado de colocar seu leito de modo a *evitar tôda irreligiosidade de mulheres,* prova que os costumes dos cavaleiros da cruz não estavam a salvo de suspeitas. Luís mostrou-se muito mais severo contra a licença dos costumes, do que o tinha sido, na permanência em Damietta. A história cita vários exemplos de sua severidade; e tal era a bizarria das leis penais encarregadas de proteger a decência e a moral públicas, que o excesso mesmo da libertinagem pareceria hoje menos escandaloso que o castigo infligido então aos culpados.

No entretanto, o clero não deixava de lembrar aos cruzados os preceitos da religião cristã e suas pregações não ficaram sem fruto. A Palestina não tinha uma cidade, um lugar que não lembrasse aos guerreiros cristãos as santas tradições da Escritura, a misericórdia e a justiça de Deus. Vários dos senhores e barões franceses, que tinham sido modelos de coragem, davam o exemplo de devoção e de piedade; viam-se cavaleiros, depor as armas e retomar a sacola e o bordão do peregrino, dirigirem-se a lugares consagrados pelos milagres e pela presença de Jesus Cristo e dos santos personagens, dos quais a religião conservava a memória. Luís IX visitou várias vêzes o monte Tabor, a aldeia de Caná, dirigiu-se em peregrinação a Nazaré. O sultão de Damasco, que procurava sempre a sua aliança, convidou-o a vir até Jerusalém: essa peregrinação teria realizado os votos do piedoso monarca; mas os barões e principalmente os bispos disseram-lhe que não era conveniente entrar em Jerusalém como um simples peregrino e que êle tinha vindo ao Oriente, não sòmente para visitar, mas para libertar o santo sepulcro; êles diziam ainda que os príncipes do Ocidente, que para o futuro tomassem a cruz, julgariam a seu exemplo, ter cumprido o juramento, visitando a Cidade Santa e que assim, a devoção das Cruzadas não teria mais por objeto a libertação do sepulcro de Jesus Cristo. Luís IX dirigiu-se aos representantes dos prelados e consentiu em não ver Jerusalém, na esperança de lá entrar um

dia com as armas na mão. Mas aquela esperança ia logo se dissipar e Deus não devia mais permitir que a Cidade Santa fôsse libertada do jugo dos infiéis.

Os sultões do Cairo e de Damasco mantinham sempre negociações com o monarca dos francos. Cada um dêsses príncipes muçulmanos esperava ter os cristãos como aliados e temia sempre tê-los por inimigos. Tôdas as vêzes que temiam ser vencidos, os emires do Egito renovavam suas propostas; êles aceitaram por fim tôdas as condições que lhes foram impostas. Um tratado foi concluído, pelo qual os mamelucos comprometiam-se a lhes entregar todos os cativos, que ainda estavam no Egito, os filhos dos cristãos educados na fé muçulmana, e, o que tinha sido pedido várias vêzes por Luís IX, as cabeças dos mártires da cruz, expostas nas muralhas do Cairo. Jerusalém e tôdas as cidades da Palestina com exceção de Gaza, de Darum, e de duas outras fortalezas deviam ser entregues aos francos. O tratado dizia ainda que durante quinze anos, o reino de Jerusalém não faria guerra com o Egito, que ambos reuniriam suas fôrças e que tôdas as conquistas seriam divididas entre os cristãos e os mamelucos. Alguns eclesiásticos mostraram suas dúvidas e seus escrúpulos, pela aliança com os inimigos de Jesus Cristo: o piedoso monarca não fêz caso de suas razões. Jamais tratado algum havia oferecido mais vantagens à causa dos cristãos, se a boa-fé tivesse presidido à sua execução; mas a generosa lealdade de Luís IX não lhe permi-

tia desconfiar da fraude e da perfídia de seus aliados, nem mesmo em seus inimigos.

Os chefes dos mamelucos deviam ir a Gaza e de lá a Joppé para confirmar a aliança que acabavam de fazer e para se entender com Luís IX sôbre os meios de continuar a guerra. Quando o sultão de Damasco soube do tratado que acabavam de fazer, colocou um exército de vinte mil homens, entre Gaza e Darum, para impedir a união dos egípcios com os francos. Quer porque os mamelucos tivessem sido retidos por dissidências internas, quer porque êles não ousavam enfrentar as tropas de Damasco, não foram a Joppé na época marcada. No entretanto, êles tinham cumprido tôdas as outras condições do tratado; acrescentaram à remessa dos cativos e dos despojos fúnebres dos guerreiros cristãos, um elefante, que Luís mandou ao rei da Inglaterra. Como êles renovavam freqüentemente suas promessas de vir a Joppé, Luís sempre os aguardava. Esperou-os durante um ano. O monarca francês, iludido assim, em suas esperanças, podia, sem injustiça, renunciar a um tratado que não se executava. Podia ainda aproximar-se do sultão de Damasco que oferecia as mesmas vantagens e cujas promessas deviam inspirar mais confiança. Os emires do Egito tinham procurado aliança dos cruzados, em circunstâncias em que sua situação parecia desesperada e quando êles podiam crer que o rei da França receberia socorros do Ocidente. Vendo por fim que Luís não tinha exército e que tôdas as fôrças

que êle podia reunir se reduziam a setecentos cavaleiros, êles temeram comprometer-se em relações que os exporiam ao ódio dos muçulmanos e não lhes davam nenhum apoio verdadeiro contra seus inimigos. Todos êsses emires, além disso, combatiam apenas para garantir a impunidade de seu crime e conservar os frutos da revolta. Êles estavam sempre prontos a deixar as armas, se lhes perdoassem o passado e se se lhes deixasse o Egito. O califa de Bagdá procurava então restaurar a paz entre as potências muçulmanas: induziu o sultão de Damasco e de Alepo a esquecer os ressentimentos, os emires, a testemunhar seu arrependimento e seu desejo de paz. Haviam-se travado vários combates que nenhum resultado decisivo apresentaram. Num dêsses combates, uma parte das tropas sírias tinha sido desbaratada pelos mamelucos e se havia refugiado na estrada de Damasco, enquanto vários corpos de mamelucos tinham sido batidos e perseguidos pelos sírios até às portas do Cairo. Uma guerra em que a vitória estava sempre incerta, devia cansar a paciência e a coragem dos partidos; de lado a lado tomaram como árbitro o pai espiritual dos muçulmanos; os sultões da Síria e do Egito por fim firmaram a paz e resolveram unir suas armas contra os cristãos. Então, desvaneceram-se tôdas as esperanças dos cruzados. O rei da França, por ter adiado por muito tempo e se descuidado da ocasião favorável, teve ao mesmo tempo dois inimigos pela frente. Seria necessário conhecer a fundo a si-

tuação e a política das potências muçulmanas para saber até que ponto a história pode censurar a indecisão e a lentidão de Luís IX. O padre Maimbourg, não hesita em censurá-lo com severidade e pesar, e declara singelamente que *por ser santo, não se é infalível, particularmente nos negócios públicos e principalmente nos da guerra.*

O tratado concluído entre os mamelucos e os Sírios foi o sinal da guerra. O sultão de Damasco à frente de um exército chegou até às muralhas de Tolemaida e ameaçou devastar os jardins e os campos que forneciam provisões para a cidade, se não lhes pagassem uma contribuição de cinqüenta mil bizantinos de ouro. Os cristãos não estavam em condições de resistir aos inimigos, se êles então tivessem que repelir sérios ataques; mas os sírios, consumidos pela fadiga, com falta de víveres, voltaram a Damasco, enquanto os mamelucos voltaram ao Cairo. Uns e outros afastaram-se com a intenção de voltar e de se aproveitarem de uma ocasião favorável para invadir e devastar a Palestina.

As ameaças dos muçulmanos deviam induzir Luís IX a duplicar seu zêlo e seus esforços para pôr as cidades cristãs em condições de se defender. Resolveu restaurar as fortificações de Sidon, demolidas pelos muçulmanos de Damasco no tempo em que os cristãos haviam desembarcado no Egito. Êle havia mandado àquela cidade um grande número de operários; já os trabalhos estavam iniciados, quando fo-

ram interrompidos por um deplorável acidente. Como a praça tinha uma pequena guarnição, apenas, foi atacada, e todos os cristãos foram massacrados pelos turcomanos, povo errante e feroz, acostumado a viver de assassínios e de roubos. Luís soube dêsse desastre quando estava em Tiro e se dirigia a Sidon. Alguns dos que tinham escapado à matança, contaram-lhe a crueldade inaudita dos bárbaros; o furor dos turcomanos não havia poupado nem sexo, nem idade, e, na retirada, haviam degolado dois mil prisioneiros. Luís vivamente aflito por tudo o que ouvira, resolveu imediatamente ir atacar os turcomanos em Panéas, onde êles se haviam refugiado. Ao primeiro sinal, todos os guerreiros que o acompanhavam tomaram as armas; o rei queria pôr-se à sua frente, mas seus barões a isso se opuseram dizendo que êle não devia expor, em semelhante expedição, a sua vida, tão necessária para a salvação da Terra Santa. Os guerreiros cristãos puseram-se em marcha. Panéas ou Cesaréia de Filipe, cujo nome é muitas vêzes citado na história das primeiras Cruzadas, estava construída no flanco do Líbano, perto da nascente do Jordão; lá só se podia chegar por caminhos estreitos e lugares escarpados: nada detém os cruzados franceses, impacientes por vingar a morte de seus irmãos, imolados pelos turcomanos. Chegaram, por fim a Panéas; o inimigo fugiu de todos os lados. A cidade foi tomada. Essa vitória teria sido completa, se os guerreiros cristãos tivessem observado as leis da dis-

ciplina e seguido as ordens de seus chefes. Enquanto os cruzados franceses tomavam posse de Panéas, os cavaleiros teutônicos foram atacar um castelo muçulmano, construído nas elevações vizinhas e cujas tôrres se elevavam entre os picos do Líbano. Os turcomanos, que se tinham reunido naquele lugar começaram a retomar coragem e repeliram os assaltantes, perseguindo-os através dos rochedos e dos precipícios. A retirada precipitada dos cavaleiros teutônicos lançou a confusão entre os outros guerrreiros cristãos, reunidos num terreno montanhoso onde não podiam combater a cavalo, nem se organizar em linha de batalha: Joinville, que comandava os soldados do rei, estêve mais de uma vez a ponto de perder a vida ou de cair nas mãos dos turcomanos. Por fim os guerreiros franceses à fôrça de bravura, repararam o êrro dos alemães; Oliverio de Thermes e os guerreiros que êle comandava, chegaram a repelir os muçulmanos. Os cruzados abandonaram Panéas, depois de ter saqueado a cidade e retomaram o caminho de Sidon.

Luís IX lá havia chegado antes dêles: ao se aproximar da cidade, grande foi o pesar do príncipe, vendo na estrada, inúmeros cadáveres, despojados e ensangüentados. Eram os tristes restos dos cristãos, imolados pelos turcomanos; estavam já meio putrefactos e ninguém se havia preocupado em lhes dar sepultura.

Luís deteve-se ante tal espetáculo, convidou o legado a benzer um cemitério; depois ordenou que

se enterrassem os mortos que jaziam pela estrada. Em vez de obedecer todos se afastaram, voltando os olhos para outro lugar, de temor e de espanto. Então Luís desceu do cavalo e tomando nos braços um dos cadáveres, do qual se exalava um mau cheiro horrível, disse: *Vamos, meus amigos, vamos dar uma sepultura aos mártires de Jesus Cristo!* O exemplo do rei reanimou a coragem e a caridade das pessoas do seu séquito. Todos procuraram logo imitá-lo e os cristãos que os bárbaros tinham matado receberam assim as honras da sepultura. Êsse piedoso devotamento de Luís IX à memória de seus companheiros de armas, foi celebrado pelos historiadores; é a caridade, no que ela tem de mais forte, de mais heróico, de mais comovente; desde que existem reis, jamais se haviam visto os poderes da terra descerem a cuidados tão piedosos.

O rei ficou vários dias em Sidon, ocupado em fazer fortificar a cidade. No entretanto, a Rainha Branca, escrevia-lhe freqüentemente e lhe pedia que voltasse à França, temendo sempre não mais tornar a ver o filho.

Seus pressentimentos, porém, realizaram-se, em pouco tempo. Luís ainda estava em Sidon, quando chegou um mensageiro à Palestina, comunicando que a regente já não existia. Foi o legado do papa que por primeiro recebeu esta triste notícia. Êle veio falar com o rei acompanhado pelo arcebispo de Tiro e por Godofredo de Beaulieu, confessor de Luís.

Quando o prelado lhe disse que tinha algo importante para lhe comunicar, e como mostrasse grande tristeza em seu rosto, o monarca levou-o à capela, que segundo um velho autor, *era seu arsenal contra tôdas as amarguras do mundo.* O legado começou por lembrar ao rei que tudo o que o homem ama sôbre a terra é perecível: "Agradecei a Deus, disse êle, por vos ter dado uma mãe que velou com tanto cuidado e habilidade pela vossa família e pelo vosso reino..." O legado deteve-se um momento, depois continuou soltando um profundo suspiro: "Essa terna mãe, essa virtuosa princesa agora está no céu". A estas palavras, Luís soltou um grito e derramou uma torrente de lágrimas; depois, acalmando-se, pôs-se de joelhos diante do altar e exclamou, de mãos juntas: "Dou-vos graças, ó meu Deus, por me terdes dado tão boa mãe. Foi um presente de vossa misericórdia; vós a retomais hoje como um vosso dom. Vós sabeis que eu a amava acima de tôdas as criaturas; mas como é preciso, antes de tudo, que se cumpram os vossos decretos, Senhor, que vosso nome seja bendito nos séculos dos séculos." Luís despediu o legado e o arcebispo de Tiro, e, ficou sòzinho com seu confessor; êle rezou o ofício dos mortos. Dois dias se passaram sem que êle quisesse ver ninguém. Então êle mandou chamar Joinville e disse-lhe vendo-o: "Ah! Senescal, perdi minha mãe! Majestade, respondeu-lhe Joinville, eu sinto muito; vós sabeis, que ela devia mesmo um dia morrer; mas eu me

admiro da grande e pesarosa dor pela qual passais, vos que sois um príncipe tão sensato." Quando Joinville deixou o rei, a senhora *Maria de Boas Virtudes* veio rogar-lhe que se dirigisse para junto da rainha, para consolá-la. O bom senescal encontrou Margarida debulhada em lágrimas, e não pôde deixar de mostrar sua surprêsa, dizendo-lhe "que não se devia acreditar numa mulher em seu pranto, pois a dor que ela sentia, era para a mulher que ela mais odiava no mundo." Margarida respondeu, que não era com efeito, pela morte de Branca que ela chorava, mas pela grande tristeza que afligia o rei e também porque sua filha, tinha ficado sob a custódia de outros homens. Luís IX assistia todos os dias a um ofício fúnebre celebrado por intenção de sua mãe. Êle mandou ao Ocidente uma grande quantidade de jóias e de pedras preciosas, para serem distribuídas às principais igrejas da França; êle exortava, ao mesmo tempo, o clero, para que fizesse orações por êle e pelo descanso da Rainha Branca. À medida que Luís assim rogava a Deus, por sua mãe, seu pesar cedia à esperança de revê-la lá no céu e sua alma resignada encontrava as mais caras consolações, naquele elo misterioso que nos une com os que já perdemos, no sentimento religioso que se mistura com os afetos para purificá-los, com as nossas tristezas, para mitigá-las.

A morte da Rainha Branca parecia impor a Luís IX a obrigação de voltar aos seus territórios;

as notícias que êle recebia do Ocidente, diziam que sua presença lá se tornava cada vez mais necessária. A guerra pela sucessão de Flandres se tinha reacendido; a trégua com a Inglaterra acabava de expirar; os povos murmuravam. Por um lado, Luís IX nada mais tinha a empreender na Palestina. Então, seu regresso ao reino ocupou todos os seus pensamentos e como se nessa ocasião êle desconfiasse de suas próprias luzes, quis, antes de tomar uma resolução definitiva consultar a vontade de Deus. Fizeram-se procissões e orações nas cidades cristãs da Palestina, para que o céu se dignasse esclarecê-lo e àqueles que êle tinha encarregado de dirigir a guerra em seu nome. O clero e os barões do reino de Jerusalém persuadidos de que a presença de Luís não lhes era mais necessária e de que sua volta ao Ocidente poderia despertar o entusiasmo dos guerreiros franceses para uma nova Cruzada, aconselharam-no a embarcar para a Europa, expressando-lhe seu vivo agradecimento por todos os serviços que êle tinha prestado durante cinco anos à causa de Jesus Cristo. Luís, preparando sua partida deixou na Terra Santa cem cavaleiros sob o comando de Godofredo de Sargines, que combateu contra os muçulmanos, durante trinta anos e tornou-se, na velhice, vice-rei de Jerusalém. Luís deixou Sidon e dirigiu-se na primavera do ano de 1254 a Tolemaida, com a rainha e três filhos que tinha tido no Oriente. Uma frota de quatorze navios estava pronta para recebê-lo, com o que restava

dos guerreiros da Cruzada. No dia da partida, 25 de abril, o rei a pé, seguido pelo legado, pelo patriarca de Jerusalém e por todos os senhores e cavaleiros da Palestina, tomou o caminho do pôrto no meio de uma multidão imensa que tinha acorrido à sua passagem. Lembravam-se então as virtudes de que êle tinha dado exemplo e principalmente sua bondade para com os habitantes da Palestina, que êle tinha tratado como seus próprios súditos. Uns mostravam sua gratidão com vivas aclamações, outros com um silêncio triste. Todo o povo estava pesaroso pela sua partida e proclamava-o *pai dos cristãos,* rogando ao céu que derramasse suas bênçãos sôbre a família do virtuoso monarca e sôbre o reino da França. Luís mostrava em seu rosto que êle partilhava das tristezas dos cristãos da Terra Santa. Dirigia-lhes palavras consoladoras, dando-lhes úteis conselhos e censurava-se por não ter feito mais pela sua causa, manifestando o vivo desejo de que um dia Deus o julgasse digno de terminar a obra de sua libertação.

Por fim, a frota se pôs em movimento. Luís IX tinha obtido do legado a permissão de levar com êle, em seu navio, o SS. Sacramento, para os doentes e os moribundos. Assim, vendo altares elevados na frota, vendo sacerdotes, revestidos de seus hábitos sacerdotais, celebrar os ofícios divinos e invocar a cada hora do dia a proteção do céu, podia-se reconhecer ainda os piedosos restos de uma Cruzada e os últimos troféus da guerra de Jesus Cristo. Quando

a frota se aproximava da ilha de Chipre, o navio sôbre o qual o rei viajava bateu violentamente contra um banco de areia: todos ficaram muito assustados; a rainha e seus filhos soltavam gritos de mêdo. Mas, Luís prostrou-se diante do altar e dirigiu-se àquele que governa o mar. Quando examinaram o navio, viram que êle estava danificado; os pilotos pediram ao rei que desembarcasse. Vendo que êles mesmos não julgavam conveniente abandonar o navio, resolveu também lá ficar. "Não há ninguém aqui, disse-lhes êle, que não ame tanto seu corpo, como eu amo o meu; se eu descer, êles descerão também, e por muito tempo não verão seu país; eu prefiro pôr a mim, a rainha e meus filhos nas mãos de Deus do que causar tal prejuízo a tão grande número de pessoas, que estão aqui." Estas palavras, inspiradas por uma caridade heróica, reanimaram a coragem dos marinheiros e dos peregrinos e todos se puseram de novo ao mar. A frota, afastando-se da Sicília, temia aproximar-se das costas de Túnis, como se um secreto pressentimento tivesse avisado os cruzados franceses das desgraças que os esperavam nessas águas, numa outra expedição mais desastrosa. Uma tempestade pôs a frota em perigo de perecer: A rainha Margarida, fêz então o voto de oferecer um navio de prata a São Nicolau de Lorena e rogou a Joinville que fôsse *sua caução perante o patrôno dos náufragos.* Enquanto todos se entristeciam, Luís encontrava sua segurança numa filosofia tôda religiosa e, quando o

perigo passou, êle dizia a seus companheiros: "Vêde se Deus não nos mostrou seu grande poder, quando, por um só dos quatro ventos do mar, o rei da França, a rainha, seus filhos e tantas outras pessoas, pensavam ter que morrer afogados." A viagem durou mais de dois meses, durante os quais aconteceram aos peregrinos várias coisas e acidentes extraordinários, de que a história nos conservou a memória e que não seriam indignos de figurar numa odisséia cristã.

A frota por fim ancorou nas ilhas de Hyères. Luís IX atravessou a Provença e, passando pela Auvérnia, chegou a Vincennes, a 5 de setembro de 1254. A multidão acorria de todos os lados à sua passagem: mais esqueciam seus reveses, mais Luís lembrava a sorte de seus companheiros, e a tristeza que êle mostrava em seu rosto contrastava com a alegria e o júbilo do povo. Seu primeiro cuidado foi dirigir-se a São Dionísio, prostrar-se aos pés dos Apóstolos da França. No dia seguinte fêz sua entrada na capital, precedido pelo clero, pela nobreza e pelo povo. Trazia sempre a cruz sôbre o ombro e êsse particular, lembrando os motivos de sua longa ausência, fazia temer que êle ainda não tinha desistido do seu empreendimento da Cruzada. A maior parte dos barões e dos cavaleiros que havia partido com Luís IX tinha morrido ou na Síria ou no Egito. Os que haviam sobrevivido a tantos desastres, voltaram aos seus castelos, que encontraram desertos e quase em ruínas. O bom senescal, depois de ter vis-

to seu lar, foi descalço à Igreja de São Nicolau na Lorena, para cumprir o voto da Rainha Margarida. Ocupou-se em seguida sòmente em remediar aos males que sua ausência tinha causado aos vassalos e jurou não mais deixar o castelo de Joinville, para ir à Ásia.

Assim terminou esta guerra santa, cujo início tinha enchido de alegria ao povo cristão, e que fêz todo o Ocidente, ao depois, saturar-se de dor e de luto. Nos acontecimentos que acabo de descrever, o senescal da Champanha serviu-me de guia, e não posso terminar a minha narração sem lhe pagar o justo tributo da minha gratidão. A simplicidade da narração, a singeleza do estilo, a jovialidade de seu caráter, foram para mim uma distração feliz no meio de um trabalho sempre árido e às vêzes, repugnante. Eu me alegro de vê-lo intrépido no campo de batalha, conservando o seu bom humor no meio das desgraças da guerra, cheio de resignação no cativeiro, e em tôdas as ações, lembrando-nos o verdadeiro espírito da cavalaria. Como seu compatriota Villehardouin, êle faz muitas vêzes chorar seus heróis e chora também, freqüentemente, com êles. Enfrenta o perigo, quando o perigo é presente; mas agradece a Deus, de todo o coração, quando nada mais tem a temer.

Quando leio suas memórias, eu me transporto ao século décimo terceiro; parece-me ouvir um cavaleiro que volta da Cruzada e narra o que fêz e o que

viu. Êle não tem método nem regra, êle deixa e retoma, estende ou abrevia a narração, segundo sua imaginação é mais ou menos impressionada, pelo que êle narra. Depois de se terem lido as descrições de Joinville, não nos admiramos de que São Luís tenha encontrado tanto encantamento em sua conversação: cada um dos seus leitores tem por êle a amizade e a confiança que o virtuoso monarca lhe dedicava, e a história adota sem dificuldade, tudo o que êle afirma *por sua honra,* persuadida de que aquêle que dizia a verdade na côrte dos reis, não pode enganar a posteridade.

A Cruzada de São Luís foi como a que a tinha precedido imediatamente. O entusiasmo dessas expedições distantes perdia todos os dias sua vivacidade e sua energia: a Cruzada, despojando-se de seu antigo caráter, parecia uma guerra comum, na qual o espírito da cavalaria era um móvel mais poderoso que a religião. Ela foi um assunto religioso, apenas para Luís IX.

A maneira como se pregou esta Cruzada na Europa, as perturbações entre as quais se fazia ouvir a voz dos pregadores, os meios principalmente que se empregaram para cobrar os tributos em todo o Ocidente, eram próprios para afastar os espíritos do objetivo que se devia propor, numa santa expedição.

No entretanto Luís IX tomou as precauções de que outros se haviam descuidado nas guerras precedentes. Três anos se empregaram para preparar o

grande empreendimento; os cavaleiros, chegando à ilha de Chipre, não se cansavam de admirar, por verem tonéis de vinho, amontoados, tão alto que *pareciam casas* e montes de trigo, de cevada e de outros grãos, tão grandes, que se julgariam *montanhas*. Um meio poderoso faltava todavia a Luís IX para garantir o bom êxito de uma guerra levada além dos mares: era uma frota que lhe pertencesse e da qual êle pudesse dispor à vontade. Sabemos que prodígios produziu na expedição de Constantinopla, a reunião ativa e constante da bravura dos barões franceses e das fôrças marítimas de Veneza. Os cruzados não tiveram aqui a mesma vantagem. Uma frota genovesa levou a Chipre o exército de São Luís; uma outra, que com dificuldade se conseguiu obter, tomou-o no pôrto de Limisso e o deixou nas costas de Damietta. Enquanto a sorte favoreceu as armas dos guerreiros cristãos, vimos acorrer uma multidão de navios que as especulações comerciais e outros interêsses, que não os da Cruzada, tinham feito sair dos portos da Itália. No primeiro momento do perigo, a maior parte dêsses navios desapareceu. Assim o exército ficou sem socorro; as comunicações entre êle e Damietta ficaram interrompidas e o curso do Nilo foi abandonado à frota muçulmana, que obedecia sòmente ao sultão do Egito. Essa observação, à qual seria fácil dar-se um maior desenvolvimento, pode servir para se explicar não sòmente os reveses desta

Cruzada, mas também o fim infeliz das outras guerras de além-mar.

Os cavaleiros franceses mostraram por tôda a parte sua costumeira bravura: mas, em tôda a Cruzada, não vimos em prática, o gênio dos grandes capitães, e Luís IX mesmo, nos perigos, foi para seus guerreiros o modêlo do valor. Lembremos que a desobediência às ordens do rei produziu tôdas as calamidades dessa guerra. Vimos até que ponto chegara a licença presunçosa dos senhores franceses, quando depois da tomada de Damietta, Guilherme Long Épée veio queixar-se das violências do conde de Artois e o monarca, deplorando sua impotência, rogou humìldemente ao cavaleiro inglês que oferecesse a Deus os ultrajes recebidos. Devemos crer, que muitas desordens surgiram ainda nos restos do exército cristão, durante a permanência na Terra Santa; nada o prova melhor, pelo menos, que o fato singular que vamos ler e que é narrado por Mateus Paris. Um cavaleiro cujo nome ficou oculto, tendo feito uma incursão em território muçulmano, foi citado perante o rei e condenado a lhe trazer uma parte das riquezas tiradas ao inimigo. O guerreiro recusou submeter-se a essa decisão, dizendo, que aquilo que êle tinha conseguido com perigo de sua vida, lhe pertencia. Vivas discussões surgiram então entre o cavaleiro que se obstinava em conservar a sua prêsa e os conselheiros de Luís IX, que êle acusava de falta de coragem e de fé.

Êstes recriminaram-no por *ter mentido por sua garganta* e de ser um *mau cavaleiro* o que era o maior insulto que se poderia dirigir a um homem de armas. O filho do cavaleiro, que estava presente, não pôde conter a indignação e fincou a espada no peito daquele que assim havia ultrajado seu pai. Logo o velho guerreiro atirou-se de joelhos aos pés de São Luís, implorando a clemência real para seu filho e para êle mesmo; e, quando, prometendo submeter-se a tudo, êle conseguiu ter juízes, seu filho foi levado para longe da presença do rei e suspenso a uma fôrca sem ser julgado. À vista do filho morto o infeliz velho entregou-se ao desespêro e disse que não podia ficar no meio dos homens que não reconheciam mais a justiça da França: tomou suas armas, montou a cavalo e correu a refugiar-se entre os muçulmanos.

Êsse espírito de insubordinação e de licença era próprio dos costumes feudais. Uma disposição menos infeliz, é essa jovialidade francesa que jamais abandonou os cruzados nos perigos, que se misturava com as imagens tristes e às vêzes mesmo não respeitava o severo decôro. Acrescentaremos aqui um exemplo, ao que já dissemos; na véspera do combate de Mansourah morreu um dos cavaleiros do senescal de Champanha, de nome Landricourt; enquanto lhe prestavam honras fúnebres, seis de seus companheiros de armas falavam tão alto que sua conversa interrompeu o sacerdote que cantava a missa. Joinville dirigiu-lhes palavras de censura; então, todos pondo-se

a rir, responderam que falavam entre si de tornar a casar a mulher do *senhor de Landricourt que estava ali junto do ataúde.* O bom Joinville ficou muito escandalizado com tais palavras e ordenou-lhes que se calassem. Falando dessa leviandade indiscreta de seus cavaleiros, o bom senescal parecia cair êle mesmo no defeito que censurava nos outros: *Deus,* nos diz êle com uma jovialidade quase satírica, *os castigou no dia da batalha, pois todos os seis morreram e nenhum dêles foi enterrado, e por fim tôdas suas espôsas acharam que se deviam casar de novo, tôdas as seis.*

Os costumes dos cavaleiros apresentavam um contraste muito grande com os dos muçulmanos, sempre graves, sempre sérios, mesmo nas festas nas quais celebravam a libertação de seu país e as derrotas dos cristãos.

Ao primeiro aparecer dos cruzados, a história nos apresenta todo o povo egípcio, tomado de terror; mas os muçulmanos tranqüilizados por seus chefes, tiveram logo tanta segurança e confiança quanto haviam tido de apreensões. E, como nada há que os homens esqueçam tão fàcilmente como o perigo, um ano depois da tomada de Damietta, êles não podiam imaginar que loucura tinha levado um Rei dos francos até às margens do Nilo. O historiador Gemal-Eddin, narra a êste respeito um fato que mostra ao mesmo tempo a opinião e o caráter dos muçulmanos: o emir Hossan-Eddin, conversando com o monarca

cativo, disse-lhe: "Como é que veio à mente do rei, com o que eu nêle vejo de sabedoria e de boas qualidades, como é que lhe veio ao pensamento, confiar num lenho frágil, enfrentar os escolhos do mar, arriscar-se num país repleto de guerreiros desejosos e impacientes por combater, pela fé muçulmana; como pôde êle crer que se apoderaria do Egito e que desembarcaria neste país sem se expor, êle e os seus, aos maiores perigos?" O Rei da França se pôs a rir e não respondeu. O emir continuou assim: "Alguns dos doutôres de nossa lei decidiram que aquêle que embarca nesse mar, duas vêzes em seguida, expondo sua sorte e sua vida, não pode fazer receber seu testemunho em justiça, porque tão grande imprudência prova suficientemente a fraqueza de sua razão e a alteração do seu juízo." Luís IX pôs-se ainda a rir e respondeu ao emir: "Aquêle que tal disse não se enganou, e essa decisão é muito sensata."

Transcrevemos o trecho acima do historiador árabe, sem lhe dar mais crédito do que merece. Autores cristãos não se mostraram menos severos com relação a S. Luís e não lhe perdoam a expedição além dos mares. Sem procurar justificar essa Cruzada, contentar-nos-emos de dizer aqui que Luís IX não tinha por objetivo sòmente defender os Estados cristãos da Síria e combater os inimigos da fé, mas também fundar uma colônia que reunisse o Oriente ao Ocidente pelo feliz câmbio de produtos e de luzes. Nós apresentamos, no livro décimo quarto desta his-

tória, uma carta do sultão do Cairo, segundo a qual é fácil ver que o Rei da França tinha outros desígnios, que os de um simples conquistador. O historiador Mézerai diz formalmente que o projeto do Rei da França era estabelecer uma colônia no Egito, projeto cuja execução foi tentada nos tempos modernos. "Para isso, diz ainda Mézerai, êle levava um grande número de camponeses, lavradores e operários, capazes no entretanto de pegar em armas e de combater em caso de necessidade." Para apoiar nossa opinião, poderíamos acrescentar à autoridade de Mézerai, a de Leibnitz, que, numa memória endereçada a Luís XIV, não temia afirmar que os motivos que tinham determinado S. Luís a empreender a conquista do Egito, eram inspirados por uma profunda sabedoria e mereciam a atenção dos homens de Estado mais hábeis e dos publicistas mais esclarecidos.

Podemos crer, no entretanto, que Luís IX não via em tôda a sua extensão as vantagens que se poderiam obter de sua expedição e que notamos no nosso século. Tôda a política daqueles tempos remotos estavam nas idéias religiosas, que se introduziam nos negócios humanos e que os dirigiam muitas vêzes para um fim que as luzes dos homens não percebiam. O que se faz hoje nos interêsses do comércio, nos da civilização, fazia-se então nos interêsses do cristianismo, e os resultados eram muitas vêzes os mesmos. A religião, naqueles tempos de barbárie e de ignorância, era como uma razão misteriosa, como um sublime

instinto dado aos homens para ajudá-los na indagação de tudo o que lhes devia ser útil e bom. Não devemos esquecer que a religião cristã dirigiu todo o proceder de Luís IX e que foi às inspirações religiosas do seu monarca que a França ficou devendo aquêles tratados, que a franqueza e boa fé presidiam, aquelas instituições que consagravam os princípios da justiça, todos aquêles monumentos de uma sábia política aos quais a filosofia moderna não pôde recusar a sua admiração.

A expedição de Luís IX teve para o Egito dois resultados, que não se haviam previsto. Dois anos depois da libertação de S. Luís, quando o príncipe ainda estava na Palestina, os mamelucos temeram uma segunda invasão dos francos: para que seus inimigos não se pudessem apoderar de Damietta e ali se fortificarem, êles destruíram completamente a praça. Alguns anos depois, como seus temores não se houvessem dissipado, e a segunda Cruzada de S. Luís espalhasse notícias alarmantes no Oriente, lançaram grande quantidade de pedras na embocadura do Nilo, a fim de impedir que as frotas cristãs subissem o rio. Desde essa época, uma nova Damietta foi construída a três milhas acima da primeira; a entrada do Nilo ficou fechada aos grandes navios e a embocadura do rio, como ainda hoje, apresenta sempre grande perigo aos navegantes.

O segundo resultado dessa Cruzada, para o Egito, foi uma revolução no govêrno. Viu-se então

aquela rica região abandonada a escravos comprados nas regiões mais bárbaras da Ásia. A dinastia de Saladino, como vimos nessa história, se havia estabelecido no meio das vitórias obtidas sôbre os francos; uma guerra a tinha erguido e uma outra guerra a precipitara na ruína. A dinastia dos mamelucos baharitas, que sucedeu imediatamente à dos ayoubitas, não devia ter uma duração mais longa e escravos comprados em Circássia apoderaram-se por sua vez do poder que os tinha armado para sua defesa. Dois séculos depois, no tempo de Selim, o império otomano triunfou sôbre a segunda dinastia dos mamelucos: sua república militar, vencida mas não sujeita, no meio dos crimes da tirania e dos excessos da licença, enfrentou e desafiou por muito tempo o poder dos turcos e subsistiu até o fim do século dezoito, época em que a presença de um exército francês acabou de aniquilá-los. Assim, duas expedições dos franceses no Egito, foram marcadas, uma pela revolta e elevação dos mamelucos e a outra, por sua destruição.

As ciências e as letras tiveram também, da expedição de S. Luís alguma vantagem que a história não contesta. O monarca francês tinha ouvido dizer na Síria, que um poderoso emir reunira um grande número de livros e que tinha uma biblioteca aberta a todos os sábios. Êle quis seguir êsse nobre exemplo e deu, ao seu regresso, ordem de transcrever todos os manuscritos que se encontravam nos mosteiros. Êsse tesouro literário, confiado a Vicente de Beauvais, foi

levado para uma sala, perto da Santa Capela e tornou-se o primeiro modêlo dos estabelecimentos bibliográficos, daqueles preciosos depósitos de letras e de ciências de que se orgulha ainda hoje a capital.

Muitas vêzes se disse que o Instituto dos Quinze-Vingts foi fundado por S. Luís, para dar um asilo a trezentos gentis-homens que haviam ficado cegos, por causa da guerra santa. O decreto pelo qual Luís IX fundou o Instituto, nada diz que possa tornar certa a opinião que alguns escritores emitem e que hoje se tornou quase como uma tradição popular. Joinville fala da Instituição dos Quinze-Vingts, mas nada diz dos motivos que tenham podido induzir o santo monarca a fundá-lo. Além disso devemos acrescentar que a fundação dos Quinze-Vingts é posterior, vários anos, à volta da Cruzada. Mézerai refere em sua história que no meio do século décimo segundo, havia-se estabelecido em Ruão, um Instituto para cegos, e que êsse antigo monumento de caridade pode ter dado a Luís IX o pensamento de fundar um semelhante na capital.

Antes desta Cruzada, a Tartária só era conhecida pelas enormes imigrações de mongóis; essa vasta região foi de algum modo revelada ao Ocidente pelos missionários que o Rei da França havia mandado para lá. Guilherme de Longjumeau, que partira da ilha de Chipre, recolheu, em sua viagem, muitas tradições fabulosas, mas êle narra também, fatos interessantes e observações exatas. Rubruquis,

que para lá partiu durante a permanência do Rei na Palestina e voltou depois da partida dos cruzados, não teve bom resultado na sua missão com o poderoso Imperador dos mongóis; mas, como viajante, êle observou com sagacidade o país, os costumes, as leis dos tártaros e sua narração é ainda um monumento precioso, que viagens recentes não puderam fazer esquecer.

Os cronistas do tempo, Joinville mesmo, que tinham sua atenção voltada só para os fatos da guerra e que não se impressionavam com o progresso da civilização, quase nada disseram das luzes que São Luís pôde obter sôbre a legislação do Oriente. Que interêsse não teriam para nós as velhas crônicas, se elas tivessem conservado as conversações do monarca legislador, com os cristãos orientais, versados no estudo das leis e dos costumes que regiam as colônias dos francos! Foi durante a permanência do Rei na Síria que o chanceler do reino de Chipre recolheu tôdas as leis que formavam as *assembléias de Jerusalém:* seria verdade dizer-se que se deve então essa preciosa coleção aos conselhos e principalmente aos incitamentos de Luís IX? O que há de certo, é que o piedoso monarca tudo fêz para conhecer os usos e os costumes das regiões que visitava e que as assembléias do reino de Jerusalém serviram-lhe de modêlo para as *Établissements,* monumento de legislação que foi em seguida a mais bela glória de seu reino.

Uma vantagem desta Cruzada, a maior de tôdas, sem dúvida, é que Luís IX regressou muito melhor do que havia partido e a adversidade desenvolveu e aperfeiçoou nêle tôdas as qualidades das quais seus súditos podiam esperar sua futura prosperidade. Um historiador protestante diz a êsse respeito estas palavras notáveis: "O fruto de sua viagem e de sua aflição foi que êle voltou mais homem de bem, crescendo em zêlo, modéstia, prudência, diligência e foi mais amado e honrado pelos seus como não o havia sido jamais antes de sua partida e pela terra tôda em singular admiração, por sua boa vida e constância no meio dos maiores perigos, como um milagre entre reis."

Longe de procurar esquecer suas desgraças, Luís as lembrava constantemente, como um grande exemplo que Deus tinha querido dar ao mundo. Êle as atribuía principalmente às suas faltas e as austeridade às quais se condenou, por todo o resto da vida, eram, diz o Padre Daniel, como uma espécie de pesar que sempre êle sentiu, por tantos valentes, que tinham perecido na Cruzada. Ao seu regresso, fêz reformar a moeda e nós lemos numa crônica que, por sua ordem cunharam-se *parisis* de prata e grandes tornezas, sôbre as quais havia sido impressas cadeias ou algemas, a fim de conservar a recordação do seu cativeiro. Essas lembranças tornavam-no mais querido ao povo, maior aos olhos dos cristãos. Felizes os príncipes para os quais as lições da infelicidade

não foram perdidas! Felizes os séculos em que a adversidade dos grandes da terra tem alguma coisa de respeitável e de sagrado!

As desgraças do tempo, como dissemos, tinham arruinado um grande número das mais ilustres famílias do reino. Sabemos que vários senhores tinham vendido suas terras para se preparar para a Cruzada. A história nos conservou atos realizados no mesmo campo de Mansourah, pelos quais, vários gentis-homens, vendiam seus domínios à coroa. Luís não quis que seus companheiros de armas fôssem condenados à pobreza, por tê-lo seguido ao Oriente e por terem compartilhado com êle dos perigos e das dificuldades da guerra santa; mandou fazer um recenseamento da pobreza indigente e encontrou em suas próprias rendas, fundos necessários para socorrê-los. Acolhia com afetuosa bondade as viúvas e os filhos dêsses bravos cavaleiros, que êle tinha visto perecer ao seu lado; sua solicitude estendia-se também aos pobres trabalhadores, que podiam ter sofrido, quer com a guerra dos Pastoureaux, quer pela sua ausência ou pelo silêncio das leis. "Os servos, dizia êle, pertencem a Jesus Cristo como nós, e num reino cristão, não devemos esquecer que êles são nossos irmãos."

Depois da guerra feita aos muçulmanos, S. Luís não podia mais permitir que se derramasse, em combates, o sangue dos cristãos. Seus decretos proibiram as guerras entre particulares em todos os do-

mínios da coroa e a autoridade de seu exemplo contribuiu para manter a ordem e a paz em tôdas as províncias.

Antes da sua partida, Luís tinha mandado comissários para reparar as iniqüidades cometidas na administração de seu reino. Ao seu regresso, êle quis ver tudo, em pessoa, e percorreu as províncias, persuadido de que o primeiro dever dos reis é procurar a verdade. Que espetáculo tocante, o de um príncipe que se interessa pelas injustiças cometidas em seu nome, como os outros se inquietam com as que são feitas, a êles mesmos. O céu que recomenda principalmente aos monarcas, serem justos, abençoa o reino de um príncipe animado, sem cessar, por um religioso amor à justiça e os quinze anos que se seguiram à Cruzada de S. Luís IX, a mais infeliz das guerras santas, foram uma época de glória e de prosperidade para a França.

Em tôdas as Cruzadas precedentes, uma grande parte dos tesouros da Europa foi perder-se na Ásia, sem que nos restasse pelos menos, algum documento que permitia ao historiador falar disso, com alguma precisão. Para a expedição de São Luís temos sob nossos olhos um manuscrito que pode suprir o silêncio dos cronistas contemporâneos e nos parece muito próprio para satisfazer à curiosidade dos leitores modernos. Êsse manuscrito ou memória, redigido sem dúvida por ordem de Luís IX, está dividido em três partes; na primeira, temos as despesas da *manutenção*

do rei e da rainha, na sua permanência além-mar, e, da guerra e dos navios, (navegação) *desde a oitava da Ascensão, no ano de* 1.250, *até a oitava da Ascensão de* 1.251, durante 384 dias, que fazem um ano e dezenove dias (280, 361 liv. 15. s 9d.). A segunda parte, é o quadro explicativo das despesas feitas desde a oitava da Ascensão, de 1251 até à oitava da Ascensão de 1252, durante 351 *dias, na Terra Santa* (265, 785 liv. 16 s 11 d). Na última parte o autor do manuscrito lembra com os mesmos particulares tudo o que foi gasto pelo rei desde o ano de 1252 até o ano de 1253 (331 liv. 6s. 3d.). O total das despesas mencionadas no manuscrito, eleva-se, durante três anos e vinte e cinco dias, a um milhão e vinte e quatro mil libras, dezessete shilings e três pence. Embora essa memória não seja muito volumosa, nada do que é essencial para a história de um tempo remoto, foi esquecido. O autor dêsse documento instrutivo, diz qual o sôldo dos cavaleiros, quanto custava o resgate dos cativos, a que quantia chegavam as esmolas de Luís IX; êle não se descuida mesmo de falar dos mantos de quarto fornecidos ao rei e das vestes compradas para a Rainha Margarida. Faremos notar que essa conta só encerra as despesas dos três últimos anos da Cruzada e não há despesas do primeiro ano, que deviam por causa dos preparativos da viagem por mar, igualar às de tôda a guerra. Devemos acrescentar que os irmãos do rei e a maior parte dos senhores e dos barões faziam a guerra à

própria custa; e, se supusermos que todos os chefes reunidos tenham gasto a metade do que Luís gastou, podemos afirmar que essa infeliz expedição custou à França perto de cinco milhões de libras tornezas, o que equivale a sessenta ou oitenta milhões de nossa moeda, hoje. Essa soma, embora enorme para o tempo, parecerá módica, na presente geração, mas, depois que a guerra se aperfeiçoou ela se tornou mais dispendiosa e estamos inclinados a crer que a expedição dos franceses ao Egito, pelo fim do século passado, custou muito mais ao tesouro público do que a expedição de São Luís.

Não terminaremos a narração desta Cruzada sem falar do Imperador Frederico II e de Inocêncio IV, cujas questões tiveram tão grande influência nos acontecimentos que narramos. Vimos Frederico ora pupilo, ora protetor e inimigo dos papas; nós o vimos excomungado, primeiro, por não ter ido à Cruzada, excomungado, ainda, por ter ido. Ora enfrentando os castigos da Igreja de Roma, ora implorando a piedade dos pontífices, mostrou em seu caráter e em sua vida as variações e as vicissitudes que acompanham de ordinário as grandezas humanas ou antes, essa potência temporal de que êle defendia os direitos. Jamais um príncipe foi julgado, ainda vivo, com mais severidade; e, depois que êle morreu, a fama, intérprete dos sentimentos populares, se comprazia em espalhar, que a justiça divina se tinha servido da mão de um de seus filhos, para lhe arran-

car o cetro e a vida. No entretanto, a severa história não lhe contestou nem o mérito do saber, nem a habilidade na guerra, nem a arte mesma de governar os povos. Êle fêz brilhar grandes qualidades, quando no trono; mas essas qualidades foram estéreis para seu poder e para sua glória, porque êle não se apoiou bastante nas opiniões dominantes e não se pôs em harmonia com o espírito de seus contemporâneos: Frederico, numa palavra, não teve os defeitos nem as virtudes de seu século, e seu século, que êle queria dominar, se sublevou quase todo contra êle.

Os acontecimentos aos quais Inocêncio IV uniu seu nome, nada nos deixam para dizer sôbre seu caráter e seu gênio. Vimos que, nos conselhos de Roma, havia-se, desde muito tempo resolvido derrubar a casa da Suábia, à qual se supunha, não sem razão, o projeto de invadir a Itália e de estabelecer a sede de um império na cidade de S. Pedro. Essa política, abraçada com ardor por Inocêncio, tomou em sua alma tôda a violência de um ódio pessoal e a paixão que o animava não lhe permitiu sempre caminhar pelas estradas da prudência e da sabedoria. Perseguindo em sua cólera um poderoso monarca, êle lutou contra tôdas as dificuldades dos poderes dêste mundo e comprometeu, no meio dos furores e das incertezas da guerra, a dignidade dos chefes da Igreja. Depois de ter deposto Frederico no concílio de Lião, a Santa Sé não pôde terminar sua obra e fazer reconhecer um imperador de sua

escolha: o landgrave da Turíngia, Guilherme de Holanda, Ricardo de Cornualha, o Rei da Castela, foram revestidos da púrpura imperial, sem ter a menor autoridade na Alemanha; ofereceram a coroa de Frederico ao Duque de Brabante, ao Rei da Noruega e a outros príncipes, que a recusaram. Assim a luta que Inocêncio sustentou para extinguir uma geração de reis e principalmente para criar uma nova, só conseguiu mostrar à luz meridiana do dia a fraqueza e a impotência de Roma, nas coisas da terra. Essa luta terrível só gerou desgraças para todos os que nela se viram empenhados; e, quando examinamos com imparcialidade os últimos resultados de uma guerra fatal ao império, mais fatal talvez ao sacerdócio, somos por vêzes tentados a comparar o obstinado pontífice àquele robusto campeão de Israel que, para se vingar dos inimigos, derribou as colunas do templo e se sepultou com êles em suas ruínas.

Séria advertência para os papas, da instabilidade das grandezas temporais. Eram o caráter inconstante e o espírito sedicioso do povo, que êles governavam. Estranho contraste no destino de Inocêncio IV. Acabamos de vê-lo calcando aos pés os tronos e as coroas dos reis; nós o veremos logo, abaixar sua altivez, diante dos caprichos da multidão, e, para falarmos a linguagem do nosso século, diante da *soberania do povo*. Saindo de Lião, êle atravessou a Itália em triunfo, voltou com receio à sua capital, cuja

população indócil, reprovava-lhe a ausência. Depois de ter passado alguns meses dentro dos muros de Roma e acalmado as murmurações de seu rebanho, êle continuou novamente seus projetos, contra os restos da família imperial; a morte surpreendeu-o no reino de Nápoles, de que êle tomava posse, em nome da Igreja e que êle disputava, com armas na mão, aos herdeiros de Frederico. O pontífice que o substituiu, embora não tivesse nem seu gênio, nem sua ambição, nem seu ódio, não deixou de seguir o caminho que êle tinha traçado. Quis cumprir tôdas as ameaças da Santa Sé e os castigos da Igreja não descansaram menos nas mãos de Alexandre IV, do que nas de seus predecessores.

Essa política apaixonada dos papas, no entretanto, teve êste resultado: livrou a Itália do jugo dos imperadores da Alemanha e essa rica região, ficou sessenta anos sem ver os exércitos do império germânico. Mas, quantas violências e calamidades vieram perturbar essa independência, de que a Itália não se aproveitou e que devia perder num outro século! Os papas, demasiado fracos para manter a obra de sua política, muitas vêzes foram obrigados a chamar em seu auxílio príncipes estrangeiros, que trouxeram novos motivos de discórdia. A invasão provocada pelos chefes da Igreja despertou a ambição dos conquistadores e uma guerra provocava outra guerra. Essas revoluções duraram vários séculos e

tornaram-se funestas não sòmente para a Itália, mas também para a Alemanha, para a França, para a Espanha e para todos os que quiseram partilhar dos despojos da descendência da casa de Suábia.

Teríamos que descrever cenas muito aflitivas; mas para oferecer aos nossos leitores, só quadros, mais consoladores, trataremos terminando estas considerações gerais, da Cruzada que então foi pregada em tôdas as cidades italianas contra Eccelino de Romano. Êsse senhor italiano tinha-se aproveitado da desordem das guerras civis para usurpar uma dominação tirânica, sôbre várias cidades da Lombardia e da Marca de Treviso. Tudo o que nos é referido dos tiranos da antiguidade fabulosa, não iguala as crueldades de Eccelino, que a voz do povo e a voz da Igreja, tinham declarado o inimigo de Deus e dos homens. A história contemporânea compara seu reinado bárbaro à peste, às inundações, aos incêndios e aos mais temíveis flagelos da natureza.

O papa excomungou Eccelino, no qual êle via *apenas um animal feroz sob a aparência de homem;* pouco tempo depois êle proclamou uma Cruzada contra êsse flagelo de Deus e da humanidade. João de Vicência, que tinha pregado a paz pública, vinte anos antes, foi um dos pregadores dessa guerra santa. Prometia-se aos fiéis que tomassem as armas contra Eccelino, as mesmas indulgências que aos que a tomavam, para a Palestina. Essa Cruzada, empreen-

dida pela humanidade e pela liberdade, foi pregada em tôdas as repúblicas da Itália: a eloqüência dos oradores sacros conquistou fàcilmente a multidão; a vista, porém, dos infelizes que Eccelino tinha feito mutilar nas torturas, inflamou ainda mais o zêlo e o ardor do povo. Os gemidos e as lágrimas das famílias em que o tirano tinha escolhido suas vítimas, comoveram o povo. Em várias províncias da Itália, os habitantes das cidades e dos campos, tomaram as armas para defender a causa da religião e da pátria, desejosos de obter a coroa cívica, se triunfassem contra a tirania, ou a coroa do martírio, se viessem a sucumbir.

O estandarte da cruz foi desfraldado à frente do exército; a multidão dos cruzados marchou contra Eccelino cantando êste hino da Igreja: *Vexilla regis prodeunt, fulget crucis mysterium.*

O exército dos fiéis a princípio obteve rápidas vitórias. Mas, como o Arcebispo de Ravena que o comandava não era assaz hábil, como os cruzados de cada cidade tinham como chefes, monges e religiosos, êles não se souberam aproveitar das primeiras vantagens. As intrigas políticas, o espírito de rivalidade, arrefeceram o ardor dos combatentes; a vitória foi por vêzes contrabalançada com reveses. Quatro anos de lutas e de perigos mal bastaram para abater uma dominação ímpia e vingar a humanidade pela derrota e pela morte de Eccelino.

Eu lamento que o plano desta obra não me permita falar em particular desta guerra, onde a religião serviu felizmente à causa da liberdade e apresenta tão grande contraste com a maior parte dos acontecimentos contemporâneos. Nessa época pregou-se um tão grande número de Cruzadas, que a história mal as pode seguir e nos admiramos de que a população do Ocidente tenha sido suficiente para tantas guerras infelizes. Enquanto Luís IX estava prisioneiro com seu exército no Egito e uma santa liga se formava na Itália contra o tirano Eccelino, o Rei da Noruega, que o papa tinha dispensado da peregrinação ao Oriente, fazia guerra aos idólatras do Norte; sessenta mil cruzados comandados por um Rei da Boêmia, marcharam então contra os povos da Lituânia entregues ao culto dos ídolos; um outro exército de cruzados partiu das margens do Oder e do Vístula para combater os pagãos da Prússia, várias vêzes atacados e vencidos pelos cavaleiros teutônicos. A história se compraz em notar que nessa última expedição, fundaram-se as cidades de Brunsbad e Koenigsberg; mas a fundação de duas cidades florescentes não poderia fazer esquecer a desolação de várias províncias. Todavia, os progressos do cristianismo, favorecido pelas armas dos cruzados, tendia a aproximar os povos separados até então pela diferença de costumes e de crenças. Tantas calamidades não foram perdidas para a Europa que se tornara

tôda cristã. As revoluções pelas quais ela tinha passado deviam por fim dar ao espírito humano uma direção mais conforme às leis da justiça e da razão, mais favorável aos interêsses da humanidade. Foi assim que a providência unindo sempre o bem com o mal, renovou as sociedades humanas e lançou as sementes fecundas da civilização, no seio mesmo das desordens da barbárie.

LIVRO DÉCIMO SÉTIMO

SEGUNDA CRUZADA DE S. LUÍS

1255-1271.

Discórdias entre os venezianos e os genoveses de Tolemaida e entre os templários e os hospitalários; morte de Chegger-Eddour; os mongóis; fim da dinastia dos abássidas; o papa Alexandre IV; temores que causam na Europa e na Ásia as invasões dos tártaros; Ketboga, seu chefe, é morto em Tiberíades; o sultão Koutouz é assassinado por Bibars que é proclamado em seu lugar; triste situação dos cristãos no Oriente; os papas Urbano IV e Clemente IV; queda do império franco de Constantinopla; progressos de Bibars na Palestina e na Síria; toma Antioquia; continuação das divergências da côrte de Roma com o Imperador Frederico; Mainfroi, Corradino, Carlos de Anjou; Luís IX retoma a cruz; o clero se opõe à cobrança da décima; concílio de Northampton; cruzados catalães, castelhanos, aragoneses; acontecimentos no reino de Nápoles; Eduardo da Inglaterra; arranjos políticos e de família feitos por Luís IX; partida do rei; cêrco de Túnis; morte de Luís IX; Carlos de Anjou toma o comando; faz tréguas e reconduz o exército para a Europa; a frota chega a Trápani, na Sicília; morte do rei da Navarra e de vários personagens notáveis; Filipe volta à França. — Elogio de São Luís.

Luís IX, durante sua permanência na Palestina, não se havia ocupado ùnicamente em fortificar as cidades cristãs. Tudo êle tinha feito para restabelecer entre os cristãos a união e a harmonia, meio mais seguro ainda para se repelirem os ataques dos muçulmanos. Infelizmente, para êsse povo, que êle teria querido salvar com perigo de sua vida, seus conselhos não tardaram em ser esquecidos e o espírito de discórdia substituiu logo os sentimentos generosos que tinham feito nascer suas palavras e o exemplo de suas virtudes.

Pudemos ver no curso desta história que vários povos marítimos, tinham armazéns e representantes, bem como escritórios importantes em Tolemaida, que se tornara a capital da Palestina.

Entre êsses povos, os genoveses e os venezianos, ocupavam o primeiro lugar: cada um morava num quarteirão separado; tinham leis diferentes e interêsses que os dividiam sem cessar; a única coisa que tinham em comum, era a Igreja de São Saba, na qual assistiam juntos às cerimônias da religião.

Essa posse em comum tinha sido muitas vêzes motivo de questão entre as duas nações; pouco tempo depois da partida de São Luís, a discórdia surgiu de

novo e aumentou todos os ressentimentos que podiam inspirar o espírito de rivalidade e de inveja, a dois povos, que há muito tempo disputavam o império do mar e as vantagens do comércio do Oriente. Nessa luta, em que o objeto mesmo da contestação teria devido lembrar aos corações, sentimentos de paz e de caridade, os genoveses e os venezianos, muitas vêzes lutaram na cidade de Tolemaida: e mais de uma vez o santuário que os dois partidos tinham fortificado, como uma praça de guerra, ressoou com o rumor de combates sacrílegos. Logo a discórdia passou os mares e veio lançar outras perturbações no Ocidente. Gênova interessou os pisanos à sua causa e procurou aliados e auxiliares até entre os gregos, então desejosos de tornar a entrar em Constantinopla e que por seu lado solicitara a intervenção dos genoveses, prometendo-lhes como prêmio o quarteirão de Pera, que então servia de entreposto comum para as mercadorias dos povos marítimos da Itália. Veneza, para vingar as injúrias, pediu a aliança de Mainfroi, excomungado pelo chefe da Igreja. Recrutaram-se tropas, armaram-se frotas, travaram-se combates, por terra e por mar. Essa guerra, que o soberano pontífice não conseguiu acalmar, durou mais de vinte anos, ora favorável aos venezianos, ora aos genoveses, mas sempre funesta às colônias cristãs do Oriente.

O espírito de discórdia apoderou-se também das ordens rivais de S. João e do templo; o sangue dêsses corajosos defensores da Terra Santa correu

em torrentes naquelas cidades que êles estavam encarregados de defender: os hospitalários e os templários perseguiram-se mùtuamente, atacavam-se com um furor que nada podia acalmar, nem afastar e cada uma das duas ordens pedia o socorro dos cavaleiros que tinham ficado no Ocidente. Assim as mais nobres famílias da cristandade eram arrastadas a essas sangrentas questões e não se perguntava mais na Europa, se os francos tinham vencido os muçulmanos, mas se a vitória tinha sido dos cavaleiros do Templo ou do Hospital

O bravo Sargines, que Luís IX à sua partida, deixara em Tolemaida e os mais sábios dos outros chefes da Terra Santa, não tinham nem autoridade suficiente para restabelecer a calma nem tropas bastantes para resistir aos ataques dos muçulmanos. A única esperança de salvação que parecia restar aos cristãos da Palestina, era que a discórdia, perturbava também o império dos muçulmanos. Todos os dias surgiam novas revoluções entre os mamelucos. Mas, enquanto o espírito de divisão enfraquecia as potências dos francos, muitas vêzes, aumentava também a dos inimigos. Se do frágil reino de Jerusalém passarmos ao Egito, encontramos lá o estranho espetáculo de um govêrno fundado por uma revolta e fortificando-se no meio das tempestades públicas. As colônias cristãs, depois da tomada de Jerusalém, por Saladino, não tinham mais um centro comum, nem um liame entre si. Os reis de Jerusalém, perdendo

sua capital, perderam a autoridade, que servia pelo menos para reunir os espíritos. Havia-se conservado a realeza só de nome e da república se havia tomado sòmente a licença. Quanto aos mamelucos, eram menos uma nação, do que um exército, onde dividiam-se, primeiro, por um chefe, ao qual em seguida, se obedecia cegamente. De cada uma de suas revoluções saía o despotismo militar, armado com tôdas as paixões que havia gerado; e, o que devia duplicar os temores dos cristãos, êsse despotismo só respirava guerras e conquistas.

1257. Dissemos no livro precedente que o turcomano Aibek, depois de ter desposado a sultana Chegger-Eddour tinha subido ao trono de Saladino. Seu reino não tardou em ser perturbado pelas rivalidades dos emires; a morte de Fares-Eddin-Octai, um dos chefes mais contrários ao novo sultão, dissipou os projetos dos facciosos; mas a inveja de uma mulher fêz, o que não tinham feito a licença e a discórdia. Chegger-Eddour não perdoou a Aibek ter pedido em casamento uma filha do Príncipe de Mossoul e o infiel espôso foi assassinado no banho por escravos. A sultana, depois de ter satisfeito à sua vingança de mulher, chamou em seu auxílio a ambição dos emires e os crimes da política. Mandou o emir Saif-Eddin, saber de suas opiniões e propor-lhes subir com ela ao trono dos sultões. Saif-Eddin, introduzido no palácio, encontrou a sultana assenta-

A sultana Chegger-Eddour e Saif-Eddin.

da, tendo aos pés o corpo ensangüentado de seu espôso. A êsse espetáculo o emir ficou tomado de horror; a calma que a sultana demonstrava, a vista do trono ensangüentado, sôbre o qual ela o convidava a se sentar, aumentaram ainda seu terror. Chegger-Eddour chamou outros emires que não puderam suportar sua presença e fugiram atemorizados pelo que acabavam de ver e de ouvir. Essa cena passara-se durante a noite. Ao despontar do dia, a notícia espalhou-se no Cairo; a indignação foi geral, no povo e no exército; Chegger-Eddour morreu por sua vez, imolada por escravos e seu corpo, lançado completamente nu, nos fossos do castelo, ensinou a todos os que disputavam o império, que as revoluções têm também sua justiça.

No tumulto, um filho de Aibek, de quinze anos, foi elevado ao império; mas a aproximação de uma guerra devia bem depressa fazer rebentar uma nova sedição e precipitar do trono a criança. Grandes acontecimentos preparavam-se na Ásia; e do lado da Pérsia formava-se uma tempestade que ameaçava a Síria e o Egito.

Os mongóis, sob o comando de Oulagou, tinham vindo sitiar Bagdad. A cidade estava dividida em diversas seitas, mais ocupadas em combater umas contra as outras, do que em repelir um temível inimigo. O califa bem como o povo, estava imerso na moleza e o orgulho que lhes davam os vãos respeitos dos muçulmanos fizeram-nos descuidar-se dos ver-

dadeiros meios de defesa. Os tártaros tomaram de assalto a cidade e a entregaram a todos os flagelos da guerra. O último e o trigésimo sétimo dos sucessores de Abbas, arrastado como um escravo, perdeu a vida no tumulto e na desordem, sem que a história possa saber se êle morreu de desespêro, ou se caiu sob a espada dos inimigos.

Essa violência cometida contra o chefe da religião muçulmana e a marcha dos mongóis, para a Síria, lançaram o temor entre os mamelucos. Foi então que êles substituíram o filho de Aibek por um chefe que os pudesse defender em tão grande perigo e sua escolha recaiu sôbre Koutouz, o mais valente e o mais hábil dos emires.

Enquanto tudo se preparava no Egito para se resistir aos mongóis, os cristãos pareciam esperar sua libertação dessa guerra declarada contra os muçulmanos. O cã dos tártaros tinha prometido ao Rei da Armênia levar suas conquistas até às margens do Nilo e as crônicas orientais narram que as tropas armênias se haviam reunido ao exército dos mongóis. Êstes depois de ter atravessado o Eufrates, apoderaram-se de Alepo, de Damasco e das principais cidades da Síria. De todos os lados os muçulmanos fugiam diante dos tártaros e os discípulos de Cristo eram protegidos pelas hordas vitoriosas. Os cristãos viram então nesses temíveis conquistadores, seus libertadores. Nas igrejas e no túmulo mesmo de Jesus Cristo fizeram-se orações pelo triunfo dos mongóis;

no excesso de sua alegria os cristãos da Palestina não pensavam mais em pedir socorros à Europa.

A Europa além disso, não se ocupava então com a Cruzada de além-mar: o terrível espetáculo que ofereciam as invasões dos bárbaros, atraía sem cessar os olhares da cristandade e levava a surprêsa e o espanto aos povos do Ocidente. O chefe da Igreja sabendo da tomada de Bagdad e da morte do pai espiritual dos muçulmanos, tinha mandado à Ásia, missionários encarregados de felicitar Oulagou e saudá-lo como um príncipe aliado dos cristãos; mas apenas os embaixadores do papa tinham atravessado o mar, souberam que as hordas de mongóis devastavam as margens do Dniester e do Danúbio. Alexandre VI dirigiu-se aos príncipes e aos prelados, a todos os fiéis exortando-os a conjugar seus esforços, para salvar a Europa ameaçada. Concílios se reuniram na França, na Inglaterra e na Alemanha; prescreveram-se jejuns, procissões, orações em tôdas as Dioceses. Acrescentaram-se às ladainhas dos santos, estas palavras, que eram como um sinal do perigo universal: *Senhor, livrai-nos da invasão dos tártaros!*

No entretanto as hordas que desolavam a Polônia e a Hungria, afastaram-se por si mesmas, chamadas, sem dúvida, pelas discórdias reinantes em seu próprio país. Na mesma época Oulagou, obrigado a voltar para as margens do Tigre, a fim de combater contra uma poderosa rebelião, tinha deixado na Síria,

seu lugar-tenente, Ketboga, encarregado de continuar suas conquistas. Os cristãos aplaudiam ainda as vitórias dos mongóis, quando uma questão suscitada por cruzados alemães mudou de repente o estado das coisas e mostrou que eram inimigos aquêles que êles tinham tomado por auxiliares. Algumas aldeias muçulmanas que pagavam tributo aos tártaros, foram entregues ao saque e Ketboga mandou pedir aos cristãos uma reparação que êles recusaram. Na contestação suscitada a êsse propósito, o sobrinho do comandante mongol foi morto. Então o chefe dos tártaros declarou guerra aos cristãos, devastou o território de Sidon e ameaçou o de Tolemaida. Ante os campos desolados, tôdas as ilusões dos cristãos se desvaneceram: êles não tinham tido medida nas suas esperanças e na alegria, e não a tiveram também na dor e no temor. As apreensões que lhes causava o povo bárbaro, fizeram-nos esquecer que todos os seus males vinham do Egito e, como não se esperava auxílio do Ocidente, muitos puseram suas esperanças nas armas dos mamelucos.

Já uma grande parte da Palestina fôra invadida pelos mongóis, quando o sultão do Cairo veio contra êles com seu exército. Ficou três dias nas vizinhanças de Tolemaida, onde renovou tréguas com os cristãos. Logo uma batalha travou-se na planície de Tiberíades e Ketboga perdeu a vida num combate e o exército dos tártaros foi batido e dispersado, abandonando em seguida a Síria.

De qualquer lado que a vitória pendesse, os cristãos nada tinham a esperar do vencedor: os muçulmanos não lhes podiam perdoar ter procurado o auxílio dos mongóis vitoriosos, e se aproveitado da desolação da Síria para ultrajar os discípulos de Maomé. Em Damasco, demoliram-se igrejas; os cristãos foram perseguidos em tôdas as cidades muçulmanas e essas perseguições eram o presságio de uma guerra, onde o fanatismo devia descarregar todo o seu furor. Por tôda a parte ouviam-se queixas e ameaças, contra os francos da Palestina; o grito de *guerra aos cristãos!* ressoava em tôdas as províncias sujeitas aos mamelucos: a animosidade era tão grande, que o sultão do Cairo, que acabava de triunfar sôbre os tártaros, foi vítima de sua fidelidade, em observar a última trégua feita com os francos. Bibars, que tinha matado o último sultão da família de Saladino, aproveitou dessa efervescência dos espíritos e procurou reunir um partido contra Koutouz, mostrando grande ódio contra os cristãos, censurando o sultão por uma criminosa moderação, para com os inimigos do islamismo.

Quando a fermentação dos espíritos chegou ao auge, Bibars reuniu seus cúmplices, atacou o sultão, numa caçada, e o feriu mortalmente; depois, ainda coberto com seu sangue, correu ao exército dos mamelucos, reunido em Salehié; apresentou-se ao atabek ou lugar-tenente do príncipe comunicando a morte

de Koutouz. Perguntaram-lhe quem havia matado o sultão e êle disse: "Eu! *Nesse caso*, respondeu também o atabek, *reine em seu lugar*." Estranhas palavras que caracterizam com poucos traços o espírito dos mamelucos e o do govêrno que êles tinham fundado. O exército proclamou Bibars sultão do Egito e as cerimônias preparadas no Cairo para receber o vencedor dos tártaros, serviram para a coroação do seu assassino.

Essa revolução deu aos muçulmanos o soberano mais temível para os cristãos. Bibars foi cognominado *a coluna da religião muçulmana e o pai das vitórias*. Êle devia merecer êstes dois títulos, acabando a ruína dos francos. Mal tinha êle subido ao trono deu o sinal da guerra.

Os cristãos da Palestina, sem meios de resistir às fôrças dos mamelucos, mandaram embaixadores ao Ocidente para pedir pronto auxílio. O soberano pontífice comoveu-se ante a iminência dos perigos da Terra Santa; exortou os fiéis a tomar a cruz; mas o tom de suas exortações e os motivos que êle expunha em suas circulares, não mostravam muito desejo de ver a Europa armar-se contra outros inimigos que não os muçulmanos. "Os sarracenos, dizia êle, sabem que será impossível a qualquer príncipe cristão fazer uma longa permanência no Oriente e que a Terra Santa jamais terá auxílios permanentes, pois serão êles sempre transitórios e vindos de longe."

1261. Alexandre VI tinha sido muito mais sincero e mais eloqüente em seus manifestos contra a casa de Suábia e a guerra que êle tinha continuado no reino de Nápoles não tinha podido se afastar de seu pensamento com o empreendimento da guerra santa. Urbano IV e Clemente IV que lhe sucederam, deram algumas demonstrações de zêlo, para induzir os povos a tomar as armas contra os muçulmanos. Mas a política seguida há muito tempo pela côrte de Roma, tinha deixado na Itália muitos germes de perturbação e de discórdia, para que êsses pontífices pudessem levar sua atenção ao Oriente. Por outro lado, a Alemanha, sempre sem imperador e entregue a tôda sorte de dissensões, tinha então dois pretendentes ao império, Afonso, Rei de Castela e Ricardo de Cornualha, que não podiam, nem um, nem outro, fazer reconhecer seus direitos e estabelecer a paz entre os cristãos. Ao mesmo tempo, os barões da Inglaterra, conduzidos por Simão de Montfort, Conde de Leicester, tinham tomado as armas contra seu rei, que êles acusavam de ter faltado aos seus juramentos; como nessa época não havia guerra que não se quisesse fazer passar por Cruzada, os que combatiam contra Henrique III traziam uma cruz branca no peito e nos ombros e se diziam vingadores dos direitos do povo e da causa de Deus; essa Cruzada estranha não permitia que se pudesse pensar na outra de além-mar. A França foi o único reino onde não se rejeitaram completamente os rogos dos cristãos da

Palestina. Alguns cavaleiros franceses tomaram a cruz e escolheram Eudes, Conde de Nevers, para seu chefe, o qual era filho do Duque da Borgonha. Foram êsses os únicos socorros que a Europa pôde mandar ao Oriente.

1262. Ao mesmo tempo recebiam-se notícias alarmantes da Terra Santa e sabia-se de um acontecimento, que deixaria todo o Ocidente imerso em profunda dor, se se tivesse pôsto nas conquistas dos cruzados um interêsse tão vivo como nos séculos precedentes. Tivemos várias vêzes ocasião de deplorar a rápida decadência do império latino de Constantinopla. Há muito tempo Balduino não tinha mais para sustentar a sua dignidade imperial e para pagar o sôldo do seu pequeno número de soldados, que as esmolas da cristandade e alguns empréstimos feitos em Veneza, pelos quais fôra obrigado a dar seu próprio filho como refém. Nessa grave necessidade, vendiam-se relíquias dos santos, por somas pequenas; arrancava-se o chumbo do teto das igrejas, para convertê-lo em moeda grosseira; destruía-se a armação das casas imperiais para se fornecer madeira à cozinha do imperador. Tôrres, metade demolidas, muralhas, sem defensores, palácios enfumaçados e desertos, casas, ruas inteiras abandonadas, tal o espetáculo que oferecia a rainha das cidades do Oriente.

Balduino tinha no entretanto concluído tréguas com Miguel Paleólogo. A facilidade com a qual

essas tréguas foram concedidas, teria podido inspirar aos latinos alguma desconfiança. Mas o estado deplorável dos francos não lhes deixava desprezar seus inimigos e pensar em novas conquistas. Na esperança do saque, esquecendo a perfídia dos gregos, uma frota veneziana levou o que restava dos defensores de Bizâncio a uma expedição contra Dafnúsia, situada na embocadura do Mar Negro. Os gregos de Nicéia, avisados por alguns camponeses das margens do Bósforo, não hesitaram em aproveitar essa ocasião que a fortuna lhes oferecia. Êsses componeses mostraram ao General Miguel Paleólogo que ia fazer a guerra no Épiro, uma abertura feita nas muralhas de Constantinopla perto da porta Dourada e pela qual se podia introduzir na cidade mais tropas do que seria necessário para dela se apoderar. Balduino tinha então junto de si, apenas seus filhos, os velhos, as mulheres e negociantes, entre os quais estavam os genoveses, novamente aliados dos gregos. Depois que os soldados de Miguel penetraram na cidade, espantaram-se por não ter um inimigo a combater. Enquanto se alinhavam em ordem de batalha e avançavam com precaução, uma tropa de comanos que o imperador grego tinha a seu sôldo, percorreu a cidade, com ferro e fogo nas mãos. A multidão esparsa dos latinos fugiu para o pôrto; os habitantes gregos correram ao vencedor, clamando: *Viva Miguel Paleólogo, Imperador dos romanos!* Balduino, alarmado com êsses gritos e com o tumulto que se aproximava

do palácio, apressou-se em fugir também, da cidade, que não mais lhe pertencia. A frota veneziana voltando da expedição de Dafnúsia, chegou com tempo suficiente para recolher o imperador fugitivo e tudo o que restava do império dos francos no Bósforo.

Assim foi tirada aos latinos aquela cidade cuja conquista tinha custado tantos prodígios de valor e na qual os gregos tornaram a entrar sem combater, secundados pela traição de alguns camponeses, pelas trevas e pelo silêncio da noite. Balduino II depois de ter reinado trinta anos em Bizâncio, pôs-se a percorrer a Europa como tinha feito em sua juventude, mendigando o socorro dos cristãos. O Papa Urbano IV acolheu-o com um misto de desprêzo e de compaixão. Numa carta dirigida a Luís IX, o pontífice deplorava a perda de Constantinopla e gemia amargamente pela glória obscurecida da igreja latina. Urbano exprimia seu desejo de que se empreendesse uma Cruzada para reconquistar Bizâncio; mas encontrou os espíritos pouco dispostos a êsse empreendimento. O clero da Inglaterra e o clero da França recusaram os subsídios para uma expedição que êles julgavam inútil. O papa foi obrigado a se contentar com a submissão e os presentes de Miguel Paleólogo que, assustado com sua nova conquista, prometia, para aplacar a Santa Sé, reconhecer a Igreja Romana e socorrer os santos lugares.

No entretanto a situação dos cristãos do Oriente tornava-se cada dia mais alarmante e mais digna de

compaixão da parte dos príncipes e dos povos do Ocidente. O novo sultão do Cairo depois de ter devastado o principado de Antioquia, tinha entrado no território da Palestina, com fôrças enormes, tanto que êle mesmo comparava o número de seus soldados à multidão dos animais que povoam a terra e aos peixes que habitam no Oceano. Os francos, alarmados com a sua aproximação, mandaram-lhe pedir a paz. Como única resposta o sultão mandou incendiar a Igreja de Nazaré. Os muçulmanos devastaram em seguida tôda a região situada entre Naim e o monte Tabor e vieram acampar diante de Tolemaida. Se acreditarmos em algumas crônicas orientais o projeto de Bibars, era então atacar os baluartes mais poderosos dos cristãos na Síria e, nessa grande emprêsa, também, êle não tinha desprezado o socorro da traição. O Príncipe de Tiro, diz Ihn-Férat, reunido aos genoveses, devia, com uma frota numerosa sitiar Tolemaida, por mar, enquanto os mamelucos a atacariam por terra. Bibars apresentou-se com efeito na cidade, mas seus novos auxiliares se haviam arrependido sem dúvida das promessas que tinham feito; êles não apareceram para ajudar e secundar seus intentos. O sultão retirou-se cheio de furor e ameaçou vingar-se em todos os cristãos que a guerra fizesse cair em seu poder.

1265. Todos os campos estavam devastados; os habitantes das cidades estavam encerrados dentro

de suas muralhas e as cidades julgavam ver chegar a todo momento o inimigo diante de suas portas. Depois de ter de novo ameaçado Tolemaida, Bibars foi atacar a cidade de Cesaréia, para castigar os cristãos por terem chamado os tártaros em seu auxílio. Os cristãos, depois de uma viva resistência, abandonaram a praça para se retirar ao castelo, rodeado pelas águas do mar. Essa fortaleza, que parecia inacessível, só pôde resistir alguns dias, aos ataques dos muçulmanos. Logo a cidade de Arsouf, viu os mamelucos diante de suas muralhas. Os habitantes defenderam-se com bravura constante. As máquinas de guerra dos muçulmanos, caibros, árvores, lançados nos fossos para enchê-los, foram incendiados. Depois de se terem combatido junto dos muros, os inimigos e os sitiados cavaram a terra, sob as muralhas da cidade. Procuraram fazer minas e subterrâneos, nada podia arrefecer o ardor dos cristãos, nem a impaciente atividade de Bibars. Makrisi narra que um grande número de ricos, de devotos, de homens da lei, tinham vindo para tomar parte na conquista de Arsouf. "No exército muçulmano, diz o mesmo historiador, as vistas dos homens de bem, não eram feridas por nenhum motivo de escândalo. Não se bebia mais vinho; nada se fazia contrário aos bons costumes; sábias matronas traziam água para os soldados; viam-nas aproximar-se dos soldados mesmo no mais forte da luta. Tal o ardor, com que elas ajudavam os guerreiros a transportar as máquinas." O cêrco durou

quarenta dias. O sultão plantou enfim o estandarte do profeta nas tôrres da cidade e os muçulmanos foram chamados à oração, às igrejas, convertidas em mesquitas. Os mamelucos massacraram uma grande parte dos habitantes; o resto foi condenado à escravidão. Bibars distribuiu os escravos aos chefes do seu exército; ordenou em seguida a destruição de Arsouf. Os prisioneiros cristãos foram condenados a demolir suas próprias casas. O território conquistado foi dividido e repartido entre os principais emires, segundo uma ordem do sultão, que as crônicas árabes nos conservaram, como um monumento histórico. Essa liberalidade para com os vencedores dos cristãos parecia aos muçulmanos digna dos maiores elogios e um dos historiadores de Bibars exclama em seu entusiasmo que "uma tão bela ação estava descrita no livro de Deus, antes de ser inserida no livro da vida do sultão."

Tão grande incitamento dado aos emires dizia que Bibars tinha ainda necessidade de seu valor, para realizar outros planos. O sultão voltou ao Egito para novos preparativos e para renovar o exército. Durante sua permanência no Cairo, êle recebeu embaixadores de vários reis dos francos, de Afonso, Rei de Aragão, do Rei da Armênia e de alguns príncipes da Palestina. Todos êsses embaixadores pediam a paz para os cristãos; mas suas insistentes solicitações só aumentavam no sultão o projeto de continuar a guerra: mais se havia recorrido à sua vontade, mais êle devia crer que ninguém mais lhe oporia resis-

tência. Respondeu então aos enviados do Príncipe de Joppé: "Chegou o tempo em que não suportaremos mais injúrias; quando nos tirardes uma cabana, nós vos tiraremos um castelo; quando nos tirardes um trabalhador, condenaremos aos ferros, mil de vossos guerreiros."

Bibars não tardou em realizar suas ameaças; atravessou o deserto e fêz uma peregrinação a Jerusalém, onde implorou a proteção de Maomé para seu exército. Logo êste se pôs em campo e devastou o território de Tiro, de Trípoli e de Tolemaida. Os despojos dos muçulmanos, segundo a narração dos autores árabes, foram tão grandes, que os bois, os carneiros e os búfalos não encontravam mais compradores. O sultão levou suas tropas para as margens do Jordão e resolveu sitiar a fortaleza de Sefed ou Safad.

Essa fortaleza, que pertencia aos templários, estava construída na alta Galiléia, em vértices que pareciam tocar o céu. Muralhas espêssas construídas de belas pedras, de tamanho e elevação, de mais de cem pés, um fôsso largo e profundo cavado na rocha viva e a dificuldade de se chegar aos cimos escarpados, tornavam inexpugnável a fortaleza de Safad. Está ainda de pé hoje em dia, e sua forma oval fá-la parecer de longe, uma grande tôrre. A cidade de Sefed ou Safad, que nos representa a antiga Betúlia, estende-se sôbre três montanhas. Os muçulmanos que a habitam são intoleráveis e soberbos; êles

oprimem à vontade a população judia, que escolheu de preferência Safad para lá esperar o Messias, na crença de que o Salvador reinará quarenta anos antes de estabelecer em Jerusalém o trono de seu poder. Safad é a cidade mais elevada da Síria; a montanha da Betúlia, é também tão alta como o Tabor. A praça teve que se defender contra tôdas as fôrças que o sultão tinha reunido para uma emprêsa muito maior. Quando o cêrco começou, Bibars tudo fêz para forçar a guarnição a se render; viam-no sem cessar à frente dos soldados, e, num combate, todo seu exército soltou um grande grito, como para avisá-lo do perigo que corria. Para inflamar o ardor dos mamelucos, fazia distribuir vestes de honra e bôlsas de dinheiro, no campo de batalha; o grande cádi de Damasco tinha vindo ao cêrco de Safad para animar os combatentes, com a sua presença.

No entretanto, os cristãos defendiam-se valorosamente. Essa resistência, a princípio encheu de admiração os inimigos; e logo depois fê-los perder o ânimo. Em vão o sultão procurava reanimar os soldados, em vão ordenou que se tomassem maças para ferir os que fugiam e fêz carregar de cadeias, vários emires que abandonavam seu pôsto: nem o temor dos castigos, nem a esperança de recompensa podiam erguer a coragem dos muçulmanos. Bibars teria sido obrigado a levantar o cêrco, se a discórdia dos cristãos não lhe tivesse vindo em auxílio. Êle mesmo teve o cuidado de fazê-la nascer: freqüentes

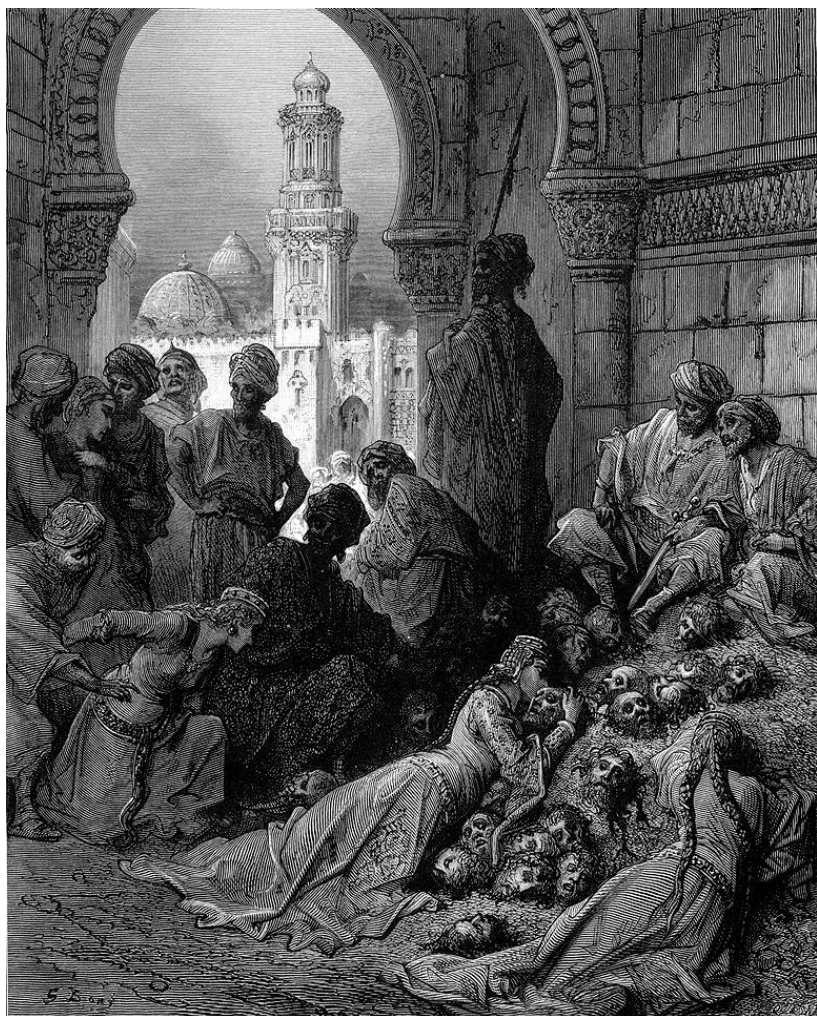
mensagens mandadas à guarnição, promessas pérfidas e ameaças, semearam a desconfiança e as suspeitas. Por fim a divisão apareceu. Uns queriam que se rendessem; outros que se defendessem até à morte. Os muçulmanos, então, encontraram nos cristãos uma resistência menos forte e puseram mais ardor em seus ataques. Enquanto os cristãos se acusavam uns aos outros e se censuravam de traição, as máquinas de guerra abalavam as muralhas; os mamelucos depois de vários assaltos estavam prestes a abrir um caminho para a praça. Por fim, numa sexta-feira, (citamos uma crônica árabe) o cádi de Damasco rogava pelos combatentes, quando ouviu os francos gritarem do alto de suas tôrres semidestruídas: *muçulmanos, poupai-nos! Poupai-nos!* Êles tinham abandonado as armas, já não se combatia; logo, as portas da cidade foram abertas e o estandarte muçulmano era desfraldado nos muros de Safad.

Uma capitulação concedia aos cristãos a permissão de se retirarem para onde quisessem, com a condição de só levarem as vestes: Bibars, vendo-os desfilar diante de si, procurou um pretexto para conservá-los em seu poder. Prenderam a vários por sua ordem, acusaram-nos de levar tesouros e armas; a ordem foi de prender a todos. Acusaram-nos de ter violado o tratado, ameaçaram-nos de morte, se não abraçassem o islamismo. Êles são carregados de cadeias; amontoados, depois, em uma colina, onde esperam ùnicamente a morte. Um comandante do

templo e dois frades menores, exortam seus companheiros de infortúnio a morrer como heróis cristãos. Todos êstes guerreiros, que a discórdia tinha separado, agora reunidos pela desgraça, só têm um sentimento e um pensamento. Abraçam-se, chorando e encorajam-se para bem morrer. Passam a noite confessando seus pecados e deplorando seus erros e suas discórdias. No dia seguinte, dois sòmente dêsses escravos foram postos em liberdade: um era um irmão hospitalário, que Bibars mandou a Tolemaida para anunciar aos cristãos a tomada de Safad; o outro, um templário, que abandonou a fé de Jesus Cristo e se engajou ao serviço do sultão; todos os outros, em número de dois mil, morreram pelas mãos dos mamelucos. Essa barbárie cometida em nome da religião muçulmana, parece tanto mais revoltante quanto os francos jamais tinham dado tal exemplo e no meio dos furores da guerra nunca foram vistos exigir, de espada na mão, a conversão dos infiéis.

Não se pode descrever o desespêro e a consternação dos cristãos da Palestina, quando souberam do fim trágico dos defensores de Safad. Seu pesar supersticioso inventou ou recebeu as narrações extraordinárias que as crônicas do Ocidente não desprezaram; contava-se que uma luz celeste brilhava tôdas as noites sôbre os cadáveres dos guerreiros cristãos, que haviam ficado sem sepultura. Dizia-se que o sultão, impressionado com êsse prodígio, que todos os dias se repetia sob seus olhos, mandou que fôssem

sepultados os mártires da fé cristã, e que se rodeassem de altas muralhas os lugares onde seus despojos seriam colocados. Tal era o implacável fanatismo de Bibars, que êle perseguia com seu ódio os vivos e os mortos e sempre suas vitórias eram acompanhadas de atos de barbárie, sôbre os vencidos. Os habitantes de Tolemaida lhe haviam pedido os restos dos irmãos massacrados; o sultão, sem se dignar lhes responder, se pôs em marcha para o território dos francos, seguido por alguns guerreiros, matou todos os que encontrou no seu caminho e voltou dizendo aos embaixadores que êle tinha feito mais mártires, para encher todos os sepulcros dos cristãos. Nós nos recusaríamos a crer nesse ato de barbárie, se fôsse narrado sòmente pelas crônicas do Ocidente; mas êle é referido detalhadamente, pelo continuador de Elmacin, historiador muçulmano, que o apresenta como um fato honroso para o sultão do Cairo. Bibars tinha obtido um grande prestígio entre os muçulmanos, pelo mal que tinha feito aos cristãos; e tal era o fanatismo do tempo, que sua barbárie para com os inimigos, era para êle um título de glória.

Depois da tomada de Safad, Bibars voltou ao Egito. Os francos julgaram ter alguns dias de descanso e de segurança; mas o infatigável sultão jamais dava aos seus inimigos o tempo de se regozijar com sua ausência. Reuniu novas tropas e logo levou a desolação às terras dos cristãos. Nessa campanha foi a Armênia que atraiu sua cólera e suas armas vito-

Crueldades de Bibars.

riosas; êle censurava ao príncipe armênio ter chamado os tártaros, vindos da Síria; êle censurava-lhe ter proibido aos negociantes egípcios a entrada em seus Estados e não lhe perdoava a proibição feita aos seus súditos de levar mercadorias do Egito. Essas queixas não tardaram a ser julgadas no campo de batalha; um dos filhos do Rei da Armênia perdeu a liberdade, outro, a vida; o exército de Bibars voltou carregado de despojos e seguido por uma multidão inumerável de escravos.

1266. No entretanto, os despojos dos vencidos, não bastavam para manter a guerra formidável declarada aos cristãos. O sultão do Cairo resolveu estabelecer em seus Estados, assim como se fazia no Ocidente, para os cruzados, uma taxa destinada às despesas dessa guerra, que os muçulmanos consideravam como uma *guerra santa*. O Egito, as ilhas do Mar Negro, a cidade de Medina, pagaram os dízimos que se impunham em nome do islamismo e que um historiador árabe chama de *impôsto ou o direito de Deus*. Tornava-se mais que nunca, impossível aos francos resistir a inimigos tão temíveis pelo número como pelo entusiasmo religioso. A elite dos guerreiros cristãos, em número de mil e cem, tinha tentado uma expedição a Tiberíades; essa tropa, último recurso dos francos, acabava de ser derrotada e dispersada pelos infiéis. O Duque de Nevers, chegando à Palestina, à frente de cinqüenta cava-

leiros, morreu então em Tolemaida, vivamente lamentado pelo povo e pelos pobres. Os cristãos, entregues ao desespêro, imploraram a clemência de Bibars. Ocupado em fortificar o castelo de Safad, o sultão do Cairo, em vez de escutar os rogos dos francos, veio devastar-lhes o território. No meio da desolação que reinava entre os cristãos viram-no, êle mesmo, diante da porta de Tolemaida, montado em um cavalo de batalha, de espada na mão, semelhante a um anjo exterminador, dar o sinal da matança. Depois de ter ficado quatro dias junto às muralhas da cidade, Bibars afastou-se, de repente, para atacar Joppé. Essa praça, cujas fortificações tinham custado a Luís IX somas consideráveis, caiu, depois de alguma resistência em poder do sultão, que lhe mandou derrubar as muralhas. Nessa excursão Bibars apoderou-se do castelo de Crac, de vários outros fortes, depois avançou para Trípoli. Bohémond lhe havia mandado perguntar o que viera fazer. "Eu venho, respondeu êle, ceifar vossas terras, no campo próximo, sitiarei vossa capital."

1268. Foi assim que Bibars procurou espalhar o terror de suas armas em vários lugares ao mesmo tempo, para impedir que os cristãos reunissem suas fôrças e escondessem seus verdadeiros desígnios. Há muito tempo êle tinha a intenção de invadir o principado de Antioquia. Seu exército recebeu de repente ordem de marchar para as margens do Oronte; alguns

dias apenas se haviam passado, as tropas muçulmanas acamparam diante da cidade de Antioquia, mal defendida por seu patriarca e que uma grande parte dos habitantes tinha abandonado. Os historiadores falam pouco dêsse cêrco, ao qual os cristãos opuseram apenas uma frágil resistência e se mostraram menos guerreiros, que suplicantes. Sua submissão, suas lágrimas, suas preces, não dobraram um conquistador, cuja política, era a destruição das cidades cristãs.

Como os muçulmanos entraram em Antioquia, sem capitulação, entregaram-se a todos os excessos da licença e de vitória. Numa carta que Bibars dirigiu ao Conde de Trípoli, o bárbaro vencedor se compraz em descrever a desolação da cidade conquistada e todos os males que seu furor tinha feito os cristãos sofrerem. "A morte, exclama êle, veio de todos os lados e por todos os caminhos; nós matamos a todos os que tu tinhas escolhido para guardar a cidade e impedir-nos a aproximação. Se tu tivesses visto teus cavaleiros pisados aos pés pelos cavalos, tuas províncias abandonadas ao saque, tuas riquezas pesadas em balanças, as mulheres de teus súditos vendidas em leilão; se tu tivesses visto as cátedras e as cruzes derrubadas, as fôlhas do Evangelho dispersadas e lançadas ao vento, os sepulcros dos patriarcas profanados; se tu tivesses visto teus inimigos, os muçulmanos, pisando sôbre o tabernáculo, imolando no santuário o monge, o padre, o diácono; se tu tivesses visto enfim teus palácios entregues às

chamas, os mortos devorados pelo fogo dêste mundo, a igreja de S. Paulo, a de S. Pedro, destruídas completamente, certamente terias exclamado: Prouvera aos céus que eu tivesse me tornado poeira."

Bibars distribuiu os despojos a seus soldados; os mamelucos dividiram-se as mulheres, as moças e as crianças; não houve então diz uma crônica árabe, — *um escravo que não tivesse um escravo.* Um menino vendia-se por doze dirhems, uma menina, por cinco dirhems. Num só dia a cidade de Antioquia perdeu todos seus habitantes; um incêndio ateado por ordem de Bibars, acabou a obra dos bárbaros; a maior parte dos historiadores estão de acôrdo em dizer que dezessete mil cristãos foram degolados, cem mil levados para a escravidão.

Quando se recorda o primeiro cêrco dessa cidade, pelos cruzados, as dificuldades e os feitos de Bohémond, de Godofredo, de Tancredo, que fundaram o principado de Antioquia, afligimo-nos por ver onde infelizmente terminou tôda a glória dos conquistadores. Quando, por outro lado vemos uma população numerosa, encerrada em muralhas, não opor resistência alguma aos inimigos, deixar-se matar sem defesa, perguntamo-nos em que se transformou a posteridade de tantos bravos guerreiros que tinham defendido Antioquia, durante perto de dois séculos contra tôdas as potências muçulmanas.

Depois de ter escrito ao conde de Trípoli uma carta cheia de ameaças, o sultão do Cairo mandou

alguns embaixadores e se pôs êle também na embaixada, na qualidade de arauto de armas; seu projeto era examinar as fortificações e os meios de defesa de Trípoli. Nas conferências que tiveram lugar, os embaixadores muçulmanos, a princípio deram a Bohémond o título de conde; êle reclamou o de príncipe; a discussão acendeu-se; os enviados de Bibars voltaram os olhos para seu senhor, que lhes fêz sinal de ceder. O sultão, voltando ao exército, ria-se dessa aventura, com seus emires e dizia-lhes: *Eis o momento em que Deus amaldiçoará, o príncipe e o conde.* No entretanto êle concluiu tréguas com Trípoli, prevendo que um tratado de paz serviria para velar o projeto de uma outra guerra e que êle bem depressa encontraria a ocasião de violar a trégua com vantagem. Bibars, como já dissemos, ameaçava todos os inimigos ao mesmo tempo, e só mandava embaixadores aos cristãos, para manifestar sua cólera. O rei de Chipre tinha entregue aos tártaros os embaixadores muçulmanos que haviam caído em suas mãos: o sultão pediu-lhe uma reparação a êsse ultraje feito ao islamismo. O historiador Mohi-Eddin, que fazia parte da embaixada, seguindo as instruções do sultão, dirigiu ao príncipe cristão palavras cheias de altivez e de desprêzo. O mesmo historiador acrescenta: "De repente o príncipe olhou-me com cólera e me mandou dizer pelo intérprete que olhasse para trás de mim. Eu voltei a cabeça e ví na praça tôdas as tropas do rei, alinhadas em ordem de batalha. O

intérprete teve mesmo o cuidado de me fazer notar o número e a posição marcial das tropas. Eu então abaixei os olhos e quando me prometeram respeitar meu caráter de enviado, eu disse ao rei que havia de fato muitos soldados cristãos na praça, mas que havia ainda muito mais nas prisões do Cairo. A estas palavras o rei mudou de côr, fêz um sinal da cruz e adiou a audiência para outro dia."

Assim todos os cristãos do Oriente temiam apenas ao nome de Bibars. Êle ocupava-se contìnuamente em atacar e dominar as cidades que ficavam nas costas da Síria e da Palestina: a destruição ou a conquista de Tolemaida era principalmente o objeto de sua ambição. Mas êle hesitava em dirigir seus últimos golpes contra essa potência, por tanto tempo espantalho das nações muçulmanas: êle não podia esquecer que os perigos dos cristãos tinham muitas vêzes armado o Ocidente e sòmente êsse pensamento o mantinha na inação e no temor. Assim os tristes restos das colônias cristãs da Ásia eram ainda defendidos pela fama guerreira dos povos da Europa e pela lembrança das primeiras Cruzadas.

As notícias haviam chegado além dos mares, de tantos desastres. O Arcebispo de Tiro, os grão-mestres do Templo e do Hospital, tinham vindo ao Ocidente para narrar as desgraças das cidades cristãs da Síria; mas, à sua chegada, a Europa parecia pouco disposta a lhes escutar as queixas. O Papa Clemente tinha exortado os reis de Castela, de Ara-

gão e de Portugal a se armarem para a defesa dos santos lugares; êle tinha concedido indulgências e décimas. Em vão pregou-se uma Cruzada na Alemanha, na Polônia, e nas regiões mais afastadas do Norte; os habitantes do norte da Europa mostraram indiferença para com os acontecimentos que se sucediam longe dêles. O rei da Boêmia, o marquês de Brandeburgo e alguns senhores que tinham tomado a cruz, não se apressaram em cumprir o juramento.

Nenhum exército se pôs em marcha; tudo se reduzia a pregações e a vãos preparativos.

No reino da França, os oradores sagrados tinham deplorado as desgraças da Terra Santa, sem despertar nos corações o zêlo e o entusiasmo das Cruzadas. A poesia se tinha reunido à eloqüência sagrada, e o espírito dos fiéis não se deixava mais levar pelos cantos dos poetas, como pelas exortações dos pastôres da igreja. Num serventésio que nos ficou, um trovador contemporâneo parecia censurar a providência pelas derrotas dos cristãos da Palestina, e abandonava-se, em seu delírio poético, a um desespêro que pareceria hoje impiedade: "A tristeza e a dor, exclama êle, apoderaram-se de minha alma, de tal modo que pouco falta para que eu morra agora mesmo, pois a cruz foi abatida; a cruz, a fé não nos protegem mais, não nos guiam mais contra os turcos, que Deus amaldiçôe; mas, *não se poderia crer, quanto o homem pode julgar, que Deus, para nossa ruína proteja êsse povo infiel?*

"Não penseis que jamais o inimigo se detenha depois dêsses triunfos; ao contrário, êle pùblicamente já anunciou que não ficará na Síria um só homem que creia em Jesus Cristo; que mesmo o templo de Santa Maria será convertido em mesquita. *Pois que o filho de Maria, que essa afronta deverá afligir, o quer; pois que isso lhe apraz, não será também preciso que isso nos agrade, também a nós?*

"É portanto bem louco, aquêle que procura questões com os sarracenos, *quando Jesus não os contesta,* pois que êles obtiveram vitória e a obtêm ainda, (o que me desola) contra os francos e contra os tártaros, contra os armênios e contra os persas. Todos os dias, nós somos vencidos, *pois êle dorme, êsse Deus, que tinha o costume de velar*: Maomé age com todo seu poder e faz agir o feroz Bibars."

Essas palavras, tão estranhas, não exprimem sem dúvida os verdadeiros sentimentos dos fiéis; mas devemos pensar que num tempo em que os poetas falavam dessa maneira, os espíritos estavam também pouco dispostos para as santas expedições de além-mar. O trovador que acabamos de citar não aconselha fazer guerra aos muçulmanos, e clama com pesar contra o papa, que vendia *Deus e as indulgências* para armar os franceses contra a casa de Suábia. Com efeito, os debates surgidos pela sucessão do reino de Nápoles e da Sicília ocupavam então tôda a atenção da Santa Sé e a França não ficou estranha a isso.

Lembramos as excomunhões e as penas eclesiásticas lançadas tantas vêzes contra Frederico e contra sua família; os soberanos Pontífices quiseram unir a fôrça das armas à autoridade que lhes dava a santa igreja e o direito dos conquistadores a todos os que êles julgavam ter sôbre um reino tão próximo de sua capital. Como êles não tinham experiência da guerra e seus lugar-tenentes não tinham também capacidade e coragem, seus exércitos foram derrotados. A côrte de Roma, vencida assim no campo de batalha, foi obrigada a reconhecer o ascendente da vitória e nessa luta profana perdeu mesmo algo de seu poder espiritual, que a tornava tão temível.

Da família da Suábia restava apenas Mainfroi, filho natural de Frederico e Conradino, seu neto, ainda criança. Mainfroi, que tinha a habilidade e o valor do seu pai, acabava de reerguer o poder germânico na Itália e enfrentava o poder e as armas dos pontífices. Êle se havia apoderado da marca de Ancona e de várias terras do Estado Eclesiástico. Citado no tribunal de Urbano IV para se justificar dos atos de crueldade de que era acusado, Mainfroi desprezara a intimação do soberano Pontífice; o chefe da Igreja tinha dirigido a todos os fiéis, cartas, nas quais atribuia ao tirano da Sicília a destruição da cidade de Ária, o assassínio de vários grandes da Sicília, a violação dos interditos eclesiásticos, sua ligação com os muçulmanos, dos quais tinha adotado os costumes. Como única resposta a essas cartas,

Mainfroi resolveu apoderar-se de Viterbo, onde então o papa residia e também os cardeais.

A côrte de Roma, perdendo a esperança de conservar para si o reino da Sicília, prometeu-o aos que tentassem conquistá-lo. A coroa de Mainfroi foi primeiro oferecida ao rei da Inglaterra, para seu filho Edmundo; mas Henrique III em luta com seus próprios súditos e prisioneiro de seus barões, não podia secundar nem as pretensões de seu irmão Ricardo ao Império, nem as de seu filho ao trono da Sicília. O soberano Pontífice lançou por fim as vistas sôbre Carlos de Anjou, ao qual sua espôsa Beatriz tinha dado o condado da Provença e cujo poder estendia-se já até além dos Alpes. Carlos de Anjou, educado sob as vistas da Rainha Branca, como São Luís IX, não tinha nem o caráter, nem os sentimentos do santo monarca: um usava em sua política de tôdas as virtudes da religião, e outro, na religião, punha tôdas as paixões da política. Luís não estava tranqüilo sôbre a legitimidade das conquistas feitas por seus antepassados: a posse da Normandia e do Poitou perturbavam por vêzes sua consciência. A filosofia tôda religiosa do santo rei alarmava-se com as grandezas humanas, e, se acreditarmos nas tradições históricas, êle tinha tido o projeto de deixar o trono de Carlos Magno e de Filipe-Augusto, para se sepultar num mosteiro de São Domingos. Carlos, ao contrário, não tinha temor algum, isto é, tinha apenas o temor de perder as províncias que a fortuna lhe havia dado;

um só pensamento dominava-o, isto é, aproveitar-se de tôdas as circunstâncias e empregar todos os meios para aumentar seus Estados. Enquanto seu irmão, um dos maiores monarcas da cristandade, desejava a paz, a pobreza e o burel dos cenobitas, êle aspirava ùnicamente pela posse do poder e aspirava cingir sua fronte com uma coroa e ser tido entre os reis da terra. O duque de Anjou era animado em sua ambição por sua espôsa Beatriz, que vimos chorar, por não ter sido rainha, como suas três irmãs e que consentiu fàcilmente em vender suas jóias por uma guerra, na qual esperava encontrar a realização de todos os seus anelos. Os escrúpulos de Luís IX suspenderam durante algum tempo os desígnios da Santa Sé. Mas Clemente IV, que sucedeu a Urbano, fêz novas tentativas: o piedoso monarca deixou-se por fim, levar pelos rogos de Carlos, e principalmente pela esperança de que a conquista da Sicília não seria inútil um dia, para a defesa da Terra Santa.

O conde de Béthune, um grande número de senhores e de cavaleiros franceses acompanharam o duque de Anjou à Itália. Depois de ter sido coroado em Roma por dois Cardeais, o novo rei entrou no reino de Nápoles, seguido por um formidável exército e precedido pelos castigos da Santa Sé. Os soldados de Carlos levavam uma cruz e batiam-se em nome da Igreja; padres exortavam os combatentes e prometiam-lhes a expiação de seus pecados. Mainfroi sucumbiu nessa guerra, a que chamavam de

guerra santa e perdeu a coroa e a vida na batalha de Cosenza.

No entretanto, o papa, livre dos cuidados dessa Cruzada, ocupou-se da de além-mar: seus legados solicitaram aos príncipes, uns, a tomar a cruz, outros, a cumprir os juramentos. Clemente tudo fêz para induzir Miguel Paleólogo a mostrar sinceridade em suas promessas. Carlos, que se tinha declarado vassalo do papa e que lhe devia seu reino, recebeu várias mensagens, nas quais lhe diziam dos perigos da Terra Santa e do que êle devia a Jesus Cristo, ultrajado pelas vitórias dos muçulmanos. O novo rei da Sicília contentou-se de mandar um embaixador ao sultão do Cairo e de recomendar a Bibars, os infelizes habitantes da Palestina. O sultão respondeu a Carlos que êle não rejeitava a sua intercessão, mas que os cristãos se destruíam por suas próprias mãos; que ninguém entre êles não tinha poder para fazer respeitar os tratados, e que *o menor dêles desfazia sem cessar, o que o maior tinha feito*. Bibars mandou por sua vez embaixadores a Carlos, menos para fazer negociações, do que para conhecer o estado e as disposições da cristandade.

O jovem Conradino preparava-se para disputar a Carlos de Anjou a coroa da Sicília. Para conquistar todo o apoio, êle mandou como rei de Jerusalém, deputados ao sultão do Egito e o conjurou a proteger seus direitos contra seu rival. Bibars procurou na sua resposta consolar Conradino e viu sem

dúvida, com alegria a divisão, entre os príncipes do Ocidente.

No estado em que se encontrava a Europa, um único monarca se ocupava sèriamente da sorte das colônias cristãs na Ásia. A lembrança de uma terra, que êle tinha habitado e a esperança de vingar a honra das armas francesas no Egito, dirigiam todos os pensamentos de Luís IX, para uma nova Cruzada. No entretanto êle escondia ainda seu intento e êsse grande projeto, diz um dos seus historiadores, formava-se por assim dizer, entre Deus e êle. Luís consultou o papa que hesitou em responder, refletindo sôbre os perigos de sua ausência, para a França e mesmo para a Europa. A primeira carta de Clemente tinha por objetivo afastar o monarca francês de tão perigosa emprêsa; consultado de novo, o soberano Pontífice, não teve mais os mesmos escrúpulos e julgou dever encorajar a Luís IX em seu desígnio, persuadido, dizia êle, de que êsse desejo vinha de Deus.

No entretanto, o objetivo dessas negociações ficava sempre sepultado no mais profundo mistério. Luís IX temia sem dúvida, que se êle manifestasse de antemão seus projetos, a ponderação prejudicasse o entusiasmo de que êle tinha necessidade para bem se haver e se formasse, em sua côrte e no reino, uma oposição poderosa contra o empreendimento de uma Cruzada; êle pensava que falando de uma vez, de seu projeto no momento da execução do mesmo, im-

pressionaria mais os espíritos e os levaria mais fàcilmente a lhe seguir o exemplo. Uma assembléia de barões, de senhores e de prelados do reino, foi convocada solenemente em Paris, pela metade da quaresma: não se havia esquecido nessa convocação do fiel senhor de Joinville; o senescal pressentia, diz êle nas suas memórias, que Luís iria novamente receber a cruz e o que lhe dava êsse pressentimento, era o fato de êle ter visto em sonho, o rei da França revestido de *uma casula vermelha de sarja de Reims, o que significava a cruz.* Seu capelão, explicando-lhe o sonho, tinha dito que a casula, sendo de *sarja de Reims,* predizia *uma Cruzada de pequena envergadura.*

No dia vinte e três de março, o grande parlamento do reino reuniu-se numa grande sala do Louvre e o rei lá entrou levando na mão a coroa de espinhos de Jesus Cristo. A êsse espetáculo, tôda a assembléia compreendeu as intenções do monarca. Luís num discurso pronunciado com unção, disse das desgraças da Terra Santa, declarou que êle estava resolvido a ir socorrê-la; exortou em seguida a todos os que o escutavam a tomar a cruz. Quando êle deixou de falar, um silêncio môrno e profundo se fêz na sala, o que mostrava ao mesmo tempo a surprêsa, a dor dos prelados e dos barões e seu respeito pela vontade do santo monarca.

O legado do papa, cardeal de Santa Cecília, falou depois de Luís, e, em sua patética exortação,

concitou os guerreiros franceses a tomar as armas contra os infiéis. Luís recebeu a cruz das mãos do cardeal; seu exemplo foi seguido por seus três filhos. Notava-se consentimento no mais jovem dos príncipes, João, conde de Nevers, nascido no Egito, no meio das calamidades da Cruzada precedente. O legado do papa recebeu então o juramento de um grande número de prelados, de condes e de barões. Entre os que tomaram a cruz na presença de São Luís e nos dias seguintes a essa pregação, a história cita João, conde da Bretanha, Afonso de Brienne, Thibaut rei da Navarra, e conde de Artois, filho daquele Roberto, morto em Mansourah, o duque da Borgonha, os condes de Flandres, de São Paulo, da Marca, de Soissons, os senhores de Montmorency, de Pienne, de Nemours, etc. As espôsas mostraram menos zêlo: a condêssa da Bretanha, Iolanda de Borgonha, a senhora de Poitiers, Joana de Tolosa, Isabel da França, Anicio de Courtenay e várias outras, tomaram a resolução de seguir seus maridos na expedição de além-mar. No entretanto a Rainha Margarida, que ainda não se esquecera do que havia sofrido em Damietta, durante o cativeiro de Luís IX, não teve coragem de tomar a cruz e ir enfrentar novos perigos no Oriente. O senhor de Joinville, foi vivamente solicitado a se alistar sob as bandeiras da Cruzada; mas êle resistiu a tôdas as instâncias que lhe foram feitas, alegando os grandes prejuízos que seus vassalos tinham sofrido durante a

primeira expedição. O bom senescal lembrava-se também das predições de seu capelão; êle teria querido acompanhar o rei, que amava sinceramente, mas não se tinha refeito ainda de todo, do terror que dêle se apoderara no Egito, e nada neste mundo podia fazê-lo voltar ao país dos muçulmanos.

A resolução de São Luís, da qual já se tinha um triste pressentimento, causou tristeza em todo o reino; não se podia ver sem viva aflição a partida de um príncipe cuja presença, sòmente, mantinha a paz, e agora, por tôda a parte, a ordem e a justiça. A saúde do rei se tinha debilitado muito; temia-se que êle não pudesse suportar os perigos e o cansaço de uma Cruzada. Êle partia com os filhos e essa circunstância aumentava ainda o pesar público. Os desastres da primeira expedição no Egito apresentavam-se ao espírito do povo. Lembrava-se o cativeiro de tôda a família real, temiam-se maiores desgraças para o futuro. Joinville, não teve receio de dizer que *os que tinham aconselhado o rei à viagem de além-mar, haviam pecado mortalmente.*

No entretanto, não havia nem queixas nem murmurações contra São Luís: o espírito de resignação, que era uma das virtudes do monarca, parecia ter passado para a alma de seus súditos, e, para usarmos de uma expressão mesma da bula do papa, os franceses não viam no devotamento do rei que um nobre e doloroso sacrifício pela causa dos cristãos, por aque-

la causa pela *qual Deus não tinha poupado nem mesmo seu Unigênito Filho.*

A resolução do rei da França produziu uma viva sensação na Europa e reanimou o que ainda restava nos espíritos do velho entusiasmo pelas Cruzadas. Como êle era o chefe da emprêsa, a maior parte dos guerreiros considerava uma glória combater sob seu comando; a confiança que se tinha na sua sabedoria e nas suas virtudes, tranqüilizava de algum modo os espíritos contra os perigos das expedições longínquas e dava aos povos cristãos esperanças que lhes pareciam perdidas.

Clemente IV escreveu ao rei da Armênia para consolá-lo dos males que tinha sofrido na invasão dos mamelucos e anunciar-lhe que os cristãos do Oriente iam receber poderosos socorros. Abagam, cã dos tártaros, que continuava então a guerra contra os turcos da Ásia Menor, tinha mandado embaixadores à côrte de Roma, e a vários príncipes do Ocidente: êle se propunha atacar os mamelucos de acôrdo com os francos e expulsá-los da Síria e do Egito. O papa acolheu solenemente os embaixadores dos Mongóis; disse-lhes que um exército comandado por um grande rei ia embarcar para o Oriente, que a hora fatal dos muçulmanos tinha chegado e que Deus abençoaria seu povo e todos os aliados de seu povo.

Luís, sempre ocupado com a nova expedição, tinha marcado a partida para o ano de 1270. Quase

três anos deviam-se passar antes que os socorros anunciados pelo soberano pontífice pudessem chegar ao Oriente. Pediram-se navios, para o transporte dos cruzados às repúblicas de Gênova e de Veneza: os venezianos a princípio recusaram, mas vendo que em seguida êles iam tratar com os genoveses mandaram embaixadores para lhes oferecer uma frota. Foi concluído um tratado com os venezianos, que se comprometeram a fornecer quinze navios para a viagem e armar quinze outros às suas custas, durante um ano. Mas êsse tratado ficou sem efeito, porque depois de longas negociações, em que Veneza, que mostrou mais inveja contra Gênova do que zêlo pela Cruzada, recusou-se concorrer para o embarque do exército cristão, temendo menos a cólera de Luís IX do que a do sultão do Cairo (que podia destruir seus escritórios no Oriente. Por fim os genoveses se comprometeram a fornecer os navios para a expedição.

A maior dificuldade era encontrar o dinheiro necessário, para os preparativos da guerra. Até então, as décimas arrecadadas ao clero tinham fornecido o que se exigia para as despesas dos Cruzados; era opinião geralmente aceita, que uma guerra santa devia ser paga pelos homens adidos à Igreja ou votados aos altares de Jesus Cristo. Já Urbano IV, predecessor de Clemente, tinha ordenado a todo o Oriente a arrecadação de um centésimo sôbre as rendas do clero, e, o que podia parecer um tráfico de coisas santas, a côrte de Roma prometia distribuir

indulgências que eram concedidas em proporção àquilo que era dado, além de tributo exigido. O clero da França tinha enviado ao papa várias reclamações, que ficaram sem efeito; o Papa Clemente, em suas cartas, censurava as igrejas da França por sua má vontade na arrecadação das décimas.

Quando se soube da última determinação de Luís IX, a Santa Sé recorreu aos meios costumeiros, e, sem consideração pelas queixas que não eram sem fundamento, a ordem foi mandada, de se arrecadar ainda uma vez, décima, durante três anos. Foi então que o clero duplicou a oposição e pensou mais na defesa de seus rendimentos, do que na libertação da Terra Santa. Êle queixou-se ao rei; mandou a Roma alguns embaixadores encarregados de expor a profunda miséria da Igreja da França, que estava reduzida aos extremos por causa das obrigações que sôbre ela pesavam; êsses embaixadores disseram ao soberano Pontífice que as exações dos últimos tempos tornavam-se sempre mais intoleráveis e que os bens do clero não eram suficientes para manter os altares e alimentar os pobres de Jesus Cristo. Acrescentavam que a injustiça e a violência tinham outrora separado a Igreja grega da Igreja romana, e afirmavam que novos rigores não deixariam de produzir novos cismas. Diziam ainda que, se a maior parte dos cruzados, e principalmente a expedição de São Luís ao Egito tinham sido infelizes, era sem dúvida porque tinham despojado o santuário e arruinado as

igrejas. Como última razão êles anunciavam para o futuro calamidades maiores do que as que até então tinham sido vistas.

Semelhantes palavras deviam inflamar a cólera do soberano pontífice. Clemente, em sua resposta, censurou os enviados e os que os mandavam, pela indiferença à causa da religião e dos cristãos, e pela ambição que os fazia recusar o supérfluo para uma guerra, onde tantos príncipes, tantos guerreiros ilustres sacrificavam a vida. Mostrou-lhes a excomunhão pronta para castigar uma resistência culpada e ameaçou-os de privá-los dos bens que êles recusavam dividir com Jesus Cristo.

O clero foi obrigado a obedecer e a pagar os dízimos durante quatro anos. O papa permitiu ainda ao rei dispor de tôdas as somas legadas por testamento para o auxílio da Terra Santa; êle concedeu-lhe ainda o dinheiro que se podia obter de todos os que haviam recebido a cruz e que pediam para resgatar seu voto; o que produziu uma soma considerável, pois dava-se a cruz a todos e não se recusava a dispensa a ninguém.

Luís IX tudo fêz e aproveitou todos os recursos que tinha, como rei da França. Nessa época não se conheciam impostos regulares e os reis para sustentar o brilho do trono tinham apenas a renda de seus domínios. A fim de prover a tôdas as despesas, que êle estava obrigado a fazer, nessa ocasião, o rei recorreu ao impôsto a que chamavam de capitulação, e

que os suseranos, segundo os costumes feudais, exigiam de cada um dos seus vassalos em circunstâncias extraordinárias. Impuseram uma taxa aos burgueses da cidade e aos habitantes do campos. Segundo a opinião dos párocos, em cada paróquia, escolheram-se doze pessoas entre os homens de bem, que, depois de ter feito juramento de observar a mais perfeita igualdade, taxaram a cada qual segundo suas faculdades; êles mesmos não escaparam a essa lei. Não sòmente o uso autorizava o rei a pedir essa contribuição com relação à Cruzada, mas êle tinha ainda o direito, na ocasião, a uma cerimônia, então, muito importante, na qual seu filho mais velho, Filipe, devia ser recebido como cavaleiro. Assim o impôsto foi exigido em nome da cavalaria e em nome da religião; pagaram-no sem murmurações, porque Luís tinha confiado a sua exação a homens célebres pela honradez.

Quando Filipe recebeu a espada de cavaleiro, os franceses e principalmente os parisienses, manifestaram seu amor por Luís IX e por sua família com demonstrações públicas de regozijo. Cessou todo trabalho em Paris, durante vários dias. Todos haviam enfeitado a fachada de sua casa, com as mais ricas tapeçarias. Lâmpadas de diversas côres colocadas à noite em tôdas as janelas substituíam a luz do dia. O ar ressoava com clamores de alegria. Tôda a nobreza acorreu das províncias vizinhas para assistir aos espetáculos e às festas que se celebraram,

então, na capital. Mais de sessenta senhores receberam com o jovem príncipe a espada de cavaleiro das mãos do rei. As despesas dessas festas foram feitas ùnicamente pelo monarca. Nos torneios, combates de barreiras e jogos onde brilhavam a habilidade e a perícia dos valentes paladinos, a Cruzada não ficou esquecida. O legado do papa pronunciou na Ilha de São Luís, um discurso sôbre as desgraças da Terra Santa: todo o povo ficou vivamente impressionado com as exortações do prelado; uma multidão de cavaleiros e de guerreiros de tôdas as classes tomou a cruz. Assim Luís IX encontrava também nessa circunstância a ocasião de recolher, ao mesmo tempo, dinheiro para manter seu exército e soldados para a guerra santa.

Enquanto tôda a França ocupava-se com a expedição de além-mar, pregava-se a Cruzada em outras regiões da Europa. Um concílio reuniu-se em Nethampton, no condado do mesmo nome, onde a maior parte dos barões da Inglaterra veio ouvir as exortações do enviado da côrte de Roma. O conde de Leicester tinha sido morto numa batalha decisiva e a liga de que êle era chefe nada podia empreender contra a autoridade real. O filho mais velho de Henrique III, o príncipe Eduardo, cujo valor brilhante tinha vencido os rebeldes, quer porque a piedade de São Luís tivesse excitado seu zêlo, quer porque êle queria cumprir o voto que seu pai tinha tantas vêzes renovado, tomou a cruz das mãos do legado. Os

companheiros de suas vitórias e os senhores que êle tinha vencido seguiram-lhe logo o exemplo; êsse ardor belicoso que tinha por tanto tempo rasgado o ventre da pátria, voltou-se então contra os infiéis, e, o que não foi sem resultado honroso para um reino esgotado com tantas e longas calamidades, tôdas as paixões da guerra civil dirigiram-se então para a nova Cruzada. O mesmo ardor manifestou-se no reino da Escócia, onde João de Nailleul e vários senhores se alistaram sob as bandeiras da guerra no Oriente.

A Catalunha e Castela forneceram um grande número de cruzados; o rei de Portugal e Tiago, rei de Aragão, tomaram a cruz. Já uma filha do príncipe aragonês, Sancha, tendo feito uma peregrinação a Jerusalém, tinha morrido no Hospital de São João, depois de se ter devotado durante vários anos ao serviço dos doentes e dos peregrinos. Tiago tinha vencido os mouros, várias vêzes. Mas seus feitos contra os infiéis e a lembrança de uma filha mártir da caridade cristã, não sustentavam sua piedade contra as paixões mundanas e suas vergonhosas ligações com Berengária escandalizavam a cristandade.

O papa, ao qual êle comunicou seu desígnio de ir à Terra Santa, respondeu-lhe que Jesus Cristo não podia aceitar os serviços de um príncipe *que o crucificava todos os dias com seus pecados.* O rei de Aragão, por uma estranha reunião de sentimentos opostos, não quis, nem renunciar a Berengária, nem abandonar seu projeto de combater contra os infiéis no

Oriente. Renovou seu juramento em Toledo, numa grande assembléia à qual estavam presentes os embaixadores do cã dos tártaros e do rei da Armênia. Lemos numa dissertação espanhola das Cruzadas, que Afonso, o sábio, que não pôde partir para o Oriente, forneceu ao rei de Aragão um auxílio de cem homens, e 100.000 maravedis de ouro; a ordem de São Tiago e outras ordens da cavalaria que tinham muitas vêzes acompanhado o vencedor dos mouros nas suas batalhas, forneceram-lhe também dinheiro e homens. A cidade de Barcelona ofereceu-lhe 80.000 moedas barcelonenses; Maiorca, 50.000 moedas de prata, com dois navios equipados. A frota, composta de trinta grandes navios e de um grande número de outros nos quais haviam embarcado oitocentos homens de armas e vinte mil soldados de infantaria, partiu de Barcelona a 4 de setembro de 1268. Chegando na altura da Maiorca, foi dispersada por uma tempestade: uma parte dos navios chegou à Ásia, uma outra entrou nos portos da Sardenha; o navio onde estava o rei de Aragão foi atirado às costas do Languedoc.

A chegada a Tolemaida de cruzados aragoneses, comandados por um filho natural de Tiago, deu algumas esperanças aos francos da Palestina. Um enviado do rei de Aragão, segundo as crônicas orientais, dirigiu-se ao cã dos tártaros para comunicar-lhe que o monarca espanhol ia chegar com um exército. Mas, Tiago não chegou, quer porque ti-

vesse sido retido no Ocidente pelas palavras e pelos encantos de Berengária, quer porque a tempestade tivesse dispersado a frota onde êle se encontrava, mostrando-lhe que o céu se opunha à sua peregrinação. Tinham censurado sua partida, com a qual parecia que êle desprezava os conselhos da Santa Sé. Censuraram sua volta, que foi atribuída às suas vergonhosas inclinações. Murmurações surgiram também contra o rei de Portugal, que tinha arrecadado décimas e não deixara o reino.

Todos os que na Europa se interessavam pela cruzada, tinham então os olhos sôbre o reino de Nápoles, onde Carlos de Anjou fazia grandes preparativos para acompanhar seu irmão ao Oriente; mas êsse reino recentemente conquistado devia ser ainda teatro de uma guerra, ateada para a vingança e a ambição. Aconteceu no Estado de Nápoles e da Sicília, que freqüentemente mudava de senhor, o que acontece quase sempre depois de uma revolução: as esperanças enganadas mudaram-se em ódio; os excessos inseparáveis de uma conquista, a presença de um exército altivo pelas vitórias, o govêrno muito violento de Carlos, excitaram o povo contra o novo rei. Clemente IV julgou dever dar-lhe um aviso salutar. "Vosso reino, escrevia-lhe êle, a princípio esgotado pelos agentes de vossa autoridade, está agora devastado por vossos inimigos; assim a lagarta destruiu tudo o que o gafanhoto deixou. O reino de Nápoles e da Sicília teve muitos que o devastaram; onde

estão agora os que o defenderão?" Esta carta do papa anunciava as tempestades que estavam para desabar. Muitos dos que tinham eleito Carlos, com seus votos, lamentaram a casa de Suábia e levaram suas novas esperanças a Conradino, herdeiro de Frederico e de Conrado. Êsse jovem príncipe deixou a Alemanha com um exército e avançou para a Itália, fortificando-se em sua marcha com o partido dos gibelinos e todos os que a dominação de Carlos tinha irritado. Tôda a Itália estava em chamas e o papa, protetor de Carlos, retirou-se para Viterbo, não tendo mais para sua própria defesa, que os castigos da Igreja.

No entretanto, Carlos de Anjou reuniu tropas e veio contra seu rival. Os dois exércitos encontraram-se na planície de S. Valentim, perto de Aquila; o exército de Conradino foi feito em pedaços e o jovem príncipe caiu em poder do vencedor. A posteridade não perdoou a Carlos, ter abusado da vitória, a ponto de mandar decapitar seu inimigo, vencido e desarmado. Depois dessa execução a Sicília e o país de Nápoles foram entregues a todos os furores de um tirania invejosa e suspeitosa; violência chama violência, e os grandes crimes da política jamais vêm sòzinhos. Foi assim que Carlos se dispôs para a Cruzada; por outro lado, a providência preparava-lhe terríveis catástrofes: "Tanto é verdade, diz um historiador, que Deus dá muitas vêzes os reinos para

castigar àqueles que êle eleva como para castigar àqueles que êle submete."

1269. Enquanto estas cenas sangrentas se desenrolavam na Itália, Luís IX continuava a obra da paz pública e a Cruzada. O santo monarca não se esquecia de que a maneira mais segura de amenizar os males da guerra e os da ausência, era fazer boas leis. Fêz então vários decretos; cada um dêles era um monumento de sua justiça. A mais célebre de tôdas é a pragmática sanção; essa lei real, que tinha por objeto regular as eleições eclesiásticas, manter as antigas imunidades da Igreja e defender os direitos e os rendimentos do clero contra as pretensões e as intromissões do govêrno romano, tornou-se em seguida o fundamento das liberdades galicanas. Luís IX ocupava-se também de elevar êsse monumento de legislação, ao qual a posteridade deu seu nome e cujo espírito de sabedoria e de eqüidade serviu de modêlo e de luzes aos homens que nas idades seguintes resolveram reformar e melhorar as leis do reino.

O conde de Poitiers, que devia acompanhar seu irmão, procurava ao mesmo tempo pacificar suas províncias e fêz muitos decretos para manter a ordem pública. Ocupou-se principalmente em abolir a escravidão, tendo como máxima, dizia êle, *que os homens nascem livres, e que é sempre sensato fazer voltarem as coisas à sua origem*. O bom príncipe atraiu as bênçãos do seu povo e o amor de seus vas-

salos e garantiu a duração das leis que êle tinha feito.

Dissemos que o príncipe Eduardo, filho mais velho de Henrique III, tinha feito juramento de combater os infiéis; mas a Inglaterra, esgotada pelas guerras civis, não podia custear as despesas de uma expedição distante. Luís IX, que apreciava a bravura do jovem príncipe cruzado e o queria ter como companheiro de armas na guerra santa, foi em seu auxílio e comprometeu-se a fornecer-lhe emprestado 70.000 libras tornezas. Dessas 70.000 libras tornezas 25.000 deviam ser pagas a Gastão, visconde de Béarn, o qual tinha assumido o compromisso de seguir Eduardo à Cruzada. Como garantia da soma emprestada, o filho de Henrique III empenhava os rendimentos da Guiana, seus domínios particulares e dava além disso seu próprio filho como refém. Êle jurava ao mesmo tempo, que enquanto durasse a sua peregrinação *obedeceria ao rei da França de boa-fé, assim cada um dos barões do seu reino.*

Aproximava-se a época marcada para a partida da Cruzada. Por ordem do legado, os vigários, em suas paróquias, tinham tomado o nome dos cruzados para obrigá-los a usar pùblicamente a cruz e todos estavam avisados de se conservarem prontos para a partida, no mês de maio de 1270. Segundo o uso das Cruzadas, Luís fêz seu testamento: deixou a Inês, a mais nova de suas filhas, 10.000 francos para se casar e 4.000 à Rainha Margarida. O monarca

confiou a administração do reino, durante sua ausência, a Mateus, Abade de São Dionísio e a Simão, senhor de Nesle. Êle tinha escrito a todos os senhores que deviam segui-lo ao Oriente, para recomendar-lhes que reunissem seus cavaleiros e seus soldados. Como o entusiasmo religioso não era bastante potente para fazer esquecer os interêsses da terra, vários senhores que tinham tomado a cruz temeram arruinar-se na guerra santa; a maior parte hesitava em partir. Luís tomou o compromisso de lhes prover à sua custa, as despesas da viagem e mantê-los durante a guerra, o que não acontecera nas Cruzadas de Luís VII e de Filipe Augusto. Resta-nos um precioso monumento dessa época; é uma carta pela qual o rei da França determinava o que devia pagar a um grande número de barões e de cavaleiros durante todo o tempo que durasse a guerra de além-mar.

Cada um dos senhores a quem o rei concedia o sôldo, devia receber uma soma proporcionada ao número de cavaleiros que levava consigo. Êsse sôldo era dado por um ano, *o qual devia começar quando os cruzados tivessem chegado a terras sêcas do mar.* O rei devia pagar a metade da soma combinada *quando o ano começasse,* e a outra metade, *quando a primeira metade do meio ano tivesse passado. Se acontecesse que os cruzados aportassem a uma ilha mas ainda tivessem mar, atrás de si, o ano começaria quando êles tivessem chegado, para permanecer.* O arcebispo de Reims e o bispo de Lan-

gres, tinham cada um 11.000 libras, êles levavam sessenta cavaleiros, para cuja passagem o rei devia fornecer um navio. Notamos na lista, que temos sob os olhos, que as convenções não eram as mesmas para todos: vemos, por exemplo, Guilherme de Courtenay e Gilles de Mailly, receber um, por êle e por dez cavaleiros, *duas mil e duzentas libras;* o outro, com seus cavaleiros, sòmente, *três mil libras* e *a passagem assim como a volta de cavalos;* todos os dois deviam ter refeições na côrte e hospedagem do rei. *Vários não tinham cavaleiros e só recebiam cento e sessenta libras.* Segundo as contas manuscritas do *Trésor de Chartres,* o total dêsses soldos a que chamavam de *dons,* perfazia um total de 170.000 libras tornezas, despesa considerável se acrescentarmos o total da soma da alimentação para cento e trinta cavaleiros que deviam comer à mesa do rei e as despesas de transporte e de passagem para o séquito e as equipagens dos senhores e dos fidalgos.

No mês de março, Luís dirigiu-se à igreja de São Dionísio, onde recebeu os distintivos da peregrinação e pôs seu reino sob a proteção dos apóstolos da França. No dia que se seguiu a essa cerimônia religiosa solene, celebrou-se uma missa pela Cruzada, na igreja de Notre-Dame de Paris. O monarca lá estava, acompanhado por seus filhos e pelos personagens mais importantes da côrte. Êle tinha saído do palácio, descalço, levando a sacola e o bordão. No mesmo dia êle foi dormir em Vincennes, viu pela

última vez aquêles carvalhos antigos, à sombra dos quais êle se comprazia em distribuir a justiça aos seus súditos; foi ali que Luís se separou da Rainha Margarida, que jamais êle havia abandonado, separação tanto mais dolorosa, quanto lhe trazia cruéis recordações e essas recordações uniam-se aos mais tristes pressentimentos.

O povo e a côrte estavam tomados de tristeza. O pesar público tornava-se ainda maior, porque ninguém sabia para onde Luís ia, com a expedição: falava-se vagamente das costas da África. O rei da Sicília tinha tomado a cruz sem ter vontade de partir para a Ásia; e, quando nos conselhos deliberou-se a respeito da Cruzada, êle foi de opinião que se devia atacar Túnis. O reino de Túnis enchia o mar de piratas e fechava tôdas as passagens para a Palestina; era auxiliar do Egito e podia tornar-se o caminho para lá. Estas, as razões apresentadas; mas a verdadeira, e o que era importante para o rei da Sicília era conquistar as costas da África e não se afastar muito da Itália. A verdadeira razão para São Luís, a que determinou sem dúvida, se acreditarmos em Godofredo de Beaulieu, seu confessor, é que êle julgava poder converter o rei de Túnis, e conquistar um vasto país para a fé cristã. O príncipe muçulmano cujos embaixadores tinham vindo várias vêzes à França, tinha, êle mesmo, feito nascer esta idéia, dizendo que êle pedia para abraçar a fé e a religião de Jesus Cristo. O que êle tinha dito, talvez

para evitar uma invasão, foi precisamente o que lhe trouxe a guerra: Luís IX repetia muitas vêzes que consentiria em passar tôda a vida numa masmorra, sem ver o sol, se a êsse preço o rei de Túnis se convertesse com todo seu povo.

Enquanto Luís atravessava seu reino para se dirigir a Aigues-Mortes, onde devia embarcar o exército dos cruzados, por tôda a parte imploravam-se as bênçãos do céu para suas armas; o clero e os fiéis, reunidos nas igrejas, rezavam pelo rei, por seus filhos e por todos os que o seguiam. Rezava-se também pelos príncipes e pelo senhores estrangeiros que tinham tomado a cruz e prometiam vir ao Oriente, como se se quisesse, com isso, convidá-los a apressar a partida.

A maior parte não respondeu a êsse religioso apêlo. O rei de Castela, que tinha tomado a cruz, tinha pretensões à coroa imperial e não podia, além disso esquecer o suplício de seu irmão Frederico, imolado por Carlos de Anjou. Não sòmente os negócios do Império retinham os príncipes e os senhores alemães, mas também a morte do jovem Conradino, tinha de tal modo revoltado os espíritos na Alemanha, que ninguém naquele país teria querido combater sob as mesmas bandeiras que o rei da Sicília. Um tão negro atentado, cometido nos preparativos de uma guerra santa, parecia pressagiar grandes calamidades. Nessa disposição de espíritos, devia-se crer que o céu

estava irritado contra os cristãos e que sua maldição ia cair sôbre as armas dos cruzados.

Quando Luís chegou a Aigues-Mortes, lá não encontrou nem a frota genovesa nem os principais senhores que deviam embarcar com êle: os embaixadores de Paleólogo foram os únicos que não se fizeram esperar; pois em Constantinopla tinha-se sempre mêdo da cruzada e êsse temor era mais forte que o entusiasmo dos cruzados. Luís teria podido perguntar ao imperador grego por que, depois de ter prometido mandar soldados, mandava apenas embaixadores; mas êle que dava a maior importância à conversão dos gregos e que acreditava em sua boa-fé, contentou-se de tranqüilizar os embaixadores; e, como o papa Clemente IV acabava de morrer, êle mandou ao conclave alguns cardeais, para terminar a reunião das duas igrejas.

No entretanto os cruzados, levados pelas exortações reiteradas e pelo exemplo de S. Luís, puseram-se em marcha em tôdas as províncias dirigindo-se para os portos de Marselha e de Aigues-Mortes. Logo Luís viu chegar o conde de Poitiers com um grande número de seus vassalos; os principais senhores traziam a elite de seus cavaleiros e soldados; várias cidades tinham mandado também seus guerreiros. Cada tropa tinha sua bandeira e formava um corpo separado, trazendo o nome da cidade ou da província. Distinguiam-se no exército cristão os batalhões de Beuacaire, de Carcassona, de Châlons,

de Périgord, etc. Êsses nomes excitavam viva emulação, mas também deram motivo a questões que a sabedoria e a firmeza de Luís com dificuldade puderam acalmar. Chegaram cruzados da Catalunha, de Cantel e de várias províncias da Espanha. Quinhentos guerreiros da Frísia chegaram cheios de confiança num chefe como Luís IX, dizendo que sua nação sempre se orgulhara de obedecer aos reis da França.

O rei, antes de embarcar, escreveu ainda uma vez aos regentes do reino, para lhes recomendar a vigilância sôbre os costumes públicos, para livrar a França dos maus juízes e distribuir a todos, particularmente aos pobres, uma justiça pronta e inteira, a fim de que Aquêle que profere o julgamento dos homens, nada lhes tivesse a censurar. Tais as últimas despedidas de Luís à França.

Antes de embarcar, o piedoso monarca fêz uma peregrinação a Notre-Dame de Vauvert e a outros lugares célebres, então, por sua santidade. No mesmo dia da partida, estando prestes a subir ao navio, êle mandou chamar seus filhos Felipe, João e Pedro: "Vêde, disse êle, como, já velho, eu começo pela segunda vez uma viagem para além-mar, como deixo vossa mãe também idosa e meu reino em próspero estado. Vêde, como, pela causa de Jesus Cristo, não poupo minha velhice e como resisto à desolação de todos os que me são caros. Tudo sacrifico por Deus; riquezas, honras, prazeres; eu vos levo comigo, vós, meus caros filhos, bem como vossa irmã mais

velha; eu teria levado meu quarto filho, se êle fôsse mais crescido e tivesse mais idade." Dirigindo-se em seguida a Felipe, Luís acrescentou: "Eu quis dizer-vos estas coisas, a fim de que depois de minha morte e quando tiverdes subido ao trono, nada poupeis por Cristo e pela defesa de sua Igreja; queira o céu que jamais nem vossa espôsa nem vossos filhos, nem vosso reino, vos detenham na estrada da salvação. Quis dar-vos êste último exemplo a vós, a vossos irmãos, e espero que o seguireis se as circunstâncias vo-lo pedirem."

Depois das preces e das orações e cerimônias de costume a frota se pôs em movimento, a 4 de julho de 1270, e a 8 do mesmo mês chegou ao pôrto de Cagliari. Os habitantes da ilha da Sardenha aliados ou súditos de Pisa, ficaram espantados por ver na frota o pavilhão genovês, com cuja república estavam em guerra: recusaram receber qualquer navio em seu pôrto e as mensagens pacíficas de S. Luís puderam conseguir apenas a permissão de desembarcar os doentes e comprar provisões.

A frota esperou durante oito dias que os navios dispersos pelos ventos viessem juntar-se a êles. Foi na baía de Cagliari que o rei da França e seus barões reuniram um último conselho, para saber em que lugar e como, êles abordariam em terras dos infiéis. Tinham, sem dúvida, deliberado antes dessa época a respeito da expedição; mas, o que parece

certo, é que a resolução que tinha sido tomada era sòmente conhecida pelos chefes principais.

As crônicas do tempo falam pouco dessa última deliberação, tanto a indiferença a êsse respeito era grande. E' provável que vários cavaleiros se opuseram ao projeto de levar a guerra às terras de um príncipe que nenhum mal tinha feito aos cristãos, enquanto se deixava em paz o soberano do Egito e da Síria, o mais cruel flagelo das colônias cristãs. Alguns barões, e bispos, principalmente, tiveram que recordar à assembléia que, tomando a cruz, os peregrinos tinham feito voto de ir à terra santa, e não às paragens desertas da África. Nossos leitores ainda não se esqueceram do que se passou na quinta cruzada: êles puderam ver, como nós, o ardor obstinado com o qual um grande número de senhores e de eclesiásticos se insurgiram contra o projeto de marchar contra Bizâncio e a severidade inflexível do chefe da Igreja, para com os cruzados, que, — *olhando à direita e à esquerda,* — tinham-se esquecido do caminho de Jerusalém: há muito tempo, não se via mais algo de semelhante na direção das guerras santas e o pensamento de libertar os muros de Sião era apenas uma circunstância acessória das expedições de além-mar. Nas cruzadas precedentes os peregrinos já tinham levado suas armas ao Egito; Luís IX mesmo, antes de visitar os santos lugares, tinha querido desfraldar o estandarte da cruz nas margens do Nilo. Agora, levado pelas insinuações do rei da Sicília e pela esperança de converter um

príncipe muçulmano, êle adotava, com os barões, o projeto de sitiar Túnis e julgava fazer coisa agradável a Deus, desembarcando nas ruínas de Cartago.

Na costa ocidental da África, em frente à Sicília, encontra-se a península descrita por Estrabão, cuja circunferência é de trezentos e quarenta estádios ou quarenta e duas milhas. Essa península avança para o mar entre dois golfos, um dos quais, ao ocidente, oferece um pôrto bem cômodo; o outro, entre o oriente e o sul, comunica por meio de um canal com um lago, que se estende por três léguas, ao qual os geógrafos modernos chamam de *Goulette.* — Aí estava construída a rival de Roma, cujas muralhas se estendiam sôbre as duas margens do Oceano. As conquistas dos romanos, as devastações dos vândalos, não tinham podido destruir completamente essa florescente cidade; mas, no século sétimo, invadida e devastada pelos sarracenos, não era mais que um amontoado de ruínas: uma aldeia, no pôrto, chamada —*Marza,* — uma tôrre na ponta do cabo, um castelo muito forte, sôbre a colina de Byrsa, eis o que restava daquela cidade que reinou por tanto tempo nas costas da África, que tantas vêzes ameaçou a Itália e cujas frotas cobriam todo o Mediterrâneo.

A cinco léguas dali, para o oriente e para o sul, um pouco além do gôlfo e do lago — *Goulette* —, havia uma cidade, chamada na antiguidade de — *Tynis* ou *Tynissa,* —, e agora, Túnis, da qual Cipião se apoderou, antes de atacar Cartago. Túnis

tinha aumentado, com a ruína das outras cidades, e no século décimo terceiro ela rivalizava por sua riqueza e sua população, com as cidades mais florescentes da África. Contavam-se aí dez mil casas, três grandes arrabaldes; os despojos das nações, os produtos de um comércio imenso, tinham-na enriquecido; tudo o que a arte das fortificações pode inventar, tinha sido empregado para defendê-la e impedir-lhe a invasão.

A costa onde se erguia Túnis foi teatro de numerosas revoluções das quais os antigos historiadores nos deixaram a descrição; mas a história moderna não consagrou, do mesmo modo, as revoluções dos sarracenos. Podemos muito mal seguir em sua marcha, os bárbaros, que chantaram sôbre tantas ruínas o estandarte do islamismo. Tudo o que se sabe de positivo, é que Túnis, por muito tempo unida ao reino de Marrocos, dêle se havia separado sob um príncipe belicoso, cujo terceiro sucessor reinava no tempo de S. Luís.

A frota genovesa deixou a baía de Cagliari a 15 de julho, chegou a 17 à vista de Túnis. Vendo aquêle formidável aparato de guerra, os habitantes da costa da África ficaram tomados de espanto e de temor. Se acreditarmos em Makrisi, o príncipe de Túnis mandou ao rei da França um embaixador encarregado de lhe lembrar a amizade que sempre haviam demonstrado recìprocamente. O mesmo historiador acrescenta que o embaixador muçulmano ofereceu a Luís IX oitenta mil peças de ouro e que o monarca aceitou o presente, sem renunciar aos seus

projetos. Quando a frota se aproximou da costa, tudo o que estava na margem de Cartago fugiu para as montanhas ou para Túnis: alguns navios que estavam no pôrto ficaram abandonados. O rei ordenou a Florêncio de Verennes que desempenhava as funções de almirante, que descesse numa chalupa e fôsse fazer um reconhecimento em terra. Varennes não encontrou ninguém no pôrto, nem nas margens do Oceano. Êle mandou dizer ao rei, que não tinha tempo a perder e que era preciso aproveitar-se da consternação dos inimigos. O leitor lembra-se de que, na expedição precedente, haviam-se precipitado no que se referia ao desembarque nas costas do Egito; desta vez, não quiseram arriscar-se. Era então a juventude que dirigia a guerra; agora era a velhice e a idade madura. Resolveram esperar o dia seguinte.

No dia seguinte, ao raiar da aurora, a costa estava coberta de sarracenos entre os quais viam-se muitos homens a cavalo. Os cruzados não se puseram menos em condições de abordar; à aproximação dos cristãos, a multidão dos infiéis desapareceu, o que foi um grande favor do céu, pois, segundo uma testemunha ocular, a desordem era tão grande, que cem homens teriam sido suficientes para deter todo o exército.

Depois que o exército cristão desembarcou, colocou-se em ordem de batalha na margem e segundo as leis da guerra, Pedro de Condet, capelão do rei,

leu em voz alta uma proclamação, pela qual os vencedores tomariam posse do território. Essa proclamação, que Luís IX tinha redigido êle mesmo, começava com estas palavras: "Eu vos leio a proclamação de Nosso Senhor Jesus Cristo e de Luís, rei da França, seu servo."

Desembarcaram as bagagens, as provisões e as munições de guerra. Uma vasta cêrca de defesa foi traçada; ali ergueram as tendas dos soldados cristãos. Enquanto se cavavam os fossos e se erguiam as muralhas de defesa para abrigar o exército em caso de um ataque imprevisto, apoderaram-se da tôrre construída na ponta do cabo. No dia seguinte quinhentos marinheiros, desfraldaram o estandarte da flor-de-lis no castelo de Cartago. O arrabalde de Marza, que estava próximo do castelo, também caiu em poder dos cruzados. Lá deixaram os enfermos e o exército ficou nas tendas.

Numa carta escrita a Mateus, abade de S. Dionísio, Luís IX conta os primeiros acontecimentos de uma guerra onde tantos reveses aguardavam os cruzados. "Nós chegamos a Túnis, diz o piedoso monarca, na quinta-feira antes da festa de Santa Maria Madalena; na sexta-feira desembarcamos sem obstáculo algum; depois de ter desembarcado nossos cavalos, avançamos até a antiga cidade, que se chama Cartago e aí erguemos nosso acampamento. Temos em nossa companhia nosso irmão Afonso, conde de Poitiers e de Tolosa, nossos filhos Felipe, João e

Pedro, nosso sobrinho Roberto, conde de Artois, e nossos outros barões. Nossa filha, a rainha da Navarra, as espôsas e outros príncipes, os filhos de Felipe e do conde de Artois estão em navios, não longe de nós. Gozamos todos, graças a Deus, de perfeita saúde. Adiantamo-vos que depois de nos têrmos provisto de todo o necessário, com o auxílio de Deus, tomamos de assalto a cidade de Cartago, onde vários sarracenos foram passados a fio de espada."

Luís IX esperava ainda a conversão do rei de Túnis; mas essa piedosa ilusão não tardou a se desvanecer. O príncipe muçulmano mandou embaixadores ao rei, para lhe dizer que êle viria procurá-lo à frente de cem mil homens, e lhe pediria o batismo no campo de batalha; o rei Mouro acrescentava que tinha feito prender todos os cristãos que se encontravam em seu território e que êles seriam todos massacrados se o exército cristão viesse atacar a capital.

As ameaças e as vãs bravatas do príncipe de Túnis não podiam mudar o projeto da cruzada. Os mouros além disso não inspiravam temor e não escondiam o terror que lhes causava sòmente a presença dos cruzados. Não ousando jamais enfrentar o inimigo, seus bandos, ora esparsos, erravam em redor do exército cristão e procuravam atacar os que se afastavam do acampamento; ora reunidos, atacavam os postos avançados, lançavam flechas, mostravam seus sabres desembainhados, a rapidez de seus cavalos faziam-nos escapar à perseguição dos cristãos. Muitas vêzes

recorreram à traição: três dentre êles vieram ao acampamento dos cruzados e disseram que queriam abraçar a fé cristã; cem outros seguiram-nos com a mesma intenção. Foram recebidos de braços abertos, mas êles caíram sôbre os franceses, de espada na mão, sendo logo cercados, por um grande número, que mataram alguns e afugentaram os outros. Os três primeiros, lançando-se de joelhos, imploravam a compaixão dos chefes. O desprêzo que se tinha por semelhantes inimigos fê-los obter graça; êles foram atirados para fora do acampamento.

Por fim, o exército muçulmano, encorajado pela inação dos cristãos, apresentou-se várias vêzes na planície. Nada era mais fácil do que atacá-lo e vencê-lo. Mas Luís tinha resolvido ficar na defensiva e esperar, para começar a guerra, a chegada do rei da Sicília: resolução funesta, que perdeu tudo, pois o monarca siciliano, que tinha aconselhado aquela infeliz expedição, devia terminar com seu atraso, o mal que já tinha feito com seus conselhos.

Preparava-se o Egito para impedir a invasão dos francos e desde os primeiros dias de agôsto, Bibars anunciava com seus mensageiros que ia marchar em socorro de Túnis. As tropas que o sultão do Cairo mantinha na província de Barca, (Cirenaica) receberam ordem de se pôr em marcha. O príncipe de Túnis, que tinha o título de califa ou comandante dos crentes, tinha chamado a todos os muçulmanos do reino de Marrocos e das províncias da Mauri-

tânia para a defesa do islamismo. Assim o exército muçulmano podia receber numerosos reforços, enquanto os cruzados não tinham esperança alguma de encontrar auxiliares nas costas da África. Lembramonos de que nas primeiras cruzadas uma multidão de cristãos corria à presença dos franceses e lhes trazia socorros; aqui os cruzados não viam em redor de si, que uma população miserável, a qual fugia à sua presença. Alguns cristãos dispersos pela costa, viviam no temor e na servidão, e não ousavam visitar seus irmãos do Ocidente, nem saudar as bandeiras da guerra santa.

Tudo o que os cruzados viam naquela terra estranha aguçava-lhes a curiosidade e só os enchia de tristeza em vez de animá-los e enchê-los de entusiasmo. Nenhum cavaleiro, nem mesmo os clérigos que acompanhavam a cruzada, tinham saber bastante para interrogar as ruínas, dispersas, aos seus passos; só sabiam uma coisa, isto é, que tinham chegado, como escrevia Luís IX, a uma cidade, — *e que se chamava Cartago.*

Acampados entre as ruínas da mais alta antigüidade, em lugares que lembravam ainda aos viajantes europeus as pessoas de Dido e de Aníbal, os senhores e os barões do país da França, tinham seus pesares e seus pensamentos voltados para os torreões góticos e os melhores castelos e mansões que haviam deixado no Ocidente. Mal se sabia no exército cristão que nos primeiros séculos da Igreja a palavra de Jesus Cristo

se havia feito ouvir em Cartago, na Útica, Hipona, e que tôdas as cidades da costa da África tinham visto ilustres apóstolos de Deus, santos doutôres e numerosos mártires da fé.

Uma região outrora tão fértil, agora era apenas solidão, onde mal cresciam algumas oliveiras. Os aquedutos que tinham sido erguidos ao longe, para encher as cisternas, cobriam então a terra com seus restos esparsos; os soldados de Luís IX não encontraram nem bosques verdejantes, nem grutas frescas, nem as cascatas límpidas que, segundo a narração poética de Virgílio, consolaram os pastôres do piedoso Enéias. Desde os primeiros dias de sua chegada, os cruzados sentiram falta de água; como alimento só tinham carne salgada. Os soldados não podiam suportar o clima da África; sopravam ventos, vindos da zona tórrida, pareciam fogo devorador. Os sarracenos, nas montanhas vizinhas, levantavam a areia com certos instrumentos e a poeira se dirigia em nuvens inflamadas para a planície onde os cristãos estavam acampados. Por fim, a disenteria, doença perigosa, num país quente, causava graves perdas entre as tropas. A peste, que parecia nascer por si mesma, naquela areia árida, tinha também trazido seu contágio ao exército cristão.

Estava-se com armas na mão, dia e noite, não para combater os inimigos, que sempre fugiam, mas se defenderem contra alguma surprêsa. A maior parte dos cruzados morria de cansaço, de fome e de

doenças. Os franceses tiveram logo que lamentar a morte de Bouchard, conde de Vendome, do conde da Marca, Gauthier de Nemours, dos senhores de Montmerency de Bienne, de Brissac, Guy de Apresmont, Raul, irmão do conde de Soissons. Não se podia enterrar os mortos por falta de meios: as sepulturas estavam cheias de cadáveres misturados confusamente, o que aumentava a corrupção do ar e o espetáculo da desolação geral.

No entretanto, Olivério de Thermes, gentil-homem de Languedoc vindo da Sicília, disse ao rei que o rei Carlos, estava prestes a embarcar com um exército. Essa notícia foi recebida com alegria, mas não acalmou de nenhum modo os males que os cruzados sofriam. O calor tornava-se excessivo; a falta de água, a má alimentação, a doença que continuava a sua devastação, a tristeza de se verem enfermos num acampamento sem poder combater, tirava-lhes por completo o ânimo e infundia o maior desalento na alma dos soldados e dos chefes. Luís procurava animá-los, com suas palavras e com seu exemplo; mas êle caiu também doente de disenteria. O príncipe Felipe, o duque de Nevers, o rei da Navarra, o legado, sentiram todos, os efeitos do contágio. O duque de Nevers, cognominado Tristão, nascido em Damietta, durante o cativeiro do rei era muito amado pelo pai; o jovem príncipe ficava na tenda com Luís IX mas, prestes a sucumbir pela doença, transportaram-no a um navio. O monarca

pedia sem cessar notícias do filho; os que o rodeavam conservavam-se em silêncio. Por fim, disseram-lhe que o duque de Nevers tinha morrido: Luís não pôde reter as lágrimas. Pouco tempo depois o legado do papa também morreu, vivamente lamentado por todo o clero e pelos soldados da cruz, que o consideravam como seu pai espiritual.

Apesar dos sofrimentos, apesar das tristezas, Luís IX ocupava-se sempre do exército. Enquanto teve fôrças, deu ordens, dividindo seu tempo entre os deveres de um cristão e os de um monarca. Por fim a febre recrudesceu; não podendo mais entregar-se aos cuidados do exército, nem aos exercícios de piedade, êle mandou colocar uma cruz, diante de si e estendendo as mãos, implorava sem cessar, em silêncio, aquêle que tinha sofrido por todos os homens.

Todo o exército estava penalizado; os soldados choravam; pedia-se ao céu a vida de um tão bom príncipe. No meio da desolação geral, Luís pensava no cumprimento das leis divinas e nos destinos da França. Felipe, que devia sucedê-lo no trono, estava em sua tenda; êle mandou-o aproximar-se de seu leito e com voz débil, deu-lhe conselhos sôbre a maneira de governar o reino de seus antepassados. As instruções que lhe deu encerravam as mais belas máximas da religião e da realeza. O que as tornou para sempre dignas do respeito da posteridade, foi que elas tinham a autoridade de seu exemplo e recordavam

tôdas as virtudes de sua vida. Depois de ter recomendado a Felipe que respeitasse e fizesse respeitar a religião e seus ministros, que temesse sempre e acima de tudo a ofensa de Deus: "Meus caros filhos, dizia êle, sêde caridosos e misericordiosos para com os pobres e para com todos os que sofrem". "Se subirdes ao trono, dizia êle, mostrai-vos digno, por vosso proceder, de receber a santa unção com que são sagrados os reis da França... Quando fordes rei, mostrai-vos justo em tôdas as coisas e nada possa jamais vos afastar do caminho da verdade e da retidão... Se a viúva ou os órfãos lutarem diante de vós, com um homem poderoso, declarai-vos pelo fraco, contra o forte, até que a verdade seja conhecida... Nos negócios em que vós mesmos estiverdes interessado, sustentai, primeiro a causa de outrem, pois se não agirdes dêsse modo, vossos conselheiros não hesitariam em falar contra vós, o que não deveis querer... Meu caro filho, se eu vos recomendo principalmente evitar a guerra com todo povo cristão, se estiverdes reduzido à necessidade de fazê-la, cuidai, pelo menos, que o povo pobre, que não tem culpa seja excluído de qualquer prejuízo... Reuni todos os esforços para apaziguar as dissensões, se surgissem no reino, pois nada agrada mais a Deus, do que o espetáculo da concórdia e da paz... Não vos descuideis de nada, para que haja nas províncias bons magistrados e bons prepostos... Dai de boa vontade o poder a homens que dêle saibam bem usar e casti-

gai os que dêle abusarem; pois se deveis odiar o mal nos outros, por mais forte razão naqueles que recebem de vós a autoridade. Sêde equitativo na cobrança do dinheiro público, sensato e moderado em seu emprêgo; guardai-vos das loucas despesas, que levam a taxas injustas; corrigi com prudência o que é defeituoso nas leis do reino. Mantende com lealdade os direitos e as regalias que vossos predecessores vos deixaram quanto mais vossos súditos forem felizes, tanto mais vós sereis grande; quanto mais vosso govêrno fôr irreprochável, tanto mais vossos inimigos temerão atacá-lo.

Luís deu vários outros conselhos a Filipe sôbre o amor que êle devia a Deus, ao povo e à família; depois abrindo todo seu coração, fêz ouvir a linguagem de um pai que vai se separar de um filho, ao qual ama ternamente. "Eu te dou, disse-lhe êle, tôdas as bênçãos que um pai pode dar ao seu querido filho. Eu te rogo que me ajudes com missas e orações, e que eu tenha parte em tôdas as tuas boas obras. Rogo a Nosso Senhor Jesus Cristo que por sua grande misericórdia te guarde de todos os males e não permita que faças coisa alguma contra sua vontade; e, depois desta vida mortal, nós possamos vê-lo, amá-lo e louvá-lo juntos, nos séculos dos séculos."

Quando pensamos que estas palavras eram pronunciadas nas costas da África, por um rei da França, ao expirar, experimentamos uma mistura de surprêsa e de comoção, de que os espíritos mais frios e mais in-

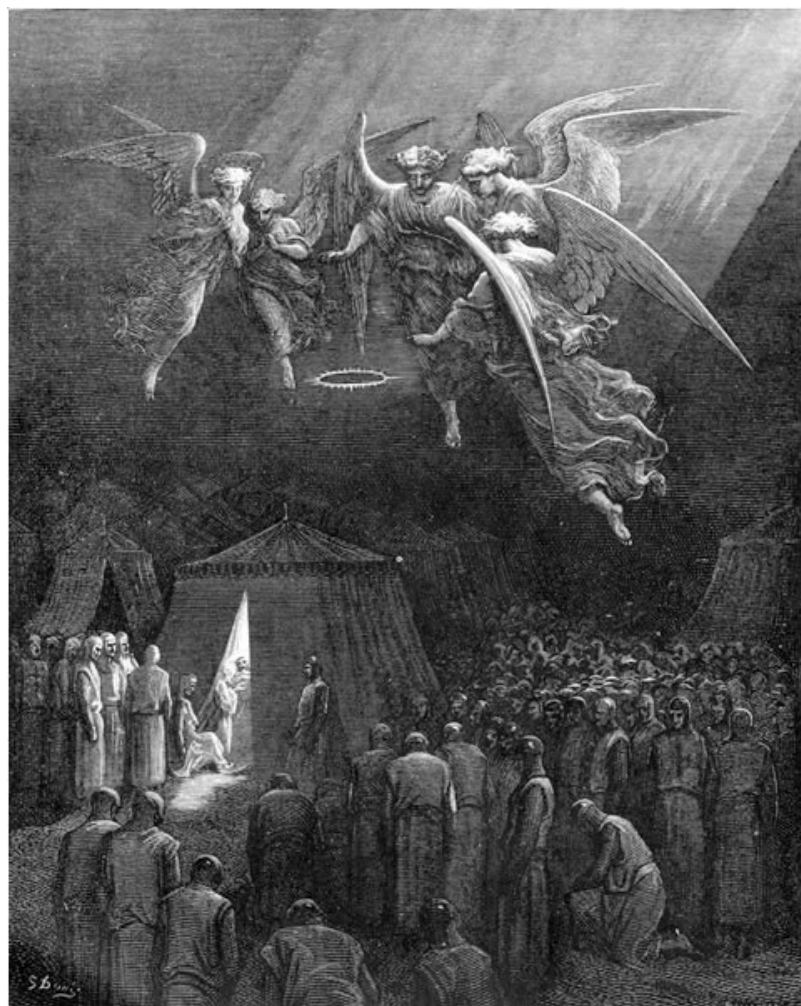
diferentes não se poderiam eximir. Que se julgue do efeito que produziram na alma de um filho desolado. Filipe as ouviu com uma dor respeitosa e quis que elas fôssem transcritas fielmente para tê-las diante dos olhos durante tôda a vida.

Luís dirigiu-se em seguida à filha, a rainha da Navarra, que derramava lágrimas aos pés do leito; numa instrução que tinha preparado para ela, lembrou-lhe os deveres de uma rainha e de uma espôsa: êle recomendou-lhe sobretudo que tivesse cuidado do marido que estava enfêrmo, e, não se esquecendo das mínimas circunstâncias, aconselhou ao rei da Navarra que pagasse, à sua volta à Champanha, suas dívidas antes de reconstruir o convento das Cordeliers de Provins.

Essas paternas instruções foram as últimas palavras que Luís dirigiu aos filhos; depois, não mais os viu. Os embaixadores de Miguel Paleólogo acabavam de chegar ao exército cristão. O rei consentiu em recebê-los. No estado em que se encontrava, Luís não podia julgar nem as falsas promessas dos gregos, nem as apreensões e a política enganadora de seu imperador; êle não se ocupava mais das coisas da terra. Limitou-se a expressar votos para que a reunião das duas igrejas pudesse, por fim, se realizar e prometeu aos embaixadores que seu filho Filipe, faria para isso tudo o que pudesse. Êsses embaixadores eram Meliteniote, arcediago da capela Imperial e o célebre Vechus, chanceler da igreja de

Constantinopla. Ficaram tão comovidos com as palavras e as virtudes do santo Rei, que se dedicaram em seguida com todo o ardor à reunião e acabaram ambos, vítimas da política dos gregos.

Depois dessa entrevista, Luís só quis pensar em Deus e ficou sòzinho com seu confessor. Seus capelães rezaram as orações da igreja, às quais êle respondia. Depois recebeu o Santo Viático e a Extrema-unção. "Desde Domingo, na hora de nona, diz uma testemunha ocular, até segunda-feira, à hora de têrça, sua bôca não deixou, nem de dia, nem de noite, de louvar a nosso Senhor e de rezar por aquêles que para ali êle tinha conduzido." Ouviram-no repetir estas palavras do profeta-rei: "Fazei Senhor que possamos desprezar a prosperidade do mundo e enfrentar a adversidade." Êle dizia também em voz alta êste versículo, de um outro salmo: Deus, dignai-vos santificar vosso povo e velar por êle! Algumas vêzes êle invocava São Dionísio, que tinha muitas vêzes invocado nos campos de batalha e pedia-lhe seu celeste auxílio para aquêle exército que ia ficar sem chefe. Na noite de domingo para a segunda-feira, ouviram-no pronunciar duas vêzes a palavra *Jerusalém;* depois êle acrescentava: — *Iremos a Jerusalém.* — Seu espírito pensava sempre na guerra santa. Talvez naquele momento êle via a Jerusalém celeste, a última pátria do homem justo.

Às nove horas da manhã, do dia 25 de agôsto, perdeu o uso da fala; mas olhava ainda para todos

A noite de 25 de agôsto de 1270 (Morte de São Luís).

com *bondade*. Seu rosto era calmo e via-se que sua alma se dividia, entre as mais puras afeições da terra e os pensamentos da eternidade. Percebendo que a morte se aproximava, mandou que o colocassem, cingido de um cilício, sôbre um leito de cinzas. "Entre a hora de têrça e a de meio-dia, pareceu adormecer, e ficou com os olhos fechados durante uma meia hora ou mais." Depois reanimou-se um pouco, abriu os olhos e olhou para o céu, dizendo: "Senhor! — Entrarei em vossa casa e vos adorarei no vosso santo tabernáculo." Morreu às três horas da tarde.

Nós falamos da dor profunda que se apoderou dos cruzados quando Luís caiu doente. Não se via um só chefe ou soldado que não esquecesse seus próprios males, para pensar sòmente na enfermidade do rei. A tôdas as horas do dia e da noite, êsses fiéis guerreiros corriam para junto da tenda do monarca, e, quando viam o ar triste e consternado dos que de lá saíam, retiravam-se com os olhos voltados para a terra e a alma cheia de sombrios pensamentos. Por fim, quando a desgraça que todos temiam foi anunciada ao exército os guerreiros franceses entregaram-se ao desespêro; êles viam na morte de Luís o sinal de tôdas as calamidades e perguntavam entre si mesmo que chefe os reconduziria à pátria. No meio dos gemidos e dos soluços ouviram-se vivas lamentações contra os que tinham aconselhado aquela ex-

pedição e principalmente contra o rei da Sicília, que se acusava de todos os desastres da guerra.

No mesmo dia da morte do rei, Carlos de Anjou desembarcou com seu exército perto de Cartago. As trombetas e os instrumentos de guerra fizeram-se ouvir na praia. Mas um silêncio triste reinava no acampamento dos cruzados e ninguém compareceu ao desembarque dos sicilianos, que eram esperados com tanta impaciência. Tristes pressentimentos apoderaram-se de Carlos; êle avançou com os soldados e correu à tenda do rei que encontrou estendido sôbre a cinza. O rosto de S. Luís estava pouco alterado, tanto sua morte fôra tranqüila. Carlos prostrou-se-lhe aos pés derramando lágrimas, chamando-o ora de irmão, ora de senhor. Ficou muito tempo nessa posição, sem ver a ninguém dos que o rodeavam, dirigindo-se a Luís como se êle ainda vivesse e censurando-se com desespêro, de não ter ouvido, nem recolhido, as últimas palavras do mais terno dos irmãos e do melhor dos reis.

Os restos mortais de Luís foram postos em duas urnas funerárias. As entranhas do santo rei ficaram com Carlos de Anjou que as mandou a Montreal. O monumento fúnebre que encerrava essas preciosas relíquias, estêve a princípio, colocado no côro da catedral dessa cidade; estava adornado com mosaicos, tendo as armas da França. Quatro bases de pedra que sustentavam o sepulcro, são hoje os únicos vestígios do primeiro monumento. A tumba que en-

cerrava suas entranhas, foi mudada varias vêzes e substituída. Desde o comêço do século dezesseis, um altar de mármore branco, erguido pelo arcebispo dom Luís de Tôrres, na extremidade da nave esquerda da catedral, encerra os restos sacros do rei da França. Abaixo da mesa do altar, podem-se ver um dos lados do túmulo sôbre o qual está gravada a inscrição seguinte, meio destruída pelos séculos:

> HIC SUNT TUMULATA VISCERA ET CORPUS LUDOVICI REGIS FRANCIAE QUI OBIIT APUD TONISIUM ANNO DOMINICAE INCARNATIONIS 1270, MENSE AGUSTO 25.

(Aqui estão sepultadas as entranhas e o corpo de Luís rei da França, que morreu em Túnis, no ano de 1270, da Encarnação do Senhor, no dia 25 de agôsto).

Essa inscrição diz erradamente que o sepulcro da Catedral de Montreal encerra o corpo de S. Luís: as vísceras sòmente, do rei, ali foram depositadas. Filipe guardou os ossos e o coração do santo monarca. O jovem príncipe queria mandá-los à França, mas os chefes e os soldados não consentiram em se separar do que lhes restava de tão bom monarca. A presença dêsses sagrados restos no meio dos cruzados, parecia-lhes uma salvaguarda contra novas desgraças e o meio mais seguro de atrair sôbre o exército cristão a proteção do céu.

Filipe estava sempre enfêrmo e sua doença causava ainda maiores inquietações. O exército considerava-o como digno sucessor de Luís e o afeto que se tinha pelo pai, era agora dirigido ao filho. Êle recebeu, no meio do pesar público, a homenagem e o juramento dos chefes, dos barões e dos senhores. Seu primeiro cuidado foi confirmar a regência e tudo o que seu pai tinha estabelecido na França antes da partida. Godofredo de Beaulieu, Guilherme de Chartres e João de Mons, um confessor e os outros dois, capelães do falecido rei, foram encarregados de levar as ordens de Filipe ao Ocidente. Entre as cartas que êsses religiosos levaram à França, a história conservou a que era endereçada ao clero e a — *todos os homens de bem do reino*. Depois de ter narrado as dificuldades, os perigos e a morte de Luís IX, o jovem príncipe pedia a Deus a graça de seguir as pegadas de tão bom pai, de cumprir suas sagradas ordens e de pôr em prática seus conselhos. Filipe terminava a carta que foi lida em voz alta em tôdas as igrejas, suplicando aos eclesiásticos "e aos fiéis que elevassem ao Rei dos Reis suas orações e suas ofertas por aquêle príncipe, dos quais tinham conhecido o zêlo pela religião e a terna solicitude pelo reino da França, que êle amou como a menina dos olhos."

Enquanto o desespêro reinava entre os cristãos, os muçulmanos entregavam-se à esperança e à alegria. Agradeciam ao Profeta por tê-los libertado do mais poderoso dos seus inimigos. O povo mouro

repetia com entusiasmo supersticioso, alguns versos árabes nos quais se predizia a morte de Luís IX, no primeiro dia de sua chegada às costas da África. "Ó rei dos francos, (êste o sentido dos versos proféticos), Túnis é a irmã do Cairo. As calamidades que te oprimiram nas margens do Nilo te esperam nas costas da Mauritânia; ali encontrarás a casa de *Lokman* que te servirá de sepultura e os dois anjos da morte, *Moukir* e *Nakir*, substituirão tua pessoa pelo eunuco *Sabih*." Os infiéis viam um milagre do céu na realização dessa predição e a história oriental não se descuidou em nos transmitir o texto da profecia.

No entretanto o rei da Sicília tomou o comando do exército cristão e resolveu prosseguir a guerra. As tropas que êle tinha trazido mostravam-se impacientes por combater. Os franceses tiveram que procurar de boa mente uma distração para o seu pesar no campo de batalha. A doença que desolava o exército parecia ter suspendido seus efeitos e os soldados, por muito tempo presos ao acampamento, sentiam-se com mais vigor ante os perigos da guerra. Travaram-se vários combates em redor do lago da *Goulette*, de que se queriam apoderar, para se aproximar de Túnis. Os mouros que, poucos dias antes, ameaçavam os guerreiros cristãos de exterminá-los, ou de escravizá-los, não puderam resistir por muito tempo ao embate de suas armas. Muitas vêzes os besteiros eram suficientes para dispersar a inumerável multi-

dão. Uivos horríveis, ruídos de címbalos e de outros instrumentos anunciavam sua aproximação; nuvens de areia, partindo dos altos dos montes próximos, anunciavam sua retirada e encobriam-lhe a fuga. Em dois combates foram atingidos e deixaram um grande número de homens mortos na planície; uma outra vez seu acampamento foi tomado e saqueado. O soberano de Túnis não podia mais contar com seu exército para a defesa de seu território. Êle mesmo não dava aos soldados exemplo de bravura: ficava contìnuamente encerrado em grutas subterrâneas para se esquivar aos raios mais ardentes do sol e aos perigos dos combates. Impelido pelo temor, só via a salvação para si e para os seus, aceitando a paz: resolveu comprá-la a preço de todos seus tesouros. Seus embaixadores vieram várias vêzes ao exército cristão, encarregados de fazer propostas e principalmente de convencer o rei da Sicília, com suas brilhantes promessas.

Quando a notícia destas negociações se espalhou no acampamento dos cruzados, nasceram opiniões diferentes. Os soldados, aos quais havia-se prometido o saque de Túnis, queriam continuar a guerra. Alguns dos chefes, aos quais haviam-se dado outras esperanças, não mostravam o mesmo ardor que os soldados. Pela morte de Luís IX e do legado apostólico, a cruzada tinha perdido seu principal móvel e aquela fôrça moral que animava a todos. O espírito dos cruzados, que ninguém dirigia, impelido por mil paixões diversas, flutuava hesitante e essa incerteza

devia, por fim, manter o exército na inação e fazer abandonar-se a guerra. Filipe desejava voltar à França, onde o chamavam os negócios do reino. A maior parte dos senhores e dos barões franceses começava a desejar o regresso à pátria. Consentiram, por fim, deliberar sôbre as propostas pacíficas do rei de Túnis.

No conselho, aquêles, aos quais não se havia feito promessa alguma e que não se sentiam tão impacientes como os outros por deixar as costas da África, foram de opinião que se devia continuar a guerra. "Fôra, diziam êles, para a conquista de Túnis, que Luís havia desembarcado em Cartago e que o exército cristão tinha sofrido tantos males. Que lhes restava fazer de melhor para honrar a memória de Luís e de tantos franceses, mártires como êle de seu zêlo e de sua fé, que continuar e terminar-lhes a obra? Tôda a cristandade sabia que os cruzados ameaçavam Túnis, que os mouros fugiam à sua aproximação e que a cidade se preparava para lhes abrir as portas. Que diria a cristandade, sabendo que os cruzados tinham fugido diante dos vencidos e se haviam furtado à sua própria vitória?"

Os que eram de opinião que se devia fazer a paz, respondiam que não se tratava sòmente de entrar em Túnis, mas também de conquistar o país, o que não se podia fazer exterminando a população. "Além disso, diziam êles, a continuação do cêrco enfraqueceria muito o exército cristão. Aproxima-

va-se o inverno, quando era difícil encontrar víveres, quando as chuvas contínuas causariam talvez mais doenças que o excessivo calor. A tomada de Túnis não era o principal objeto da cruzada; era preciso fazer a paz, em condições vantajosas, para se terem os meios de, em seguida, levar a guerra aonde as circunstâncias o exigissem".

Os chefes que falavam assim eram os mesmos que tinham aconselhado a expedição de Túnis; notava-se à sua frente o rei da Sicília. Êles não reconheciam a necessidade de libertar o Mediterrâneo dos piratas, que detinham a marcha dos peregrinos e não falavam mais de tirar ao sultão do Egito os seus mais poderosos auxiliares; êles pareciam ter esquecido tôdas as razões que haviam dado, para que se levasse a guerra às costas da África.

No entretanto, sua opinião prevaleceu, não que se estivesse convencido de tudo o que se acabava de ouvir, mas, como acontece freqüentemente nas deliberações mais importantes, a maior parte decidiu-se, mais, por motivos que êles não confessavam, do que por aquêles que se esforçavam de fazer valer.

A 31 de outubro, uma trégua de quinze anos solares foi concluída com o califa, o *imã comandante dos crentes* Abou-Àbdallah-Mohamed, de um lado e, de outro, o *príncipe ilustre* Filipe, por graça de Deus, rei da França; o *príncipe ilustre Carlos* rei da Sicília, o *príncipe ilustre* Thibaut, rei da Navarra. O primeiro artigo do tratado dizia que os

prisioneiros dos dois lados, seriam postos em liberdade. Os príncipes cristãos comprometiam-se, em seguida, a proteger os súditos de Maomé que se encontrassem em seu território; êste prometia justiça e proteção aos súditos dos príncipes cristãos que se dirigissem a Túnis ou que lá residissem, bem como em tôda a costa. O terceiro artigo do tratado autorizava os *monges* e os padres cristãos a se estabelecerem nos estados do *comandante dos crentes;* deviam conceder-lhes um lugar onde êles pudessem construir suas casas e capelas, enterrar os mortos; êles teriam a liberdade de pregar no recinto das igrejas, de rezar em voz alta seus ofícios, numa palavra, de servir a Deus conforme seus culto, e de *fazer tudo o que êles faziam em seu próprio país.*

Tôdas estas disposições não eram, sem dúvida, as que mais haviam fixado a atenção dos poderosos contratantes; o dinheiro que deviam receber os chefes da cruzada, eis o negócio que tinha ocupado sèriamente as partes interessadas. O príncipe de Túnis comprometia-se a pagar aos príncipes cristãos duzentas e dez mil onças de ouro, metade em seguida e o resto no curso de dois anos. Êle se submetia, além disso, ao tributo que Túnis pagava precedentemente, aos reis da Sicília, prometendo além disso pagar as rendas vencidas e dobrar os tributos para o futuro. Estamos inclinados a crer que estas últimas condições decidiram a paz; elas nos fazem conhecer, ao mesmo tempo, os motivos e as verdadeiras causas de uma expedição

funesta à França. Os senhores e os barões que tinham acompanhado S. Luís à cruzada, foram citados no tratado; a maior parte foi chamada a participar na divisão dos tesouros, que o inimigo prodigalizava para comprar a paz e que no entretanto os cruzados não podiam considerar como o prêmio da vitória.

Várias crônicas da Inglaterra censuram, com tristeza, as tréguas que terminaram esta guerra infeliz; na França, só se ocupavam da morte de Luís IX e nossas crônicas nacionais, do tempo, limitam-se a deplorar um acontecimento que enchia o reino de luto. Não é inútil, no entretanto, fazer notar aqui que a paz concluída pelo rei da Sicília foi condenada ao mesmo tempo pelos cristãos e pelos muçulmanos: a crônica de Ibn-Férat, cita uma carta de Bibars, ao rei de Túnis, na qual o sultão do Cairo censurava a êste ter traído a causa do islamismo e lhe demonstrava seu desprêzo com estas palavras: *Um príncipe como vós, não é digno de comandar os verdadeiros crentes.*

Poucos dias depois da conclusão do tratado e da trégua, o príncipe Eduardo chegou às costas de Cartago, com os cruzados da Escócia e da Inglaterra. Partindo de Aigues-Mortes, êle se dirigiu para a Palestina e acabava de receber as ordens do rei da França. Os franceses e os sicilianos deram aos inglêses tôdas as provas e demonstrações de sincera amizade. Receberam Eduardo com grandes honras, mas, quando êle soube que haviam concluído a paz, retirou-se à sua tenda e não quis assistir a nenhum dos

conselhos do exército cristão. O Memorial dos Podestà de Reggio, nos diz que com a chegada do príncipe Eduardo, o exército dos cruzados teria podido resistir a duzentos mil combatentes.

No entretanto os cruzados mostravam-se impacientes por deixar uma terra árida e assassina, que só lhes recordava desgraças, sem nenhuma glória. Essa impaciência era tão viva, que quando se deu o sinal de partida, originou-se grande confusão no exército. Muitos pobres peregrinos não tinham chefes e não sabiam como poderiam voltar ao seu país. Essa multidão esparsa fazia ecoarem seus gritos pela praia; temiam ficar abandonados numa terra maldita e cair prêsa dos bandoleiros. No entretanto, o rei Carlos, o condestável da França e Pedro de Chambellan, ficaram em terra até que todos tivessem embarcado. A frota zarpou a 18 de Outubro, para se dirigir à Sicília, e, como se a Providência tivesse determinado, em seus conselhos, que essa expedição seria sòmente uma seqüência de desgraças, uma tempestade espantosa surpreendeu a frota, quando estava para entrar no pôrto de Trápani. Dezoito grandes navios e quatro mil cruzados pereceram nas águas do mar. A maior parte dos chefes e dos soldados perdeu suas armas, seu equipamento, seus cavalos. Se acreditarmos num historiador, perdeu-se ainda nesse naufrágio, o dinheiro que haviam recebido do rei de Túnis.

Depois de tão grande desastre, o rei da Sicília tudo fêz para socorrer os cruzados em sua desdita.

Devemos crer nos sentimentos generosos que êle demonstrou nessa ocasião; mas a êsses sentimentos misturava-se, sem dúvida, alguma esperança de tirar partido para seus projetos de uma circunstância tão lamentável.

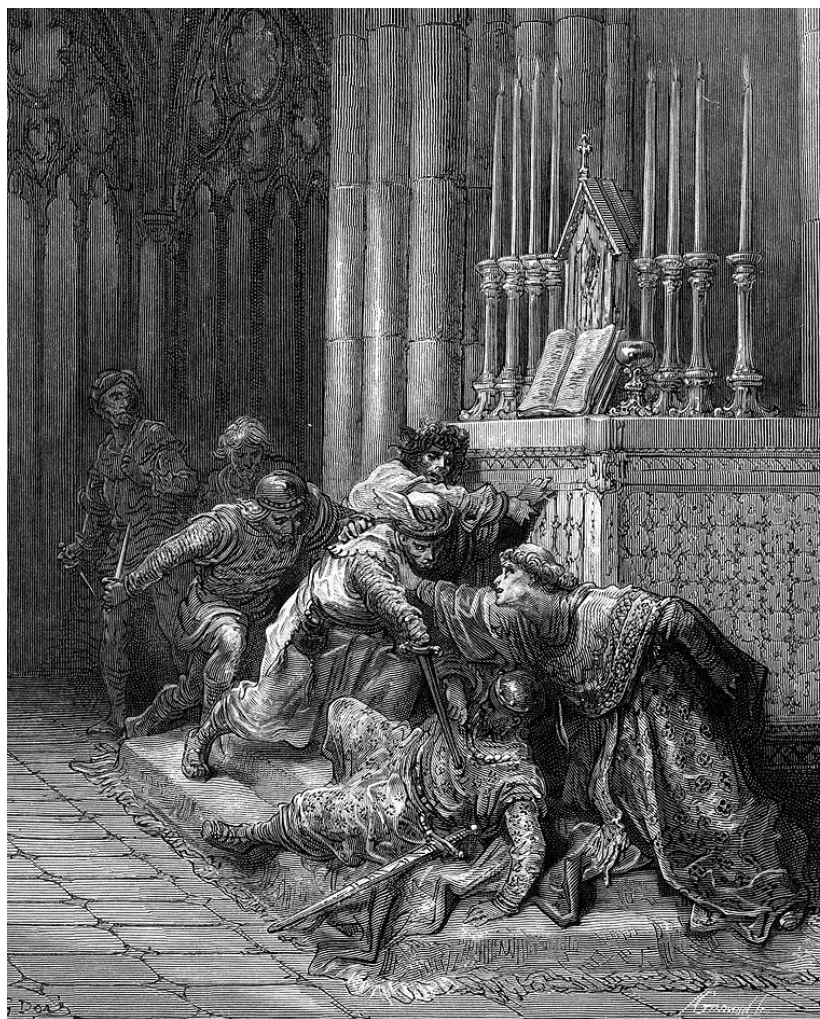
Depois que todos os chefes chegaram, reuniram-se vários conselhos, para se saber o que restava a fazer. Como cada qual deplorava a sua infelicidade, Carlos propôs um meio seguro de repará-la: a conquista da Grécia. Êste o plano que êle imaginara: primeiro, todo o exército passaria o inverno na Sicília; na primavera, o Conde de Poitiers partiria para a Palestina com uma parte do exército; o resto deveria seguir a Carlos, ao Épiro, e de lá, a Bizâncio. Êsse projeto tinha algo de aventureiro e de cavalheiresco, que teria podido entusiasmar os barões e os senhores franceses; mas chegaram cartas da França onde os regentes diziam ao jovem rei do sofrimento e das lágrimas do seu povo. Filipe declarou que não podia deter-se na Sicília e que voltaria logo ao seu Estado. Essa determinação desfez tôdas as esperanças de Carlos: os senhores franceses não quiseram abandonar o jovem monarca; os príncipes e todos os chefes do exército cristão, deixaram a cruz. Uma crônica da Itália narra que Carlos, em seu despeito, mandou confiscar, em seu benefício todos os navios e todos os bens dos náufragos que a última tempestade tinha atirado às costas da Sicília. Êle se tinha aproveitado das desgraças do exército em Túnis, enrique-

cera-se com os despojos de seus aliados e de seus companheiros de armas. Essa ação injusta e violenta acabou por indispor contra êle a maior parte dos cruzados e principalmente os genoveses, aos quais pertencia a frota na qual havia embarcado o exército cristão.

No entretanto decidiram que se reiniciaria a Cruzada, quatro anos mais tarde. Os dois reis, os príncipes e os principais chefes, comprometeram-se por juramento a embarcar para a Síria com suas tropas no mês de julho, do quarto ano; promessa vã, que nenhum dêles deveria cumprir e que faziam, então, apenas para desculpar aos próprios olhos as inconseqüências de seu proceder naquela guerra. Eduardo, que tinha manifestado a resolução de passar o inverno na Sicília e de partir em seguida para a Palestina, foi o único que não faltou à promessa.

Os guerreiros franceses não pensaram mais na Cruzada; mas estavam longe de ver fechar-se aquêle abismo de misérias que ela tinha aberto aos seus passos. O Rei da Navarra morreu pouco depois de ter desembarcado em Trápani; sua mulher Isabel, não lhe sobreviveu e morreu de pesar. Filipe voltou para a França no mês de janeiro; a jovem rainha que o tinha seguido, foi uma nova vítima da Cruzada. Atravessando a Calábria, quando passava a vau um regato, perto de Cosenza, seu cavalo caiu: ela estava grávida; a queda causou-lhe a morte. Filipe continuou sua rota, levando o corpo de seu pai, de seu

irmão e de sua espôsa. Soube na marcha que o conde e a condêssa de Poitiers voltando do Languedoc, acabavam de morrer na Toscana, em conseqüência de doenças contagiosas. Pouco tempo depois, Filipe passando por Viterbo, viu morrer, de morte trágica um dos mais ilustres de seus companheiros de armas; Henrique da Alemanha foi atacado pelos filhos do Conde de Leicester, perseguido até uma igreja e massacrado aos pés do altar. Assim os grandes crimes uniam-se às grandes calamidades para aumentar as cruéis recordações que devia deixar esta Cruzada.

Filipe, depois de ter atravessado o Monte Cenísio, voltou a Paris, pela Borgonha e pela Champanha. Que dias de luto para a França! À partida de Luís IX para o Oriente, todo o povo pressentia os acontecimentos mais sinistros, e todos êsses pressentimentos acabavam de se realizar. Não era o estandarte da vitória, mas um pano mortuário que precedia os guerreiros franceses em sua marcha. Urnas funerárias, restos de um exército, há pouco florescente, um jovem príncipe, doente, que escapara apenas por milagre da morte, que tinha arrebatado sua família, eis tudo o que voltava da Cruzada. A multidão acorria de todos os lados, rodeava o jovem rei, acotovelava-se em tôrno dos restos de Luís IX e via-se por seu piedoso recolhimento, por sua religiosa tristeza, que os sentimentos que a faziam acorrer não eram dos que precipitam a multidão em seguimento dos senhores da terra.

Assassinato de Henrique da Alemanha.

Depois da chegada de Filipe à capital, os ossos e o coração de Luís foram levados à Igreja de "Notre-Dame", onde os eclesiásticos cantaram durante a noite, o ofício dos mortos. No dia seguinte celebraram na Igreja de S. Dionísio os funerais do rei mártir. No imenso cortejo formado por tôda a espécie de pessoas, de tôdas as classes sociais, notava-se com tristeza o jovem monarca levando êle mesmo aos ombros, os despojos mortais de seu pai. Êle se deteve várias vêzes no caminho e várias cruzes foram colocadas em cada estação, lembrando ainda no século passado, êsse belo exemplo de piedade filial.

Luís IX foi sepultado perto de seu avô Filipe Augusto e de seu pai Luís VIII. Embora êle tivesse proibido que se adornasse seu túmulo, cobriram-no de lágrimas de prata que ao depois foram tiradas pelos inglêses. Mais tarde uma revolução terrível destruiu seu túmulo e dispersou suas cinzas, mas essa revolução não conseguiu destruir sua memória.

Não! A posteridade jamais deixará de louvar a paixão pela justiça que encheu tôda a vida de Luís IX, o ardor em conhecer a verdade, tão raro, mesmo entre os grandes reis, o amor pela paz, ao qual êle sacrificou até a glória que tinha adquirido com suas armas, a solidão, pela felicidade de todos, a terna predileção pela pobreza, o profundo respeito pelos direitos da infelicidade e pela vida dos homens; virtudes que encheram a Idade Média de admiração

e que nosso século encontrou ainda nos descendentes de tão bom príncipe.

O ascendente que lhe davam a piedade e a virtude, êle só o empregou em defender seu povo contra tudo o que era injusto. Aquêle ascendente que êle conservou sôbre o seu século, dava às suas leis uma fôrça que as leis costumam obter sòmente com o tempo. Poucos anos depois que êle começou a reinar, províncias pediam para se reunir à coroa, com a única esperança e a única condição de ter os *sábios costumes do rei justiceiro*. Tais as conquistas de S. Luís. Sabemos que depois de suas vitórias contra os inglêses, êle lhes restituiu a Guiana, apesar do parecer de seus barões, que consideravam êsse ato de generosidade, contrário aos interêsses do reino. Sem dúvida só as almas elevadas como a sua, compreendem o que há de sabedoria nos conselhos da moderação! Um ilustre escritor do século passado disse, falando de S. Luís, que *os grandes homens moderados são raros;* é por isso, sem dúvida, que o mundo não os compreende.

Na posição em que se encontrava a França, um gênio vulgar teria fomentado dissidências; Luís só pensou em apaziguá-las; êsse espírito de conciliação que o tornou árbitro dos reis e dos povos, deu-lhe mais fôrça e poder que as combinações de uma política sábia. Entre os contemporâneos de S. Luís, não faltaram daqueles que censuraram de sua moderação e os que se vangloriam de serem hábeis, censuram-na

ainda, hoje em dia: singular habilidade que tende a fazer crer que a moral é estranha à felicidade dos povos e que não pode tolerar nos chefes dos impérios as virtudes que a providência deu aos homens para a conservação das sociedades!

Mais admiramos o reinado de S. Luís IX mais nos admiramos de que êle tenha por duas vêzes interrompido o curso de seus benefícios e deixado seu povo, que êle tornava feliz com sua presença. Mas, vendo as paixões que agitam as gerações presentes, quem ousaria erguer a voz para acusar os séculos passados? Se, naqueles últimos anos, tôda a Europa se convulsionou à notícia de uma guerra contra os muçulmanos, senhores do Peloponeso e do Arquipélago; se os discípulos mais ardentes da filosofia moderna fizeram votos pela libertação da Grécia cristã, no meio da admiração do mundo, se nós vimos um exército francês precipitar-se às costas da África e desfraldar sua bandeira vitoriosa sôbre as muralhas de Alger, êsse velho e terrível refúgio da pirataria muçulmana, como se poderia crer que na Idade Média os príncipes e os povos cristãos não se tivessem impressionado pela horrível servidão na qual gemiam Jerusalém e tôdas aquelas santas regiões, de onde nos veio a luz do Cristianismo? Com o caráter que Luís IX mostrou, em tôdas as circunstâncias de sua vida, como podia êle ficar indiferente à desgraça das colônias cristãs, que eram povoadas sòmente por franceses, que se consideravam então

como uma outra França, como a França do Oriente? Não devemos esquecer além disso, que o objetivo de sua política ou melhor, o espírito religioso que o inspirava, era reunir os povos do Oriente e do Ocidente pelos liames do Cristianismo e que êsse grande objetivo, se tivesse sido realizado, devia todo reverter-se em benefício da humanidade. O que se passa no momento em que escrevemos, prova-nos que os votos de S. Luís eram uma espécie de revelação profética dos desígnios da providência, que impelia a Europa cristã àquele Oriente muçulmano, hoje carcomido.

O cativeiro e a morte de S. Luís nas regiões longínquas, não enfraqueceram na Europa o respeito que se tinha por seu nome e por suas virtudes. Talvez mesmo tão grandes desgraças sofridas em nome da religião e de tudo o que então se venerava, aumentaram algo, o brilho da monarquia; pois, estava-se ainda longe dos tempos que vimos, onde as desgraças dos reis só serviram para despojar a realeza do que a torna respeitável entre os homens. A morte de Luís IX foi sem dúvida um grande motivo de dor para os franceses; mas, ao pesar que sua perda causava, unia-se, para todo o povo, o pensamento do feliz futuro que Luís tinha preparado e para as almas piedosas a esperança de ter um amparo no céu. Celebrou-se então a morte de um Rei da França, como um novo triunfo, para a religião, como uma nova glória, para a pátria; e o aniversário do dia em que

êle morreu, tornou-se em seguida, uma das festas solenes da Igreja cristã e da monarquia francesa.

Foi um belo espetáculo, a instrução canônica, com a qual o pai comum dos fiéis interrogou aos contemporâneos de Luís IX sôbre as virtudes de sua vida e dos benefícios do seu reino. Franceses de tôdas as classes vieram afirmar sôbre o Evangelho, que o monarca, cuja morte lastimavam, era digno de tôdas as recompensas do céu. Entre êles, notavam-se os velhos companheiros de armas de Luís, que tinham partilhado com êle do cativeiro do Egito, que o tinham visto morrer na cinza, em Túnis. A Europa inteira confirmou seu religioso testemunho e repetiu estas palavras do chefe da Igreja: *Casa da França, alegra-te, por ter dado ao mundo um tão grande príncipe, regozija-te, povo da França, por ter tido um tão bom rei.*

Quando em 1830 as bandeiras francesas triunfaram na África, onde cinco séculos e meio antes, tinham sòmente experimentado reveses, os novos senhores de Alger, pensaram que nem uma só pedra na praia de Túnis deixava de lembrar a morte de um rei da França, de um grande rei. Êles pediram ao bei de Túnis, que teve a prudência de não recusar, a permissão para erguer naquela terra, um monumento à memória de S. Luís. As revoluções até êste dia impediram o cumprimento dêsse piedoso e patriótico pensamento, mas, nós sabemos, com prazer, que o nobre projeto não foi abandonado.

LIVRO DÉCIMO OITAVO

QUEDA DAS COLÔNIAS CRISTÃS DO ORIENTE.

1271-1290.

Eduardo da Inglaterra desembarca em Tolemaida; retoma Nazaré; um emissário do Velho da Montanha tenta assassinar o príncipe inglês; Eduardo volta à pátria; eleição de Gregório X; volta ao Ocidente; concílio de Lião; Rodolfo de Habsburgo reconhecido como Imperador da Alemanha; Humberto de Romanis publica uma memória em favor da guerra santa; novas conquistas de Bibars; sua morte; Kelaoun substitui-o e derrota os tártaros em Emessa; morte de Gregório X; as vésperas sicilianas; política de Kelaoun; o castelão de Marakia; Kelaoun toma Laodicéia, Trípoli, ameaça Tolemaida, e faz negociações com os cristãos; sua morte; seu filho e sucessor, Chalil, toma Tolemaida de assalto e expulsa os cristãos da Síria. — Relação das cidades e dos castelos que caem em seu poder.

A morte de Luís IX como vimos, suspendera tôdas as emprêsas de além-mar. Sòmente Eduardo partiu para a Síria com o Conde da Bretanha, seu irmão Edmundo, trezentos cavaleiros e quinhentos cruzados vindos da Frísia. Todos êsses cruzados reunidos mal formavam um corpo de mil ou mil e duzentos combatentes, e era tudo o que devia chegar à Ásia, daqueles exércitos inumeráveis, que se haviam recrutado no Ocidente para a libertação da Terra Santa. Tão fraco refôrço não era suficiente para inspirar confiança e dar tranqüilidade aos cristãos da Palestina, ainda consternados pela retirada dos cruzados de Túnis e de sua volta à Europa.

A maior parte dos príncipes e dos Estados cristãos da Síria, com mêdo de serem atacados, tinham feito tratados com o sultão do Cairo. Muitos deviam hesitar em se empenhar numa guerra onde os fracos auxílios da Europa não lhes permitiam esperar grandes vantagens, onde além disso êles tinham que temer serem abandonados pelos cruzados, sempre prontos a voltar ao Ocidente. No entretanto os hospitalários e os templários que jamais perdiam uma ocasião de combater contra os muçulmanos, reuniram-se ao Príncipe Eduardo, cuja fama o havia precedido

no Oriente. Bibars, que devastava então o território de Tolemaida, afastou-se da cidade que êle tinha enchido de apreensões e pareceu por um momento abandonar a execução de seus projetos.

O pequeno exército dos cristãos, composto de seis a sete mil homens, avançou no território dos muçulmanos; êle dirigiu-se primeiro para a Fenícia, para restabelecer a comunicação interrompida entre as cidades cristãs. Nessa expedição, os cruzados tiveram que suportar o excessivo calor; muitos morreram por terem comido frutas e mel que o país produzia em abundância. Marcharam depois para a cidade de Nazaré, em cujas muralhas desfraldaram o estandarte de Jesus Cristo. Os soldados da cruz não se puderam lembrar sem indignação, de que Bibars tinha mandado destruir completamente a igreja dessa cidade, consagrada à Virgem; Nazaré foi entregue ao saque e todos os muçulmanos da cidade conquistada, foram passados à espada, em represália do incêndio e à destruição de um dos mais belos monumentos erguidos pelos cristãos da Síria.

Depois dessa vitória, da qual não podemos louvar os cruzados, os muçulmanos não deixaram de fazer incursões no território dos francos. Mas, quer porque não tinham fôrças suficientes para se pôr em campo e não fôssem secundados pelos cristãos do país, quer porque tinham alguma esperança numa negociação entabolada com o emir de Joppé, que lhe prometia converter-se e entregar a cidade que gover-

nava, o Príncipe Eduardo voltou para dentro das muralhas de Tolemaida e não procurou novos perigos nos campos de batalha. O emir de Joppé mantinha com êle freqüentes relações: a fim de chegar aos seus secretos desígnios, êle tinha escolhido como mensageiro um dos discípulos do Velho da Montanha; um dia, quando Eduardo estava sòzinho em seu quarto e descansava em seu leito, o pérfido emissário apareceu e precipitou-se contra sua vítima, de punhal na mão. O príncipe foi ferido no braço, mas, como era dotado de fôrça extraordinária repeliu o assassino com um pontapé, arrancou-lhe em seguida o punhal da mão e mergulhou-lho no peito. Correram logo os familiares ao rumor desusado; o fanático muçulmano estava estendido por terra. Eduardo ferido no braço, havia-se ferido novamente, ao se defender, na fronte. Temia-se que o punhal estivesse envenenado. Alguns historiadores dizem que a Princesa Eleonora, mulher de Eduardo, teve a coragem de chupar os ferimentos de seu espôso para extrair o veneno; outros, dizem que o grão-mestre do templo mandou imediatamente a Eduardo um remédio cuja eficácia é reconhecida no Oriente. Como quer que seja, todos os cuidados foram, a princípio, inúteis. Temia-se pela vida do príncipe, quando apareceu um médico árabe e prometeu uma cura rápida, se Eduardo afastasse de si todos os cortesãos, e a mesma Princesa Eleonora e seguisse exatamente o regime que lhe seria prescrito. Os conselhos do médico

Eduardo III da Inglaterra, abatendo o assassino.

foram executados e o príncipe inglês não tardou a montar a cavalo no meio dos seus companheiros de armas.

1271. Depois de ter corrido tão grave perigo, Eduardo não hesitou em aceitar a trégua que lhe foi então proposta pelo sultão do Egito. Sem ter feito coisa alguma de importante pela causa que tinha jurado defender, voltou à Europa onde soube da morte de seu pai, Henrique III, que chamava todos os dias seu filho para tê-lo junto de si em sua última hora e que não pôde mais vê-lo, nem lhe dar sua última bênção.

Terminando a narração de cada uma das Cruzadas, nós costumávamos nos deter um momento para dar a conhecer seu espírito e o caráter, para apreciarmos os homens que nela tomaram parte, para lhes considerarmos as circunstâncias principais que a acompanharam, os resultados imediatos que elas produziram. Aqui, nossa tarefa é fácil. Depois de três anos de preparativos, vemos um poderoso exército partir para uma guerra longínqua, que dura apenas três meses e na qual os soldados e o chefe tiveram realmente que se defender da influência do clima, dos flagelos da peste e principalmente, de um plano imprudentemente feito. Mal viram as muralhas de Túnis, que iam sitiar, e os mouros, que êles queriam combater ou converter. Nessa expedição, pregada em nome de Jesus Cristo, não se pensou na libertação dos

santos lugares; e, se acreditarmos nos cronistas do tempo, as calamidades desta Cruzada, foram manifestação da cólera divina. Sòmente Luís IX levou a esta guerra infeliz santos pensamentos; e, quando em seus últimos momentos êle pronunciou várias vêzes a palavra *Jerusalém,* talvez acusava a si mesmo, por ter cedido a inspirações profanas, e por ter vindo buscar a palma do martírio num país onde não o chamava a vontade de Deus. Depois que o piedoso monarca exalou o último suspiro, tudo o que ainda havia de religioso, de nobre e de cavalheiresco nessa emprêsa, da qual êle era chefe, e que êle mantinha com sua presença, desapareceu de uma vez, para dar lugar à ambição e à cobiça: também, quando a alma do homem se retira do corpo ao qual dava a vida, ali só deixa corrupção e pó. Entre os cruzados não se falou mais da conversão dos muçulmanos, mas de seus tesouros, o que não impediu que os barões e os senhores voltassem mais miseráveis ainda, para sua pátria. Todos os resultados dessa Cruzada que devia espalhar tanto terror entre os infiéis reduziram-se, de um lado, ao massacre da população desarmada de Nazaré e de outro, à vã conquista das ruínas de Cartago. Outro resultado dessa guerra, para a Europa, como para o país de além-mar, foi encher de desânimo a quase totalidade dos guerreiros cristãos e de fazê-los esquecer Jerusalém. Depois de Eduardo, nenhum príncipe passou o mar para ir combater os infiéis na Ásia e o pequeno exército que êle coman-

dava e levou até à Síria, foi o último que partiu do Ocidente para a libertação e reconquista da Terra Santa. Assim, a segunda Cruzada de S. Luís, que tinha como objetivo salvar as colônias cristãs, como veremos, acabou por lhes precipitar a ruína.

Entre as circunstâncias que fizeram fracassar esta Cruzada, a história não deve esquecer a longa vacância da Santa Sé, durante a qual nenhuma voz se fêz ouvir para animar os cruzados. No entretanto o conclave, depois de dois anos, escolheu um sucessor de S. Pedro e por uma feliz circunstância para os cristãos do Oriente os sufrágios dos cardeais caíram em Thibaut, arcediago de Liège, que tinha seguido os frisões à Ásia e que a notícia de sua elevação encontrou ainda na Palestina. Os cristãos da Síria podiam esperar que o novo pontífice, por muito tempo testemunha de todos os seus perigos e de suas misérias, não deixaria de empregar todo o seu poder em socorrê-los. Thibaut deu-lhes essa esperança, afirmando-o, antes de deixar Tolemaida, num discurso que dirigiu ao povo reunido, no qual tomou por texto êste versículo do Salmo 130: *Se eu jamais te esquecer, ó Jerusalém, que eu mesmo seja também esquecido pelos homens.*

1272. O patriarca de Jerusalém, os grão-mestres do templo e do Hospital, acompanharam Gregório X ao Ocidente. À sua volta, o Pontífice procurou primeiro, restabelecer a paz na Itália e na

Alemanha. Convenceu os príncipes e principalmente o Rei da França a reunirem seus esforços para socorrer a Terra Santa. Filipe contentou-se de mandar algumas tropas ao Oriente e de adiantar ao papa 36.000 marcos de prata, pelos quais foram empenhadas tôdas as propriedades dos templários no reino. Pisa, Veneza, Gênova e Marselha, forneceram galeras e quinhentos guerreiros, pagos pelo Soberano Pontífice, embarcaram para Tolemaida.

Êsses socorros estavam longe ainda de corresponder às esperanças e às necessidades das colônias cristãs. Gregório resolveu interessar ao seu projeto tôda a cristandade, e, para chegar a isso convocou um concílio em 1274. Êsse concílio reuniu-se em Lião; foi mais numeroso e mais solene que o que Inocêncio IV tinha reunido trinta anos antes, na mesma cidade. Ali poderíamos notar os patriarcas de Jerusalém e de Constantinopla, mais de mil bispos e arcebispos, os enviados dos imperadores do Oriente e do Ocidente, os do Rei da França, do Rei de Chipre, de todos os príncipes da Europa e de além-mar. Nessa numerosa assembléia os olhares dos fiéis dirigiam-se principalmente aos embaixadores e aos príncipes tártaros, enviados pelo poderoso chefe dos mongóis, para fazer uma aliança com os cristãos, contra os muçulmanos; vários dêsses príncipes tártaros recebiam o batismo das mesmas mãos do papa e os cristãos, testemunhas dessa cerimônia, viam nisso, um penhor garantido das promessas divinas.

Admirava-se o poder de Deus, que tinha escolhido os instrumentos de seus desígnios em regiões desconhecidas; uma multidão de fiéis considerava o chefe supremo das hordas da Tartária, como um outro Ciro, que a providência tinha encarregado da destruição de Babilônia e da libertação de Jerusalém. Numa das sessões, o concílio de Lião determinou que se empreendesse uma nova Cruzada e que seriam arrecadados durante dez anos os décimos, sôbre os bens eclesiásticos. Paleólogo, que se submetera por fim à Igreja Latina, prometeu mandar tropas para a libertação da herança de Jesus Cristo. O papa reconheceu como imperador do Ocidente a Rodolfo de Habsburgo, com a condição de que êle iria à Palestina à frente de um exército.

1275. No entretanto, a realização de um concílio, as decisões e as exortações do papa e dos prelados, não puderam despertar o entusiasmo dos fiéis, que não era mais, para nos servirmos de uma expressão da Escritura, *que os restos fumegantes de uma estrêla queimada.* Gregório X tinha conseguido pacificar a Itália e a Alemanha e êsses dois países teriam podido fornecer um grande número de soldados da cruz, se os espíritos tivessem sido dirigidos às emprêsas de além-mar. As cartas apostólicas solicitaram o zêlo de Filipe, o ousado, que tinha feito juramento de combater os infiéis e o de Eduardo, que prometera voltar à Ásia. Legados eram

enviados aos diferentes Estados da Europa para animar com sua presença a pregação da guerra santa. Em todos os países, todos se ocupavam da arrecadação dos décimos: mas, por tôda a parte os cavaleiros e os barões ficaram na inatividade e na indiferença; os guerreiros viam sòmente as misérias das Cruzadas, e a esperança de se enriquecer ou de se tornarem ilustres numa expedição longínqua, não excitava mais a sua bravura. Depois que se haviam visto imperadores de Bizâncio, Reis de Jerusalém a percorrer o Ocidente pedindo esmola, a nobreza belicosa se havia desencantado do Oriente e as Cruzadas tinham perdido um de seus móveis mais poderoso: a ambição dos príncipes e dos senhores. Os principados da África ou da Ásia, que os papas ofereciam ou distribuíam aos que se apresentassem para conquistá-los, não levaram mais ninguém, a tomar armas e a devoção da cavalaria, pelos lugares sagrados, não era mais tão viva, para levá-los a um empreendimento que só lhes prometia a palma do martírio e as recompensas do céu.

Resta-nos dessa época um escrito que tinha sem dúvida obtido a aprovação e o encorajamento do papa e que nos parece muito próprio para dar a conhecer ao mesmo tempo o mau gôsto do século e a opinião, geralmente espalhada, então, sôbre as expedições do Oriente.

Nesse escrito ou memória que se achará singular e bizarro, pelo menos na forma, o autor, Hum-

berto de Romanis, superior geral dos irmãos pregadores, esforça-se por reanimar o zêlo dos cristãos pela guerra santa e, deplorando a indiferença de seus contemporâneos acha, primeiro, oito obstáculos ao efeito de sua pregação: 1.º *o hábito do pecado;* 2.º *o temor da fadiga e dos trabalhos;* 3.º *a repugnância em deixar sua terra natal;* 4.º *um amor excessivo pela família e pelo lar;* 5.º *as más palavras e conversas dos homens;* 6.º *os maus exemplos;* 7.º *uma fraqueza de espírito que faz crer tudo impossível;* 8.º *uma fé sem calor.* A todos êstes motivos de indiferença o autor teria podido acrescentar outras razões tiradas da marcha dos governos e da direção dos negócios públicos; mas os monges que pregavam as Cruzadas não conheciam a política dos reis, nem as mudanças, as perdas na sociedade; e por isso não viam que uma parte das dificuldades que tinham de vencer. No entretanto Humberto de Romanis não se deixou abater pelos obstáculos que julgava ver em redor de si: e êle se persuadiu de que, nessa geração, da qual acusava descaso ou os defeitos se podem encontrar ainda nobres motivos de entusiasmo e poderosos móveis para uma guerra santa. Êle conta sete, dos quais fazia assim a enumeração: 1.º *o zêlo pela glória de Deus;* 2.º *o zêlo pela fé cristã;* 3.º *a caridade fraternal;* 4.º *a devoção pela Terra Santa;* 5.º *a guerra começada pelos muçulmanos;* 6.º *o exemplo dos primeiros cruzados;* 7.º *as graças da Igreja.* Vemos aqui, que

Humberto de Romanis não fazia que opor à tibieza dos espíritos que se introduziam no século, virtudes ou paixões que já não existiam ou que se enfraqueciam cada dia mais. Não repetiremos com êle tôdas as razões que se alegavam em seu tempo, contra as Cruzadas e que êle procurava refutar em sua memória. Êle as divide em sete classes diferentes: a primeira, apoiando-se nos preceitos de Jesus Cristo e no exemplo dos Apóstolos, dizia que era necessário saber sofrer sem se queixar, que se devia *recolocar a espada na bainha e não pagar o mal com o mal;* a segunda, afirmava não ser sensato continuar uma guerra contra os muçulmanos, por causa do sangue que lá se havia derramado e que se deveria ainda derramar e porque devia-se temer que *o dente são fôsse arrancado com o dente estragado* e que se derramasse mais sangue inocente, do que sangue criminoso; na opinião da terceira classe dos adversários da Cruzada, essa guerra podia parecer indiscreta; era tentar a Deus empreendê-la, pois que muitos tinham em seu país todos os bens que a providência pode dar, e êles iam a lugares onde só encontrariam miséria e desespêro; a quarta classe de contrários, pensava que era permitido aos cristãos defenderem-se, não, porém, atacar os sarracenos, nem invadir seu território; a quinta, que não se tinha mais direito de perseguir os sarracenos, do que os judeus; a sexta, que não se tinha esperança de converter os muçulmanos e que todos os infiéis que morriam na guerra, iam para o inferno; a sétima,

enfim, que a Cruzada não parecia ser agradável a Deus, pois que o Senhor tinha permitido que as maiores calamidades oprimissem os cruzados e que os países conquistados à custa de tantos trabalhos e de sangue derramado, fôssem arrebatados em pouco tempo e quase sem esfôrço, à cristandade.

Humberto de Romanis responde a cada uma destas sete objeções: "Com a espada, diz êle, que se devia defender a vinha do Senhor, que não era mais defendida por milagres: a humildade convinha aos cristãos quando êles não tinham nem fôrça nem poder; agora êles deviam se apoiar em suas armas e confiar na vitória. Tais tinham sido os sentimentos de Carlos Martelo, de Carlos Magno e de Godofredo de Bouillon, que sempre haviam considerado uma glória combater contra os sarracenos. Os sarracenos tinham êles mesmos invadido as terras dos cristãos, as quais se consideravam, com razão, como herança de Jesus Cristo. Se se poupavam os judeus, era porque êles estavam dominados; mas era preciso *oprimir os soberbos.* Os muçulmanos podiam bem não se converter, mas a guerra que se lhes fazia era uma fonte de salvação para os fiéis; se os cruzados que morriam nos combates deixavam um vazio no mundo, êles enchiam as moradas do céu. Na guerra contra os filisteus, Deus tinha permitido que a arca da aliança fôsse tomada, que o Rei Saul fôsse morto, com seus filhos e seu povo, pôsto em fuga: assim as desgraças sucedidas aos cruzados não

provavam que a guerra desagradava a Deus; mas a misericórdia divina tinha permitido que essas desgraças acontecessem para apagar os pecados dos cruzados ou para lhes experimentar a fé."

Humberto de Romanis continuava seus raciocínios, e procedendo sempre por enumerações e categorias, não poupava nem a avareza do clero, que, arrancando dízimos aos pobres, recusava dar os mesmos dízimos de seus bens, para a recuperação da Terra Santa; nem a traição dos barões e dos príncipes cristãos que eram os *vassalos de Deus,* e que, tudo tendo recebido dêle, permitiam *que lhes tirassem a terra;* êle não deixava, em sua discussão de usar a história profana, a história sagrada, a autoridade da Escritura, a da filosofia. Mas todo êsse aparato de erudição e de argumentos escolásticos, todos êsses lugares-comuns de um outro tempo, não produziam mais convicção nos espíritos: não, que não se fôsse mais esclarecido do que alguns anos antes, mas porque se tinham outros interêsses e outros pensamentos. Semelhantes discursos teriam feito fortuna no século precedente, dirigidos às paixões dominantes; êles não produziam nenhum efeito, dirigidos à indiferença.

Essa indiferença da Europa era funesta às colônias cristãs do Oriente: ela os entregava, sem defesa, à mercê de um inimigo que todos os dias se tornava mais poderoso e cujo fanatismo era inflamado pela vitória. Por outro lado, notavam-se cada dia na confederação dos francos, na Síria, novos sin-

tomas de decadência e novos sinais de uma ruína próxima. Todos êsses pequenos principados, tôdas aquelas cidades esparsas pelas costas da Síria estavam divididas entre si; e tôdas as paixões que o espírito de rivalidade gerava, tornavam-se auxiliares dos muçulmanos. Cada um dêsses pequenos estados, contìnuamente dominados pelo temor, cuidava em conseguir alguns dias de paz, alguns meses de existência, por tratados com Bibars, tratados nos quais se sacrificavam quase sempre a honra e o interêsse comum dos cristãos. Os sultões do Cairo dignavam-se concluir um tratado de aliança com uma cidade, com uma aldeia e nada é mais interessante do que ver figurar nesses atos da política, de um lado o soberano do Egito, da Síria, da Mesopotâmia, de várias outras províncias e de outro, uma pequena cidade, como Sidon ou Tortosa, com seus campos, seus pomares, seus moinhos: deplorável contraste, que devia fazer os cristãos sentir sua humilhação e mostrar-lhes tudo o que êles tinham a temer! Muitas vêzes os francos prometiam não construir fortalezas, não fortificar suas cidades; êles renunciaram mesmo ao direito de restaurar as igrejas dos santos lugares, e, quando uma pedra caía de uma muralha, (expressão que está nos tratados) ela era atirada fora, sem poder ser empregada na restauração do edifício. Em todos êsses tratados, a política muçulmana procurava sobretudo dividir os francos, mantê-los sob sua dependência,

jamais considerando-os como aliados, mas como vassalos, tributários e dependentes.

Tal era a paz de que se gozava nos Estados cristãos da Síria. Coisa mais deplorável ainda! Havia então três pretendentes ao reino de Jerusalém: o Rei de Chipre, o Rei da Sicília e Maria de Antioquia, que descendia da quarta filha de Isabel, mulher de Amaury. Os partidos agitavam-se; lutava-se por um reino meio destruído, ou melhor, disputava-se a vergonha de o perder por completo, e de entregá-lo, destruído pela discórdia, à dominação dos muçulmanos.

No entretanto, Bibars continuava suas conquistas. Todos os dias chegavam notícias de algum novo triunfo; ora êle voltava ao Cairo, levando em seu séquito um Rei da Núbia, que êle tinha vencido; ora voltava da Armênia, de onde trazia trinta mil cavalos e dez mil crianças, de ambos os sexos. Estas notícias traziam o espanto e o terror às cidades cristãs, que não haviam feito tratado com o sultão do Egito. Em tôdas essas vitórias, Bibars jamais perdeu de vista o projeto de sitiar Tolemaida; mas, para realizar êsse grande objetivo, era preciso tornar o Rei de Chipre impotente para socorrer a praça. Construíram no Egito uma frota na qual o sultão depositava as suas maiores esperanças. A frota se pôs ao mar, e, quando chegou a Limisso, onze navios chocaram-se contra os rochedos, que costeiam a terra. Êsses navios tinham recebido a forma dos navios

cristãos; e, para enganar os habitantes da ilha de Chipre, haviam colocado cruzes nos mastros, o que faz o historiador de Bibars dizer que Deus se havia irritado contra os muçulmanos e fizera cair sôbre êles o pêso de sua cólera. O Rei de Chipre escreveu ao sultão do Cairo, para lhe anunciar a destruição da frota egípcia. Bibars não pôde conter a indignação; jurou destruir todos os Estados cristãos; mas a morte não lhe permitiu cumprir suas ameaças.

O fim de Bibars é narrado de diversos modos: seguiremos o texto do historiador árabe Ibn-Férat, do qual usaremos às vêzes as expressões. Bibars ia partir para Damasco para combater contra os tártaros, junto do Eufrates; antes da partida, exigiu um impôsto extraordinário; o imã Moyeddin-Almoury dirigiu-lhe algumas advertências e fêz considerações; o sultão respondeu-lhe: "Ó meu senhor, abolirei êsse impôsto quando tiver vencido os inimigos." Depois que Bibars venceu os tártaros, escreveu nestes têrmos ao chefe do Divan, em Damasco: "Não desceremos do cavalo, quando tiverdes cobrado um impôsto de duzentos mil dirhems sôbre Damasco, de trezentos mil sôbre seu território e de trezentos mil sôbre as aldeias, de um milhão de dirhems sôbre a província meridional." Assim a alegria que tinha causado a vitória de Bibars, mudou-se em tristeza; o povo desejou a morte do sultão. Foram queixar-se ao xeque Mohyeddin, homem piedoso e respeitado; tinha-se

começado a cobrar o impôsto, quando Bibars foi riscado da lista dos vivos.

Os historiadores árabes colocam Bibars entre os grandes príncipes da dinastia dos mamelucos baharitas. A princípio êle tinha sido vendido como escravo, e, embora tivesse vivido sòmente entre os soldados, uma grande sagacidade de espírito substituí-lhes a educação. Quando, ao depois, êle tomou parte em guerras e se entregou às divisões do exército, aprendeu tudo o que tinha de aprender para reinar sôbre os mamelucos. O que mais lhe serviu na sua carreira ambiciosa, foi sua incrível atividade: durante os dezessete anos do seu reinado, não teve um só dia de descanso. Viam-no quase ao mesmo tempo na Síria, no Egito, nas margens do Eufrates; as crônicas referem que muitas vêzes êle percorria as ruas de Alepo ou as de Damasco, enquanto os cortesãos ainda esperavam o seu despertar à porta do palácio do Cairo. Como dois sultões do Egito tinham perecido sob seus golpes e êle subira ao trono por meio de revoluções violentas, o que êle mais temia era a influência do seu exemplo: todos aquêles dos quais temia a ambição ou a infidelidade não podiam continuar a viver. Bibars fêz morrer, ao que se diz, em pouco tempo e sob diversos pretextos, duzentos e oitenta emires.

As mais simples relações dos homens entre si, alarmavam seu caráter suspeitoso e feroz; se acreditarmos nos historiadores orientais, durante o reinado

de Bibars os amigos evitavam-se nas ruas e ninguém ousava entrar na casa de um outro. Como êle se preocupava muito em esconder seus desígnios, em velar suas tratativas, em se furtar aos olhares, a sua pessoa, ai! dos que lhe adivinhavam o pensamento, ai! dos que pronunciavam seu nome ou o saudavam à sua passagem! Severo com os soldados, adulador com os emires, não evitava a astúcia, preferindo-a à violência, zombando dos tratados e dos juramentos; era de uma dissimulação que ninguém podia penetrar, de uma avareza que o tornava impiedoso na arrecadação dos tributos; não tendo jamais recuado diante do inimigo, nem diante do crime, seu gênio e seu caráter pareciam feitos para aquêle govêrno, que, de algum modo êle havia fundado, govêrno monstruoso que se sustentava por meio de vícios, de excessos e que não teria podido subsistir pela moderação e pela virtude.

Seus inimigos e seus súditos tremiam contìnuamente diante dêle; tremia-se ainda em redor daquela liteira que o transportou de Damasco ao Cairo, depois da morte. Mas tantos excessos, tantas violências, tantos triunfos, que só serviam à sua ambição pessoal, não conseguiram manter a coroa em sua família. Seus dois filhos subiram ao trono e logo dêle desceram. Kelaoun, o mais valente dos emires, usurpou logo o soberano poder; uma marcha uniforme na sucessão ao trono não podia ser conveniente a um exército contìnuamente levado à rebelião. Todos os mame-

lucos julgavam-se nascidos para o império e nessa república de escravos, parecia permitido a todos sonhar com a tirania! Coisa incrível! O que devia perder aquela milícia turbulenta foi precisamente o que a salvou; a fraqueza ou a incapacidade não podiam jamais se sustentar por muito tempo sôbre o trono e no tumulto das facções, acontecia quase sempre que o mais valente e o mais hábil era escolhido para dirigir o govêrno e a guerra.

1278. Bibars tinha sido o mais temível flagelo das colônias cristãs; Kelaoun não teria tardado em arruiná-las por completo, se não tivesse tido que combater um inimigo temível. É aqui que devemos deter um pouco a nossa atenção sôbre essa multidão de bárbaros que, sempre pronta a invadir as províncias ocupadas pelos mamelucos, tornavam-se, por isso mesmo, auxiliares naturais dos francos.

Lembramo-nos, de que, desde o começo do século doze, principalmente depois da primeira Cruzada, hordas inumeráveis de bárbaros conhecidos pelo nome de turcos, inundavam sem cessar as mais ricas regiões da Síria. Elas vinham do país de Mossul, das margens do Mar Cáspio, do Kurdistão e da Pérsia. Essas hordas temíveis tinham abraçado o islamismo e o fanatismo muçulmano as impelia a fazer uma guerra implacável aos cristãos. As margens do Eufrates, do Oronte e mesmo do Jordão, foram muitas vêzes teatro de suas devastações.

Pelo comêço do século décimo terceiro, a cena mudou. Tôdas as nações turcas que dominavam desde o Eufrates até o Oxo, foram vencidas e dispersadas por Gengis-cã e seus sucessores. O califa de Bagdad, que era o liame de tôdas essas potências, foi êle mesmo aniquilado. Desde então, os tártaros ou mongóis, não encontrando mais barreiras às suas invasões, penetraram, por sua vez, na Mesopotâmia, na Ásia Menor e na Síria. Como essas nações novas não tinham abraçado a fé de Maomé e até então só tinham combatido os muçulmanos, êles se mostraram dispostos a se unir às colônias cristãs. Durante todo o século décimo terceiro, elas não deixaram de levar o terror de suas armas, ora além do Tauro, ora nos países vizinhos do Líbano, sempre fortificados com a aliança dos chefes da Geórgia, príncipes da pequena Armênia e vários outros Estados cristãos. As potências muçulmanas que dominavam na Síria e no Egito, tiveram assim ao mesmo tempo dois inimigos a combater, o que contribuiu para manter por algum tempo os frágeis restos do poder cristão na Ásia. Infelizmente para os cristãos, sua aliança com os tártaros, sempre subordinados a um estado de coisas passageiro, a circunstâncias imprevistas, não produziu os frutos que se deviam esperar: os mongóis ajudados por seus aliados, não puderam jamais, em suas guerras irregulares, triunfar sôbre a milícia disciplinada dos mamelucos, nem sôbre a política seguida pelos sultões do Cairo. Perderam mais de dez batalhas

travadas no território de Emessa e os caminhos do Egito, lhes ficaram fechados para sempre. Se a fortuna tivesse favorecido suas armas, devemos crer que êles teriam mais tarde abraçado a fé de Cristo, e, então o Oriente teria mudado completamente de face.

Mal Kelaoun subiu ao trono do Egito, recebeu a notícia de que os tártaros tinham de novo passado o Eufrates, e avançavam precedidos por guerreiros da Geórgia e da Armênia. O novo sultão correu para a Síria à frente de seu exército. Logo o território de Emessa foi teatro de uma batalha sangrenta em que os mamelucos obtiveram uma vitória completa e decisiva. Depois dessa vitória dos muçulmanos, todos os Estados cristãos viviam temerosos. Kelaoun rendeu-se aos rogos do Conde de Trípoli, dos cavaleiros do Templo e do Hospital, que lhe pediam a paz; mas êle foi descarregar sua cólera sôbre os Estados do Rei da Armênia que êle acusava de ter chamado à Síria as armas dos mongóis. Tôda a Armênia foi devastada pelos mamelucos e os tributos impostos pela trégua, que se seguiu à guerra, completaram a ruína da região. O que há de mais notável no tratado concluído nessa ocasião, é que o sultão do Cairo, ditou êle mesmo ao Rei da Armênia, a fórmula do juramento: o príncipe cristão, comprometendo-se a seguir a lei de uma potência muçulmana, jurou *pela verdade da cruz, pela verdade do Evangelho, pela verdade do Padre, do Filho e do Espírito Santo,* e comprometeu-se antecipadamente, se não

cumprisse suas promessas, *a fazer trinta vêzes a peregrinação a Jerusalém descalço e com a cabeça descoberta.* Kelaoun ansiava por castigar também o Rei da Geórgia, mas foi impedido pelos obstáculos e perigos de uma expedição distante. O acaso ou a traição não tardou em lhe oferecer a ocasião de exercitar a sua vingança: o Príncipe da Geórgia acompanhado por um só de seus servidores, dirigia-se em peregrinação a Jerusalém, quando caiu nas mãos dos mamelucos, que o levaram ao Cairo, onde o sultão o manteve como escravo, em duro cativeiro.

Enquanto os cristãos do Oriente reconheciam assim o poder sempre crescente dos infiéis, Gregório X continuava em vão, no Ocidente os preparativos ou melhor as pregações da Cruzada. Êle tinha várias vêzes renovado suas instâncias junto de Rodolfo de Habsburgo; mas Rodolfo tinha um império a conservar. Inùtilmente o papa ameaçou tirar-lhe a coroa: o novo imperador via menos perigo para êle na cólera do soberano pontífice do que numa expedição que o afastaria de seu território. Por fim Gregório morreu sem ter podido cumprir as promessas, que tinha feito aos cristãos do Oriente. A Palestina recebia, de vez em quando, alguns auxílios da Europa, mas êsses auxílios que nunca chegaram em tempo, pareciam menos próprios a defendê-la do que em comprometer-lhe a segurança. O Rei da Sicília, que se tinha feito proclamar Rei de Jerusalém, tinha mandado soldados e um governador a Tolemaida;

êle se dispunha a fazer uma expedição formidável à Síria; e talvez sua ambição, nessa circunstância, teria servido à causa dos cristãos, se uma revolução não o tivesse detido em seus projetos.

1297. O descontentamento dos povos em seus novos Estados, e principalmente na Sicília, crescia sempre. Haviam carregado o povo de impostos, para a última Cruzada; a publicação de uma nova Cruzada irritou os espíritos. Os inimigos de Carlos viam na cruz dos peregrinos o sinal da violência e do latrocínio. É sob essa bandeira sagrada, diziam êles, que êle costuma derramar o sangue inocente. Lembrava-se ainda que a conquista de Nápoles tinha sido feita sob as bandeiras da cruz. Por fim o sinal da revolta foi dado; oito mil franceses foram imolados aos deuses de Conradino e as Vésperas sicilianas, cujo resultado foi fazer passar a Sicília para o domínio dos príncipes de Aragão, acabaram de destruir todos os desígnios de Carlos sôbre o Oriente.

Kelaoun continuava sempre seus projetos; mas faltava-lhe uma frota para sitiar por mar, as cidades cristãs. Acostumado a considerar as propriedades dos francos como uma prêsa que lhe não podia escapar, êle esperava pacientemente o momento favorável e não temia renovar tratados de paz com principados e cidades que queria destruir. Embora êle nada mais tivesse a temer da parte dos mongóis, nem da parte dos cristãos, consentiu em concluir uma

nova trégua com os francos de Tolemaida. Vemos por êsse tratado que os autores árabes nos conservaram, quais eram os desígnios dos sultões do Cairo e qual o ascendente que êles tinham e tomavam sôbre seus frágeis inimigos. Os cristãos comprometiam-se, no caso em que um príncipe franco fizesse uma expedição à Ásia, a prevenir os infiéis da chegada dos exércitos cristãos do Ocidente. Era ao mesmo tempo assinar uma condição desonrosa e renunciar à esperança de uma Cruzada. De resto, a previdência dos Sultões do Cairo, não se contentava com os avisos que lhes prometiam dar, os cristãos da Síria. Kelaoun mandava freqüentemente embaixadores à Europa e numerosos agentes que êle mantinha em todos os lugares, informavam-no com regularidade de tudo o que se preparava contra os muçulmanos, na côrte de Roma e nos conselhos dos príncipes cristãos. Uma embaixada do Cairo ficou três anos na côrte de Sevilha, onde era tratada com grande distinção. Uma embaixada dos príncipes e dos Estados que tinham algum interêsse no Oriente não sòmente aliava-se sem escrúpulo com o sultão do Egito, mas prometia mesmo, por meio de tratados e jurava sôbre o Evangelho, denunciar os inimigos e tôdas as potências cristãs, que tentassem atacar os Estados de seu aliado muçulmano. Num tratado que nos foi conservado nós vemos o Rei de Aragão e seus irmãos recusarem a sua cooperação a tôda espécie de Cruzada empreendida pelo Papa de Roma, pelo

Rei dos francos, pelos gregos e pelos tártaros. Não havia cidade marítima na Itália ou nas costas do Mediterrâneo que não se mostrasse disposta a preferir, assim, em suas relações com o Oriente, as vantagens de seu comércio à libertação dos santos lugares.

1282. Todos êsses tratados, ditados ora pelo temor, ora pela ambição ou pela avareza, elevavam todos os dias uma nova barreira entre os cristãos do Oriente e os do Ocidente. Além disso êles não detinham o sultão do Cairo que encontrava sempre algum pretexto para os quebrar, quando a guerra lhe oferecia mais vantagens que a paz. Foi o que aconteceu para a fortaleza de Markab, situada entre Tortosa e Trípoli. Acusaram os hospitalários, aos quais êsse castelo pertencia, de fazer incursões nas terras dos muçulmanos. Essa acusação, que talvez não era sem fundamento, foi logo seguida pelo cêrco da praça. "Markab (usamos aqui as expressões da história oriental) era como uma cidade colocada de sentinela, sôbre uma montanha: os vértices das tôrres, que sobrepujavam em altura as de Palmira, só eram acessíveis à águia do Líbano; e, quando elas eram contempladas das praias do mar, julgava-se ver o astro do dia através do azul e as nuvens do céu." Apesar das dificuldades do lugar, conseguiram dispor as máquinas; começaram a atacar nos primeiros dias de abril; os mineiros cavaram a terra por baixo das muralhas e das tôrres. Depois que fizeram uma

brecha nas muralhas, deram o assalto; mas a bravura dos cristãos deteve o choque dos muçulmanos. Êstes, depois de vários ataques repetidos, com vigor e ímpeto, sentiram sua coragem arrefecer; no entretanto o deus de Maomé, dizem os autores árabes, mandou seus anjos *mocarrabins* e as milícias celestes em socorro do islamismo. A mina feita sob as muralhas foi prolongada até o interior da praça; a guarnição cristã, viu que não tinha mais meio algum de salvação e propôs entregar-se; o estandarte do profeta foi desfraldado nas muralhas da fortaleza. Enquanto os soldados cristãos tomavam o caminho de Trípoli os verdadeiros crentes louvavam a Deus *por ter exterminado os adoradores do Messias* e livrado o país de sua presença. Um grande número de imãs e de faquires tinha assistido ao cêrco de Markab; essa milícia santa retirou-se cantando os louvores de Kelaoun e o nome do sultão vitorioso foi proclamado no meio das ações de graças em tôdas as mesquitas da Síria e do Egito.

1284. Entre Markab e Tortosa erguia-se o castelo de Marakia do qual ainda hoje encontramos ruínas. Nesse castelo, que só podia ser atacado com uma frota, havia-se refugiado um senhor franco, que as crônicas árabes chamam, umas vêzes de Senhor de Telima, outras, senhor de Barthélemi. Êsse senhor franco contìnuamente devastava as terras das vizinhanças e todos os dias voltava à fortaleza carregado

de despojos dos muçulmanos. Kelaoun queria apoderar-se do castelo do senhor de Barthélemi, mas, não tendo navios e julgando que a fortaleza era inexpugnável, escreveu ao Conde de Trípoli: "Fôste tu que construíste ou deixaste construir êste castelo: ai! ai! de ti, ai! de tua capital, ai! do teu povo, se êle não fôr prontamente destruído!" O Conde de Trípoli ficou tão assustado com essas ameaças, que quando recebeu a carta do sultão, as tropas muçulmanas já estavam em seu território. Êle ofereceu em troca ao senhor de Barthélemi, terras importantes: mas, as ofertas mais lisonjeiras, mais brilhantes, as promessas, os rogos, tudo foi inútil. Por fim, o filho de Barthélemi se interpôs nas negociações e partiu para implorar a compaixão do sultão do Cairo. O velho irritado correu atrás do filho, alcançou-o na cidade de Tolemaida e o apunhalou diante do povo reunido. Êsse assassínio revoltou a todos os cristãos e Barthélemi viu-se por fim abandonado por seus próprios soldados, aos quais seu crime causava horror. O castelo que ficara abandonado, foi demolido. Desde aquêle tempo o senhor de Barthélemi tornou-se o mais cruel inimigo dos francos, retirou-se para o meio dos infiéis, unindo-se a êles na vingança e provocando a destruição das cidades cristãs.

1287. Seu ódio impiedoso teve muitas ocasiões de se desafogar. O sultão do Cairo continuava a guerra contra os cristãos e tudo parecia favorecer aos

seus empreendimentos. Há muito tempo êle tinha o projeto de se apoderar de Laodicéia, cujo pôrto rivalizava com o de Alexandria, mas a cidadela dessa cidade, construída no meio das águas, era inacessível. Um tremor de terra derrubou a tôrre chamada *Tôrre dos Pombos* e o farol que orientava os navios durante a noite. Então, diz o autor árabe da *Vida de Kélaoun,* o sultão dirigiu contra Laodicéia suas temíveis máquinas, *das quais as línguas cantam os triunfos e os dedos fazem sinal para a vitória.* Alguns castelos construídos pelos cristãos nas costas da Fenícia caíram também em poder dos muçulmanos. Depois de assim se ter aberto tôdas as estradas de Trípoli o sultão do Cairo só pensou no cêrco dessa cidade. Nem a palavra dos tratados, nem a submissão recente de Bohémond, puderam deter a queda iminente da florescente cidade. Nenhuma cidade cristã, nenhum Príncipe da Palestina veio em socorro de Trípoli. Tal era o espírito de divisão que sempre reinou entre os francos que os templários, de acôrdo com o senhor de Gibelet, tinham, pouco tempo antes, planejado apoderar-se da cidade. Tudo estava pronto para a execução da trama e a emprêsa falhou por uma circunstância imprevista. Temos sob os olhos uma declaração manuscrita, redigida por um tabelião de Trípoli e assinada por um grande número de testemunhas, na qual o senhor de Gibelet conta tôdas as circunstâncias da sua traição. Depois da descoberta dessa trama, o mesmo senhor de Gibelet se *pôs, por ordem do grão-*

mestre do templo, a fazer guerra aos pisanos e a saqueá-los. "Êle não tinha nenhuma questão com êles, (é êle mesmo que confessa a sua traição) mas assim agia porque o mesmo mestre lhe havia pedido trigo e cevada para sua casa e para sua gente." Tôdas essas violências, tôdas essas desordens punham contìnuamente as cidades cristãs em perigo e ninguém tinha ascendente bastante ou patriotismo, para procurar impedir-lhes os efeitos. Impelido pelo remorso ou pelo temor, o senhor de Gibelet, quis solicitar graça perante o Conde de Trípoli, oferecendo-se *para abandonar sua terra e ir para outro lugar, como fôsse possível.* Mas os templários recusaram-se interceder por êle e imiscuir-se num assunto em que o haviam pôsto. Ibn-Férat, narra que o senhor de Gibelet foi morto por ordem de Bohémond. Seu filho, despojado da herança paterna, só pensou em vingar a morte do pai e como muitos outros cristãos, vítimas também da violência e da injustiça, implorou o auxílio dos muçulmanos. A morte de Bohémond, que seguiu de perto à do senhor de Gibelet, acabou de lançar a perturbação e a discórdia entre os habitantes de Trípoli. A irmã e a mãe do príncipe disputaram sua autoridade; todos os que, até então, tinham meditado em projetos de traição e de revolta, cuidaram de renovar as conjurações. O espírito de licença e de inveja animava os cidadãos uns contra os outros, quando Kélaoun apareceu diante das muralhas, com um exército formidável.

Dezessete grandes máquinas foram dispostas contra as muralhas, mil e quinhentos operários ou soldados ocupavam-se em minar a terra ou de lançar o fogo grego. Depois de trinta e cinco dias de cêrco, os muçulmanos penetraram na cidade com ferro e fogo nas mãos. Sete mil cristãos caíram sob as armas do vencedor; as mulheres e as crianças foram levadas para a escravidão; uma multidão fugitiva procurou inùtilmente na ilhota de S. Nicolau um asilo contra os mamelucos, animados e incitados à matança. Aboufeda narra que tendo ido êle mesmo a essa ilhota, alguns dias depois da tomada de Trípoli, encontrou-a coberta de cadáveres. Vários habitantes se haviam retirado aos navios e fugiam de sua desolada pátria: o mar, porém, de novo os impeliu para as praias, onde foram massacrados pelos muçulmanos. Não sòmente a população de Trípoli morreu quase tôda, mas ainda o sultão ordenou que se incendiasse e demolisse a cidade. O pôrto de Trípoli atraía uma grande parte do comércio do Mediterrâneo, a cidade possuía mais de quatro mil indústrias de sêda, admiravam-se seus palácios, suas tôrres, suas fortificações. Tantas fontes de prosperidade, tudo o que podia a paz fazer florescer e servir de defesa na guerra, tudo pereceu sob o machado e o martelo. O objetivo principal da política muçulmana, nessa guerra, era destruir o que os cristãos tinham feito, não deixar nas costas da Síria nenhum vestígio do seu poder, nada que para lá pudesse atrair, para o futuro, os

príncipes e os guerreiros do Ocidente, nada que lhes pudesse ainda dar meios de subsistência se um dia fôssem tentados a ali desfraldar seus estandartes.

Tolemaida, neutra numa guerra tão cruel, soube da queda e da destruição de uma cidade cristã por meio de alguns fugitivos que haviam escapado à matança dos muçulmanos e lhe vinham pedir um asilo. Aesta triste notícia ela teve um pressentimento das desgraças que também a ameaçavam.

Tolemaida era então a capital das colônias cristãs e a cidade mais importante da Síria. A maior parte dos francos expulsos das outras cidades da Palestina lá se havia refugiado com suas riquezas; ali tôdas as frotas abordavam, quando vinham do Ocidente; lá se viam os mais ricos negociantes de todos os países do mundo. A cidade havia aumentado, tanto em extensão como em número de habitantes; era construída com pedras quadradas, todos os muros das casas elevavam-se a igual altura; uma plataforma ou terraço cobria a maior parte dos edifícios, pinturas ornavam o interior das principais residências e aquelas habitações recebiam a luz, de dia, por janelas com vitrôs, o que era então luxo extraordinário. Nas praças públicas, tendas de sêda ou de um pano transparente, protegiam os habitantes, dos ardores do sol. Entre as duas muralhas que cercavam a cidade ao Oriente, elevavam-se castelos e palácios habitados por príncipes e por grandes da cidade; os artífices e os negociantes moravam no interior da

mesma. Entre os príncipes e os nobres que tinham residência em Tolemaida, notavam-se o Rei de Jerusalém, seus irmãos e sua família, os príncipes da Galiléia e de Antioquia, o lugar-tenente do Rei da França, o do Rei de Chipre, o Duque de Cesaréia, os condes de Trípoli e de Joppé, os senhores de Beirute, de Tiro, de Tiberíades, de Sidon, de Ibelin, de Arsur, etc. Lemos numa velha crônica que todos êsses príncipes e senhores passeavam nas praças públicas, usando uma coroa de ouro, como reis; seu séquito era numeroso e tinham vestes resplandecentes de ouro e pedras preciosas. Os dias passavam-se em festas, em espetáculos, em torneios, enquanto o pôrto via trocarem-se os tesouros da Ásia e do Ocidente e mostrava a tôda hora o quadro animado do comércio e da indústria.

A história contemporânea deplora com pesar a corrupção dos costumes que reinava em Tolemaida: a multidão de estrangeiros para lá levava os vícios de tôdas as nações; a moleza e o luxo se haviam espalhado em tôdas as classes; o clero mesmo não lhe tinha podido evitar o contágio. Entre os povos que habitavam na Síria, os mais efeminados, os mais dissolutos, eram os habitantes de Tolemaida.

Não sòmente Tolemaida era a mais rica das cidades da Síria, mas era ainda a praça mais bem fortificada. São Luís, durante sua permanência na Palestina, tudo tinha feito para restaurar e aumentar suas fortificações. Do lado da terra, uma dupla

muralha, encimada, de distância em distância por altas tôrres com ameias, cercava a cidade; um fôsso largo e profundo impedia o acesso às muralhas. Do lado do mar, a cidade era defendida por uma fortaleza construída à entrada do pôrto, pelo castelo do Templo ao lado do Sul e pela tôrre chamada Tôrre do Rei, do lado do Oriente.

Tolemaida tinha muito mais meios de defesa então, do que na época em que ela sustentou durante três anos o ataque de tôdas as fôrças da Europa. Nenhuma potência teria podido reduzi-la à sua dominação, se ela tivesse tido por habitantes, verdadeiros cidadãos e não estrangeiros, peregrinos, negociantes, sempre prontos a se mudar de um lugar para outro, com suas riquezas. Os que representavam o Rei de Nápoles, os lugar-tenentes do Rei de Chipre, os franceses, os inglêses, o legado do papa, o patriarca de Jerusalém, o Príncipe de Antioquia, as três ordens militares, os venezianos, os genoveses, os pisanos, os armênios, os tártaros, tinham cada qual seus quarteirões, sua jurisdição, seus tribunais, seus magistrados, todos independentes uns dos outros, todos com o direito de soberania. Êsses quarteirões eram como outras tantas cidades diferentes, que não tinham nem os mesmos costumes, nem a mesma língua, nem os mesmos interêsses. Era impossível estabelecer a ordem numa cidade onde tantos soberanos faziam leis e não tinham administração uniforme; onde muitas vêzes o crime se encontrava perseguido de um lado,

protegido, de outro. Assim tôdas as paixões estavam sem freio e davam lugar, muitas vêzes, a cenas sanguinolentas: além das queixas que nasciam no país, não havia uma dissensão na Europa, e principalmente na Itália, que não se fizesse sentir em Tolemaida. As discórdias dos guelfos e dos gibelinos agitavam ali os espíritos, e as rivalidades de Veneza e de Gênova haviam feito correr rios de sangue. Tôdas as nações tinham fortificações no quarteirão em que habitavam; fortificavam-se até as igrejas. Na entrada de cada praça havia uma fortaleza, portas e cadeias de ferro. Era fácil ver que todos êsses meios de defesa tinham sido empregados, menos para deter o inimigo, do que para erguer uma barreira contra vizinhos e rivais.

Os chefes de todos os quarteirões, os principais da cidade, reuniam-se algumas vêzes; mas raramente estavam de acôrdo e sempre suspeitavam uns dos outros; essas espécies de assembléias jamais tinham algum plano de ação, nenhuma regra fixa, principalmente, nenhuma previdência. A cidade, ao mesmo tempo, pedia socorros ao Ocidente e solicitava uma trégua com os muçulmanos. Quando se concluía um tratado, ninguém tinha bastante poder para fazê-lo respeitar; cada qual, ao contrário, era senhor de violá-lo e de atrair assim sôbre a cidade todos os males que essa violação podia causar.

Depois da tomada de Trípoli, o sultão do Cairo, ameaçou a cidade de Tolemaida; no entretanto,

quer porque êle temia o desespêro dos cristãos, quer porque êle julgava não ter ainda chegado o momento favorável, cedeu a algumas solicitações e renovou com os habitantes uma trégua por dois anos, dois meses, duas semanas, dois dias e duas horas. Segundo a narração de uma crônica, o legado do papa não aprovou o tratado e mandou ultrajar negociantes muçulmanos que se tinham dirigido a Tolemaida; os templários e as outras ordens militares queriam fazer reparação ao sultão do Egito; o legado opôs-se e ameaçou excomungar os que tivessem o menor contacto com os infiéis.

Um autor árabe dá uma outra causa à ruptura dos tratados. Êle conta que a mulher de um rico morador de Tolemaida, tendo-se enamorado de um jovem muçulmano, tinha ido com êle a um dos jardins, que cercam a cidade; o marido, avisado dessa afronta à fidelidade conjugal, reuniu os amigos, saiu com êles de Tolemaida, surpreendeu a mulher com o amante e matou a ambos, vingando-se. Alguns muçulmanos acorreram das vizinhanças; os cristãos chegaram em maior número; a questão inflamou-se e tornou-se geral; todos os muçulmanos que lhes caíram nas mãos, foram massacrados.

1290. Essas violências, que as notícias não deixavam de exagerar em suas descrições, podiam dar ao sultão do Egito um pretexto para recomeçar a guerra: os cristãos, que tinham o pressentimento

de novos perigos, pediram socorro ao soberano pontífice. O papa conseguiu que Veneza lhe fornecesse vinte galeras; essa frota transportou a Tolemaida uma tropa de mil e seiscentos homens, recrutados às pressas, em algumas cidades da Itália. O refôrço que se mandava aos habitantes da Palestina para sua defesa, provocou a sua ruína. Os soldados da Santa Sé, escolhidos entre aventureiros e vagabundos, entregaram-se a tôda sorte de excessos; não tendo sôldo, êles saqueavam os muçulmanos e os cristãos; por fim, aquela tropa indisciplinada, saiu com armas da cidade e foi fazer uma incursão nas terras dos muçulmanos; tudo ficou devastado à sua passagem; as aldeias e as vilas foram saqueadas, os habitantes insultados, muitos, massacrados. O sultão do Cairo mandou embaixadores aos cristãos, para se queixarem dessas violências cometidas na paz. À chegada dos enviados muçulmanos, reuniram-se vários conselhos em Tolemaida; as opiniões a princípio eram diversas; uns queriam que se defendessem os que tinham rompido a trégua, outros que se desse satisfação ao sultão e que se pedisse a continuação dos tratados. Por fim, decidiu-se mandar ao Cairo uma delegação encarregada de apresentar desculpas e de oferecer presentes. A delegação, recebida em audiência por Kélaoun, disse que o mal tinha sido cometido por soldados vindos do Ocidente, e não pelos habitantes de Tolemaida; os enviados ofereceram-se em nome de sua cidade, para castigar os autores da

desordem: sua submissão, seus rogos não conseguiram comover o sultão, que os censurou com severidade por não terem em conta a palavra dada nos tratados e dar asilo a perturbadores, a inimigos da paz e do direito das gentes. Mostrou-se tanto mais inflexível, quanto julgava a ocasião favorável para a realização dos seus projetos; êle sabia que nenhuma Cruzada era preparada na Europa, que o Papa Nicolau em vão pedia o auxílio e o concurso belicoso dos reis da França e da Inglaterra e que todos os socorros do Ocidente se reduziam àqueles aventureiros que acabavam de quebrar a trégua. Kélaoun despediu os embaixadores, ameaçando com tôda sua cólera a cidade de Tolemaida. Já suas ordens tinham sido dadas para que se fizessem os preparativos de guerra em tôdas as províncias.

À volta dos embaixadores, reuniu-se em Tolemaida um grande conselho, ao qual assistiram o patriarca de Jerusalém, João de Gresli, que governava pelo Rei da França, o senhor Oste de Granson, pelo Rei da Inglaterra, os grão-mestres do Templo e do Hospital, os principais senhores da cidade, um grande número de burgueses e de peregrinos. Depois que os embaixadores prestaram conta de sua missão e disseram das ameaças do sultão do Egito, o patriarca tomou a palavra: suas virtudes, seus cabelos brancos, seu zêlo pela causa dos cristãos, inspiravam confiança e respeito. Aquêle venerável ancião exortou a todos os que o escutavam a se armarem para

defender a cidade, a se lembrarem de que êles eram cristãos, e que deveriam morrer pela causa de Jesus Cristo; rogou-lhes que esquecessem as discórdias e não tivessem outros inimigos que os muçulmanos e que se mostrassem dignos da santa causa pela qual iam combater. Sua eloqüência despertou no auditório sentimentos generosos: todos juraram obedecer às exortações do patriarca. Feliz a cidade de Tolemaida, se seus habitantes e seus defensores tivessem conservado sempre as mesmas disposições e o mesmo entusiasmo no meio dos perigos e das desgraças da guerra!

Pediram socorros e reforços a tôda parte. Chegaram alguns peregrinos do Ocidente, alguns guerreiros das ilhas do Mediterrâneo; o Rei de Chipre desembarcou com quinhentos soldados. Êsses novos auxiliares e todos os que já estavam em armas, na cidade, perfaziam um total de novecentos homens a cavalo e dezoito mil combatentes a pé. Dividiram-nos em quatro partes, encarregados de defender as tôrres e as muralhas; a primeira estava sob o comando de João de Gresli, e de Oste de Granson; um com os franceses e o outro com os inglêses e os picardos; a segunda era comandada pelo Rei de Chipre, reunido a um grão-mestre da ordem teutônica. A terceira, pelo grão-mestre de S. João e o dos cavaleiros de Cantórbery; a quarta, pelo grão-mestre do Templo e o de S. Lázaro. Um conselho composto de oito chefes devia governar a cidade durante o cêrco.

Os muçulmanos preparavam-se de todos os lados para a guerra, tudo estava em movimento desde as margens do Nilo até o Eufrates. O sultão Kélaoun caíra doente, saindo ao Cairo e mandou na sua frente sete principais emires, cada um com quatro mil cavaleiros e vinte mil homens de infantaria. À sua chegada ao território de Tolemaida, os jardins, as casas de veraneio, as vinhas que cobriam as colinas, tudo foi devastado. À vista do incêndio que se elevava de todos os lados, a multidão dos habitantes, desorientada, nos arredores, fugiu com seus pertences, seus rebanhos e seus entes queridos, e foi contar em Tolemaida das ameaças e dos projetos sinistros dos muçulmanos. Houve alguns combates na planície, mas nada de notável e de decisivo: os muçulmanos esperavam a chegada do sultão para começar o cêrco.

No entretanto Kélaoun estava sempre no Egito, retido pela enfermidade, e, percebendo que seu fim se aproximava, o sultão mandou chamar seu filho e seus emires; recomendou a êstes que reconhecessem e servissem ao seu filho como a êle mesmo. A êste, que continuasse sem cessar a guerra contra os cristãos, rogando-lhe que não lhe concedesse as honras da sepultura, antes de ter conquistado a cidade de Tolemaida. Chalil jurou cumprir sua última vontade e quando Kélaoun fechou os olhos, os ulemás e os imãs reuniram-se na capela onde estavam os restos mortais, leram durante tôda a noite os versículos do Alcorão e não deixaram de invocar seu profeta contra

os discípulos de Cristo. Chalil não tardou em se pôr em marcha com seu exército. Os francos esperavam que a morte de Kélaoun fizesse nascer discórdias entre os mamelucos, mas, o ódio aos cristãos era suficiente para reunir os soldados muçulmanos; o cêrco mesmo de Tolemaida, a esperança de aniquilar uma cidade cristã, sufocaram todos os germes de divisões e consolidaram o poder de Chalil, que se proclamava antecipadamente vencedor dos francos e *pacificador da religião muçulmana.*

O sultão chegou por fim a Tolemaida; seu exército cobria uma enorme porção do território, medindo várias léguas, desde o mar até às montanhas. Todos os muçulmanos tinham vindo das margens do Eufrates, do Mar Vermelho e de tôdas as províncias da Síria e da Arábia. Começaram a construir aríetes, catapultas, galerias cobertas; os cedros do Líbano e os carvalhos que cobriam as montanhas da Naplousa, caídos sob os machados dos infiéis, tinham sido transportados para perto das muralhas de Tolemaida. Mais de trezentas máquinas de guerra estavam prontas para atacar as muralhas da cidade. O historiador Aboulfeda, que assistia ao cêrco, fala de uma dessas máquinas; dizia que cem carros eram necessários para transportá-la.

Êsse formidável aparelho lançou a consternação entre os habitantes de Tolemaida; o grão-mestre do Templo, perdendo a esperança na defesa e na salvação da cidade, reuniu os outros chefes para saber

se ainda havia algum meio de se renovar a trégua e de se escapar assim a uma ruína inevitável. Tendo se dirigido à tenda do sultão, êle pediu a paz, e, procurando comover-lhe o espírito exagerou as fôrças de Tolemaida. O sultão assustado sem dúvida, pelas dificuldades do cêrco e pensando encontrar uma outra ocasião de se apoderar da cidade, consentiu numa trégua, com a condição de que cada habitante lhe pagaria um dinheiro de Veneza. O grão-mestre voltou à praça, convocou uma assembléia do povo na igreja de Santa Cruz e expôs-lhe as condições, visto que não se tinha outro meio de salvar Tolemaida. Mal tinha êle declarado sua opinião, a multidão enfureceu-se; de todos os lados partiram gritos contra a traição e pouco faltou que o grão-mestre do Templo não expiasse ali mesmo sua sábia previdência e seu zêlo pela salvação da cidade. O generoso guerreiro só pensou então em morrer com as armas na mão, por um povo incapaz de sustentar a guerra pela guerra e que não permitia que o salvassem por meio da paz.

1291. A presença do sultão tinha aumentado o ardor das tropas muçulmanas. Desde os primeiros dias de sua chegada intensificaram o cêrco com incrível vigor. O exército dos inimigos contava sessenta mil cavaleiros e cento e quarenta mil homens de infantaria, que se renovavam sem cessar, e não davam descanso aos cristãos. As máquinas lançavam pedras e enormes pedaços de madeira, que em sua queda

destruíram palácios e casas da cidade. Uma nuvem de dardos, de flechas, de potes de fogo, de bolas de chumbo, caía dia e noite sôbre as muralhas e as tôrres. Nos primeiros ataques, os cristãos mataram a golpes de flechas e de pedras um grande número de infiéis que se aproximavam das muralhas. Fizeram êles várias arremetidas, numa das quais chegaram até às tendas dos muçulmanos. Por fim, foram repelidos, alguns caíram em poder dos muçulmanos e os cavaleiros sírios, que tinham amarrado ao pescoço de seus cavalos as cabeças dos vencidos, foram exibir diante do sultão do Cairo, os bárbaros troféus de uma vitória caramente comprada.

O perigo, a princípio, reunira todos os habitantes de Tolemaida e os animava com os mesmos sentimentos. Nos primeiros combates, nada igualava seu ardor; êles eram sustentados pela esperança de receber socorros do Ocidente. Esperavam também que alguma vantagem obtida sôbre os inimigos os forçaria à retirada. Mas, à medida que essas esperanças se dissipavam, seu zêlo também arrefecia; a maior parte já não podia suportar a longa fadiga; a presença de um perigo que renascia sem cessar, cansou-lhes a coragem. Os que defendiam as muralhas viam seu número diminuir todos os dias. O pôrto estava coalhado de cristãos que todos os dias fugiam, levando suas riquezas e seus bens. O exemplo dos que assim escapavam, acabou por desanimar os que ficavam; numa cidade que contava cem mil habitantes, e que,

nos primeiros dias do cêrco tinha fornecido quase vinte mil guerreiros, encontravam-se por fim, apenas doze mil homens em armas.

À deserção uniu-se logo outra desgraça, isto é, as dissensões entre os chefes: vários desaprovavam as medidas que se tomavam para a defesa da cidade e porque sua opinião não tinha prevalecido nos conselhos, êles conservavam-se inativos, esquecendo-se dos perigos e das desgraças que ameaçavam a cidade e ameaçavam a êles mesmos.

A quatro de maio (o cêrco durava já um mês) o sultão do Cairo deu o sinal de um ataque. Mandou reunir na planície trezentos camelos e sôbre cada um dêsses camelos colocaram um tambor. Um rumor espantoso ressoava ao longe. Os soldados muçulmanos, alinhados em batalha, saíram do acampamento; a multidão dos guerreiros e das armas oferecia o mais terrível espetáculo. "À medida que o exército muçulmano avançava, (são palavras de uma crônica contemporânea) o sol brilhava sôbre as tiras de ouro e todo o país parecia refletir-lhes o brilho. O ferro das espadas polidas parecia-se com as estrêlas, que brilham no céu numa noite de verão. Quando as tropas se movimentavam, de lanças erguidas, parecia uma floresta movediça; mais de quatrocentos mil combatentes cobriam as planícies e as colinas." Desde o raiar do dia, as mais terríveis máquinas de guerra não paravam de bater nas muralhas; os esforços dos atacantes dirigiam-se principalmente para a

porta e à tôrre Santo Antônio, ao oriente da cidade. Êsse pôsto era defendido pelos soldados do rei de Chipre; os muçulmanos foram colocar suas escadas ao pé daquelas muralhas; a defesa não foi menos viva que o ataque; o combate durou todo o dia; sòmente a noite obrigou os inimigos a se retirarem. O rei de Chipre, então, mais ocupado com sua segurança do que com a glória, só pensava em deixar a cidade, que êle não esperava mais salvar. À tarde, êle com suas tropas retiraram-se, com o pretexto de descansar um pouco, e confiando o pôsto de perigo, aos cavaleiros teutônicos, prometeu-lhes voltar ao raiar do sol. Mas, quando o dia despontou, o rei de Chipre havia embarcado com todos os seus cavaleiros e três mil combatentes. À notícia de tão covarde abandono, grande foi a surprêsa e a indignação dos guerreiros cristãos: "Prouvesse aos céus, exclama uma testemunha ocular, prouvesse aos céus, que soprasse um vento forte e fizesse perecer todos os fugitivos, fazendo naufragar os navios, precipitando-os ao fundo do mar, como chumbo!"

No dia seguinte, os muçulmanos deram um novo assalto. Avançaram em boa ordem, cobertos com seus largos escudos, aproximando as máquinas e trazendo uma grande quantidade de escadas. Os cristãos impediram por algum tempo que êles se aproximassem das muralhas; mas quando os muçulmanos perceberam que as tôrres ocupadas na véspera pelos cipriotas, estavam abandonadas, sua ousadia aumen-

tou; trataram de encher o fôsso, atirando-lhe muitas pedras, terra e cavalos mortos. As narrações contemporâneas referem aqui um fato difícil de se acreditar: uma tropa de sectários, a que chamam de *chages* seguia o exército dos mamelucos; a devoção dêsses sectários consistia em sofrer tôda sorte de privações e em se imolarem pela salvação do islamismo. O sultão ordenou-lhes que enchessem o fôsso e êles os encheram com seus corpos vivos e foi por êsse caminho que a cavalaria muçulmana chegou ao pé das muralhas.

Os inimigos combatiam furiosamente; uns colocavam as escadas e atiravam-se em massa contra as muralhas. Outros, macetavam os muros com as máquinas e procuravam demoli-los com tôda espécie de instrumentos. Por fim, fizeram uma grande brecha, por onde poderiam entrar na cidade. Essa brecha foi teatro de um sangrento combate; não se atiravam mais nem flechas, nem pedras; combatia-se com a espada, com a lança e com a maça. A multidão dos muçulmanos aumentava sempre, enquanto os cristãos não recebiam socorro. Por fim, os que defendiam as muralhas, cansados e esgotados, vencidos pelo número, foram obrigados a fugir para a cidade; os muçulmanos precipitaram-se em sua perseguição e, o que é difícil de se acreditar, a maior parte dos habitantes permanecia imóvel como simples espectadores! Não que a presença do perigo tivesse lhes gelado a coragem, mas o espírito de rivalidade e de

inveja não se havia apagado, com o sentimento das desgraças públicas. "Quando a notícia da entrada dos sarracenos, (damos a palavra a uma narrativa contemporânea) espalhou-se pela cidade, muitos burgueses, por despeito, não mostram a coragem que deviam e não fizeram caso do que lhes poderia acontecer, pensando, em seu coração, que o sultão não os trataria mal, visto que êles não tinham consentido na violação da trégua." Em suas loucas esperanças, êles preferiam dever sua salvação à clemência do vencedor do que à bravura dos soldados cristãos. Longe de levar socorro aos seus vizinhos, cada um se regozijava, em segrêdo, com suas perdas; os principais chefes de cada quarteirão ou de cada nação, temiam expor seus soldados, não para conservar suas fôrças contra os muçulmanos, mas para ter mais império na cidade e conservar os meios de ser um dia os mais poderosos e os mais temíveis nas discórdias públicas.

No entretanto, a verdadeira bravura não se deixava levar por paixões tão vergonhosas e covardes: as milícias do Templo e do hospital apareciam por tôda parte onde havia perigo. Guilherme de Clermont, marechal dos hospitalários, acorreu com seus cavaleiros, ao lugar da desordem e do perigo. Encontrou uma multidão de cristãos que fugiam; o bravo guerreiro reanima-lhes a coragem abatida e, precipitando-se, êle mesmo, contra as fileiras dos inimigos, derruba e abate tudo o que se apresenta à sua passa-

gem; os muçulmanos, diz a narração já citada, *fugiam à sua aproximação como as ovelhas diante de um lôbo.* A maior parte então dos que tinham fugido, voltaram ao combate; o choque foi terrível e a matança, espantosa. Pela tarde, as trombetas dos atacantes tocaram retirada; os muçulmanos que haviam escapado ao ferro dos cristãos retiraram-se em desordem pela brecha, que êles mesmos tinham feito.

Essa vantagem mudou de repente os ânimos; aquêles que não tinham tomado parte no combate e que se haviam conservado impassíveis em suas residências, por fim, temeram que os acusassem de trair a causa dos cristãos. Puseram-se em marcha, de bandeiras desfraldadas e avançaram para a porta Santo Antônio. O campo de batalha, cheio de restos ainda da matança, despertou nêles sentimentos generosos e se êles ainda não haviam feito brilhar sua coragem, a presença dos guerreiros estendidos por terra, que lhes rogavam tivessem piedade dêles e cuidassem de seus ferimentos, ofereceu-lhes, pelo menos a ocasião de usar de caridade para com êles. Socorreram os feridos, enterraram os mortos; em seguida restauraram as muralhas, colocaram as máquinas; a noite tôda foi empregada em preparar os meios de defesa para o dia seguinte.

Ao despontar do sol de um novo dia, convocou-se uma assembléia geral, na casa dos hospitalários. A tristeza estava esculpida em todos os rostos. Na véspera haviam perdido mil guerreiros. Na cidade

havia sòmente sete mil combatentes; já êles não eram suficientes para defender as tôrres e as muralhas e não tinham mais esperanças de vencer os inimigos. O futuro lhes oferecia sòmente perigos e calamidades.

Quando tôda a assembléia se reuniu o patriarca de Jerusalém tomou a palavra. O venerável prelado não fêz censuras aos que não tinham auxiliado a defesa da cidade, no dia anterior; devia-se esquecer o passado; não louvou os que se haviam distinguido pela bravura, para não despertar a inveja. Em suas palavras não falou da pátria. A maior parte daqueles que o escutavam não tinham Tolemaida por pátria. O quadro das desgraças que ameaçavam a cidade e cada um de seus habitantes, foi apresentado sob as côres mais sombrias. Não havia esperança, nem asilo, para os vencidos; nada se devia esperar da clemência dos muçulmanos, que sempre cumpriam suas ameaças, e jamais, suas promessas. Era certo que a Europa não lhes mandaria auxílio; não tinham bastante navios para pensar em fugir por mar. Assim, o patriarca procurava menos dissipar as apreensões de seus ouvintes, do que animá-los para o desespêro. Terminou seu discurso exortando-os a pôr tôda sua confiança em Deus e em sua espada, em se preparar para o combate pela penitência, em se amarem uns aos outros, em se ajudarem recìprocamente, em tornar sua vida e sua morte gloriosas para êles, úteis, para a cristandade.

O discurso do patriarca causou a mais viva impressão na assembléia: só se ouviam suspiros e soluços. Todos derramavam lágrimas. Os sentimentos religiosos, que a vista de um grande perigo de ordinário reanima, enchia-lhes a alma de um ardor e de um entusiasmo desconhecido; a maior parte abraçava-se, exortavam-se recìprocamente a enfrentar os perigos; confessavam-se uns com os outros e aspiravam à coroa do martírio. Aquêles mesmos que no dia anterior pensavam em desertar, juraram que não abandonariam a cidade e que morreriam nas muralhas, com seus irmãos e companheiros.

Os chefes e os soldados foram então ocupar-se dos postos confiados à sua coragem e bravura. Os que não são empregados na defesa das muralhas e das tôrres, dispõem-se a combater contra o inimigo, se viesse a penetrar na cidade; elevam-se barreiras em tôdas as ruas, fazem-se montes de pedras sôbre os telhados, à porta das casas, para deter a marcha dos invasores e esmagar os muçulmanos.

Mal haviam terminado êstes preparativos, o ar ressoou com o som das trombetas, e dos tambores; um ruído horrível, que se fazia ouvir na planície, anunciou a aproximação dos muçulmanos; depois de ter lançado uma multidão de flechas, êles se precipitam para a muralha que tinham derrubado no dia anterior. Opuseram-lhes grande resistência, o que êles não esperavam, absolutamente. Muitos morreram ali, aos pés das muralhas; mas, como seu número crescia

sempre mais, os ataques se renovavam continuamente, e por fim, vieram a cansar a resistência e as fôrças dos cristãos, sempre em número pequeno e sem reforços e socorros. Êstes, ao fim do dia, mal tinham fôrças para atirar os dardos e manejar suas lanças. A muralha ruiu de novo aos golpes dos aríetes; então, ouviu-se o patriarca, sempre presente no lugar do perigo, exclamar com voz lancinante: "Deus! Rodeia-nos de uma muralha que os homens não possam destruir e cobre-nos com a égide de teu poder." A essa voz, os soldados pareceram reanimar-se e fizeram um último esfôrço; êles precipitavam-se contra o inimigo, proferindo o nome *bendito de Jesus, em voz alta. Os sarracenos,* diz uma narração manuscrita, *chamavam a Maomé proferindo as mais violentas ameaças, contra os defensores da fé cristã.*

Enquanto assim se combatia nas muralhas, a cidade esperava, no temor, o término do combate. A agitação dos espíritos gerava mil notícias que eram recebidas e rejeitadas, ao mesmo tempo. Dizia-se, nos quarteirões mais afastados, que os cristãos tinham vencido e que os muçulmanos tinham fugido; dizia-se ainda que uma frota chegara do Ocidente, com um exército. A êsses boatos, que causavam momentos de alegria, sucediam-se outros espantosos e horríveis, e em tudo isso de verdade, só havia o que se dizia de sinistro.

Logo souberam que os muçulmanos tinham entrado na cidade. Os guerreiros cristãos, que defen-

diam a porta Santo Antônio, não tinham podido resistir ao embate dos inimigos e fugiam nas ruas, implorando o socorro dos habitantes. Então, êstes lembraram-se das exortações do patriarca; reforços apareceram de todos os quarteirões; viram reaparecer os cavaleiros do hospital tendo à frente o valoroso Guilherme. Uma chuva de pedras caía do alto das casas; cadeias de ferro eram estendidas à passagem da cavalaria muçulmana. Os que já haviam combatido retomavam as fôrças e precipitavam-se novamente à luta; os que chegavam em seu auxílio corriam para êles e atacavam logo os batalhões muçulmanos. Dispersando-os, perseguindo-os para além das muralhas. Êsses combates mostram-nos tudo o que pode o valor unido ao desespêro. Vendo de um lado a ruína inevitável de uma grande cidade, de outro os esforços de um pequeno número de defensores que afastam todos os dias as cenas da destruição e da morte, não podemos evitar a compaixão e a surprêsa. Os assaltos renovam-se sem cessar; e sempre com o mesmo furor. No fim de cada dia, os infelizes habitantes de Tolemaida felicitavam-se por terem triunfado contra os inimigos; mas, no dia seguinte, quando o sol voltava a aparecer no horizonte, quais os seus pensamentos, quando, do alto das muralhas reviam o exército muçulmano, sempre o mesmo, cobrindo a planície, desde o mar até aos pés das montanhas de Karouba!!...

Como no tempo de Saladino, os muçulmanos não tinham frota que lhes trouxesse socorros e víveres, ou que lhes pudesse fechar o pôrto de Tolemaida, enquanto os cristãos tinham muitos navios e barcas, que percorriam a costa e levavam o terror entre as hostes muçulmanas, acampadas nas margens do Oceano. Depois de tantos combates, nos quais a inumerável multidão dos inimigos não tinha podido obter vantagem decisiva, êstes começavam a se deixar dominar pelo desânimo. No exército muçulmano não se podia compreender a inexplicável bravura dos cristãos, senão atribuindo-lhe uma causa milagrosa. Mil narrações extraordinárias voavam de bôca em bôca e feriam a imaginação da multidão grosseira dos muçulmanos. Êles julgavam ver dois homens em cada um dos que tinham de combater. No auge do espanto, êles persuadiam-se de que cada guerreiro que caía aos seus golpes, renascia e tornava a aparecer mais forte e mais terrível, no campo de batalha. O sultão do Cairo parecia ter perdido a esperança de tomar a cidade. Afirmam que os renegados, aos quais a apostasia fazia desejar a ruína do nome cristão, procuraram então reanimar sua coragem; êsses implacáveis trânsfugas tudo fizeram para encorajar os chefes, para animá-los ao combate, para despertar nos corações as paixões furiosas que êles mesmos sentiam. Por outro lado, os imãs e os xeques presentes, no acampamento dos mamelucos, percorriam as fileiras do exército para inflamar o fanatismo dos solda-

dos; o sultão ameaçou com o suplício a todos os que fugissem, diante do inimigo; êle propôs recompensas extraordinárias para os que chantassem o estandarte do profeta, não mais no alto das muralhas, mas no meio da cidade.

A 18 de maio, dia funesto para os cristãos, deu-se o sinal de um novo assalto. Desde o raiar do dia o exército muçulmano estava em armas, pronto para o ataque; o sultão animava os soldados com sua presença. O ataque e a defesa foram mais vivos e persistentes que nos outros dias. Entre os que caíram no campo de batalha, contavam-se sete muçulmanos por um cristão. Mas os muçulmanos podiam reparar suas perdas e as dos cristãos eram irreparáveis. Os muçulmanos dirigiam ainda todos seus esforços contra a tôrre e a porta Santo Antônio.

Estavam já na brecha, quando os cavaleiros do Templo tomaram a resolução ousada de sair da cidade e atacar o acampamento dos muçulmanos. Encontraram o exército em ordem de batalha; depois de um sangrento combate, os muçulmanos repeliram os cristãos e os perseguiram até junto das muralhas. O grão-mestre do Templo foi atingido por uma flecha e caiu no meio dos seus cavaleiros. O grão-mestre do hospital recebeu ao mesmo tempo um ferimento que o pôs fora de combate. A derrota então, tornou-se geral; perderam tôda a esperança de salvar a cidade. Restavam apenas mil guerreiros cristãos

para defender a porta Santo Antônio, contra todo o exército muçulmano.

Os cristãos foram obrigados a ceder à multidão dos inimigos; êles dirigiram-se para a casa do Templo, situada do lado do mar. Um crepe de luto estendeu-se então, por sôbre tôda a cidade de Tolemaida: os muçulmanos avançaram cheios de furor; não houve uma só rua que não presenciasse o espetáculo horrível da matança; combatia-se em todos os fortes, disputavam-se os palácios e na entrada de cada praça travaram-se violentas lutas; em tôdas essas refregas, havia tantos mortos, que, segundo as palavras de uma testemunha ocular, um cavaleiro de São João, *caminhava-se sôbre corpos mortos que cobriam o chão.*

Então, como se o céu irritado quisesse dar o sinal do *fim de tôdas as coisas,* uma violenta tempestade acompanhada de trovões e de granizo, desabou sôbre a cidade; o horizonte cobriu-se, de repente, de nuvens escuras, difundindo densas trevas, tanto que mal se podiam ver os combatentes, nem suas insígnias, para se saber, que bandeiras esvoaçavam nas tôrres. Todos os flagelos contribuíam para a desolação de Tolemaida. O incêndio lavrou em vários pontos da cidade, devorando muitos quarteirões, sem que ninguém pudesse apagá-lo: os vencedores só pensavam em destruir a cidade, os vencidos só pensavam em fugir.

Uma grande multidão de povo, corria ao acaso, sem saber onde poderia encontrar refúgio. Famílias

inteiras abrigavam-se nas igrejas, onde eram devoradas pelas chamas ou degoladas aos pés do altar; religiosas, virgens tímidas, misturavam-se com a multidão, que errava na cidade, martirizando-se a si mesmas, ferindo o rosto e o seio para escapar à sanha e à brutalidade dos vencedores. O que havia de mais deplorável no espetáculo que então Tolemaida oferecia, era a deserção dos chefes, que abandonavam o povo entregue ao excesso do desespêro. Tinham visto fugir, desde o comêço da luta, João de Gresli e Oste de Granson, que mal haviam aparecido nas muralhas, durante o cêrco; muitos outros, que tinham feito juramento de morte, à vista da destruição geral, só pensaram em salvar a vida e atiraram fora as armas, na pressa de fugir. A história pode, no entretanto, opor a essas covardes deserções, alguns fatos de verdadeiro heroísmo. Não nos esquecemos dos feitos brilhantes de Guilherme de Clermont. Nas ruínas de Tolemaida, na desolação universal, êle ainda desafiava o inimigo; procurando reunir alguns guerreiros cristãos, êle correu à porta Santo Antônio, que os Templários acabavam de abandonar. Êle sòzinho quer recomeçar o combate; atravessa várias vêzes as fileiras muçulmanas e volta atrás, sempre combatendo. Chegando ao meio da cidade, *seu cavalo,* copiamos da relação manuscrita, *estava muito cansado e êle também. O cavalo resistiu às esporas e parou numa rua, como quem não resiste mais. Os sarracenos, a golpes de flechas derrubaram por terra o irmão*

Guilherme; assim o leal campeão de Jesus Cristo entregou a alma ao Criador.

Não podemos negar elogios ao devotamento do patriarca de Jerusalém, que, durante o cêrco, tinha partilhado dos perigos dos guerreiros. Quando o levaram para o pôrto, para preservá-lo da perseguição dos muçulmanos, o generoso ancião queixava-se com tristeza de se ver separado do seu rebanho, no auge do perigo; forçaram-no a embarcar; mas como êle recebeu no navio todos os que se apresentaram, o navio afundou e o fiel pastor morreu vítima de sua caridade.

O mar estava muito tempestuoso, os navios não podiam se aproximar da terra. A praia apresentava um espetáculo horrível: uma mãe que chamava seu filho; um filho, seu pai. Muitos se precipitavam, desesperadamente, às águas. A multidão procurava alcançar a nado os navios; uns afogavam-se no trajeto, outros eram afastados a golpes de remos. Viram chegar ao pôrto várias mulheres das mais nobres famílias, trazendo consigo seus diamantes e seus adornos mais preciosos. Prometiam aos marinheiros casarem-se com êles, entregarem-se a êles, com tôdas as suas riquezas, se as levassem para longe do perigo. Foram levadas para a ilha de Chipre. Só se mostrava piedade para com os que tinham alguma riqueza ou tesouro a oferecer. Assim, as lágrimas não comoviam mais os corações e a ambição substituíra a humanidade. Por fim, os cavaleiros muçulmanos

chegaram ao pôrto; perseguiram os cristãos até às águas. Ninguém mais escapou à matança.

No entretanto, na cidade entregue às chamas, ao saque, à barbárie do vencedor, muitas fortalezas continuavam de pé, defendidas por alguns soldados cristãos; êsses infelizes guerreiros morreram com as armas na mão, sem ter outras testemunhas do seu fim glorioso que seus implacáveis inimigos.

O castelo do Templo, onde se haviam refugiado todos os cavaleiros que tinham escapado à sanha dos muçulmanos, era o único lugar da cidade onde ainda se combatia. O sultão concedeu-lhes a capitulação e mandou trezentos muçulmanos para a execução do tratado. Apenas êles entraram numa das tôrres principais, a tôrre do grão-mestre, ofenderam as mulheres que lá se haviam refugiado. Essa violação do direito das gentes, irritou de tal modo os guerreiros cristãos, que todos os muçulmanos que tinham entrado na tôrre, foram imolados, como uma mui justa vingança. O sultão, irritado também, ordenou que sitiassem os cristãos em seu último asilo e que matassem a todos. Os cavaleiros do Templo e seus companheiros defenderam-se durante vários dias; por fim a tôrre do grão-mestre foi minada e ruiu, no momento em que os muçulmanos davam o assalto. Os que atacavam e os que a defendiam, foram esmagados com a queda. As mulheres, as crianças, os guerreiros cristãos, todos os que ali tinham buscado abrigo, foram sepultados nos escombros. Tôdas as igrejas

de Tolemaida tinham sido profanadas, saqueadas e incendiadas. O sultão ordenou que os principais edifícios, as tôrres e as muralhas fôssem demolidos.

Os soldados muçulmanos manifestavam sua alegria com feroz clamor. A alegria dos vencedores fazia um horrível contraste com a desolação dos vencidos. Nas cenas tumultuosas da vitória, ouviam-se, de um lado, os gritos das mulheres, as quais os bárbaros violentavam, em seu acampamento. De outro, os clamores e a gritaria das crianças que elas levavam. Uma multidão esparsa de fugitivos, expulsa das ruínas e não encontrando mais refúgio algum, dirigia-se à tenda do sultão, para lhe implorar misericórdia; Chalil distribuiu êsses cristãos suplicantes aos seus emires, que os mandaram massacrar. Makrisi calcula em dez mil o número dessas infelizes vítimas.

Depois da tomada e da destruição de Tolemaida, o sultão mandou um de seus emires com um corpo de tropas para se apoderar da cidade de Tiro: essa cidade, tomada de espanto, abriu as portas, sem resistência. Os vencedores apoderaram-se também de Beirute, de Sidon e de tôdas as cidades cristãs da costa. Essas cidades, que não tinham levado auxílio a Tolemaida e que se julgavam protegidas por uma trégua, viram sua população massacrada, dispersa, levada para a escravidão. O furor dos muçulmanos, estendeu-se até às pedras: reviraram-nas no solo que os cristãos tinham pisado; suas casas, seus templos, os monumentos de sua arte, de sua piedade, de seu

valor, tudo foi condenado a perecer com êles pelo ferro e pelo fogo.

A maior parte das crônicas contemporâneas atribui tão grandes desastres aos pecados dos habitantes da Palestina e não vê nas cenas da destruição, que um efeito da cólera divina, que outrora desabara também sôbre Nínive e Babilônia. A história não rejeita tais explicações fáceis; mas é-lhe permitido, sem dúvida, penetrar mais além, nos negócios humanos, e, reconhecendo a intervenção do céu nos destinos políticos dos povos, deve, pelo menos, procurar conhecer os meios de que se serviu a providência para elevar, manter por algum tempo e destruir por fim, os impérios.

Mostramos em nossa descrição até que ponto a ambição dos chefes, a indisciplina dos guerreiros, as paixões turbulentas da multidão, a corrupção dos costumes, o espírito de discórdia e de divergência, enfim, o espírito de egoísmo e de isolamento, tinham podido levar o reino de Jerusalém à decadência. Nos livros seguintes, estender-nos-emos mais sôbre as causas que motivaram o fim das Cruzadas e que fizeram os francos, os quais por muito tempo foram vitoriosos, perder o fruto de suas conquistas. Limitar-nos-emos a dizer aqui, em poucas palavras, como a potência cristã na Síria caiu tão depressa.

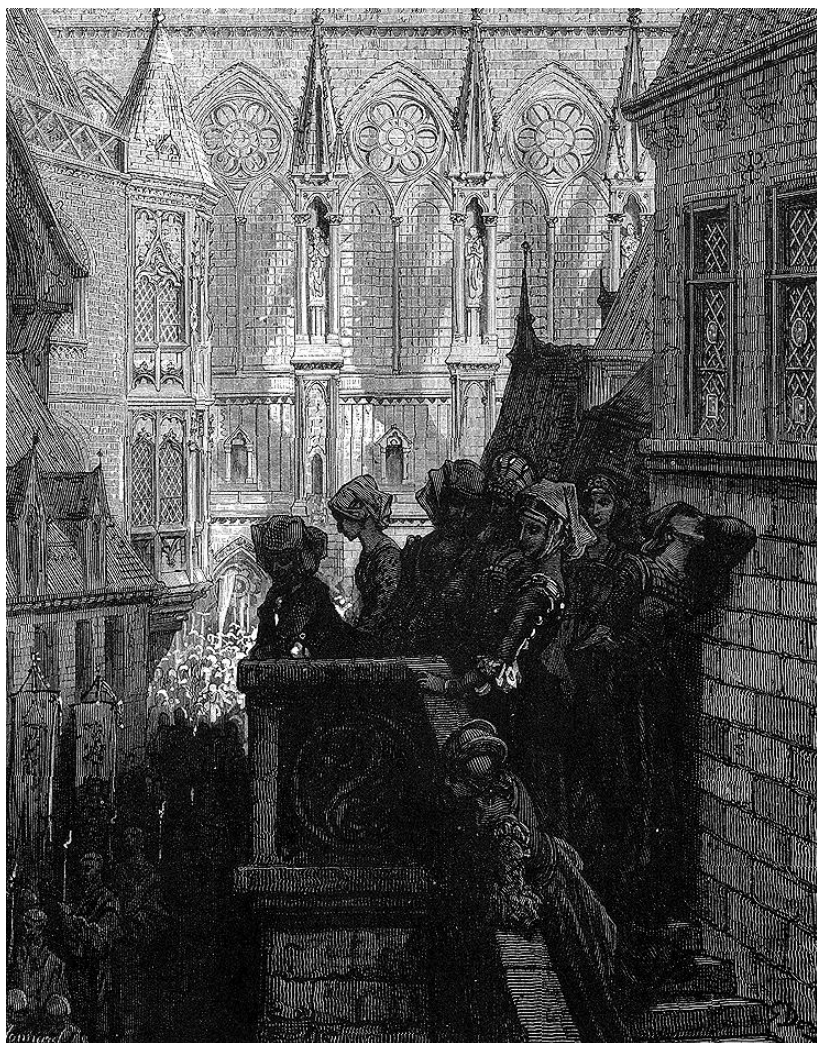
Essa potência tinha sido lançada às costas da Ásia, como por uma tempestade; semelhante àquelas plantas exóticas, que crescem com dificuldade longe

do solo que lhes é próprio, ela não tinha podido receber seu desenvolvimento natural, num clima e sob um céu estrangeiro. As colônias cristãs no Oriente contavam mais de oitenta cidades, um número ainda maior de castelos e fortalezas; mas a maior parte dêsses castelos e dessas fortalezas recebiam seus defensores e seus habitantes da França, da Alemanha, da Inglaterra ou da Itália. Assim, êsses estados longínquos não tinham em si mesmo o princípio da própria conservação e o verdadeiro sustentáculo do reino de Jerusalém encontrava-se no Ocidente. A decadência ou a prosperidade dêsse reino não dependia sòmente de suas leis, de sua extensão, do número de suas cidades; sua salvação dependia também do zêlo, que outros povos empregavam em socorrê-lo; dependia de certas opiniões dominantes que levavam as nações cristãs a tomar as armas contra seus inimigos. Enquanto as colônias dos francos atraíram a atenção da Europa, e seu nome foi bastante para excitar o ardor belicoso dos povos que habitavam além dos mares, elas se sustentaram com brilho; caíram, quando a Europa voltou suas vistas para longe dela e a poderosa opinião que as tinha fundado começou a enfraquecer. Sua glória foi obra de entusiasmo religioso, ou melhor, do patriotismo cristão que as tinha fundado. Uma das maiores calamidades foi a indiferença dos fiéis. Para resumir nosso pensamento, ser-nos-á suficiente dizer

que o império dos cristãos, na Ásia, tinha começado com as Cruzadas e devia terminar com elas.

Uma crônica muçulmana, depois de ter descrito a desolação das costas da Síria e a expulsão dos cristãos, termina a narração com esta singular reflexão: "*As coisas, se apraz a Deus, ficarão assim até o juízo final.*" Os votos do historiador árabe até agora foram bem ouvidos; os muçulmanos, há mais de cinco séculos governam todos os países outrora ocupados pelos cristãos, e com êles reina o gênio da destruição, que presidiu à guerra que acabamos de descrever. Entre os dolorosos pensamentos que nos deixa a descrição de tantos desastres, há um que nos aflige mais que todos, porque nos oferece um dos mais deploráveis resultados das Cruzadas na Ásia. Lembramos a multidão de cristãos, que, na época da primeira Cruzada, povoava as cidades da Síria e da Ásia Menor. Depois dos últimos triunfos dos mamelucos, não sòmente a população dos francos, que morava na Fenícia, na Palestina, foi aniquilada ou obrigada a fugir; mas, ainda o número de cristãos ficou reduzido a mais da metade em tôdas as regiões da vizinhança, em todos os lugares por onde os cruzados haviam passado. A guerra feita ao islamismo tinha irritado os muçulmanos, que, abusando de suas vitórias, não permitiam mais, aos discípulos do Evangelho, estabelecerem-se no meio dêles, e que, considerando-os como seus mais cruéis inimigos, os haviam condenado ao exílio, por tôda a parte, bem como

à escravidão e a todo gênero de misérias. A maior parte das igrejas que tinham sido construídas nas cidades de Damasco, de Alepo, do Cairo, de Edessa, de Icônio, foi destruída ou abandonada; as grutas do Líbano e das montanhas da Judéia, as células do Sinai e do Carmelo, as solidões de Mênfis e de Scetté, tinham perdido seus piedosos habitantes e não ressoavam mais com as vozes da oração. Assim, essas expedições longínquas, cujo fim principal era libertar, além dos mares, os servidores de Jesus Cristo, por fim, sòmente trouxeram a perseguição, o desespêro e a morte, aos fiéis do Oriente. É aqui que devemos admirar os desígnios secretos da providência, que podemos exclamar com o mais eloqüente pregador das Cruzadas, que nessas santas expedições *Deus não tinha poupado nem seu povo nem seu nome.*

Quando se soube na Europa da tomada e da destruição de Tolemaida, o Ocidente sentiu-se imerso em profunda dor. Ninguém havia pensado em tomar as armas para socorrê-la, mas todos deploravam a sua perda. Os fiéis acusavam-se recìprocamente de ter deixado sem defesa uma cidade cristã, de a ter abandonado *como uma ovelha no meio dos lôbos.* Na desolação geral, muitas lamentações se ergueram contra o soberano pontífice e os primeiros pastôres da Igreja, *demasiado ocupados com os reinos e os bens dêste mundo.* Em sua descrição do cêrco e da ruína de Tolemaida, feita na presença do papa, o monge grego Arsênio dizia-lhe: "Vossos cuidados pela Si-

Preces pelos mortos.

cília ocupavam de tal modo vosso coração, que vos esquecestes dos perigos da Palestina". As censuras dos fiéis não poupavam nem mesmo os príncipes e os reis da cristandade; uns abandonando-se às delícias desta vida, erguendo tôrres e palácios soberbos, dirigindo suas armas contra animais ferozes e pássaros do céu; outros, oprimindo seus súditos com impostos, para fazer guerra a povos cristãos e aumentar os próprios territórios. A multidão consternada contava prodígios, pelos quais Deus Todo-Poderoso tinha anunciado os decretos de sua cólera. Muitos fiéis estavam persuadidos de que os santos e os anjos tinham desertado das moradias sagradas de Jerusalém, dos santuários de Belém, de Nazaré e da Galiléia. Todos os dias, viam-se desembarcar nos portos da Itália infelizes habitantes da Palestina, que percorriam as cidades pedindo esmola e narravam, com os olhos cheios de lágrimas, as últimas desgraças dos cristãos do Oriente.

LIVRO DÉCIMO NONO

TENTATIVAS DE NOVAS CRUZADAS CONTRA OS TURCOS.

1291 — 1453

Nova Cruzada pregada pelo papa; o príncipe tártaro Cazan manda uma embaixada a Roma; assembléia de Poitiers; tomada de Rodes pelos cavaleiros de São João de Jerusalém; os cavaleiros do Templo vêm se estabelecer na França; rápida vista de olhos sôbre as causas da destruição da Ordem; Carlos, o Belo, recebe embaixadores dos armênios; Petrarca, Raimundo Lullo, Sanuto; Filipe de Valois reune os barões da Santa Capela; o califa do Egito maltrata os cristãos; a peste negra; *Pedro de Lusignan, rei de Chipre, vem a Roma; suas propostas; percorre a Europa; o rei João toma a cruz, mas vai morrer em Londres; uma frota genovesa conduz os cruzados a Almahia, (chamada África); combate de dez contra dez; desconfianças contra os genoveses; comêço do império otomano; Bajazet, na Hungria; batalha de Nicópolis; Bajazet despede os prisioneiros franceses; nova emprêsa dirigida por Boucicot; Manuel Paleólogo na côrte de Carlos VI; Tamerlão vem combater Bajazet; batalha de Ancira; o Papa Eugênio recruta tropas; trégua de dez anos concluida com Amurat II. Sanderberg; batalha de Varna, perdida pelos cristãos; Maomé torna-se senhor de Constantinopla.*

Chegamos ao fim da época brilhante das Cruzadas, mas ainda não terminamos nossa obra; pois, ao mesmo tempo em que a curiosidade dos leitores deseja muito saber a causa dos acontecimentos, deve também desejar conhecer o que êles deixaram após de si e a influência que tiveram sôbre o estado das sociedades. Depois de se ter visto durante perto de dois séculos a Europa abalar-se e atirar-se sôbre a Ásia, quem não terá o desejo de saber, como as paixões que tinham agitado o mundo cristão, perderam pouco a pouco sua violência e sua energia? Quais as combinações da política e as mudanças operadas no espírito dos povos, que enfraqueceram êsse entusiasmo universal? Quais, numa palavra, os interêsses, os costumes, os hábitos, que substituiram a devoção das peregrinações de além-mar, e sucederam aos prodígios das Cruzadas? Aqui a filosofia da história vem nos iluminar com seu facho e nos mostrar o curso eterno das coisas humanas. O fim das grandes revoluções pode ser comparado com essa época da vida do homem, onde termina a juventude: é aí que se recolhem os frutos de uma experiência conquistada no meio do ruído e do ardor das paixões; é aí que vem se refletir, como num espelho fiel, o pas-

sado, com suas recordações e suas advertências salutares.

Nós prosseguiremos então, com confiança, a tarefa que temos iniciado. Se, na estrada que nos resta a percorrer, temos poucas coisas a dizer, que possam despertar a curiosidade do vulgo, os espíritos esclarecidos encontrarão sem dúvida, algum interêsse em seguir conosco essas longas vibrações de uma revolução, que tinha abalado o Oriente como o Ocidente e cujas conseqüências deviam se fazer sentir até à posteridade.

Quando a notícia da tomada de Tolemaida chegou à Europa, o Papa Nicolau IV, que haviam acusado de uma culpável indiferença, não se ocupou mais, que de pregar uma Cruzada. Uma bula dirigida a todos os fiéis, deplorou em têrmos patéticos os últimos desastres dos cristãos. Mais essas desgraças eram grandes, mais o papa se apressava em abrir aos povos cruzados, os tesouros da misericórdia divina e das indulgências pontifícias. Uma indulgência de cem dias era concedida aos que assistissem aos sermões dos pregadores da Cruzada e que viessem ouvir, nas igrejas, os gemidos da cidade de Deus. Os oradores sagrados tiveram a permissão de pregar a guerra do Oriente até nos lugares interditos; e, para que os grandes pecadores pudessem ser admitidos no número dos soldados da cruz, os pregadores receberam a faculdade de conceder certas absolvições reservadas à autoridade suprema da Santa Sé.

Em várias províncias o clero se reunia, a convite do papa, para deliberar sôbre os meios de reconquistar a Palestina. Os pastôres da igreja ocuparam-se com zêlo dessa piedosa missão e as opiniões de todos os prelados se uniram, primeiro, para rogar ao Soberano Pontífice que trabalhasse sem cessar para restabelecer a paz entre os príncipes cristãos.

Vários monarcas já tinham tomado a cruz. Nicolau mandou-lhes legados para insistir que cumprissem o voto, que pareciam ter esquecido. Eduardo, da Inglaterra, embora tivesse cobrado as décimas do clero, para as despesas da Cruzada, mostrou pouca solicitude em deixar seus territórios, para voltar à Ásia. O imperador Rodolfo que na conferência de Losana tinha prometido ao papa fazer uma viagem além-mar, morreu naquela época, mais ocupado com os negócios da Alemanha do que com os dos cristãos do Oriente. Nicolau IV mandou dizer a Filipe, o Belo, que o Ocidente tinha as vistas sôbre êle, e que seu exemplo podia levar tôda a cristandade; o soberano pontífice exortava ao mesmo tempo os prelados da igreja da França a se unirem a êle para fazer o rei, os grandes e o povo tomar as armas contra os infiéis.

O pai dos cristãos não limitou seus esforços, em despertar o zêlo dos príncipes e dos povos do Ocidente. O imperador grego Andrônico Paleólogo, o imperador de Trebisonda, os reis da Armênia, da Geórgia e de Chipre, receberam mensagens apostó-

licas, nas quais êle lhes comunicava a próxima libertação dos santos lugares. Como em sua miséria os cristãos tinham às vêzes voltado suas vistas para os tártaros, dois missionários foram mandados à côrte de Argon, encarregados de oferecer ao imperador mongol, as bênçãos do soberano pontífice e de solicitar seus poderosos auxílios contra os muçulmanos.

Todo o Ocidente, como vimos, tinha sido ferido pelos sentimentos da dor mais profunda e não podia reacender nos espíritos dos povos o entusiasmo pelas Cruzadas. Nicolau IV morreu a 4 de abril de 1292, sem ter podido reunir um exército cristão. Depois de sua morte, o conclave não se pôs de acôrdo, para nomear o novo chefe da Igreja, e a Santa Sé ficou vacante durante vinte e sete meses. Nesse longo intervalo, as cátedras, onde ressoavam as queixas dos fiéis de além-mar, ficaram mudas e o Ocidente esqueceu as últimas calamidades da Terra Santa.

No Oriente, os negócios dos cristãos não tomavam uma feição mais favorável. A discórdia surgida entre os príncipes da família de Hayton, desolava a Armênia e entregava o país à invasão dos bárbaros. O reino de Chipre, último asilo dos francos, na Ásia, devia, então, sua tranqüilidade passageira, às sangrentas divisões dos mamelucos no Egito e pareciam ocupar-se de seus próprios perigos.

Mas, enquanto a cristandade não pensava mais na libertação de Jerusalém, os tártaros da Pérsia, aos

quais o papa tinha mandado missionários, vieram, de repente, reanimar as esperanças da cristandade e fizeram o projeto de arrancar aos muçulmanos a Síria e a Palestina, emprêsa à qual só faltava, para ser uma Cruzada, ter por chefe um príncipe cristão e ser proclamada pelo chefe da igreja.

Há longo tempo os tártaros, como pudemos ver no livro precedente, faziam a guerra às potências inimigas dos cristãos. Argon, quando morreu, ocupava-se dos preparativos de uma grande expedição contra os senhores da Síria e do Egito. Êsses preparativos tinham espalhado tão vivas apreensões entre os muçulmanos, que êstes puseram a morte improvisa do príncipe mongol, no número dos milagres operados em favor do islamismo.

Entre os sucessores de Argon, que por sua vez foram amigos e inimigos dos muçulmanos, houve um chefe hábil, belicoso e mais animado que todos os outros da ambição pelas conquistas. O historiador grego Pachymero e o armênio Hayton fazem os maiores elogios da bravura, da virtude e mesmo da piedade de Cazan. Êsse príncipe mongol considerava os cristãos como os mais fiéis aliados e nos seus exércitos, onde serviam geórgios, o estandarte da cruz brilhava ao lado do estandarte imperial. A conquista das margens do Nilo e do Jordão ocupava todos os seus pensamentos e, quando cidades novas se erguiam em seu império, êle gostava de lhes dar nomes de cidades do Egito, da Síria ou da Judéia.

Cazan deixou a Pérsia à frente de um exército; os reis da Armênia e da Geórgia, o rei de Chipre e as ordens de São João e do Templo, avisados de seus projetos, tinham vindo reunir-se às suas bandeiras. Travou-se uma grande batalha perto de Emesa: a vitória declarou-se contra o sultão do Egito, que perdeu a melhor parte do exército e foi perseguido até o deserto pelos cavaleiros armênios.

Alepo e Damasco abriram suas portas aos vencedores. Se acreditarmos no historiador Hayton, os cristãos reentraram então em Jerusalém e o imperador dos tártaros, visitou com êles o túmulo de Jesus Cristo.

1300. Foi de lá que Cazan mandou embaixadores ao papa e aos soberanos da Europa, para solicitar sua aliança e oferecer-lhes a posse da Terra Santa. No meio das singularidades dessa época admirar-nos-emos, sem dúvida, de ver um imperador mongol procurando reanimar o espírito das Cruzadas entre os príncipes da cristandade; admirar-nos-emos de ver os bárbaros vindos das margens do Irtiche e do Iaxarto, esperar no Calvário e no monte Sião os guerreiros da França, da Alemanha e da Itália, para combater os inimigos de Jesus Cristo. O soberano pontífice acolheu os embaixadores de Cazan mas respondeu às suas propostas e aos seus pedidos, só por promessas, que ficaram sem execução. Desde o começo de seu reinado Bonifácio VIII tinha

feito reviver as pretensões da côrte de Roma à supremacia universal. Estando em questões com a poderosa família dos Colonna, ocupado em submeter às suas leis o reino da Sicília, êle não podia pensar sèriamente na libertação de Jerusalém. O tom elevado com que o sucessor de Nicolau falava aos príncipes cristãos e suas exortações, que pareciam ordens, indispuseram contra êle o espírito dos soberanos e principalmente do rei da França. Gênova, então sob o pêso de uma excomunhão, foi a única cidade da Europa onde se tratou de uma Cruzada e, por uma circunstância bizarra, foram as senhoras genovesas que lhe deram o sinal e o exemplo.

Resta-nos um breve do papa, pelo qual o Santo Padre felicita as damas que tinham tomado a cruz e não temiam seguir as pegadas de Cazan, imperador da Tartária, *o qual, embora pagão, tinha a generosa resolução de libertar a Terra Santa*. A história nos conservou também duas outras cartas do papa, uma endereçada a Porchetto, arcebispo de Gênova, e outra a quatro nobres genoveses que deviam dirigir a expedição. "Ó prodígio! ó milagre! diz êle a Porchetto, um sexo fraco e débil antecipa-se aos guerreiros nessa grande emprêsa, nessa guerra contra os inimigos de Cristo, nesse combate contra os operários da iniqüidade! Os reis e os príncipes do mundo, sem nenhuma consideração por tôdas as solicitações que lhes foram feitas, recusam-se enviar socorros aos cristãos, banidos da Terra Santa, e eis mulheres que

vão, sem serem chamadas! De onde pode provir essa magnânima resolução, senão do mesmo Deus, fonte de tôda fôrça e de tôda virtude?"

O papa terminava a carta ordenando ao arcebispo que fizesse reunir o clero e o povo, e louvasse a dedicação das nobres damas genovesas, a fim de que seu exemplo lançasse, no coração dos fiéis, sementes de boas obras.

De resto, tão belos projetos não tiveram continuação; não eram semelhantes auxiliares que os tártaros esperavam, nas muralhas de Jerusalém. Essa Cruzada foi sem dúvida pregada, só para excitar a emulação dos cavaleiros, e o papa, a ela deu a sua atenção sòmente para dar aos príncipes cristãos uma lição, de que êles não se aproveitaram. Conservaram-se por muito tempo nos arquivos da República de Gênova, as cartas escritas nessa ocasião pelo Papa Bonifácio VIII. No século passado, viam-se ainda no arsenal dessa cidade os capacetes e as couraças de que as damas genovesas se deveriam armar em sua expedição, para além-mar.

Os tártaros, apesar das vitórias, não tinham podido triunfar sôbre a constância e a bravura disciplinada dos mamelucos, que, como êles, haviam saído dos desertos da Cítia. Acontecia então aos mongóis o que acontecera quase sempre aos francos, no fervor das Cruzadas: obtinham primeiro grandes vitórias; mas, acontecimentos imprevistos, discórdias civis, ameaças de um poder vizinho, chamavam-nos ao seu

país e os forçavam a abandonar suas conquistas. Cazan foi obrigado a deixar a Síria para voltar à Pérsia. Tentou uma segunda expedição que também teve de abandonar; e, quando na terceira invasão seu exército avançara até Damasco, êle caiu doente e morreu, levando para o túmulo as últimas esperanças dos cristãos.

Os guerreiros da Armênia e de Chipre sairam então da Cidade Santa, da qual começavam a restaurar as muralhas e que não devia mais tornar a ver em seu recinto os estandartes da cruz. O Papa Clemente V, que tinha fixado sua residência aquém dos Alpes, determinou despertar com suas exortações apostólicas, o entusiasmo da nobreza e do povo. Convocou em Poitiers uma assembléia à qual assistiram os reis da França, na Navarra, de Nápoles, o conde de Flandres e Carlos de Valois. Essa assembléia ocupou-se, ao mesmo tempo, de tirar aos muçulmanos o reino de Jerusalém, aos gregos o império de Bizâncio. As fôrças do Ocidente não eram suficientes para essas duas emprêsas, pelas quais se fizeram votos e vãs pregações. Os guerreiros não tomaram a cruz, o clero mostrou-se pouco disposto a pagar os dízimos, exigidos pelo papa. Uma coisa digna de nota, foi que Clemente julgou-se, nessa circunstância, obrigado a recomendar aos exatores a moderação e proibiu-lhes formalmente *apoderar-se de cálices, livros e de ornamentos das igrejas*. Essa proibição do papa mostra-nos que a violência muitas

vêzes havia presidido à coleta dos tributos destinados às guerras santas, o que devia arrefecer o zêlo e o ardor dos povos para emprêsas longínquas, e por essa razão, as cidades cristãs estavam arruinadas e os altares de Jesus Cristo despojados.

No entretanto, a Europa esperava então com impaciência a saída de uma expedição, que acabavam de empreender os cavaleiros de S. João de Jerusalém. Um grande número de guerreiros, excitados pelas narrações das aventuras da cavalaria e pela paixão da glória militar, tinha seguido os Hospitalários em seu empreendimento; as mulheres mesmas quiseram tomar parte nessa expedição e venderam suas jóias, para poder fazer frente às despesas da guerra.

O exército dos novos cruzados embarcou no pôrto de Brindisi e logo se soube, no Ocidente, que os cavaleiros do Hospital se tinham apoderado da ilha de Rodes e de cinco ilhas vizinhas, que êles haviam tirado à dominação dos gregos ou dos muçulmanos. As notícias falavam por tôda a parte dos feitos dos Hospitalários e seus companheiros de armas. O concílio de Viena, que foi convocado nessa época, teria podido novamente dirigir o espírito dos guerreiros para as conquistas do Oriente, se os empreendimentos contra os Templários não tivessem ocupado, então, tôda a atenção do Papa, dos prelados e do rei da França.

Os cavaleiros do Templo, depois de terem sido recebidos na ilha de Chipre, se haviam retirado para a

Sicília, onde o rei os tinha empregado numa expedição contra a Grécia. Reunida aos Catalães e a alguns guerreiros da Itália, essa milícia belicosa, apoderou-se de Tessalônica e se tornou senhora de Atenas, avançou para o Helesponto e devastou uma parte da Trácia. Depois dessa expedição, os Templários não se preocuparam com a posse das cidades que haviam caído em seu poder, e, deixando as províncias conquistadas aos seus companheiros de armas, conservaram para si as riquezas dos povos vencidos. Foi então que, carregados dos despojos da Grécia, êles vieram estabelecer-se no Ocidente e principalmente na França, onde, pela sua opulência, pelo luxo, pela ociosidade, escandalizaram a piedade dos fiéis, excitaram a inveja e a desconfiança dos príncipes e provocaram o ódio do povo e do clero.

Não entra no plano desta obra deter-nos neste particular dos Templários; mas, se seguimos êsses nobres cavaleiros em tôdas as guerras contra os muçulmanos, se por muito tempo fomos testemunha de seus feitos, como companheiros de suas fadigas, teremos, talvez, adquirido o direito de manifestar nossa opinião sôbre as acusações que lhes foram feitas. Devemos, por primeiro, declarar que nada encontramos até à época dêsse processo, nem nas crônicas do Oriente, nem nas do Ocidente, que nos pudesse fazer nascer a idéia e a suspeita dos crimes que lhes foram imputados. Como crer, com efeito, que uma ordem guerreira e religiosa, que, vinte anos antes tinha

visto trezentos dos seus cavaleiros deixarem-se degolar na ruínas de Safad, antes que abraçar a fé muçulmana; que essa ordem, que se tinha sepultado quase tôda sob as ruínas de Tolemaida, tivesse podido contrair uma aliança criminosa com os infiéis, tivesse ultrajado a religião cristã com horríveis blasfêmias e entregue aos muçulmanos a Terra Santa, tôda cheia de seu nome e da glória de suas armas?

E em que tempo se faziam, aos Templários, censuras tão odiosas? Num tempo em que a cristandade parecia ter esquecido Jerusalém, em que o nome de Jesus Cristo não era mais suficiente para excitar a bravura dos guerreiros cristãos. Sem dúvida, a ordem dos Templários tinha perdido a austeridade dos primeiros tempos e não era mais animada por aquêle espírito de humildade e de religião tão exaltado por S. Bernardo; sem dúvida, alguns dos seus cavaleiros tinham trazido aquela corrupção, que no momento se reprovava, em todos os cristãos do Oriente e de que a Europa mesma lhes dava tão numerosos exemplos. Sem dúvida enfim, alguns dentre êles tinham podido ferir a moral com seu proceder, ofender a religião de Cristo, com suas más ações; mas seus excessos ou melhor, seus pecados, para falar a linguagem da Igreja, não pertenciam à Justiça da terra e podemos crer que nessa circunstância o Deus misericordioso, não tinha encarregado as leis humanas de sua vingança.

O verdadeiro êrro dos Templários foi ter deixado o Oriente e renunciado ao espírito de sua instituição, que era proteger os peregrinos e combater os inimigos da fé cristã. Essa Ordem, mais rica que os mais poderosos monarcas e cujos cavaleiros eram como um exército regular, sempre pronto para os combates, deviam se tornar temíveis aos príncipes que lhes concediam asilo. Os Templários não se tinham pôsto a salvo de tôda censura, durante sua permanência na ilha de Chipre. Acostumados a dominar na Palestina, êles tiveram que contrair, com sérias dificuldades, o hábito de obedecer. O exemplo dos cavaleiros teutônicos, que, depois de ter deixado o Oriente, acabavam de fundar no norte da Europa uma potência temida por todos os Estados vizinhos, não era muito própria para tranqüilizar os príncipes, sôbre o espírito belicoso, o gênio ativo e empreendedor dos cavaleiros do Templo.

Tais foram na verdade os motivos que armaram contra êles a política, muito mais que a justiça dos soberanos. Nada prova o temor que êles inspiravam, como a violência com a qual eram perseguidos e o cuidado que se teve de torná-los odiosos. Depois que começaram a persegui-los, êles eram tidos apenas como inimigos aos quais era de mister tratar como criminosos. Com rigor, sem exemplo, tinham procedido à sua abolição; quiseram justificar essa medida com novos rigores. A vingança e o ódio acabaram, o que a política dos príncipes tinha começado, política,

que tinha talvez razões para ser suspeitosa, mas que as não tinha para se mostrar bárbara. Assim se deve explicar o fim trágico dêsse processo, em que tôda as formas de justiça foram de tal modo violadas que, quando mesmo as acusações ficassem provadas, poder-se-iam ainda considerar os Templários como vítimas, e seus juízes, como carrascos.

Filipe, o Belo, tinha prometido no concílio de Viena, ir combater contra os infiéis, sem dúvida para obter o perdão da crueldade e da obstinação com que tinha perseguido os cavaleiros do Templo. Nas festas que à chegada de Eduardo se fizeram em Paris, o monarca francês tomou a cruz com os príncipes de sua família. A maior parte dos senhores de sua côrte seguiu-lhe o exemplo. As senhoras prometeram seguir os cavaleiros à guerra santa. Mas ninguém se pôs em condições de partir. Naquele tempo, prometia-se atravessar os mares, sem pensar sèriamente em abandonar o próprio lar. O juramento de combater os muçulmanos parecia uma vã cerimônia, que a nada obrigava. Fazia-se êsse juramento com uma leviandade indiferente; violava-se êle do mesmo modo, *não o considerando como coisa mais sagrada, que os juramentos que os cavaleiros faziam para as damas*.

Filipe, o Belo, morreu sem se preocupar de cumprir o seu voto; Filipe, o Longo, que o substituiu, teve por momentos, a idéia de ir ao Oriente.

Eduardo, que já por várias vêzes tinha feito êsse juramento de combater os muçulmanos, renovou então a promessa. Mas o soberano Pontífice, quer porque duvidava da sua sinceridade, quer porque tinha necessidade do concurso dêsses dois monarcas para restabelecer a tranqüilidade na Europa e resistir ao Imperador da Alemanha, contra o qual se havia armado com os castigos da Igreja, quer, enfim, porque êle julgava o momento pouco favorável, não aprovou o projeto de sua expedição à Síria. "Antes de pensar numa viagem para além-mar, escrevia êle ao rei da Inglaterra, quiséramos que tivésseis garantido e fortalecido a paz, primeiro, com vossa consciência, depois, com vosso reino". O pai dos fiéis dizia ao rei da França que a paz, tão necessária para se empreender uma cruzada, tinha quase sido banida da cristandade. Na Inglaterra e na Escócia fazia-se a guerra; os Estados da Alemanha estavam divididos. O rei da Sicília e o rei de Nápoles fizeram tréguas de curta duração; uma desconfiança recíproca impedia que os reis de Chipre e da Armênia reunissem suas fôrças contra o inimigo comum. Os reis da Espanha defendiam seus territórios contra os mouros; as repúblicas da Lombardia estavam umas contra as outras; tôdas as cidades da Itália eram alvo das facções, as províncias eram prêsa dos tiranos; o mar, pouco navegável, a estrada por terra, semeada de obstáculos. Depois de ter pintado êste quadro do estado deplorável da cristantade, o Papa

induziu Filipe a considerar sèriamente como se poderia prover às despesas da cruzada, sem arruinar o povo e — *sem tentar* — dizia êle ainda, — *o impossível como se havia feito outrora.* —

Os avisos paternos do soberano Pontífice e as perturbações surgidas no seio do reino, determinaram Filipe a diferir a execução do seu projeto. Uma multidão de pastôres, aventureiros e vagabundos arvorando, como no tempo do cativeiro de S. Luís, a cruz dos peregrinos, reuniu-se em vários lugares, perseguiu os judeus e se entregou aos mais abomináveis excessos. Foram obrigados a usar da fôrça das armas e de tôda a severidade das leis, para deter as desordens, das quais a cruzada servia de pretexto. Ao mesmo tempo várias províncias da França foram vítimas de uma enfermidade epidêmica; acusaram os judeus de ter envenenado os poços com o fim de suspender os preparativos para a guerra santa; acusaram-nos de tôda a espécie de conjuração, contra os cristãos. A fermentação dos espíritos era tanto maior, quanto as suspeitas eram vagas e a maior parte das acusações não podiam ser provadas nem desmentidas. A política não encontrou outro meio de dissipar as perturbações, que entrar nas paixões da multidão e expulsar todos os judeus do reino. Nessas dolorosas circunstâncias, Filipe caiu enfêrmo, e morreu, lastimando não ter cumprido seu voto de fazer guerra aos muçulmanos.

No abandono em que tinham caído as cruzadas, admiramo-nos de ver ainda o espírito dos franceses

dirigido algumas vêzes para a libertação dos santos lugares. Êsse resto de entusiasmo que nossos antepassados conservavam no meio da indiferença universal, não se referia sòmente aos sentimentos religiosos, mas também ao sentimento da pátria e da glória nacional. A França havia dado o primeiro impulso para as guerras santas. O nome da Palestina, o nome de S. João de Acre ou de Tolemaida, o de Jerusalém não falavam menos ao patriotismo do que à piedade. Embora as duas expedições de Luís IX tivessem sido infelizes, o exemplo do grande monarca era um grande exemplo para os príncipes de sua família e levava freqüentemente seu pensamento aos lugares onde êle por duas vêzes tinha encontrado a glória do martírio. A recordação dos seus feitos e mesmo de suas desgraças, a lembrança de tantos heróis mortos nas margens do Nilo e do Jordão, interessavam a tôdas as famílias do reino; a cidade onde repousavam as cinzas de Balduino e de Godofredo de Boaillon, aquelas regiões longínquas onde se haviam travado gloriosos combates, não podia ficar esquecida aos guerreiros franceses.

Depois da morte de Filipe, o Louco, chegaram à Europa embaixadores do rei da Armênia: o príncipe armênio abandonado pelos tártaros e ameaçado pelos mamelucos do Egito, pedia socorros ao Ocidente. O Papa escreveu a Carlos, o Belo, sucessor de Felipe e rogou-lhe que tomasse as armas contra os infiéis. Carlos recebeu com submissão os conse-

lhos e as exortações do soberano Pontífice; êle ocupava-se já com os preparativos para a cruzada, quando a sucessão do condado de Flandres fêz declarar-se uma guerra nos Países-Baixos. A França então, dedicou todos seus cuidados aos acontecimentos que tinha sob os olhos e nos quais sua própria glória estava interessada. À aproximação da sua morte e num tempo em que o reino nada mais tinha a temer, Carlos, o Belo, lembrou-se do juramento e suas últimas atenções foram para a libertação de Jerusalém. "Eu lego, dizia êle em seu testamento, à Terra Santa cinqüenta mil libras, a se entregarem quando se der a passagem geral e tenho em minha intenção, que, se a passagem se der ainda, enquanto eu viver, eu também, irei em pessoa." Assim mostrava-se ainda naquela época o espírito das cruzadas; a maior parte dos testamentos que os príncipes faziam e os — *homens ricos,* — (estas palavras designavam a nobreza) continham alguma disposição em prol da Terra Santa; mas devemos dizer também, que a facilidade de comprar por dinheiro o mérito da peregrinação diminuiu de muito o número dos peregrinos e dos cruzados.

1327. Enquanto se doavam ainda tesouros para a terra santa, ninguém tomava as armas. Havia, no entretanto, alguns homens dotados de imaginação viva e de alma ardente, para os quais nada parecia impossível e que numa geração indiferente julgavam ainda encontrar as paixões heróicas do outro século. Petrarca, que então estava na côrte de Avinhão, de-

plorava em seus versos a escravidão da cidade santa e seus acentos poéticos exortavam muitas vêzes os guerreiros cristãos a se armarem para defender a herança de Jesus Cristo. Em estâncias cheias de harmonia, endereçadas ao Bispo de Lombez, que pertencia a uma das mais ilustres famílias de Roma, êle manifesta as esperanças que lhe davam as promessas do Papa e os juramentos de diversos monarcas da cristandade. "O Filho de Deus, dizia êle, acaba de voltar seus olhos para o lugar onde foi pregado na cruz... Os que moram nas regiões situadas entre o Ródano, o Reno e o mar, os que ardem nos calores do sul, como os que vivem nas regiões distantes do caminho que o sol percorre, vão seguir o estandarte da cruzada. A cidade dos filhos de Marte, a cidade dos santos Pontífices, ficará alheia à gloriosa emprêsa que se prepara?" Êstes, os sentimentos de Petrarca. Êste poeta, no qual hoje se reconhece apenas o cantor engenhoso da bela Laura, era então considerado como o intérprete da sabedoria dos antigos e suas palavras tinham grande pêso entre os homens ilustrados. Todos os que cultivavam as letras ou que estudavam a história, deviam ficar mais impressionados que os outros, com a glória dos séculos precedentes; muitos consagravam suas fadigas, em fazer renascer um entusiasmo cujos prodígios admiravam. Entre os últimos apóstolos das cruzadas, não podemos esquecer o famoso Raimundo Lullo um dos luminares da escola na Idade Média.

Lullo durante tôda sua vida teve um único pensamento: converter os infiéis. Ante o incentivo dêsse zêlo missionário, o concílio de Viena determinou que seriam criadas nas universidades de Roma, de Bolonha, de Paris e de Salamanca, cátedras, para o ensino das línguas orientais. Êle apresentou ao Papa vários memoriais sôbre os meios de aniquilar o culto de Maomé e o domínio de seus discípulos. Lullo, sempre animado por seu projeto, fêz uma peregrinação à Palestina, percorreu a Síria, a Armênia e o Egito e voltou à Europa para narrar as desgraças e o cativeiro dos cristãos de além-mar. À sua volta, visitou as côrtes do Ocidente, procurando comunicar aos soberanos os sentimentos de que êle mesmo estava animado. Depois de inúteis esforços, seu zêlo levou-o às costas da África, onde se esforçou por converter com sua eloqüência aquêles mesmos sarracenos contra os quais tinha pedido as armas dos guerreiros cristãos. Voltou à Europa, percorreu a Itália, a França, e a Espanha, pregando por tôda a parte a necessidade de uma cruzada. Embarcou de novo para Jerusalém e trouxe de sua peregrinação úteis noções sôbre a maneira de atacar os países dos infiéis. Todos seus trabalhos, tôdas as suas indagações, todos os seus rogos, não puderam abalar a indiferença dos reis e dos povos. Lullo, perdendo, por fim, a esperança de ver seus projetos, realizados, e deplorando a cegueira de seus contemporâneos, retirou-se para a ilha Majorca, sua pátria. Do seu retiro, redigia ainda me-

mórias sôbre a expedição ao Oriente. Mas, bem depressa a solidão cansou-lhe o espírito ardente e inquieto; deixou a Majorca, não mais para falar aos príncipes da Europa, que não o queriam ouvir, mas aos muçulmanos, que êle esperava trazer ao Evangelho. Dirigiu-se pela segunda vez à África e teve, por fim, como prêmio de sua pregação, o suplício e a morte dos mártires.

Enquanto Lullo procurava levar o pensamento dos fiéis para a libertação dos santos lugares, um nobre Veneziano consagrava também sua vida e seus talentos, em reacender o espírito das cruzadas. Sanuto conta assim a primeira audiência que obteve do Soberano Pontífice: "Eu não sou mandado, disse-lhe êle, por nenhum rei ou príncipe, nem por nenhuma república. É por minha própria e espontânea vontade que venho aos pés de Vossa Santidade, propor-lhe um meio fácil de abater o inimigo da fé e de liquidar a seita de Maomé, e de reconquistar a Terra Santa. Minhas viagens a Chipre, à Armênia, ao Egito, uma longa permanência na Rumânia, ministraram-me conhecimentos e luzes que podemos fazer valer em proveito da cristandade." Dizendo estas palavras, Sanuto, apresentou ao papa, dois livros, um coberto de vermelho e o outro de amarelo, com quatro mapas geográficos; o primeiro, do mar Mediterrâneo, o segundo, da terra e do mar, o terceiro, da Terra Santa e o quarto, do Egito. Os dois livros do patrício de Veneza continham a história dos feitos cristãos no

Sanuto apresenta ao Papa João XXII os mapas do Oriente.

Oriente e sábios conselhos sôbre o empreendimento de uma cruzada. Seu zêlo, esclarecido pela experiência, não o deixava se descuidar dos menores particulares sôbre a rota que deveriam seguir, sôbre o ponto que deveriam atacar, sôbre o número das tropas, sôbre o armamento e a manutenção dos navios. Aconselhava desembarcar no Egito e começar por enfraquecer o poder dos sultões do Cairo. O meio mais seguro para lá se chegar, segundo êle, era trazer diretamente de Bagdad as mercadorias da Índia, que o comércio europeu obtinha das cidades de Alexandria e de Damietta. Sanuto aconselhava ao mesmo tempo ao soberano pontífice que redobrasse sua severidade nas censuras eclesiásticas contra os que levassem ao Egito armas, metais, madeira de construção e tudo o que pudesse servir para o armamento das frotas ou da milícia dos mamelucos.

O papa elogiou muito a Sanuto, e o recomendou a vários soberanos da Europa: os príncipes cristãos e principalmente o rei da França, receberam-no com bondade, louvaram-lhe a piedade e o gênio, não seguiram porém seus conselhos. Sanuto dirigiu-se também ao imperador de Constantinopla para induzi-lo a uma expedição contra os infiéis. Procurou por tôda a parte inimigos dos muçulmanos e passou sua vida pregando uma cruzada sem obter mais êxito que Raimundo Lullo.

Não podemos comparar o zêlo dêstes dois homens dos quais acabamos de falar, com o de Pedro,

o Eremita. Êles tinham um e outro, mais luzes que o cenobita picardo; mas êles não conseguiram ser ouvidos e a impotência de seus esforços nos mostra como os tempos estavam mudados. Pedro pregava nas cidades e nas praças públicas e a multidão inflamava-se às suas palavras, arrastando também os grandes. No tempo de Lullo e de Sanuto não se podia mais eficazmente se dirigir aos soberanos e os soberanos, ocupados com seus próprios interêsses, mostravam pouco entusiasmo por projetos que se referiam à cristandade em geral. Todavia, as pregações em favor dos santos lugares não faltavam aos fiéis. Os papas não se cansavam de exortar os povos a tomar as armas, de ordenar a cobrança dos dízimos e de conceder as indulgências que a Igreja costumava conceder aos cruzados. Os reis e os príncipes, sem se comoverem, como antes, com as desgraças da terra santa, não hesitavam em se revestir do hábito dos peregrinos e fazer o juramento da cruzada, repetido como uma fórmula consagrada pelo tempo, e que nada custava à sua piedade, nem à sua bravura. Sob o pontificado de João XXII, enviados do rei de Chipre e do rei da Armênia vieram anunciar à côrte de Avinhão que os Estados cristãos na Ásia, estavam a ponto de perecer completamente, se não fôssem imediatamente socorridos. O papa fêz, segundo o costume, ressoarem gemidos e queixas por tôda a cristandade,

1330. O rei da França, Felipe de Valois, convocou em Paris, na Santa Capela, uma assembléia, à qual assistiram João, rei da Boêmia, o rei da Navarra, os duques da Borgonha, da Bretanha, da Lorena, de Brabante, de Bourbon, a maior parte dos prelados e dos barões do reino. Pedro da Palue, nomeado Patriarca de Jerusalém, que acabava de percorrer o Egito e a Palestina, falou ao auditório sôbre a necessidade de atacar os infiéis e de deter os progressos de sua dominação no Oriente. Felipe, que já tinha recebido a cruz, renovou o juramento feito; e, como êle se preparava para deixar o reino, os barões prestaram juramento de obediência ao filho, o príncipe João, erguendo as mãos para a coroa de espinhos de Jesus Cristo. João da Boêmia, o rei da Navarra, um grande número de príncipes e de senhores da côrte, receberam a cruz das mãos do arcebispo de Ruão. A cruzada foi pregada em todo o reino; "e todos os grandes senhores, diz Froissard, sentiam prazer, especialmente aquêles que queriam há muito manejar as armas e que não sabiam empregá-las melhor, do que razoàvelmente usá-las em outros lugares."

O rei da França mandou ao papa o arcebispo de Paris, que subiu depois ao trono de S. Pedro, sob o nome de Clemente IV. O arcebispo pronunciou em pleno consistório um discurso sôbre a cruzada e declarou, na presença da majestade divina, ao Santo Padre, à Igreja de Roma, a tôda a cristandade, que

Filipe de Valois partiria para o Oriente, no mês de agôsto do ano de 1334. O papa felicitou o monarca francês por sua resolução e concedeu-lhe os dízimos por seis anos. Essas circunstâncias são narradas por João Villani, que então se encontrava em Avinhão e que, depois de ter falado em sua história da promessa feita em nome do rei da França, exclama: — *E eu, historiador, ouvi o juramento que acabo de narrar.*

Felipe deu ordens para a organização de uma frota, a se reunir no pôrto de Marselha, a fim de que quarenta mil cruzados pudessem embarcar. Eduardo, a quem a cruzada oferecia meios fáceis de cobrar impostos, prometia acompanhar o rei da França, com um exército para a peregrinação de além mar. A maior parte das repúblicas da Itália, os reis de Aragão, de Majorca, da Hungria, comprometiam-se a fornecer, para a expedição, dinheiro, tropas, e navios. Nesses preparativos os cruzados perderam àquêle que os dirigia e que era a alma do empreendimento. Tudo foi interrompido com a morte do papa João XXII; agora devemos apresentar uma das causas, pelas quais vimos fracassar nos séculos décimo terceiro o décimo quarto tão numerosas tentativas, para se levar a guerra ao Oriente. Como os sucessores de S. Pedro só subiam ao trono pontifício em idade avançada, não tinham enèrgia, nem atividade necessárias para movimentar a cristandade, dirigir guerras longínquas e excitar o entusiasmo, ou-

trora difícil de se conter, agora, difícil de se animar. Tôda cruzada exigia sempre longos preparativos, a vida de um soberano pontífice mal era suficiente para terminar tão grandes empreendimentos. O mais das vêzes acontecia que o papa, que tinha pregado uma guerra santa, não podia ver a partida dos cruzados, e aquêle que via partir os exércitos cristãos, não vivia bastante para seguí-los em sua expedição, levá-los a triunfos e socorrê-los em seus reveses. Assim, não havia mais nos projetos que as circunstâncias tinham formado, aquêle espírito de continuidade, e de conjunto que devia garantir a execução e o sucesso da cruzada. Além disso, pela permanência dos papas em Avinhão, o poder apostólico não exercia o mesmo ascendente sôbre as províncias afastadas, a autoridade do soberano pontífice perdia sempre mais, aquêle prestígio, anexo, sòmente ao nome de Roma, considerada durante tantos séculos como a capital do mundo.

No entretanto, a notícia de uma cruzada espalhou-se pelo Oriente. Os cristãos que moravam no Egito e na Síria, os peregrinos e os negociantes vindos da Europa, foram alvo de tôda sorte de perseguições. O sultão do Cairo e vários príncipes muçulmanos, reuniram seus exércitos quer para resistir aos cruzados, quer para vir atacar os cristãos até no Ocidente. Um descendente dos abássidas que residia no Egito e tinha o título de califa, mandou cartas a tôda parte e mensageiros, para convidar os verdadeiros crentes a

tomar as armas, prometendo aos mártires da fé muçulmana, assistirem no paraíso de Maomé a banquetes deliciosos e ter cada um dêles sete virgens, por espôsas.

O fim dessa espécie de cruzada pregada em nome do profeta da Meca era penetrar na Europa pela ponte de Gibraltar; os guerreiros muçulmanos juraram aniquilar o cristianismo e mudar em estábulos, todos os templos dos cristãos. À medida que os muçulmanos se animavam dêsse modo, para uma expedição que êles também chamavam de guerra santa, a Europa via enfraquecer-se e extinguir-se o zêlo dos príncipes e dos guerreiros que tinham jurado combater os inimigos de Jesus Cristo. Quando Bento XII sucedeu a João XXII encontrou os sentimentos mudados; os ódios, as desconfianças, as invejas, tinham tomado o lugar de um entusiasmo passageiro e pouco sincero. Em vão os cristãos, chegados do Oriente narravam as perseguições suportadas e os preparativos dos infiéis contra as nações do Ocidente; em vão o papa continuava suas exortações e seus rogos: mais se tinham razões para empreender uma cruzada, mais os espíritos se mostravam indiferentes e pareciam afastar-se da idéia de combater os muçulmanos. Foi então que o irmão André de Antioquia veio a Avinhão com o fim de implorar do papa e dos príncipes da cristandade os socorros necessários. Felipe de Valois tinha ido à côrte do soberano pontífice para lhe dizer que ia adiar sua viagem ao Oriente. Êle já montava

a cavalo para voltar a Paris quando o irmão André postou-se diante dêle e disse-lhe: "Sois vós, Felipe, rei da França, quem prometeu a Deus e à Santa Igreja libertar a Terra Santa?" O rei respondeu: "Sim". Então o frade respondeu: "Se vossa intenção é fazer o que tendes resolvido, eu rogo a Jesus Cristo que dirija vossos passos e vos dê a vitória. Mas, se o empreendimento que começastes deve redundar apenas para vergonha e desgraça dos cristãos, se não estais disposto a terminar, com o auxílio de Deus, a obra desejada, se vós enganastes a santa igreja católica, a justiça divina pesará sôbre vossa família, sôbre vosso reino e o sangue que a notícia de vossa expedição fêz derramar, erguer-se-á contra vós". O rei, surpreendido com essas estranhas palavras, retorquiu:" "Irmão André, venha conosco." E o irmão André replicou, sem se mover, com um tom inspirado: "Se fordes ao Oriente, eu irei diante de vós; mas como ides para o Ocidente, eu vos deixo ir. Voltarei a fazer penitência por meus pecados, na terra que vós abandonais aos sarracenos."

Tal era ainda a autoridade dos oradores que falavam em nome de Jerusalém, que as últimas palavras do irmão André lançaram a perturbação e a incerteza no espírito do poderoso monarca. Mas novas tempestades políticas acabavam de desabar; a rivalidade ambiciosa de Eduardo III deu o sinal de uma guerra, que devia durar mais de um século e espalhar as maiores calamidades sôbre a França. Felipe, ata-

cado por um inimigo formidável, foi obrigado a renunciar à sua expedição de além-mar e a empregar, para defender seu reino, as tropas e a frota que tinha reunido para libertar a herança de Jesus Cristo.

O papa no entretanto, não abandonou o projeto da guerra santa. O poeta Petrarca que se encontrava então em Pádua, partilhando do zêlo do soberano pontífice, dirigiu uma carta eloqüente ao doge de Veneza para induzi-lo a combater os muçulmanos e a pôr um fim à guerra entre os venezianos e os genoveses. "Prouvera a Deus, dizia o poeta, que tivésseis por inimigo as cidades de Damasco ou de Suza, de Mênfis ou de Esmirna, e tivésseis que combater os persas ou os árabes, os trácios ou os ilírios! Mas que fazeis? São vossos irmãos que procurais destruir."

Alguns Estados da Itália reuniram suas fôrças para organizar uma expedição ao Oriente. Uma crônica dos condes de Azon refere que viram sair de Milão um grande número de cruzados vestidos de branco com uma cruz vermelha. Uma frota armada pelo soberano pontífice, pela república de Veneza e pelo rei de Chipre percorreu o arquipélago e atacou a cidade de Esmirna, onde os cruzados foram logo também cercados pelos turcos. O legado do papa, um almirante genovês e vários cavaleiros de Rodes foram mortos defendendo a cidade, o que determinou o soberano pontífice a tentar novos esforços para reanimar o ardor da cruzada. Foi então que o delfim de Viena, Humberto II, resolveu tomar a cruz e

veio à côrte de Avinhão pedir ao papa que — *lhe concedesse ser o comandante da santa viagem contra os turcos e contra os não fiéis à Igreja de Roma.* Humberto obteve fàcilmente o que pedia e voltou aos seus Estados para os preparativos à santa Expedição. Alienou seus domínios, vendeu privilégios à nobreza, imunidades às cidades; recolheu somas enormes dos judeus, dos negociantes italianos estabelecidos no delfinado vienense, exigiu um tributo de todos os seus súditos que não o acompanhavam à cruzada; e, tendo embarcado com soldados, foi procurar na Ásia a sorte dos conquistadores ou a glória dos mártires. Não encontrou nem uma, nem outra, e voltou à Europa sem fama e carregado de dívidas. A história nos apresenta Humberto II como um príncipe fraco, inconstante e irresoluto. Êle arruinou-se, primeiro, com sua vida dissipada, depois, com as despesas da cruzada; cansado do mundo e dos negócios, acabou por deixar à coroa da França, o principado, que êle tinha cedido a Felipe de Valois e retirou-se a um mosteiro, com os frades pregadores. A fim de consolá-lo por não ter conquistado o Egito ou qualquer outro país dos infiéis, o papa lhe deu o título de patriarca de Alexandria; e o rei da França, para fazê-lo esquecer o Delfinado, nomeou-o arcebispo de Reims.

Êstes os fatos subseqüentes à cruzada, motivada pela vinda à Europa dos embaixadores de Chipre e da Armênia. Alguns anos se haviam passado e um neto de Hugo de Lusignan, veio êle mesmo falar com

o soberano pontífice: o papa, ocupado então em restaurar o Estado Romano, cuja autoridade estava abalada pela revolução de Rienzi, teve o singular pensamento de nomear tribuno de Roma o jovem príncipe vindo do Oriente. Não pudemos saber nem se esta proposta foi aceita, nem se o pontífice se ocupou em socorrer os fiéis de além-mar. A cristandade estava dividida e logo a peste se uniu ao furor das armas. Essa peste, que chamavam de peste negra e que tivera sua origem no grande planalto da Tartária, percorreu tôdas as regiões do Oriente e do Ocidente e causou em poucos anos a morte de treze milhões de homens. Os historiadores notaram que êsse flagelo tinha seguido em sua marcha fúnebre o caminho dos negociantes que traziam para a Europa produtos da India e dos peregrinos que vinham da Palestina.

Depois que a peste cessou seus funestos efeitos, a guerra recrudesceu com furor. O estado deplorável em que a discórdia mergulhara a Europa e principalmente a França, devia recordar os tempos em que a pregação de uma cruzada impunha silêncio a tôdas as paixões e suspendia tôdas as hostilidades. O papa tinha várias vêzes tentado restaurar a paz. Dirigiu primeiro súplicas ao monarca inglês e o ameaçou em seguida com os castigos da Igreja; mas a voz do pai dos fiéis perdeu-se no rumor das armas.

Filipe de Valois havia morrido no meio da luta terrível que sustentava contra a Inglaterra. A

perda da batalha de Poitiers e o cativeiro do rei João, foram o sinal das grandes desordens, que perturbaram o reino na Idade-Média. As conjurações do rei da Navarra, as intrigas dos grandes, o afastamento do povo, o furor dos partidos, as cenas sangrentas da Jacquerie, espalharam o terror e a desolação na capital e nas províncias. Quando a França acabou de gastar seus tesouros para resgatar a liberdade do rei João, a presença do monarca não lhe pôde dar a tranqüilidade de que tinha necessidade para reparar suas desgraças. Os soldados das duas nações, que eram despedidos sem sôldo e que se encontravam sem asilo, haviam-se reunido em bandos armados, e, sob o nome de — *companhias brancas,* — percorriam o reino, desafiando as ordens do rei, as excomunhões do papa, levando por tôda a parte a licença, o assassínio, a devastação. Tudo o que tinha escapado ao ferro dos inglêses, à avidez dos que cobravam os impostos, tornava-se prêsa dêsses salteadores, cujo número crescia em proporção à impunidade e aos seus excessos. Os campos estavam incultos; tôdas as vias de comércio estavam interrompidas, o terror e a miséria reinavam nas cidades. Assim a suspensão das hostilidades não tinha trazido nenhum alívio às desgraças dos povos e às desordens que surgiram durante a paz, eram mais insuportáveis do que as que se haviam suportado durante a guerra.

Foi nestas circunstâncias infelizes que Pedro de Lusignan, rei de Chipre, veio implorar o socorro das

armas dos príncipes cristãos contra os infiéis e fêz Urbano V aceitar o projeto de uma nova cruzada. Talvez êle esperasse que o estado de confusão em que a França se encontrava lhe ofereceria um meio de recrutar tropas e todos aquêles soldados que devastavam o reino tomariam a cruz para segui-los ao Oriente.

O rei de Chipre propunha atacar o poder dos sultões do Cairo, cuja dominação se estendia sôbre Jerusalém. A cristandade tinha então entre as nações muçulmanas os mais terríveis inimigos, mais terríveis ainda que os mesmos mamelucos do Egito. Os turcos, senhores da Ásia Menor, acabam de passar o Helesponto, de levar suas conquistas até o monte Hemus e de levar a sede de seu império a Andrinopla; estava lá sem dúvida, o inimigo que deviam atacar; mas os turcos não inspiravam ainda sérios temores, senão nos países que êles tinham ou invadido ou ameaçado. Na côrte de Avinhão, onde se encontraram com o rei de Chipre, o rei da França e o rei da Dinamarca não se ocuparam nem da invasão da Rumânia, nem dos perigos de Constantinopla, mas da perda das colônias cristãs da Síria e do cativeiro em que gemia a cidade de Jesus Cristo.

Pedro de Lusignan falava com entusiasmo da guerra contra os infiéis e da libertação dos santos lugares. O rei João escutou-o com comoção e acabou por esquecer suas próprias desgraças para se ocupar das dos cristãos de além-mar. Waldemar III, rei da

Dinamarca, ficou também impressionado com as palavras e as narrações do rei de Chipre. O papa pregou a cruzada perante os três monarcas. Estava-se então na semana Santa. A recordação dos sofrimentos de Jesus Cristo parecia dar mais autoridade às palavras do pontífice; e, quando êle lamentou as desgraças de Jerusalém, os príncipes que o escutavam não puderam reter as lágrimas e juraram ir combater os muçulmanos.

Devemos crer, sem dúvida, que o rei da França foi levado a tomar a cruz por um sentimento de piedade pela eloqüência do papa; mas, devemos pensar que os conselhos da política não ficaram estranhos à sua deliberação. O espírito da guerra santa, se se conseguisse despertá-lo, deveria eliminar, ou extinguir mesmo, as discórdias e as paixões ateadas pela revolução e pela guerra civil. O rei João podia ter a esperança de reunir sob as bandeiras da cruzada e levar consigo além dos mares as — *companhias brancas* — que sua autoridade não tinha podido submeter; o soberano Pontífice não estava menos impaciente por ver afastarem-se aquêles bandos de salteadores, que enfrentavam seu poder espiritual e ameaçavam fazê-lo prisioneiro em Avinhão.

1363. Vários grandes senhores, João de Artois, o conde d'Eu, o conde de Dammartin, o conde de Tancarville, o marechal de Boucicot, seguiram o exemplo do rei João. Talleyrand de Perigord, cardeal de Albano, foi nomeado legado do papa na

cruzada. O rei da Dinamarca prometeu reunir suas fôrças às dos franceses. Para animar-lhe o zêlo, o soberano Pontífice mandou-lhe um fragmento da verdadeira crúz e várias outras relíquias, cuja vista deviam lembrar-lhe contìnuamente a santa causa que êle tinha jurado defender. Waldemar III tinha vindo à côrte de Avinhão, para pôr seu reino sob a proteção da Santa-Sé: êle fêz todos os juramentos que dêle se exigiram; mas as bulas que êle obteve de Urbano como prêmio de sua submissão não conseguiram restaurar a paz em seu território e as perturbações que surgiram ao seu regresso, fizeram-no esquecer tôdas as promessas.

O rei de Chipre, com as mais insistentes recomendações do papa, visitou tôdas as côrtes da Europa. Admiraram-se por tôda a parte seu zêlo e a eloqüência cavaleiresca do herói e do apóstolo da cruzada. Mas êle só recebeu promessas vagas para seu empreendimento e vãs felicitações por uma dedicação que não encontrava absolutamente imitadores.

O rei da França era o único de todos os príncipes cristãos que parecia se ocupar da cruzada. Urbano V mostrava no entretanto, pouca confiança na firmeza de sua resolução; êle ameaçou excomungar a todos os que procurassem afastar o monarca da santa expedição. Essas precauções do Pontífice, o exemplo do rei e as indulgências da cruzada, não conseguiram levar a nação a tomar as armas, nem induzir as companhias brancas a — *deixar seus apo-*

sentos; — era assim que as companhias chamavam o reino que desolavam com seus assaltos. Aproximava-se o têrmo fixado para a expedição e nada estava pronto, nem a frota, nem o exército. Nessa época o rei João morreu em Londres, para onde havia voltado a fim de se oferecer como refém no lugar do duque de Anjou, que se havia evadido da prisão e talvez também para se livrar dos cuidados de uma emprêsa que êle não tinha probabilidade nenhuma de realizar e de dirigir com êxito.

O Papa estava apreensivo em Avinhão e só procurara afastar aquêles bandos temíveis, cujos chefes se diziam — *os amigos de Deus e de todos.* A história refere que êle empregou para lhe fazer a guerra o pouco de dinheiro que tinha recolhido para a cruzada, o que excitou violentas murmurações. Foi então que o imperador da Alemanha, Carlos IV, de acôrdo com o rei da Hungria, propôs tomar as companhias a seu serviço e mandá-las contra os turcos. Se êsse projeto tivesse sido executado, teríamos podido acrescentar o nome de Bertrando Duguesclin a todos os nomes gloriosos que ornam as páginas desta história: o herói bretão devia ser o chefe da tropa destinada a combater os muçulmanos nas margens do Danúbio; o soberano pontífice havia-lhe escrito várias cartas para induzi-lo a tomar parte na cruzada. Mas o projeto de Carlos IV, foi abandonado, e Duguesclin levou as companhias brancas para a Espanha.

No entretanto, o rei de Chipre tinha conseguido reunir sob suas bandeiras um grande número de aventureiros de tôdas as classes e condições, acostumados a viver no meio de perigos e que tinham também grande esperança de saquear as mais ricas regiões do Oriente. A república de Veneza havia se dignado tomar parte numa expedição em que seu comércio podia obter grandes vantagens. Pedro de Lusignan recebeu também socorros dos bravos cavaleiros de Rodes e, de volta à ilha de Chipre, embarcou à frente de um exército de dez mil homens. Os cruzados, aos quais o Papa havia mandado um Legado, foram atacar Alexandria, que encontraram quase sem defesa. Depois que a praça caiu em seu poder, o rei de Chipre queria que ali se fortificassem e esperassem os exércitos do Cairo: seus soldados e seus aliados não puderam se conter ante o desejo de saquear uma cidade florescente; temendo porém, ser atacados pelos mamelucos, incendiaram a cidade e a abandonaram ao quarto dia da conquista. Sem ter vencido os muçulmanos, haviam-nos irritado. Depois da partida precipitada dos cruzados, o povo egípcio dando ouvidos à vingança e ao ódio, entregou-se a tôda sorte de violência contra os cristãos que moravam no Egito. Por seu lado, os cruzados fizeram, pouco tempo depois, uma incursão pelas costas da Síria; apoderaram-se da nova cidade de Trípoli e a incendiaram também. Tortosa, Laodicéia, várias cidades da Fenícia, tiveram a mesma sorte. Essa maneira de fazer a guerra

num país que se queria libertar, devia excitar o furor dos muçulmanos sem diminuir as esperanças e a coragem dos cristãos. Mas, como o sultão do Cairo tinha outros inimigos a combater e sua frota não se podia medir com a dos cristãos, êle pediu trégua. Combinaram que todos os prisioneiros seriam devolvidos de parte a parte e que o rei de Chipre teria a metade dos direitos recebidos sôbre as mercadorias que entrassem em Tiro, em Beirute, em Jerusalém, em Alexandria e em Damasco. O tratado determinava também o tributo que os peregrinos deviam pagar em Jerusalém, onde a devoção os levava. O sultão do Egito entregou aos cavaleiros de S. João a casa que êles possuíam outrora em Jerusalém; os cristãos tiveram a permissão de mandar restaurar as igrejas do Santo Sepulcro, de Belém, de Nazaré etc. Tais as vantagens que os cruzados obtiveram, sem haver conseguido uma única vitória contra os infiéis. O rei de Chipre e os cristãos, disso, porém, não gozaram por muito tempo; quando as fôrças desta cruzada se dissiparam, o sultão não respeitou mais os privilégios concedidos com a única esperança de enganar e desarmar inimigos cujo valor êle temia.

ÍNDICE DAS GRAVURAS

ÍNDICE

LIVRO DÉCIMO QUINTO

Desde a morte de Amaury até a restituição de Damieta, pelos Cruzados. (1249-1250)

LIVRO DÉCIMO SEXTO

Continuação e fim da primeira Cruzada de S. Luís (1250-1254)

LIVRO DÉCIMO SÉTIMO

Segunda Cruzada de São Luís (1255-1271)

LIVRO DÉCIMO OITAVO

Queda das colônias cristãs do Oriente (1271-1290)

LIVRO DÉCIMO NONO

Tentativas de novas cruzadas contra os turcos (1291-1453)

Composto e Impresso
nas oficinas gráficas da
EDITÔRA DAS AMÉRICAS
S. Paulo ✿ 1956